

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia

Matriculada na C.R.C. da Maia

sob o nº Único de Matrícula e Identificação Fiscal 506 035 034

Capital Social: 253 319 797,26 euros

Sociedade Aberta

RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2019

31 de março de 2020

Índice

Relatório de Gestão

Anexos ao Relatório de Gestão e Participações Qualificadas

Anexo a que se refere o artº. 447 do Código das Sociedades Comerciais

Participações qualificadas

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº. 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários

Relatório do Governo da Sociedade

Demonstrações Financeiras separadas

Demonstração de Posição Financeira

Demonstração de Resultados

Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria e do Conselho Fiscal

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada e consolidada

Relatório do Conselho Fiscal

**TOGETHER
CREATING
THE FUTURE**



**Relatório de
Gestão
2019**

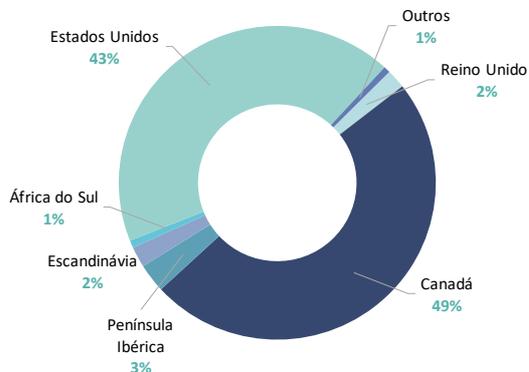
31 março 2020

Índice

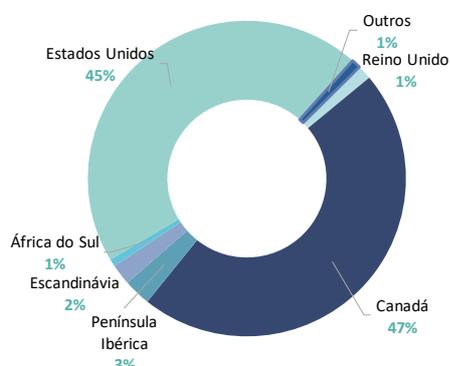
Principais Indicadores (valores estatutários)	3
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
1. Análise Setorial	6
2. Análise de Atividade	8
2.1. Volume de Negócios e EBITDA Recorrente	8
2.2. Análise Financeira Consolidada	10
2.2.1. Demonstração de Resultados Consolidada	10
2.2.2. Investimento	11
2.2.3 Demonstração Consolidada de Posição Financeira (DCPF)	12
2.3. Resultados Individuais da Sonae Indústria, SGPS, S.A.	13
2.4. Proposta de Aplicação de Resultados	13
2.5. Indicadores Proporcionais (Não auditados)	13
2.6. Perspetivas Futuras para 2020	15
2.7. Informação Sobre Participações e Evolução da Cotação	15
2.8. Transações com Ações Próprias	17
2.9. Política de Dividendos	17
2.10. Eventos Subsequentes	17
3. Gestão de Riscos	18
3.1. Política de Gestão e Riscos de Crédito	18
3.2. Riscos de Mercado	18
3.3. Riscos Legais	20
3.4. Riscos Operacionais	20
4. Informação Não Financeira	20
4.1. A Sonae Indústria	21
4.1.1. Negócio	21
4.1.2. História	22
4.1.3. Produtos	23
4.1.4. Estratégia	27
4.1.5. Principais Eventos em 2019	29
4.1.6. Prémios e Projetos inovadores	29
4.1.7. <i>Improving our Work</i> (IOW)	32
4.2. Questões sociais e relativas aos trabalhadores	33
4.3. Respeito pelos Direitos Humanos	55
4.4. Questões de Suborno e Anti-Corrupção	56
4.5. Questões Ambientais e Florestais	58
4.6. Sistemas de Gestão	72
5. Notas Finais e Agradecimentos	76
Anexos ao Relatório de Gestão e Participações Qualificadas	76
Glossário	83

PRINCIPAIS INDICADORES (valores estatutários)

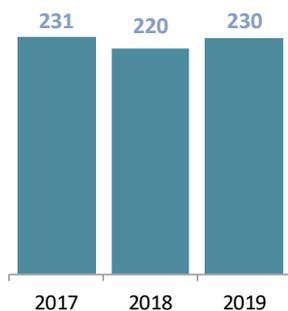
Volume de Negócios por mercado
2018



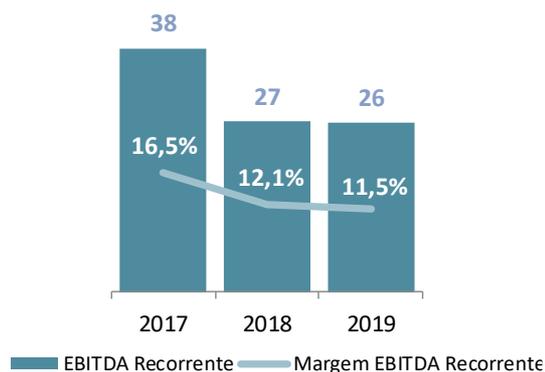
Volume de Negócios por mercado
2019



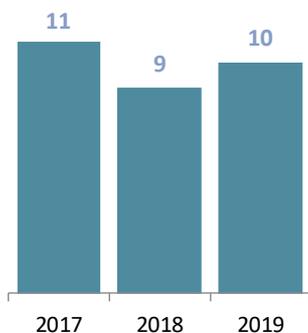
Volume de Negócios
MILHÕES DE EUROS



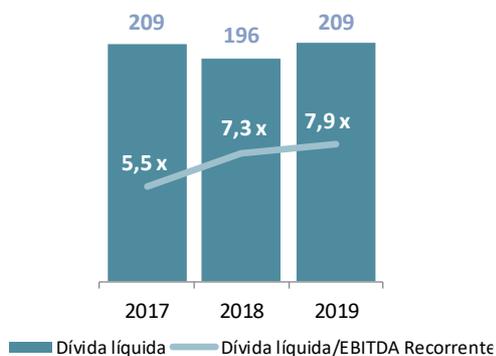
EBITDA Recorrente e Margem
MILHÕES DE EUROS



Fundo de Maneio
MILHÕES DE EUROS



Dívida líquida e Dívida líquida / EBITDA Recorrente
MILHÕES DE EUROS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em primeiro lugar, gostaria de reconhecer que o ano de 2019 foi marcado por desafios maiores que o previsto para o nosso setor de negócios e para as nossas operações; na América do Norte, a procura de aglomerados de partículas ligeiramente menor e a entrada de nova capacidade resultaram em alguma pressão de preços e tivemos algumas restrições na produção; o nosso negócio de Laminados melhorou apesar de estar ainda afetado pelo nível do volume de negócios; e na Sonae Arauco enfrentamos condições de negócio mais difíceis, em particular na Península Ibérica e África do Sul.

Na sequência do exposto acima e após o reconhecimento de efeitos não recorrentes¹ de 9,2 milhões de euros, em 2019, a Sonae Indústria registou um resultado líquido negativo de 13,4 milhões de euros, após três anos consecutivos de resultados líquidos positivos.

Os resultados proporcionais foram afetados pela deterioração da rentabilidade da Sonae Arauco, levando a um EBITDA Recorrente Proporcional de 63,9 milhões de euros e uma margem de 10,5%, ambos abaixo dos valores atingidos em 2018. A Dívida líquida sénior proporcional² foi de 283 milhões de euros, com um rácio Dívida líquida sénior² para o EBITDA Recorrente Proporcional de 4,4x.

Passo agora a analisar os desenvolvimentos mais significativos nos negócios integralmente detidos e na Sonae Arauco em 2019.

Apesar do aumento da competitividade no mercado da América do Norte, na sequência das alterações ainda em curso na capacidade instalada, e de algumas limitações de produção, em 2019, o nosso negócio da América do Norte, atingiu um EBITDA Recorrente apenas moderadamente abaixo do ano anterior, tendo aumentado o volume de negócios e melhorado o *mix* de vendas com um aumento do peso dos produtos decorativos, incluindo a oferta decorativa de gama alta EIR³ complementada com os nossos laminados *matching* Surforma® produzidos em Portugal.

Tal como referido durante o ano de 2019, a nossa equipa na América do Norte tem trabalhado arduamente em várias vertentes para aumentar a nossa posição de liderança e reforçar a diferenciação da nossa coleção de soluções decorativas inovadoras para clientes industriais e distribuidores.

Neste âmbito, importa referir que a Tafisa Canada está a investir numa nova fábrica de revestimento com alto brilho e super mate em Lac Mégantic, complementando as atuais soluções decorativas líderes no mercado para os nossos clientes na América do Norte com estes dois novos tipos de acabamento. Este investimento vai reforçar claramente a nossa oferta de soluções inovadoras e de valor acrescentado e a nossa posição nos segmentos mais altos do mercado.

No negócio de Laminados e Componentes, em 2019, o EBITDA Recorrente melhorou ligeiramente apesar do volume de negócios ainda não ter recuperado totalmente. No entanto, estão a ser implementadas iniciativas tanto de produção como comerciais para melhorar significativamente a rentabilidade do negócio de laminados na Maia, Portugal.

Em 2019, decidimos encerrar, no final de 2020, as nossas atividades industriais de Laminados na fábrica de Horn na Alemanha, como anunciado anteriormente, e continuamos a implementar a estratégia de laminados decorativos de valor acrescentado com uma base de produção na nossa unidade industrial na Maia, Portugal. A este respeito, as vendas de laminados Surforma® (laminados decorativos de alta pressão) na América do Norte, um projeto estratégico entre o nosso negócio de Laminados e o negócio da América do Norte, aumentaram consistentemente em 2019 e têm ainda potencial de crescimento num futuro próximo. Além disso, estamos atualmente a explorar diferentes alternativas para melhorar a oferta de soluções decorativas para os nossos clientes e esperamos atingir progressos a este respeito nos próximos trimestres.

Na Sonae Arauco, apesar do resultado líquido positivo, a rentabilidade ficou abaixo das nossas expectativas para 2019, ano que se provou ser o mais desafiante desde a conclusão da parceria em 2016, essencialmente devido a condições de negócio mais difíceis face aos anos anteriores e limitações na produção, em particular na Península Ibérica e África do Sul.

¹ O valor de 9,2 milhões de euros de efeitos não recorrentes contabilizados em 2019 inclui 7,7 milhões de euros de provisões (50% contabilizados diretamente na Sonae Indústria e 50% através dos resultados líquidos da Sonae Arauco) relacionadas com a unidade de Horn e 1,5 milhões de euros de provisões relativas a processos judiciais.

² A Dívida líquida sénior proporcional exclui o empréstimo obrigacionista subordinado.

³ Tecnologia de motivos em relevo.

Na Península Ibérica, temos vindo a sentir maiores pressões competitivas desde meados de 2018, período em que retomámos a produção nas nossas duas fábricas em Portugal após os incêndios florestais, num momento em que o mercado também assistiu a aumentos de capacidade de concorrentes locais e a uma procura menos dinâmica, tornando mais lento o atingir do nosso objetivo de recuperação de quota de mercado. Em 2019 enfrentámos desafios industriais significativos com o aumento da produção na nossa nova linha na fábrica de Mangualde o que conduziu a um ano difícil. Temos estado a trabalhar na conclusão do programa de investimento em Mangualde para podermos começar a extrair benefícios da nova prensa contínua de painéis de fibras de média densidade instalada nesta fábrica e para melhorar significativamente os seus níveis recentes de rentabilidade.

Na Alemanha, em 2019, conseguimos manter um nível de EBITDA Recorrente semelhante ao do ano anterior, apesar do ambiente económico global mais fraco na região. Tal como reportado anteriormente, iniciámos o investimento numa nova prensa contínua de aglomerado de partículas na nossa fábrica em Beeskow, na Alemanha, e em 2019, foram realizados progressos significativos na construção e comissionamento deste investimento para substituir as últimas duas prensas com tecnologia “single day light” nas fábricas de painéis da Sonae Indústria. Ainda na Alemanha, durante o 4T19, simplificámos o nosso negócio e melhoramos o foco nas nossas atividades principais de painéis decorativos, encerrando a *joint-venture* da Sonae Arauco de pavimentos laminados e concluindo um acordo para a venda da sua central de biomassa, em Horn.

Na África do Sul, durante o ano de 2019, as nossas operações foram afetadas não só pela continuação de um contexto económico fraco, mas também pelas falhas de energia que atingiram o país ao longo do ano afetando a nossa produção e volumes de vendas bem como os custos de produção. No entanto, durante o 4T19, concluímos o investimento numa nova linha de revestimento a papel melamínico com tecnologia de ponta na nossa fábrica em White River, que está atualmente totalmente operacional e deverá servir eficazmente os nossos clientes, bem como permitir desenvolver o nosso negócio de painéis revestidos a melamina e contribuir positivamente para a rentabilidade geral desta região.

Não obstante os resultados menos positivos no ano na Sonae Arauco, com os investimentos estratégicos efetuados nas fábricas, as melhorias nos processos de negócio em particular nas áreas de Saúde e Segurança; a gestão da coleção decorativa; a gestão da cadeia de fornecedores e desenvolvimento de pessoas, assim como o portfólio de projetos em curso, acredito que estabelecemos os pilares fundamentais no nosso plano para a construção de uma base sólida para a Sonae Arauco atingirmos níveis de referência de competitividade e rentabilidade.

Em relação ao balanço da Sonae Indústria, apesar dos Capitais Próprios terem sido afetados pelos resultados de 2019, gostaria de destacar que, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, a Sonae Indústria concluiu operações de refinanciamento no montante total de 165 milhões de euros que permitiram uma melhoria significativa do perfil de maturidade da sua dívida e o reforço da sua estrutura de capital. Estas operações incluem uma tranche de 50 milhões de euros de um novo empréstimo obrigacionista subordinado, com uma maturidade de 10 anos que permitiu reduzir, pelo mesmo montante, a dívida sénior da Sonae Indústria e prolongar o prazo de maturidade da mesma, através de empréstimos existentes e novos no montante total de 115 milhões de euros. Se e quando as condições do mercado o permitirem, uma segunda tranche de obrigações subordinadas no montante máximo de 15 milhões de euros será oferecida ao mercado, em 2020, sob a forma de colocação particular junto de contrapartes elegíveis e investidores institucionais.

Para terminar, gostaria de agradecer o contributo dos colaboradores da Sonae Indústria, equipas de gestão e órgãos estatutários e de expressar a minha confiança que, com os investimentos orgânicos em curso, combinados com a inovação dos produtos e iniciativas comerciais a ser implementados, os nossos negócios estarão numa posição competitiva mais forte para alcançar a rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo.

Paulo Azevedo

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria

Post Scriptum: Uma última palavra para a situação que o mundo está atualmente a enfrentar devido à pandemia COVID-19 e o seu impacto prejudicial significativo na humanidade, com danos extensos ao nível da saúde, sociais e económicos. O nosso negócio será, sem dúvida, afetado no curto prazo e algumas das nossas operações já tiveram que fechar temporariamente ou estão em vias de o fazer durante as próximas semanas. Não obstante o enorme desafio que enfrentamos, estou confiante que temos os recursos e pessoas para mitigar estas dificuldades e por fim ultrapassá-las, sabendo que este desafio adicional exigirá um esforço significativo de todos os stakeholders.

1. ANÁLISE SETORIAL

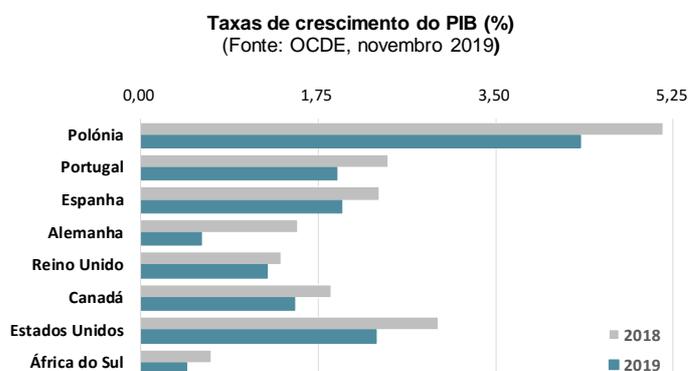
Contexto macroeconómico

O crescimento económico na Zona Euro desacelerou em 2019, com um crescimento esperado de 1,2%⁴ (cerca de 0,8 p.p. abaixo face a 2018). As incertezas no comércio internacional, incluindo as relações futuras entre o Reino Unido e a União Europeia, e os menores níveis de consumo privado contribuíram para a desaceleração económica. No entanto, o desempenho no mercado de trabalho melhorou mais uma vez, com uma redução da taxa de desemprego, e as condições de acesso ao crédito mantiveram-se favoráveis (as taxas de juro para a Zona Euro continuam negativas).

Relativamente à economia Norte-Americana, 2019 representou outro ano de crescimento económico, mas a um ritmo mais lento, parcialmente explicado pelas tensões económicas entre os Estados Unidos e a China que tiveram impacto nos níveis globais de investimento. No entanto, o desempenho do mercado de trabalho continuou positivo, com taxas de desemprego mais baixas.

Breve análise por região:

- 2019 representou o sexto ano de crescimento na Península Ibérica, mas a um ritmo mais lento, com taxas de crescimento positivas do PIB⁵ esperadas abaixo dos níveis de 2018: cerca de 2,0% em Espanha e 1,9% em Portugal. Apesar das taxas de desemprego ainda relativamente elevadas, particularmente em Espanha, estas têm diminuído continuamente. No comércio externo, Espanha registou um excedente na balança corrente, em linha com os últimos sete anos, mas Portugal registou um défice



na balança corrente pelo segundo ano consecutivo, afetado por incertezas nas condições externas e tensões comerciais. A tendência positiva registada nos anos anteriores no setor residencial da construção, bastante correlacionado com o ambiente económico, manteve-se mas com um ritmo de crescimento mais lento, como indicado pelo aumento do número de licenças de habitação atribuídas face ao ano anterior em ambos os países (8,3%⁶ em Portugal e cerca de 5,5%⁷ em Espanha).

- A Alemanha apresentou sinais de contração com um crescimento esperado de cerca de 0,6% em 2019 (0,9 p.p. abaixo face a 2018), afetado por um enfraquecimento do comércio global levando a uma deterioração da confiança empresarial. No entanto, o mercado de trabalho continuou robusto, com emprego elevado e salários crescentes, levando a um aumento dos níveis de consumo e a balança corrente registou novamente um excedente. A redução dos níveis de produção, explicada pelas restrições na indústria automóvel desde o final de 2018, explica-se atualmente por toda a indústria. O ambiente macroeconómico conduziu a um crescimento débil do setor da construção residencial, como evidenciado pelo ligeiro aumento, face ao ano anterior, do número de licenças de habitação atribuídas (0,5%⁸ acima).

⁴ Fonte: *International Monetary Fund, World Economic Outlook Database*, outubro 2019.

⁵ PIB: Produto Interno Bruto.

⁶ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, fevereiro 2020 ("Nova habitação residencial", evolução acumulada a dezembro de 2019 para o período de 12 meses).

⁷ Fonte: *Ministerio de Fomento*, fevereiro 2020 (Total de "Novas Habitações", evolução acumulada a dezembro de 2019 para o período de 12 meses).

⁸ Fonte: *German Federal Statistics Office*, março 2020 ("Licenças para nova construção, habitações", evolução acumulada a novembro de 2019 para o período de 11 meses).

- Na América do Norte o crescimento desacelerou em 2019. Por conseguinte, para 2019 é esperado um crescimento do PIB de 2,3% para a economia Norte-Americana (0,6 p.p. abaixo de 2018) e para a economia Canadiana espera-se um crescimento de 1,5% (cerca de 0,4 p.p. abaixo de 2018). Os níveis de investimento e das exportações foram afetados pelo aumento da incerteza e pelas tensões comerciais. No Canadá, os investimentos empresariais foram também afetados por cortes aos investimentos no setor de petróleo e gás. O desempenho do mercado de trabalho continuou a melhorar em ambos os países, com taxas de desemprego menores. No Canadá, o número de novas construções diminuiu 1,2%⁹ face ao ano anterior, e nos EUA o número de novas construções aumentou 1,7%¹⁰, face ao ano anterior.
- Para a África do Sul, as estimativas da OCDE apontam um crescimento estagnado do PIB de cerca de 0,5% em 2019 (0,2 p.p. abaixo de 2018). Os níveis de desemprego continuaram muito elevados (28,5%¹¹ em 2019). O ambiente macroeconómico conduziu a um desempenho fraco do setor residencial da construção, como evidenciado na redução de cerca de 15,4%¹², face ao ano anterior, no número de licenças de habitação residencial.

Painéis derivados de madeira

América do Norte (Tafisa Canada)

Procura por produto

Em 2019, a procura de aglomerado na América do Norte enfraqueceu, apesar das boas condições económicas globais no Canadá e nos EUA. As estimativas disponibilizadas pela Composite Panel Association (CPA) indicam que as entregas de aglomerado na América do Norte reduziram cerca de 4% quando comparadas com 2018.

Informação sobre a oferta

Principais encerramentos de *players* chave na América do Norte anunciados:

- Georgia Pacific: encerramento de três unidades industriais de aglomerado no sudeste dos EUA (Arkansas, Alabama e Georgia) no verão de 2019;
- Arauco: paragem da prensa de aglomerado em St. Stephen (New Brunswick, Canadá) em novembro de 2019 (216 milhares m3 de capacidade retirada). Anunciou já em 2020, o encerramento da linha de aglomerado de Moncure (Carolina do Norte, EUA) até ao final do primeiro semestre de 2020 (262 milhares m3 de capacidade).

Principais investimentos de *players* chave na América do Norte anunciados:

- Arauco: investimento de 450 milhões de dólares numa nova unidade industrial de aglomerado no Michigan (EUA), com uma capacidade de 800 mil m3, que começou a produzir no início de 2019;
- Kronospan: investimento total de 363 milhões de dólares na sua unidade industrial de MDF/HDF no Alabama (EUA), adicionando uma linha de aglomerado, capacidade de revestimento a melamina, impregnação e potencialmente produção de resinas. A operação de aglomerado produziu o primeiro painel em outubro de 2019;
- Egger: investimento de 500 milhões de dólares na Carolina do Norte (EUA) para a produção de aglomerado, com uma capacidade esperada de 600 mil m3, e produção de painéis revestidos com papel melamínico. Produção deve iniciar ainda em 2020.

⁹ Fonte: *Canada Mortgage and Housing Corporation*, março 2020 (“*Building permits (unidades)*”), evolução acumulada a dezembro de 2019 para o período de 12 meses).

¹⁰ Fonte: *United States Census Bureau*, novembro 2019 (“*Housing units started*”), evolução acumulada a dezembro de 2019 para o período de 12 meses).

¹¹ Fonte: *OECD Statistics, Economic Outlook No 104 dataset* - novembro 2019.

¹² Fonte: *Statistics South Africa*, março 2020 (“*Building plans for residential buildings (número)*”), evolução acumulada a dezembro de 2019 para o período de 12 meses).

Em 2019 houve uma redução da capacidade instalada de aglomerado, uma vez que o efeito do encerramento de unidades industriais na capacidade mais que compensou a capacidade de produção adicional em 2019 proveniente de novos investimentos.

Europa (Sonae Arauco)

Procura por produto¹³

Em 2019, nos países membros da EPF¹⁴, é esperado que o consumo aparente de **aglomerado** tenha crescido 1,5%, totalizando cerca de 31 milhões de m³.

Espera-se que o consumo de painéis de **MDF** na Europa (excluindo a Rússia e a Turquia) tenha aumentado ligeiramente em 0,6% em 2019, para 11,7 milhões de m³. Em 2019, a Alemanha manteve a posição de maior consumidora europeia de painéis de MDF, com um consumo estimado de cerca de 3,6 milhões de m³, seguida da Polónia e do Reino Unido. Importa referir o aumento estimado do consumo em Espanha (+2,5%), na Polónia (+2,4%) e em Portugal (+1,9%) em 2019.

Em relação ao consumo de **OSB**, estima-se que tenha aumentado em 2019, em cerca de 3%.

Informação sobre a oferta¹⁵

É esperado que a capacidade de produção de **painéis de aglomerado** nos países europeus tenha aumentado 4% em 2019. Estima-se que a capacidade de painéis de aglomerado na Península Ibérica tenha aumentado cerca de 5% em 2019 e que seja cerca de 3,8 milhões de m³. Para 2020 é também esperado um aumento de cerca de 0,1 milhões de m³. Na Alemanha, não se estima que tenham ocorrido, em 2019, aumentos na capacidade total disponível de painéis de aglomerado. Importa referir que o investimento da Sonae Arauco para substituir as duas prensas de aglomerado de partículas com tecnologia *single day light* por uma nova prensa contínua com tecnologia de ponta na fábrica em Beeskow, na Alemanha, já iniciou e está em curso. Deve referir-se ainda o arranque, em junho de 2019, da nova fábrica de aglomerado da Egger na Polónia, com uma capacidade anual de 650 mil m³.

Espera-se que a capacidade de produção de **MDF** na Europa tenha reduzido 1% em 2019, sobretudo devido à Itália. Na Península Ibérica, estima-se que a capacidade de MDF tenha aumentado residualmente em 0,5% em 2019. Na Alemanha, espera-se que a capacidade de produção de MDF reflita essencialmente o encerramento, no final de 2019, das atividades da Laminate Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett) na fábrica em Eiweiler.

Espera-se que a capacidade total instalada de **OSB** na Europa tenha aumentado em cerca de 7% (cerca de +0.6 milhões de m³) em 2019. Em 2020, estima-se que ocorra uma expansão adicional da capacidade de OSB (cerca de +0,5 milhões de m³), sobretudo nos países da Europa Ocidental.

2. ANÁLISE DE ATIVIDADE

Nota IFRS 16: A aplicação obrigatória da nova norma contabilística de locações (IFRS 16) desde o início do ano de 2019 afeta a comparabilidade dos resultados da Sonae Indústria de 2019 com anos anteriores.

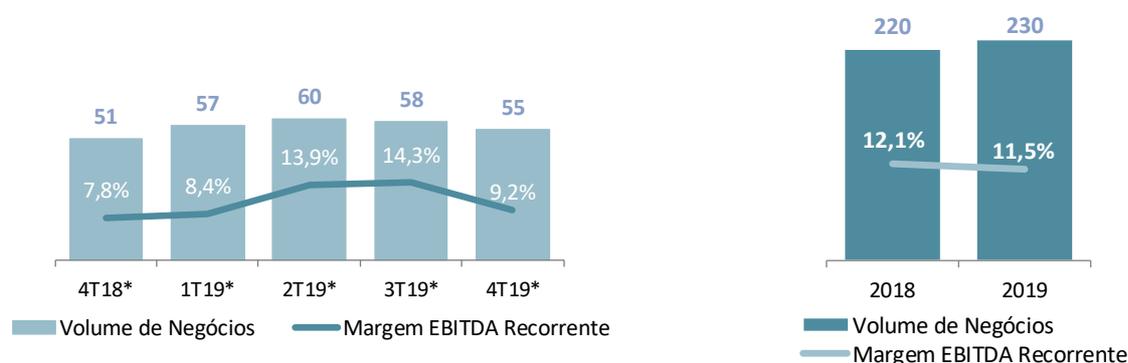
2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE

¹³ Fontes: EPF: Federação Europeia de Painéis, Relatório Anual 2018/2019 e estimativas internas da Sonae Arauco.

¹⁴ Federação Europeia de Painéis (EPF).

¹⁵ Fontes: Estimativas internas da Sonae Arauco e informação pública dos concorrentes.

VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE
MILHÕES DE EUROS



*Informação trimestral não auditada.

O **Volume de Negócios consolidado** atingiu 230,0 milhões de euros em 2019, uma melhoria de cerca de 4,5% face ao ano passado (+9,8 milhões de euros), devido ao nosso negócio da América do Norte (em moeda local, mas também beneficiando de uma evolução cambial favorável do Dólar Canadiano face ao Euro de cerca de 6,1 milhões de euros). No trimestre, o volume de negócios consolidado foi de 55,2 milhões de euros, um aumento de cerca de 3,9 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior, sobretudo devido ao negócio da América do Norte.

Os **custos variáveis por metro cúbico** aumentaram em moeda local e em euros, em 2019, quando comparados com o ano anterior, com um aumento dos custos dos *inputs* (exceto dos químicos) e no caso do aumento em euros também devido à apreciação do Dólar Canadiano. Numa base trimestral, os custos variáveis por metro cúbico também aumentaram quando comparados com o 4T18 e o 3T19.

O **EBITDA Recorrente** em 2019 foi de cerca de 26,5 milhões de euros (incluindo um efeito positivo de 2,1 milhões de euros resultante da aplicação da IFRS 16), uma redução de 0,2 milhões de euros face a 2018, com um aumento do volume de negócios e dos custos variáveis, tal como atrás referido, e dos custos fixos. Numa base trimestral, o EBITDA recorrente do 4T19 situou-se em cerca de 5,1 milhões de euros, com uma margem EBITDA recorrente de 9,2%, um aumento de 1,0 milhões de euros e de cerca de 1,4 p.p., respetivamente, quando comparados com o 4T18 que incluiu o impacto de um incêndio numa das linhas de aglomerado de partículas no Canadá.

O **EBITDA** consolidado de 2019 atingiu cerca de 25,8 milhões de euros, uma redução de 3,5 milhões de euros face a 2018 que beneficiou de uma mais-valia não recorrente de cerca de 3,2 milhões de euros no 4T18, devido à venda dos imóveis da unidade inativa de Solsona. Numa base trimestral, o EBITDA consolidado do 4T19 foi de 4,9 milhões de euros, uma redução de 2,2 milhões de euros face ao 4T18 explicada pela atrás mencionada mais-valia na venda de imóveis.

2.2. ANÁLISE FINANCEIRA CONSOLIDADA

2.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS MILHÕES DE EUROS

	2018	2019	2019/ 2018	4T18 Não auditado	3T19 Não auditado	4T19 Não auditado	4T19/ 4T18	4T19/ 3T19
Volume de Negócios	220,2	230,0	4,5%	51,3	58,4	55,2	7,6%	(5,5%)
Outros Proveitos Operacionais	8,2	4,1	(50,2%)	5,1	0,7	1,4	(72,5%)	92,1%
EBITDA	29,2	25,8	(11,9%)	7,1	8,3	4,9	(31,0%)	(40,6%)
Itens não-recorrentes	2,6	(0,7)	(127,8%)	3,1	(0,1)	(0,1)	(103,9%)	(105,6%)
EBITDA Recorrente	26,7	26,5	(0,7%)	4,0	8,4	5,1	26,2%	(39,6%)
Margem EBITDA Recorrente %	12,1%	11,5%	-0,6 pp	7,8%	14,3%	9,2%	1,4 pp	-5,2 pp
Amortizações e depreciações	(13,1)	(15,9)	(21,7%)	(3,5)	(4,1)	(4,0)	(15,5%)	1,9%
Provisões e Perdas por Imparidade	0,1	(5,4)	-	0,2	0,0	(5,4)	-	-
Resultados Operacionais	16,3	4,4	(72,8%)	3,9	4,2	(4,5)	-	-
Encargos Financeiros Líquidos	(11,6)	(11,5)	0,7%	(3,0)	(3,0)	(2,8)	8,3%	6,1%
dos quais Juros Líquidos	(8,1)	(8,4)	(2,9%)	(2,1)	(2,1)	(2,1)	(0,9%)	(0,3%)
dos quais Diferenças de Câmbio Líquidas	0,0	(0,0)	-	(0,0)	(0,0)	(0,0)	-	-
dos quais Descontos Financeiros Líquidos	(1,7)	(1,6)	0,9%	(0,4)	(0,4)	(0,4)	7,2%	8,6%
Resultados relativos a empreend. conjuntos - Res. Líquido	12,0	0,7	(94,5%)	(9,5)	(3,5)	(1,2)	87,5%	65,5%
Resultados relativos a empreend. conjuntos - Outros	0,5	(3,7)	-	0,5	(3,4)	(0,3)	-	91,3%
Resultado antes de Impostos	17,2	(10,0)	-	(8,2)	(5,5)	(8,7)	(6,7%)	(57,9%)
Impostos	(6,2)	(3,3)	46,0%	(3,4)	(1,1)	(0,4)	87,6%	60,5%
dos quais Impostos Correntes	(5,7)	(3,3)	41,5%	(1,1)	(1,3)	0,3	127,2%	122,1%
dos quais Impostos Diferidos	(0,5)	(0,0)	99,6%	(2,3)	0,3	(0,7)	68,9%	-
Resultado Líquido consolidado do período	11,0	(13,4)	-	(11,6)	(6,6)	(9,2)	20,7%	(38,9%)

O valor total de **custos fixos**, em 2019, representou 17,3% do volume de negócios, um aumento de 0,2 p.p. face a 2018, dado que o crescimento do volume de negócios foi proporcionalmente menor que o aumento dos custos fixos, este último sobretudo devido a um aumento dos custos com pessoal. Importa referir que o valor de custos fixos de 2019 inclui menores rendas de locações devido à aplicação da IFRS 16.

O **número de colaboradores** da Sonae Indústria era de 506 FTEs no final de dezembro de 2019, excluindo a Sonae Arauco e estagiários, que compara com 503 e 495 FTEs no final de setembro de 2019 e de dezembro de 2018, respetivamente, com a variação a ser essencialmente explicada pelo nosso negócio da América do Norte.

Os custos com **amortizações e depreciações** em 2019 foram de 15,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 2,8 milhões de euros face a 2018, sobretudo devido ao impacto de 1,9 milhões de euros da aplicação da IFRS 16 e também devido a investimentos realizados no Canadá. Os custos com depreciações atingiram cerca de 4,0 milhões de euros no trimestre, um aumento de 0,5 milhões de euros face ao 4T18 principalmente explicado pela aplicação da IFRS 16.

As **provisões e perdas por imparidade** para 2019 representaram uma perda de 5,4 milhões de euros, essencialmente explicada por provisões reconhecidas no 4T19 na sequência da decisão de encerramento, no final de 2020, de todas as atividades industriais na unidade de Horn, na Alemanha. Segundo o acordo com a Arauco estes custos são da responsabilidade da Sonae Indústria e, por conseguinte, além dos 50% contabilizados ao nível da Sonae Arauco como explicado abaixo, a Sonae Indústria reconhece diretamente nas suas contas os restantes 50%.

Os **encargos financeiros líquidos** em 2019 foram de cerca de 11,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 0,1 milhões de euros face a 2018, apesar do aumento de 0,2 milhões de euros devido à aplicação da IFRS 16. Os encargos financeiros líquidos atingiram 2,8 milhões de euros no trimestre, uma redução de cerca de 0,3 milhões de euros quando comparados com o 4T18.

Os **resultados relativos a empreendimentos conjuntos – res. líquido** correspondem a 50% dos resultados líquidos da Sonae Arauco durante o período. Estes resultados totalizaram cerca de 0,7 milhões de euros em 2019, uma redução de 11,3 milhões de euros quando comparados com 2018, que incluiu um reconhecimento significativo de proveitos relativos às compensações de seguro devido aos incêndios florestais que afetaram duas fábricas da Sonae Arauco em Portugal em outubro de 2017. Os resultados líquidos da Sonae Arauco em 2019 foram afetados por condições de negócio mais difíceis que se traduziram num EBITDA Recorrente 9,5 milhões de euros menor (considerando a contribuição de 50%) quando comparado com o ano passado. Além disso, em 2019, a Sonae Arauco reconheceu uma provisão de cerca de 3,9 milhões de euros (considerando a contribuição de 50%) relacionada com o encerramento das atividades industriais na unidade de Horn.

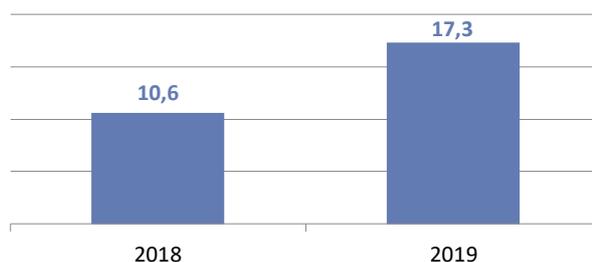
Os **resultados relativos a empreendimentos conjuntos - outros** totalizaram cerca de -3,7 milhões de euros em 2019, explicados essencialmente por algumas das despesas e passivos contingentes da Sonae Arauco que, segundo o acordo com a Arauco, são da responsabilidade da Sonae Indústria e, por conseguinte, a Sonae Indústria compensa a Sonae Arauco através de contribuições pecuniárias pelo montante total pago ou incorrido. Neste âmbito, em 2019, a Sonae Indústria pagou cerca de 6,7 milhões de euros à Sonae Arauco relativamente a um período de aproximadamente dois anos. Visto que 50% destes custos já foram refletidos na demonstração de resultados da Sonae Indústria através dos resultados líquidos da Sonae Arauco, os restantes 50% estão refletidos em resultados relativos a empreendimentos conjuntos - outros.

O valor de **impostos correntes** foi de 3,3 milhões de euros em 2019, uma diminuição de cerca de 2,4 milhões de euros quando comparado com 2018, sobretudo devido à diminuição dos impostos no Canadá. O valor de **impostos diferidos** representou uma redução de cerca de 1,6 milhões de euros no trimestre quando comparado com o 4T18 que foi afetado pela reversão total dos ativos por impostos diferidos nas entidades portuguesas.

O **Resultado líquido** de 2019 foi negativo em cerca de 13,4 milhões de euros, que compara com o resultado líquido positivo de 11,0 milhões de euros em 2018. A evolução do resultado líquido quando comparado com o ano passado é principalmente explicada pela redução dos resultados relativos a empreendimentos conjuntos (valor agregado de res. líquido e outros) acima mencionada, pelas provisões registadas no 4T19 e pelo facto do EBITDA de 2018 incluir uma mais-valia devido à venda dos imóveis de uma unidade inativa.

2.2.2. INVESTIMENTO

ATIVO FIXO BRUTO ADICIONAL
MILHÕES DE EUROS



O aumento de ativos fixos tangíveis foi de cerca de 17,3 milhões de euros em 2019, principalmente relacionado com investimentos no negócio da América do Norte (16,5 milhões de euros).

2.2.3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA (DCPF)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA
MILHÕES DE EUROS

	2018	9M19 Não auditado	2019
Ativos não correntes	354,5	370,1	370,0
Ativos fixos tangíveis	135,7	151,3	153,6
Investimentos em empreendimentos conjuntos	212,5	211,3	209,1
Ativos por impostos diferidos	0,0	0,0	0,0
Outros ativos não correntes	6,3	7,5	7,3
Ativos correntes	47,4	51,1	50,6
Existências	18,2	20,8	22,0
Clientes	12,3	18,4	14,1
Caixa e investimentos	10,6	5,4	7,1
Outros ativos correntes	6,2	6,5	7,5
Ativos não correntes classificados como disponíveis para venda	0,0	0,0	0,1
Total do Ativo	401,8	421,1	420,7
Capitais Próprios e Interesses que não controlam	135,5	135,9	127,3
Capitais Próprios	135,5	135,9	127,3
Interesses que não controlam	0,0	0,0	0,0
Passivo	266,3	285,2	293,4
Empréstimo Obrigacionista Subordinado	0,0	0,0	50,0
Dívida remunerada sénior	206,5	219,8	166,0
Não corrente	188,6	169,3	157,6
Corrente	17,9	50,5	8,4
Fornecedores	21,6	23,8	26,0
Outros passivos	38,3	41,7	51,4
Passivos diretamente associados aos ativos não correntes classificados como disponíveis para venda	0,0	0,0	0,0
Total do Passivo, Capitais Próprios e Int. que não controlam	401,8	421,1	420,7

O valor dos **ativos fixos tangíveis** atingiu 153,6 milhões de euros no final de dezembro de 2019, um aumento de cerca de 17,9 milhões de euros face a dezembro de 2018, sobretudo devido a investimentos realizados no Canadá e ao impacto da aplicação da IFRS 16 de 4,8 milhões de euros em 2019.

O **investimento em empreendimentos conjuntos** (participação de 50% na Sonae Arauco) atingiu 209,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 3,3 milhões de euros quando comparado com o valor contabilístico registado no final de 2018. Esta redução inclui um efeito negativo de 5,9 milhões de euros de dividendos pagos pela Sonae Arauco à Sonae Indústria em 2019 e o impacto positivo de 3,4 milhões de euros de 50% das contribuições pecuniárias efetuadas pela Sonae Indústria à Sonae Arauco em 2019.

O valor total dos **Capitais Próprios**, no final de dezembro de 2019, totalizava 127,3 milhões de euros, o que representa uma redução de 8,2 milhões de euros quando comparado com 2018, explicada sobretudo pelo impacto do resultado líquido negativo em 2019 e apesar dos impactos positivos da evolução cambial do Rand Sul-africano e do Dólar Canadiano face ao Euro de 1,0 milhões de euros e 4,3 milhões de euros, respetivamente.

DÍVIDA LÍQUIDA E FUNDO DE MANEIO

MILHÕES DE EUROS

	Excluindo os efeitos da IFRS 16			Incluindo os efeitos da IFRS 16	
	2018	9M19 Não auditado	2019 Não auditado	9M19 Não auditado	2019
Dívida Líquida Sénior	195,8	208,8	154,0	214,4	158,9
Dívida Líquida Total	195,8	208,8	204,0	214,4	208,9
Fundo de Maneio	9,0	15,4	10,0	15,4	10,0

O **fundo de maneio** consolidado atingiu 10,0 milhões de euros, um aumento de cerca de 1,1 milhões de euros quando comparado com dezembro de 2018, devido a um aumento nas existências e do saldo de clientes, que mais do que compensaram o aumento do saldo de fornecedores.

A **Dívida Líquida Sénior** (incluindo o impacto da IFRS 16) era de 158,9 milhões de euros, no final de dezembro de 2019, que compara com 195,8 no final de dezembro de 2018. Nota: A Dívida Líquida Sénior não inclui as Obrigações Subordinadas emitidas no 4T19, que estão incluídas na Dívida Líquida Total.

Importa referir que durante o 4T19 a Sonae Indústria concluiu duas operações de financiamento significativas que permitiram uma melhoria do perfil de maturidade da sua dívida e da estrutura de capital. A primeira destas operações envolve o refinanciamento de 90 milhões de euros de dívida sénior existente, cujos termos prolongam o prazo de maturidade para um período de cinco anos desde dezembro de 2019 (vida média de 3,9 anos). A segunda operação consiste na emissão de 50 milhões de euros de Obrigações Subordinadas, contratual e legalmente subordinadas à totalidade da dívida sénior da Sonae Indústria e reembolsáveis no final do período de dez anos (dezembro de 2029). As Obrigações Subordinadas de 50 milhões de euros foram subscritas integralmente pela Efanor, acionista maioritário da Sonae Indústria.

2.3. RESULTADOS INDIVIDUAIS DA SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

Em 2019, a Sonae Indústria, SGPS, SA, enquanto empresa gestora das participações sociais do grupo, com base nas contas individuais, gerou um Resultado Líquido negativo no exercício de 3.325.639,03 euros.

Este Resultado Líquido negativo explica-se pelos resultados operacionais de -14,4 milhões de euros (que incluem provisões e perdas por imparidade de -13,0 milhões de euros) e encargos financeiros líquidos de -7,1 milhões de euros, apesar dos resultados relativos a investimentos em subsidiárias e em empreendimentos conjuntos de +18,2 milhões de euros (que incluem dividendos da Megantic BV e da Sonae Arauco de cerca de +17,7 milhões de euros e de cerca de +6,0 milhões de euros, respetivamente, líquidos de imparidades em investimentos financeiros em subsidiárias de cerca de -5,4 milhões de euros).

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que os resultados individuais do exercício, negativos no montante de 3.325.639,03 euros, sejam transferidos para resultados transitados.

Mais se propõe que o referido montante de -3.325.639,03 euros, seja coberto na totalidade por reservas livres.

2.5. INDICADORES PROPORCIONAIS (NÃO AUDITADOS)

COMENTÁRIOS EXPLICATIVOS SOBRE OS INDICADORES PROPORCIONAIS

Devido ao facto de nas contas auditadas um dos principais ativos da Sonae Indústria (a participação de 50% na Sonae Arauco) ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, apresentam-se **Indicadores Proporcionais** não auditados.

Estes Indicadores Proporcionais consideram a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco.

Os Indicadores Proporcionais não são auditados. Relativamente aos Indicadores Proporcionais, o trabalho dos auditores externos da Sonae Indústria consistiu na análise da consistência dos pressupostos e dos valores considerados pela Sonae Indústria no cálculo dos Indicadores Proporcionais.

INDICADORES FINANCEIROS PROPORCIONAIS

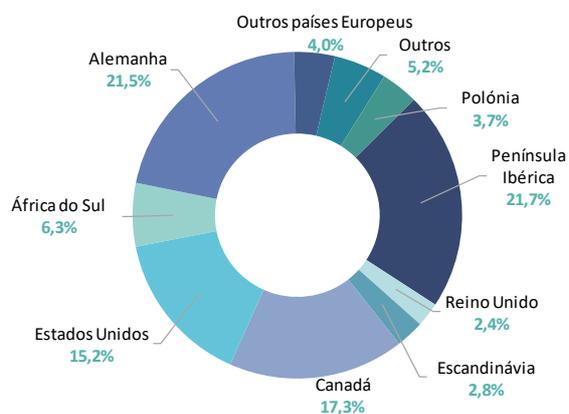
(NÃO AUDITADOS)

	2018	2019
Volume de Negócios Proporcional	612	606
EBITDA Recorrente Proporcional	74	64
Margem EBITDA Recorrente Proporcional	12,0%	10,5%
RÁCIO DE DÍVIDA LÍQUIDA PARA O EBITDA RECORRENTE		
Dívida Líquida Sénior Proporcional (excluindo Obrigações Subordinadas)	311	283
Rácio de Dívida Líquida Sénior para o EBITDA Recorr. (Proporcional)	4,2 x	4,4 x

Em 2019, o rácio **Dívida Líquida Sénior para o EBITDA Recorrente Proporcional** foi de cerca de 4,4x (incluindo o impacto da IFRS 16), o que compara com 4,2x em 2018. A Dívida Líquida Sénior Proporcional exclui as Obrigações Subordinadas (50 milhões de euros, emitidas durante o 4T19).

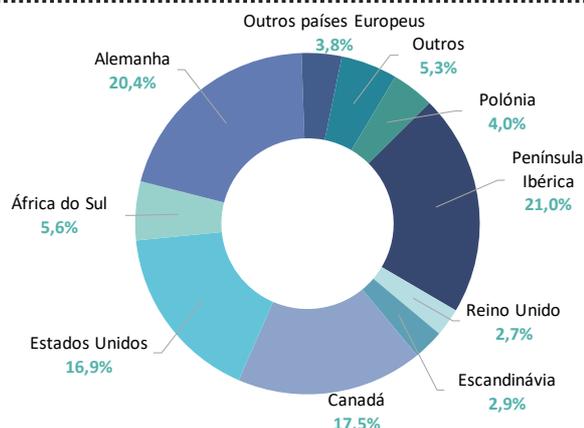
VOLUME DE NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO

2018



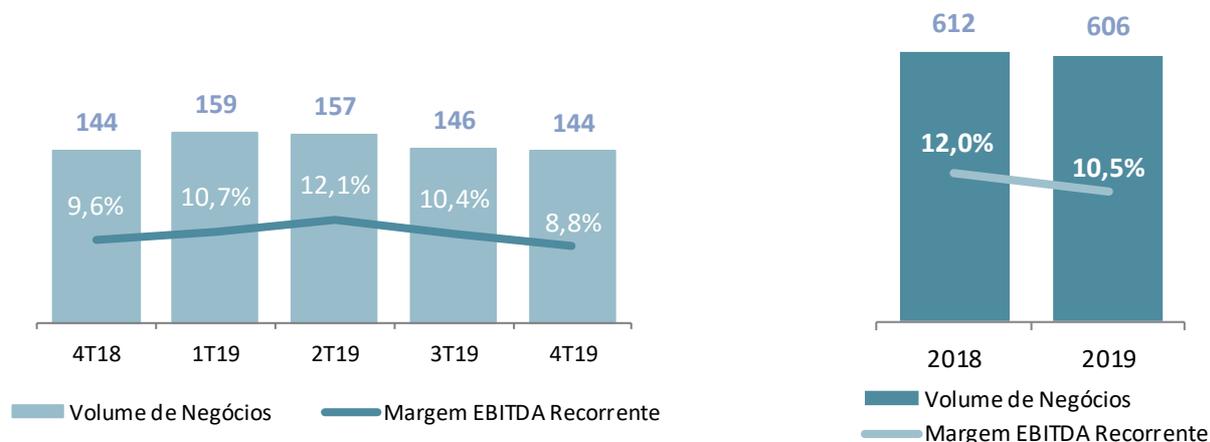
VOLUME DE NEGÓCIOS PROPORCIONAL POR MERCADO DE DESTINO

2019



VOLUME DE NEGÓCIOS E EBITDA RECORRENTE PROPORCIONAIS (não auditados)

MILHÕES DE EUROS



O **Volume de Negócios Proporcional** de 2019 foi 6,4 milhões de euros inferior face ao ano passado. Esta evolução resulta de uma menor contribuição da Sonae Arauco (-16,2 milhões de euros) que foi afetada pela redução dos volumes de vendas e dos preços médios de venda, que mais do que compensou a variação positiva nos negócios integralmente detidos (+9,8 milhões de euros).

O **EBITDA Recorrente Proporcional** de 2019 foi de cerca de 63,9 milhões de euros (incluindo um efeito positivo de cerca de 4,0 milhões de euros resultante da aplicação da IFRS 16), 9,7 milhões de euros menor face a 2018, devido a uma redução de 9,5 milhões de euros da contribuição da Sonae Arauco que se explica pelas condições de negócio mais difíceis e também pelo facto do EBITDA Recorrente de 2018 incluir o reconhecimento de um montante significativo de compensações de seguro.

Os **custos médios variáveis unitários (por m³)** aumentaram, face ao ano anterior, no Canadá (em moeda local e em euros) e na Sonae Arauco.

O **número de colaboradores da Sonae Indústria**, no final de dezembro de 2019, era de 3.316 FTEs¹⁶ incluindo 100% das operações da Sonae Arauco.

2.6. PERSPETIVAS FUTURAS PARA 2020

As perspetivas futuras para 2020 estão claramente marcadas pelos significativos impactos prejudiciais da pandemia COVID-19, como descrito na secção 2.10 abaixo, que irão limitar ou restringir o alcance das nossas metas para este ano.

Como resultado, certos investimentos que estavam a ser considerados para 2020 podem ter que ser adiados ou concluídos faseadamente.

Não obstante estas circunstâncias extraordinárias, não vamos perder de vista os nossos objetivos estratégicos e vamos procurar atingi-los na medida em que as condições externas o permitirem.

2.7. INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES E EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO

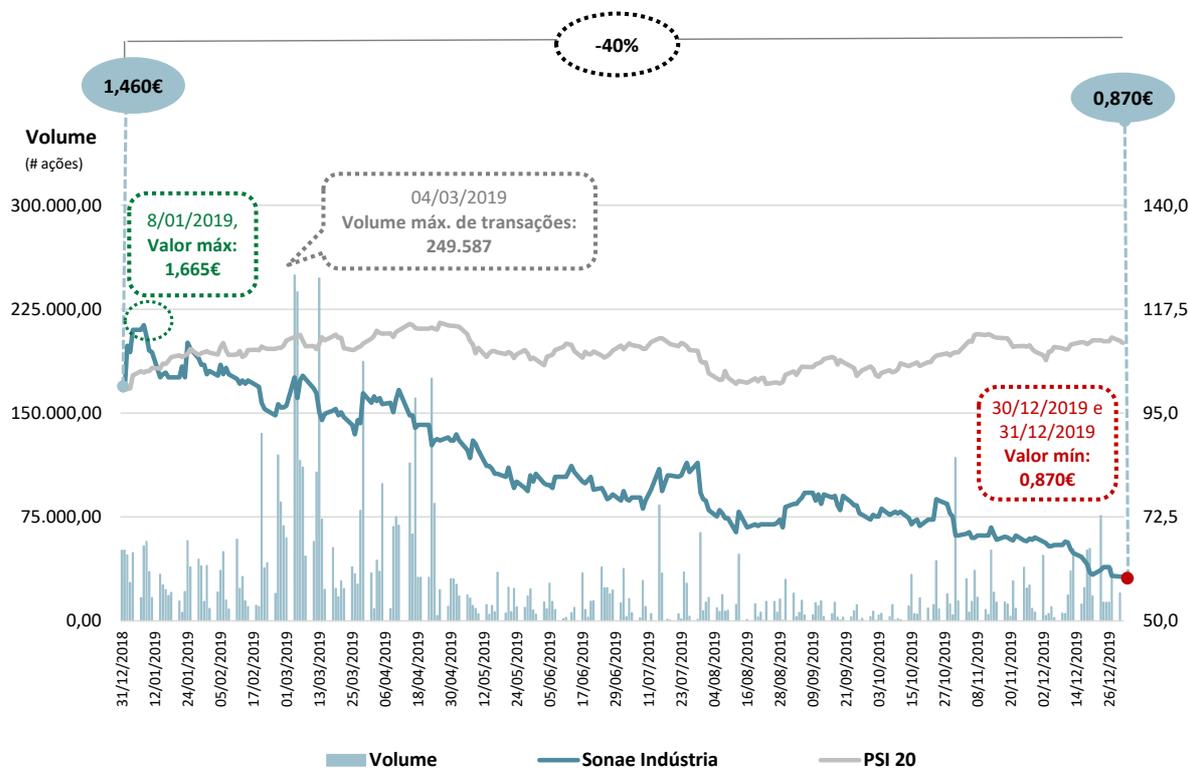
¹⁶ Número de colaboradores: FTEs excluindo estagiários e externos e para a Sonae Arauco considerando, desde 2018 inclusive, 100% da Laminare Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para a produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF).

A Sonae Indústria, SGPS, SA é uma empresa cotada na NYSE Euronext Lisbon, com um acionista maioritário – a EFANOR Investimentos, SGPS, SA – que atualmente detém, direta ou indiretamente, aproximadamente 68,6% do capital social.

Desempenho das ações

Código ISIN **PTS3P0AM0025** (Até 28/07/2017: Código ISIN PTS3P0AM0017)
Código Bloomberg **SONI**
Código Reuters **SONI.LS**

	2017	2018	2019
Capital Social	253.319.797,26	253.319.797,26	253.319.797,26
Número de ações	45.403.029	45.403.029	45.403.029
Resultados Líquidos	15.265.731	11.028.470	-13.369.349
Resultados Líquidos por ação	0,336	0,243	-0,294
Dividendos por ação	0,000	0,000	0,000
Cotações			
Máximo ano	3,6590	4,1400	1,6650
Mínimo ano	1,4000	1,3750	0,8700
Média ano	2,2956	2,7039	1,2086
Cotação a 31-Dec	3,5010	1,4600	0,8700
Capitalização Bolsista a 31-Dec	158.956.005	66.288.422	39.500.635
Volume médio de transações diário (ações)	57.761	50.477	28.554



O desempenho das ações da Sonae Indústria é bastante dependente dos ciclos do negócio, dada a correlação com as indústrias da construção residencial e de mobiliário. Desta forma, a evolução do preço das ações da Sonae Indústria é historicamente afetada pelos ciclos económicos e de negócio.

Durante 2019, o valor da cotação da Sonae Indústria variou consideravelmente em termos relativos, contrastando com uma evolução menos pronunciada do Índice de Mercado de Capitais Português (PSI 20). Por conseguinte, o valor da cotação da Sonae Indústria reduziu 40% desde o final de 2018 até ao final de 2019 (com o índice PSI 20 a aumentar 10%).

O volume diário de transações mais elevado das ações da Sonae Indústria foi registado no dia 4 de março (249.587 transações).

Em termos do valor da cotação da ação, durante 2019, o valor mínimo foi registado em duas sessões consecutivas: nos dias 30 de dezembro e 31 de dezembro (0,870 euros). Por outro lado, o valor máximo da cotação da ação foi alcançado no dia 8 de janeiro (1,665 euros).

Em relação à liquidez, as ações da Sonae Indústria tiveram, durante 2019, um volume médio de transações de 28.544 ações por dia.

2.8. TRANSAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS

A Sonae Indústria, SGPS, S.A., não adquiriu ou vendeu ações próprias durante o ano e, em 31 de dezembro de 2019, a empresa não detinha quaisquer ações próprias.

2.9. POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração definiu como objetivo a distribuição aos acionistas de 50% dos lucros anuais da empresa.

O rácio de pagamento real é proposto pelo Conselho de Administração em cada ano, tendo em consideração a sustentabilidade da estrutura de capitais da empresa e as fontes de financiamento disponíveis, bem como os planos de investimentos existentes.

2.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

A propagação do vírus Covid-19 à escala mundial, nos primeiros meses de 2020, está a ter significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

As medidas extraordinárias impostas pelas autoridades nas várias regiões onde a Sonae Indústria opera os seus negócios (nomeadamente Europa, América do Norte e África do Sul), têm tido também um impacto significativo não só no quotidiano das pessoas, mas também nos negócios incluindo nas operações da Sonae Indústria.

Deste modo, durante os últimos dias e como resultado da pandemia COVID-19:

- a Sonae Arauco encerrou temporariamente as suas unidades industriais em Espanha e África do Sul, países onde as imposições legais das autoridades locais para combater a pandemia atualmente impedem a continuação da atividade da maioria dos negócios;
- o nosso negócio da América do Norte procedeu ao encerramento parcial e temporário da sua unidade industrial de Lac Mégantic, no Canada (por imposição legal das autoridades locais para combater a pandemia).

Encontra-se neste momento a ser equacionada a possibilidade de encerramento temporário de mais unidades industriais considerando nomeadamente a diminuição do nível de encomendas, provocada pela redução ou

encerramento temporário da atividade dos clientes e a possível indisponibilidade de algumas matérias primas. As próprias medidas determinadas pelas autoridades locais com vista à mitigação da pandemia Covid-19, poderão também condicionar o funcionamento das nossas outras operações.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Sonae Indústria não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Sonae Indústria irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

3. GESTÃO DE RISCOS

3.1. POLÍTICA DE GESTÃO E RISCOS DE CRÉDITO

a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da política de gestão de riscos de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de gestão de risco de crédito para análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito e os comportamentos de pagamento dos clientes. Estas comissões são também uma oportunidade para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas;
- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

b) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiros usadas pelas empresas do grupo.

3.2. RISCOS DE MERCADO

a) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a empresa está exposta ao risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não utiliza instrumentos derivados financeiros para cobrir a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "cash flow operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "cash flow operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Em dezembro de 2019 a Sonae Indústria emitiu 50 milhões de euros de um Empréstimo Obrigacionista Subordinado com prazo de 10 anos e juros a taxa fixa.

b) Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de "Outro Rendimento Integral Acumulado".

c) Risco de Liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;

- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

3.3. RISCOS LEGAIS

A Sonae Indústria e as suas subsidiárias estão obrigadas e promovem ativamente o respeito pelas leis aplicáveis nos países e regiões em que operam. Mudanças nesses enquadramentos legais podem traduzir-se em alterações, ou mesmo restrições, às condições atuais de exploração e podem originar custos acrescidos.

A Sonae Indústria, SGPS, SA é, e pretende continuar a ser, reconhecida pela forma como age de acordo com as regras e os valores da concorrência com base no mérito, na força dos mercados livres e no respeito ilimitado pelo consumidor. Para atingir esse objetivo, estão em vigor medidas para reforçar a promoção e divulgação das iniciativas de conformidade existentes dentro do Grupo. Tais medidas incluem formação para os colaboradores, a fim de garantir que todas as partes da nossa organização, em todas as geografias, têm uma consciência mais profunda e mais completa e um respeito mais rigoroso perante as suas obrigações legais.

3.4. RISCOS OPERACIONAIS

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, decorrente nomeadamente de eventuais acidentes envolvendo incêndio e explosão. Consequentemente, a gestão de risco operacional é uma preocupação central da empresa e temos uma postura ativa na implementação de normas e na seleção de sistemas capazes de reduzir os riscos industriais.

Para uma descrição pormenorizada destes riscos e das iniciativas desenvolvidas para os mitigar, consultar o capítulo 4. e o Relatório sobre o Governo da Sociedade.

4. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Este relatório de informação não financeira, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi elaborado em linha com os requisitos estabelecidos na lei portuguesa pelo Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho, que altera o Código das Empresas ao nível da informação não financeira.

Em linha com a legislação mencionada, o reporte de informação não financeira é parte integrante deste Relatório de Gestão.

Neste âmbito, através da demonstração de informação não financeira, a Sonae Indústria pretende informar sobre questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, relacionadas com o respeito dos direitos humanos, o combate à corrupção e às tentativas de suborno, a igualdade entre mulheres e homens, a não discriminação, assim como outra informação que a empresa tenha identificado como relevante na execução das suas atividades de negócio.

Para a elaboração deste relatório foram consideradas as questões ambientais, sociais e socioeconómicas com elevado nível de relevância e que podem afetar a capacidade da Sonae Indústria de criar valor no curto, médio e longo prazo.

Para identificar os tópicos que são relevantes e devem ser reportados consideramos diversos critérios, sendo os principais os seguintes:

- A relevância das questões ou indicadores, tanto a nível interno para a entidade, como externamente para os seus *stakeholders* e público-alvo;
- O sector de atividade em que a empresa opera; e
- A sensibilidade da informação.

4.1. A SONAE INDÚSTRIA

4.1.1. NEGÓCIO

Parceria estratégica com a Arauco

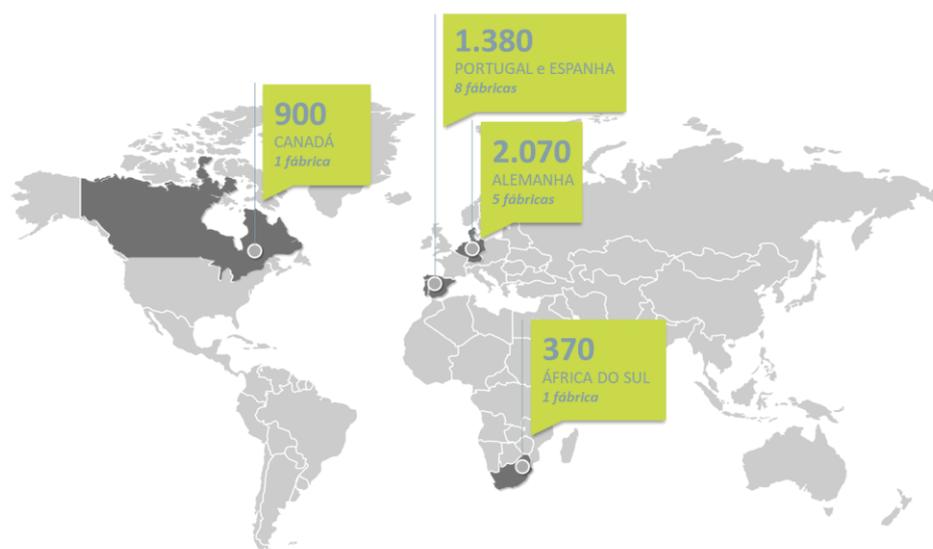
A 31 de maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS,S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da “Sonae Arauco”, uma parceria 50/50 que engloba as operações de painéis derivados de madeira e atividades relacionadas que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul, nomeadamente todas as suas unidades de produção de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado. Esta parceria tem como objetivo criar uma empresa forte nos mercados Europeus e Sul-Africanos e reforçar o seu compromisso de longo prazo com a indústria de painéis derivados de madeira.

Negócios detidos integralmente

Além da participação de 50% na Sonae Arauco, a Sonae Indústria detém a propriedade integral do negócio de painéis derivados de madeira na América do Norte e do negócio de Laminados e Componentes, em conjunto com alguns bens imóveis na Europa.

CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA (painéis crus, '000 m³)

SONAE INDÚSTRIA	900
SONAE ARAUCO	3.820



SONAE INDÚSTRIA	SONAE ARAUCO
PORTUGAL	PORTUGAL
Maia <i>HPL</i> Vilela – Paredes <i>C</i>	Castelo de Paiva <i>WV</i> Mangualde <i>MDF+VFB</i> Oliv. Hospital <i>PB+MF+IMP</i> Sines <i>R+IMP</i>
ALEMANHA	ESPAÑA
Horn <i>HPL+CPL</i>	Linares <i>PB+MF+IMP</i> Valladolid <i>MDF+MF+DP</i>
CANADÁ	ALEMANHA
Lac-Mégantic <i>PB+MF</i>	Beeskow <i>PB+MF+MDF</i> Kaisersesch <i>IMP</i> Meppen <i>MDF</i> Nettgau <i>PB+OSB+MF</i>
	ÁFRICA DO SUL
	White River <i>PB+MDF+MF</i>

PB Painéis de aglomerado de partículas; *MDF* Painéis de aglomerado de fibras de média densidade; *OSB* Painéis de aglomerado de partículas longas e orientadas; *MF* Painéis revestidos com papel melamínico; *C* Componentes; *R* Resinas; *HPL* Laminado decorativo de alta pressão; *CPL* Laminado decorativo de processo contínuo; *DP* Painéis de aglomerado de fibras pintados; *IMP* Impregnação de papel; *WV* Folheados de madeira; *VFB* Painéis de aglomerado revestidos a folha de madeira.

A Sonae Indústria opera atualmente um total de quinze fábricas localizadas em cinco países, distribuídos por três continentes, das quais quatro¹⁷ são integralmente detidas e as restantes onze são parte da parceria Sonae Arauco, totalizando 3.316 colaboradores¹⁸, no final de 2019. Considerando apenas os negócios detidos integralmente (isto é sem incluir a contribuição da Sonae Arauco) o volume de negócios atingiu 230,0 milhões de euros em 2019.

¹⁷ Incluindo a unidade industrial de Horn laminados e os bens imóveis cujo interesse económico pertence à Sonae Indústria (no âmbito do acordo celebrado entre a Sonae Indústria e a Arauco), apesar destes ativos pertencerem à GHP GmbH, subsidiária da Sonae Arauco.

¹⁸ Número de colaboradores: FTEs excluindo estagiários e externos e para a Sonae Arauco considerando, desde 2018 inclusive, 100% da Laminare Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para a produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF).

Painéis derivados de madeira

Os painéis derivados de madeira são uma alternativa valiosa à madeira maciça, com algumas claras vantagens, nomeadamente porque permitem uma utilização mais eficiente das matérias-primas. Outra vantagem particular consiste na sua flexibilidade dimensional que, em contraste com a madeira maciça, permite o fabrico de produtos de dimensões feitas-à-medida, as quais podem ser adaptadas aos requisitos das aplicações dos clientes. Assim, hoje em dia, assistimos à substituição da madeira maciça pelos painéis derivados de madeira num número crescente de aplicações.

Comparando com outros materiais de construção, tais como o aço e o betão armado, a madeira tem impactos ambientais adversos significativamente inferiores, quando utilizada como material de construção. Por conseguinte, no que diz respeito às alterações climáticas, os painéis derivados de madeira permitem um efeito positivo através da melhoria da eficiência energética, o que permite aos proprietários das habitações uma redução significativa da sua fatura de energia. Para além disso, quando utilizados para fins relacionados com a construção, estes materiais funcionam como armazenadores de carbono, ajudando, deste modo, a mitigar as emissões de CO₂. No final da sua vida útil, os painéis derivados de madeira podem ser reciclados e transformados em novos produtos, reentrando, assim, num ciclo contínuo de reciclagem. Por este motivo, é expectável que a procura de madeira e de produtos derivados de madeira para a indústria da construção tenha um crescimento sólido com o passar do tempo.

Em tempos em que eventos climáticos extremos como inundações e secas sinalizam que a mudança climática é muito mais do que uma discussão científica teórica, as sociedades em geral – e as empresas em particular – estão constantemente à procura de formas alternativas que permitam combater estes novos cenários climáticos e estas novas realidades.

Os produtos derivados de madeira têm um papel importante a desempenhar nesta realidade. A Sonae Indústria acredita que utilizar mais madeira representa um forte contributo para combater as alterações climáticas, porque pode, por um lado, reduzir as fontes de CO₂ e, por outro lado, aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono. A redução das fontes de CO₂ resulta da madeira ser um material que armazena energia, podendo substituir, em diversas aplicações, outros materiais que usam mais energia – e geram mais emissões – durante a sua produção. A utilização da madeira pode também aumentar os sumidouros de CO₂ e o armazenamento de carbono, uma vez que a própria floresta tem um papel único no sequestro de carbono da atmosfera – as florestas ao crescer, absorvem mais CO₂, e os produtos florestais mantêm o carbono armazenado durante a sua vida útil. A utilização de produtos de madeira estimula um maior crescimento da floresta e um mercado eficiente para produtos de madeira oferece um incentivo financeiro para investir na gestão ativa da floresta. Adicionalmente, quando os produtos de madeira são reutilizados ou reciclados, o armazenamento de carbono é prolongado numa nova vida útil, evitando emissões de CO₂ para a atmosfera.

4.1.2. HISTÓRIA

A SONAE foi fundada em 1959 na Maia, onde tem a sua sede. A sua primeira atividade foi a produção de laminados decorativos de alta pressão.

O processo de diversificação da SONAE iniciou-se em 1971, ao assumir o controlo da Novopan, uma fábrica de aglomerado de madeira situada em Rebordosa, perto do Porto. Na mesma altura instalou-se também a primeira linha de revestimento melamínico e iniciou-se a produção de componentes para mobiliário e decoração de interiores.

Ao longo da década de 90 e até 2007, a Sonae Indústria realizou aquisições e efetuou investimentos significativos em projetos de raiz no Brasil, Canadá, África do Sul, Portugal, Espanha e Reino Unido. Importa também destacar o *spin-off*, em 2005, da sua até então acionista Sonae SGPS, S.A.

Entre 2008 e 2015, e já num contexto de crise económica e financeira a nível mundial, a Sonae Indústria passou por um processo de reestruturação que originou uma redução significativa da capacidade instalada através do desinvestimento em ativos e encerramento de fábricas, que resultou no perímetro atual, com operações industriais em Portugal, Espanha, Alemanha, Canadá e África do Sul.

Em maio de 2016 foi concluída uma parceria estratégica entre a Sonae Indústria, SGPS,S.A. e a Inversiones Arauco Internacional, Limitada (Arauco) através da parceria 50/50, “Sonae Arauco”, que engloba as operações de painéis derivados de madeira, químicos e papel impregnado que a Sonae Indústria detém na Europa e África do Sul. A criação de uma nova marca e imagem corporativa para a Sonae Arauco foi concluída em 2017.

Em agosto 2018, a Sonae Indústria lançou a sua marca de laminados e compactos, Surforma®, destinada às indústrias de construção, mobiliário e *design* de interiores.

Em 2019 as atividades da Lamine Park na fábrica em Eiweiler (Alemanha) foram encerradas. A Lamine Park é a parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para a produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF.

Em 2019, a GHP GmbH, uma subsidiária da Sonae Arauco, anunciou que cessaria, no final de 2020, as suas operações industriais (laminados e *worktops*) na sua fábrica de Horn¹⁹ na Alemanha, e entretanto chegaram a um acordo sobre a venda da sua central de biomassa na fábrica de Horn.

4.1.3. PRODUTOS

Produtos crus e técnicos

Os produtos base da Sonae Indústria, denominados de “produtos crus e técnicos”, compreendem:



- **Aglomerado de partículas (PB)**, um produto muito versátil e indicado para a generalidade das utilizações nas indústrias de mobiliário e construção;



- **Painéis de fibras de média densidade (MDF)**, um excelente substituto da madeira maciça e ideal para o mobiliário, pavimentos e indústria da construção;



- **Painéis de fibras orientadas (OSB)** um produto altamente resistente e indicado para aplicações estruturais e não-estruturais na indústria da construção. Devido à sua semelhança natural com a madeira, tem vindo também a ser utilizado de forma crescente em aplicações decorativas, principalmente em espaços públicos e lojas.

Mais de 50% da nossa produção é transformada em produtos de valor acrescentado, tais como os **painéis revestidos a melamina (MFC)**, painéis acústicos e outros. Estes, por sua vez, são utilizados numa enorme variedade de aplicações, tais como: mobiliário de casa e escritório, armários de cozinha e de casa de banho, portas, painéis de parede, embalagens e decoração de interiores.

Laminados e Componentes

Os laminados garantem alta qualidade de aplicação, onde o *design*, a qualidade e a durabilidade se cruzam. Tratando-se de materiais versáteis e com ótimas características superficiais - como a resistência à abrasão – estas soluções são ideais para o sucesso de qualquer projeto. Os laminados criam ambientes ímpares e disruptivos ao mesmo tempo que conjugam qualidade, versatilidade e exclusividade.

Os compactos resistem a grandes impactos, garantindo fiabilidade e segurança. Respondendo aos ambientes mais rigorosos e a condições instáveis – como situações de grande desgaste ou elevados níveis de humidade – os compactos são o aliado perfeito, dada a sua estabilidade estrutural e substancial resistência.

¹⁹ O interesse económico da unidade industrial de Horn laminados e *worktops* e os bens imóveis pertence à Sonae Indústria (no âmbito do acordo celebrado entre a Sonae Indústria e a Arauco), apesar destes ativos pertencerem à GHP GmbH.

O negócio de Componentes está equipado com os recursos necessários para alcançar elevados níveis de produção mantendo a flexibilidade de responder aos requisitos de *design* e qualidade procurados pelos clientes, podendo produzir vários tipos de produtos e componentes para a indústria de mobiliário.

Produtos Decorativos

PRODUTOS DECORATIVOS NA AMÉRICA DO NORTE



Após o lançamento bem sucedido de duas texturas com tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (EIR), na sua série Sommet[®], Feria[™] e Brava[™], e dos laminados decorativos de alta pressão (HPL) Surforma[®], decorridos em 2018, a Tafisa Canada focou-se na sua série Prelude[®] lançando 7 novas cores em 2019. Estas novas superfícies decorativas, das quais quatro estão disponíveis na textura *urbania* e três na textura *alto*, têm nomes inspirados nos belos locais da América do Norte, tais como, Mégantic, Sable Island, Mojave, Tofino, Mariposa, Appalachia e Niagara. Todas as cores estão disponíveis tanto em painéis revestidos a melamina (TFL) como HPL. Os novos painéis vêm também com um amplo conjunto de produtos complementares, incluindo orlas, portas, laminados 3-D e molduras, permitindo à Tafisa Canada oferecer ao mercado uma extensa gama de produtos complementares.



Em linha com as tendências de cores e texturas sólidas, em 2019 a Tafisa Canada lançou também as cores preto e branco nas texturas Viva[™] e Brava[™].

Na sequência destes lançamentos, em 2019 a Tafisa Canada consolidou a sua posição como líder de *design*, com uma linha completa de acabamentos, TFL e Surforma[®] HPL, disponíveis em mais de 120 combinações de cores e texturas com a série EIR Sommet[®] ou a série Prelude[®] renovada.

Ao longo do ano, a Tafisa Canada marcou presença em vários eventos, como a sexta edição da *Expo Bois Design* no Québec, Canadá; a 41^ª convenção AFDICQ (*Association des fabricants et détaillants de l'industrie de la cuisine du Québec*) em Sherbrooke, Canadá; a WMS (*Woodworking Machinery & Supply Conference and Expo*); o evento nacional para a indústria de madeira do Canadá e a *Inspiration & Tendances exhibition* no Québec, Canadá.

Mais informação em www.tafisa.ca

Innovus – O *match* perfeito para a vida

Innovus é a marca de produtos decorativos que oferece soluções versáteis, tornando as ideias em projetos inovadores. A nova coleção Innovus, totalmente renovada em 2019, apresenta um conjunto de decorativos contemporâneos e novos acabamentos da marca com cores distintas e texturas apelativas e atraentes. A nova coleção inspirou-se na nossa vida quotidiana, os locais onde vivemos e trabalhamos e os que visitamos, que se tornam parte de quem somos. Face a necessidades diferentes, Innovus tem a solução: um *match* perfeito para cada projeto e criação.



Além da sua ampla oferta de madeira, acabamentos e decorativos de uma só cor, Innovus também inclui uma gama abrangente de produtos especiais, nomeadamente:

Innovus Coloured MDF, um produto que combina a força e as propriedades técnicas do painel de fibras de média densidade (MDF) com a atração visual de uma versátil gama de cores. O Innovus Coloured MDF pode também ser combinado com as últimas tendências de melaminas decorativas da coleção Innovus, o que resulta numa solução decorativa única e verdadeiramente distinta.

Innovus Essence, uma gama de produtos que utiliza a tecnologia de dupla-face de motivos em relevo (Embossed in Register – EIR) para obter painéis decorativos com o toque e aparência natural da madeira em painéis revestidos a papel melamínico. O Innovus Essence com as suas duas estruturas – Rústica e Autêntica – e nove desenhos de madeira foi desenvolvido a pensar numa variedade de aplicações tais como portas, mobiliário de sala e painéis de parede, aplicações que realmente valorizam o efeito natural da madeira.

Innovus Magnetic, uma gama de laminados que permite utilizar ímãs e/ou escrever com giz ou marcadores na sua superfície. Esta solução funcional e decorativa é ideal para divisórias e painéis de parede, para lojas, escritórios, escolas e infantários ou mesmo em casa.

Innovus Lamifloor, uma gama de laminados com elevada resistência à abrasão e indicado para aplicações em pavimento.

Innovus Metallic, uma gama de laminados que utiliza metal verdadeiro como elemento decorativo e que pode ser utilizado para aplicações em espaços interiores.

2019 foi o ano do lançamento da nova coleção Innovus: além de novos decorativos, Innovus apresenta novos acabamentos contemporâneos:

- Stucco, uma textura igual à do cimento com um toque cerâmico;
- Fusion, acabamento com uma textura de madeira com um toque quente e natural, remetendo-nos para a madeira trabalhada à mão;
- Spirit, um acabamento expressivo repleto de movimento e contrastes; e
- Cosmos, um acabamento único que leva as estruturas de pedra e cimento a um nível superior, inspirado em pedra natural e cimento.



O ano de 2019 foi também marcado pela presença da Sonae Arauco na Interzum, um dos eventos mais importantes do mundo no setor, que contou com a presença de cerca de 74.000 visitantes profissionais provenientes de 152 países. Numa área com mais de 300 metros quadrados, a Sonae Arauco apresentou a nova coleção Innovus que é constituída por mais de 200 decorativos e 15 acabamentos diferentes e a sua oferta de produtos abrangente.

Ao longo do ano, a Sonae Arauco marcou presença em vários eventos pelo mundo, como o *InteriHotel*, em Espanha, e o *Iberia Retail Summit* e o *Archi Summit*, em Portugal, e também

se associou a parceiros culturais de reconhecida notoriedade, como o Centro Cultural de Belém ou a Casa da Arquitectura, em Portugal.

Mais informações em www.sonaearauco.com

SURFORMA® - LAMINADOS E COMPACTOS

SURFORMA®
by Sonae Indústria

Os laminados e os compactos Surforma® são um material excelente para superfícies interiores e exteriores. Os laminados podem ser utilizados ou aplicados sobre substratos adequados e os compactos são autoportantes. Os produtos Surforma® cumprem os requisitos rigorosos de higiene, resistência ao fogo e à humidade e propriedades mecânicas e estão disponíveis em

várias cores, padrões e texturas, oferecendo variadas opções para arquitetos e designers. As suas superfícies são duras e resistentes ao desgaste, impacto e riscos, fazendo com que tenham mais durabilidade, sejam mais fáceis de limpar e muito resistentes ao vandalismo.

2019 foi um ano marcante pelo *design* e desenvolvimento da primeira coleção Surforma. A primeira coleção Surforma inclui um conjunto de decorativos contemporâneos e novos acabamentos com cores distintas, padrões apelativos e texturas atraentes.

Esta coleção apresenta soluções completas e inovadoras para os laminados decorativos e oferece soluções versáteis, realçando as elevadas propriedades dos laminados e possibilitando aos clientes a escolha da cor certa, o acabamento ideal e o padrão perfeito, para criar projetos inovadores e de sucesso.

A coleção Surforma tem o acabamento perfeito para cada decorativo:

ULTRA SMOOTH é um laminado elegante e quente ao toque com propriedades *anti-fingerprint*.

STUCCO é uma textura igual à do cimento com um toque cerâmico. O seu desenvolvimento foi inspirado nos ambientes industriais e urbanos e na sua superfície altamente tátil

COSMOS um acabamento único que leva as estruturas de pedra e cimento a um nível superior.

SPIRIT é um acabamento expressivo repleto de movimento e contrastes que transmite a verdadeira essência da madeira, resultando num produto de máxima qualidade.

FLOW É um acabamento único com poros cruzados delicados que criam ondas subtis, conferindo um aspeto muito natural e espontâneo à superfície.

FUSION é um acabamento com textura de madeira que proporciona um toque quente e natural ao recriar o aspeto de madeira trabalhada à mão.



A Sonae Indústria apresentou de forma oficial a sua nova marca Surforma®, lançada em 2018, na feira da Interzum 2019 na Colónia, Alemanha, para se afirmar ainda mais no mercado e assim reforçar o ADN que a caracteriza.

Na feira da Interzum 2019 a Surforma® apresentou, pela primeira vez, a nova coleção da marca, destacou o projeto FlexComp e acabamentos HPL sincronizados (tecnologia de motivos de relevo) disponíveis em Laminados *match* com Melaminas, vendidos na América do Norte pela Tafisa Canada. Surforma® é o fornecedor de HPL exclusivo da coleção Innovus 3.0 de Sonae Arauco que foi lançada na feira de Interzum 2019.

Em 2019, a Surforma® participou também em vários eventos da feira, tais como a cerimónia de abertura, a cerimónia de entrega de prémios e o *Speakers Corner*, um espaço criado para as marcas presentes no evento se apresentarem ao mercado e darem a conhecer os produtos.

A Surforma® criou, em 2019, as suas contas de redes sociais no LinkedIn, Facebook e Instagram, aproximando-se dos seus clientes, e também um catálogo que reflete o posicionamento da marca e apresenta a nova coleção.

Ainda em 2019, a Surforma® e a ColorADD estabeleceram uma parceria de longo prazo para a utilização de um código universal de cores em todas as cores e texturas Surforma®, permitindo às pessoas daltónicas tomarem decisões mais informadas. O ColorADD é um código universal de cores que pode ser usado pelos cerca de 350 milhões de daltónicos em todo o mundo.

Mais informações em www.surforma.com

Componentes de mobiliário

||| **movelpartes**

O negócio de **Componentes**, dotado de uma equipa com vasta experiência e apoiado em tecnologia moderna, desenvolve soluções para os seus clientes, com diversas aplicações em todo o tipo de mobiliário, incluindo mobiliário de cozinha, diversos tipos de mobiliário em *kits*, soluções de arrumação, prateleiras, perfis e rodapés.

No seguimento da estratégia definida pela empresa após a conclusão do investimento de 2,8 milhões de euros efetuado no final de 2017 e o processo de rebranding em 2018, ambos com o objetivo de reforçar a presença no mercado português de componentes para a indústria de mobiliário, a Movelpartes, empresa localizada em Vilela, concelho de Paredes, Portugal, tem-se focado em desenvolver o seu negócio procurando nos mercados novas oportunidades de exportação e desenvolvendo a sua oferta de produtos. O aumento das vendas de exportação, particularmente em Espanha, mas também para outros destinos, combinado com o desenvolvimento de novos produtos para o mercado, nomeadamente *Movelpartes Kitchen Carcasse line* e *Painéis Sandwich*, são a base para o desenvolvimento esperado nos próximos anos. Os *Painéis Sandwich* da Movelpartes são painéis de madeira com aplicação de laminados decorativos de ambos os lados, possibilitando ao cliente diminuir o tempo e o esforço normalmente gastos na produção do material.



Mais informações em www.movelpartes.pt

4.1.4. ESTRATÉGIA

O modo como nos vemos como empresa, como agimos e nos relacionamos com outros e com o mundo à nossa volta, representa uma cultura corporativa de melhoria contínua – desafiamo-nos constantemente para termos um melhor desempenho – que é sustentada pela nossa Missão, Visão e Valores.

VISÃO:

Ser reconhecido como um líder mundial sustentável no sector dos painéis derivados de madeira, proporcionando de forma consistente, aos nossos clientes, os melhores produtos, mantendo os mais elevados níveis de serviço e promovendo práticas empresariais e ambientais responsáveis.

MISSÃO:

O nosso objetivo é retirar o máximo potencial dos painéis derivados de madeira para benefício dos nossos clientes, acionistas, colaboradores e da sociedade em geral.

As nossas atividades estão assentes em boas práticas de governo de sociedades, na melhoria contínua da eficiência das operações e na promoção ativa de inovação, proporcionando um ambiente de trabalho motivador, seguro e justo.

VALORES E PRINCÍPIOS

Os nossos valores representam a pedra basilar sobre a qual o nosso negócio é construído e são os princípios orientadores do nosso comportamento. O nosso sistema de valores enfoca-se em quatro importantes princípios: Ambicioso, Inovador, Autêntico e Responsável, que podem depois ser subdivididos nos valores e aptidões ilustradas na figura abaixo.



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:

1. América do Norte:

- Continuar a melhorar a oferta de produtos, o *mix* de produtos e o nível de serviço ao cliente.
- Melhorar as nossas soluções decorativas com o lançamento de novas cores e acabamentos melamínicos.
- Aproveitar o investimento numa nova linha de revestimento quente para introduzir novos acabamentos e procurar investimentos em novos produtos decorativos.
- Reforçar as parcerias com fornecedores para produtos complementares à nossa coleção de melamina, incluindo *matching* de laminados decorativos de alta pressão (HLP) produzidos pelo nosso negócio de Laminados em Portugal.
- Investir em melhorias de produção.

2. Laminados e Componentes:

- Melhorar a rentabilidade aproveitando as oportunidades de crescimento com os atuais e novos clientes e com produtos novos e inovadores.
- Reforçar as parcerias para o fornecimento de laminados condizentes com os produtos da Tafisa Canada e da Sonae Arauco.
- Desenvolver as iniciativas em curso para reduzir materialmente os custos de produção dos Laminados.
- Melhorar significativamente a nossa competitividade industrial e oferta aos clientes nos Componentes beneficiando da nova linha de orlagem.

3. Apoiar a Sonae Arauco a alcançar os seus objetivos estratégicos focados no investimento em produtividade e flexibilidade, melhorando o *mix* de produtos, nomeadamente através das suas soluções decorativas, e melhorando a qualidade dos produtos e o nível dos serviços oferecidos aos clientes.

4. Procurar uma estrutura de capital mais equilibrada e flexível para financiar o crescimento futuro da empresa.

4.1.5. PRINCIPAIS EVENTOS EM 2019

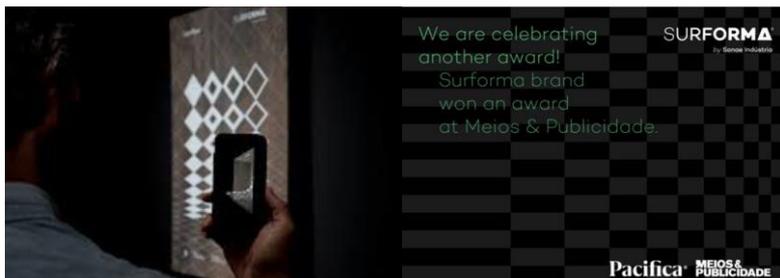
19 fevereiro 2019	Comunicado sobre intenção de encerramento da LaminarePark e EBITDA Recorrente do 4T18 (valores não auditados)
27 março 2019	Comunicado dos resultados consolidados do exercício de 2018
29 abril 2019	Comunicado sobre deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas
8 maio 2019	Comunicado dos resultados consolidados do 1º trimestre de 2019
6 junho 2019	Comunicado sobre intenção de encerramento das atividades em Horn (Alemanha)
29 julho 2019	Comunicado dos resultados consolidados do 1º semestre de 2019
16 setembro 2019	Divulgação do Plano para a Igualdade de Género 2020 da Sonae Indústria
30 outubro 2019	Comunicado dos resultados consolidados dos primeiros nove meses de 2019
20 dezembro 2019	Comunicado sobre acordo em operações de financiamento

4.1.6. PRÉMIOS E PROJETOS INOVADORES

Surforma® e This is Pacifica – prémio nacional de *design*

Em março de 2019, a empresa This is Pacifica, responsável pela designação e desenvolvimento da nova marca da Sonae Indústria, lançada em 2018 - Surforma® - foi premiada na Cerimónia de *Design* da Meios & Publicidade, sendo reconhecida pelo desenvolvimento do Projeto de Realidade Aumentada ou Surforma AR *Posters*.

Surforma AR *Posters* é uma tecnologia desenvolvida pela This is Pacifica para possibilitar a interação do cliente com os posters da surforma e conhecer os detalhes dos produtos.



aparência dos produtos Surforma.

This is Pacifica desenvolveu cinco posters para representar as cinco categorias de produto da Surforma®: Magnéticos, Metais, Laminados, Lamifloor e Unicolor.

Este projeto foi desenvolvido tendo em conta que a marca Surforma foi pensada para ter uma abordagem mais dinâmica que poderia reforçar a multiplicidade de formas e

SONAE ARAUCO – Prémio *Best Digital Transformation Enterprise*

A Sonae Arauco recebeu o prémio *Best Digital Transformation Enterprise*, como reconhecimento do processo de transformação digital atualmente em curso, na 4ª edição dos *European Digital Mindset awards*, organizado pelo *Digital Enterprise Show* em Madrid.

Os *European Digital Mindset Awards* reconhecem as iniciativas e projetos internacionais mais relevantes de transformação digital realizados por *startups*, líderes de negócio e grandes entidades, com o intuito de promover a economia digital. Esta edição dos *European Digital Mindset Awards* reconheceu 6 profissionais e projetos, incluindo o *Best Digital Transformation Enterprise* que se foca em projetos de passagem de um modelo de negócios tradicional para um modelo de negócios digital ou que combinaram melhor os dois modelos.

SONAE ARAUCO – Prémio *Intelligent Material & Design – Elevada Qualidade de Produto*

A Sonae Arauco foi reconhecida na Interzum 2019, na Colónia, com o prémio *Intelligent Material & Design 2019*, na categoria Elevada Qualidade de Produto, pelo seu produto 3DF *Three Dimensional Fiberboard*. Este prémio considera os aspetos inovadores do material, função e *design*.



O 3DF é um aglomerado de fibras de madeira que pode ser moldado através da aplicação de temperatura e pressão (moldagem por compressão) e que é utilizado para criar estruturas profundas e diâmetros grandes de forma muito rápida e produtiva. Esta tecnologia permite substituir processos tradicionais, tais como a formação de contraplacado e o processo CNC (fresagem assistida por computador), e proporciona melhorias extraordinárias em termos de produtividade, qualidade, opções de *design* e proteção ambiental.

SONAE ARAUCO – Prémio TTJ – desenvolvimento de produto

A Sonae Arauco venceu o prestigiado prémio TTJ na categoria de desenvolvimento de produto com o 3DF - *Three Dimensional Fiberboard*. Os prémios anuais da revista TTJ sublinharam a importância, a modernidade e a orientação para o futuro da indústria da madeira, ao mesmo tempo que reconheceram os feitos por ela alcançados nas áreas que são fundamentais para o sucesso da empresa.

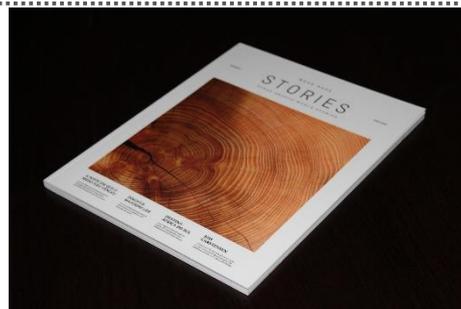


SONAE ARAUCO - *Golden Stevie® Awards 2019*

A revista da Sonae Arauco *Wood Made Stories* venceu *Gold* no *Golden Stevie® Awards 2019*. Os *Stevie® Awards* reconhecem os esforços e realizações alcançadas mais notáveis das empresas a um nível global.

Esta revista foi também distinguida na categoria de design editorial nos Prémios Lusófonos da Criatividade e como a melhor publicação institucional nos prémios da Meios & Publicidade.

A *Wood Made Stories* resultou de um projecto conjunto entre a Sonae Arauco e a LLYC. Com este projeto, a Sonae Arauco procurava uma publicação que contribuísse para aproximar os colaboradores, independentemente da sua localização geográfica, e que fomentasse o sentimento de pertencer a um grupo internacional que tem as suas pessoas como principal prioridade, reforçando simultaneamente o posicionamento da marca através de um suporte diferenciador.



Projeto DecoChrom



O Projeto DecoChrom é um projeto com a duração de 48 meses que foi iniciado em janeiro de 2018. Ao elevar os produtos gráficos impressos para a era da interatividade, este projeto capacita as indústrias criativas com um conjunto de ferramentas e de materiais avançados e inovadores para projetar e construir interfaces humanas práticas e esteticamente agradáveis para bens de consumo e ambientes inteligentes. O consórcio DecoChrom, do qual a Sonae - Indústria de Revestimentos, S.A. (SIR) é um membro, desenvolve dispositivos electrónicos impressos (EC) como a solução gráfica interativa com um consumo de energia ultra-reduzido, compatível com a indústria de impressão, para inteligência ambiental. Este projeto reúne um forte consórcio interdisciplinar com 15 parceiros, equilibrado entre indústria e investigação, com *backgrounds* de última geração em design, química, impressão, revestimentos e laminados, integração de sistemas electrónicos e soluções completas de eletroquímica. Este projeto foi financiado pelo programa de investigação e inovação *Horizon 2020* da União Europeia.



Após um ano de execução deste projeto a equipa está a integrar dispositivos electrónicos em laminados decorativos de alta pressão para a produção industrial de provas de conceito de mobiliário e um pavimento de ginásio. O projeto foi apresentado na feira *Interzum* de 2019 em Colónia, Alemanha.

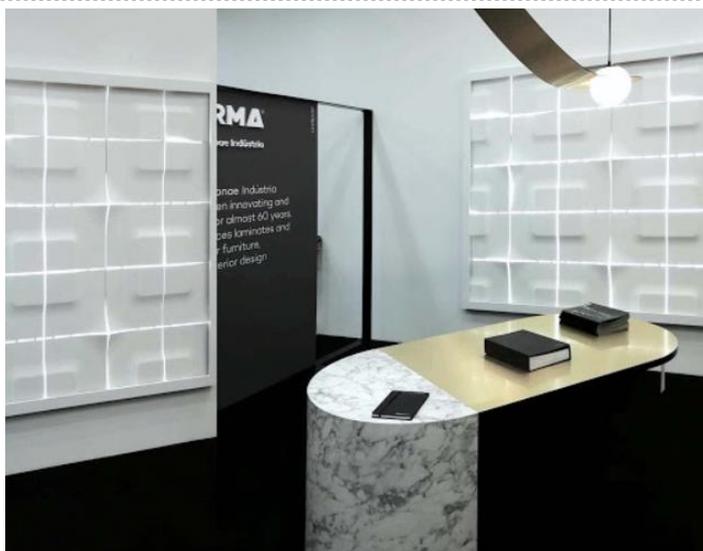
Mais informações em www.decochrom.com

Projeto FlexComp



O Projeto FlexComp iniciou-se em novembro de 2017 como um projeto de 24 meses que terminou em novembro de 2019 e resulta de uma necessidade identificada nos mercados de transportes e mobiliário, de substituir os metais e polímeros presentes nas suas estruturas por outros com características mais leves, resistentes e sustentáveis. O uso de materiais compósitos é uma alternativa atrativa, na medida que permitem não só a redução do consumo de combustível como das emissões de gases poluentes, e incluem a especificidade adicional de serem mais recicláveis. Por conseguinte, a Sonae – Indústria de Revestimentos, S.A. pretende ir ao encontro das necessidades identificadas, disponibilizando um compacto pós-deformável, destinado às indústrias automóvel, ferroviária e aeroespacial, com pequenas alterações no seu processo produtivo. O projeto FlexComp são compactos pós-deformáveis com a capacidade de adoptar geometrias mais complexas com o aumento da temperatura e pressão nos processos de moldagem. Este projeto aborda o desafio social “Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados”, proposto na estratégia Europa 2020, numa dupla perspectiva: a redução do peso com impacto direto na queda das emissões de gases poluentes e a reciclabilidade através da possibilidade de reutilizar o mesmo material de forma mais sustentável.

Em 2019, no âmbito de uma parceria com a ESAD (Escola Superior de Arte e Design) e a UMA (Universidade da Madeira), estudantes e professores foram convidados a aplicar a sua imaginação no novo material FlexComp, conceptualizando ideias criativas para aplicações futuras nos mercados de mobiliário, iluminação, *design* de interiores e mobilidade. Para garantir os melhores resultados visuais possíveis, a Surforma® realizou uma semana de trabalho nas instalações da ESAD, dando todo o suporte e comentários aos estudantes durante o processo. Os estudantes exploraram vários conceitos, produzindo modelos virtuais 3D e propostas de aplicação do produto FlexComp para uma seleção cuidadosa dos vencedores. A parceria envolveu duas fases: a criação de painéis decorativos e flexíveis para aplicações verticais como paredes e a utilização de produtos FlexComp para criar revestimentos para objetos e mobiliário como drones, cadeiras e entre outros. A peça final foi apresentada na feira Interzum de 2019 em Colónia, Alemanha.



No âmbito do projeto FlexComp, em julho de 2019 foi organizado um dia aberto com o objetivo de apresentar os produtos que foram desenvolvidos ao longo do projeto. Foram convidados a partilhar este evento, que juntou perto de 100 pessoas, diversas entidades académicas e profissionais, assim como associações.

Projetos UE



A Sonae - Indústria de Revestimentos, S.A. tem estado ativamente envolvida na participação e submissão de diversos projetos europeus H2020, principalmente nas áreas de impressão eletrónica, eletrónica estrutural e simulação, assim como os projetos STEFFI,

PVISE e *Paradigm*, recentemente submetidos.

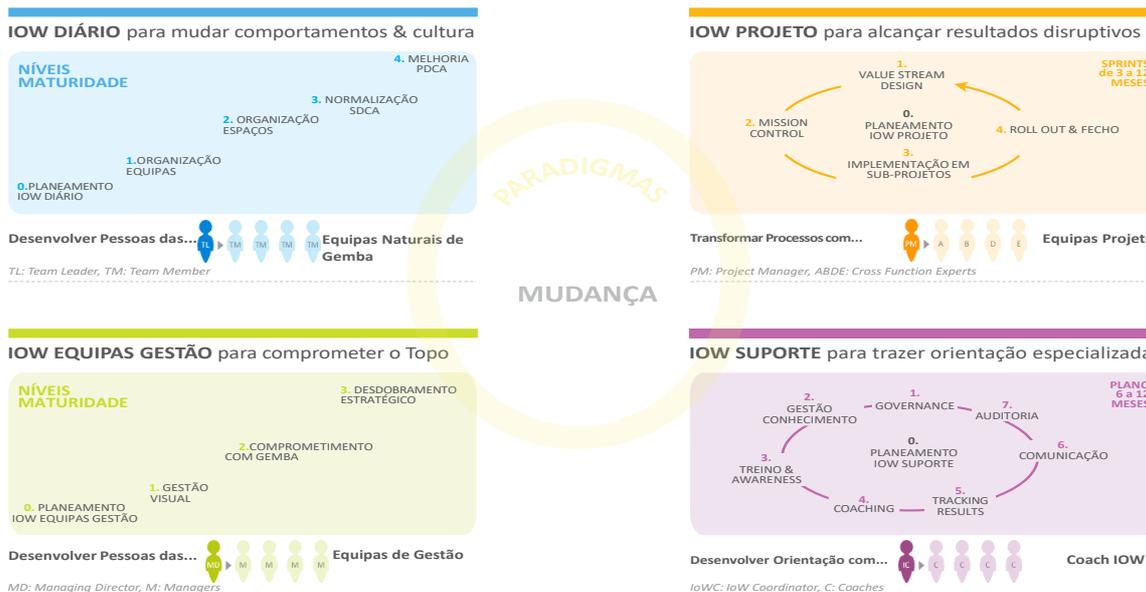
4.1.7. IMPROVING OUR WORK (IOW)

A iniciativa IOW (*Improving our Work*) é um pilar da cultura e do modo de trabalhar das empresas Sonae. É uma poderosa filosofia e metodologia de procura da produtividade e da qualidade, todos os dias, em qualquer lugar, por parte de todos, criando valor sustentável para os *stakeholders* da Sonae.

Tendo por base o ciclo de melhoria, o modelo IOW está estruturado em torno de 4 pilares:

- **IOW Diário:** Melhorar as Equipas Naturais e promover a cultura de melhoria contínua;
- **IOW Projeto:** Aperfeiçoar processos com equipas multidisciplinares;
- **IOW Líderes:** Desenvolver, acompanhar e apoiar a implementação da estratégia com as equipas de gestão;

- **IOW de suporte:** Apoio a todas as atividades de IOW por equipas de IOW.



O objetivo do modelo IOW é desenvolver a capacidade de mudança na organização, fomentando alterações nos comportamentos e melhorias nos processos de negócio, ao mesmo tempo que procura assegurar a excelência operacional para melhorar o nosso desempenho global.

Como esta mudança é uma jornada, seis anos após a implementação do nosso sistema de Melhoria Contínua, a Sonae Indústria continua a sua iniciativa IOW.

O pilar “**IOW Diário**” continua a ser um foco importante para garantir a estabilidade básica dos nossos processos. As nossas equipas estão a trabalhar utilizando rotinas do IOW Diário, tais como reuniões padronizadas, ferramentas 5S, normalização de processos e metodologia estruturada de resolução de problemas. Neste âmbito, estamos a dar especial atenção a assegurar a sustentabilidade das melhorias implementando rotinas de confirmação dos processos.

A implementação do “**IOW Projeto**” ajuda a gerir melhor as iniciativas de longo prazo e mais disruptivas dentro da organização. Continuamos a expandir a utilização de boas práticas para gestão de projetos e formação das nossas equipas em abordagens novas e melhoradas.

O “**IOW Líderes**” e as atividades de “**IOW de suporte**” completam a dinâmica do IOW, reforçando o compromisso da gestão e as orientações especializadas. Continuamos a acreditar que o esforço colocado na formação dos nossos colaboradores, assegurando uma linguagem comum e melhorando as suas competências, é um fator chave para o sucesso. Além do IOW Lab, uma abordagem de formação para novos colaboradores implementada em 2018, o centro de formação IOW foi projetado e implementado em 2019, novas soluções de formação como IOW para gestores de topo, IOW para gestores e IOW especializado.

Conscientes que é fundamental as boas práticas serem partilhadas, estão disponíveis, desde 2019, várias visitas de estudo dentro das empresas Sonae para as equipas poderem visitar locais inspiradores com bons exemplos de implementação IOW.

As nossas equipas continuam a adotar o IOW, melhorando continuamente com o objetivo de alcançar excelentes resultados e satisfação dos clientes.

4.2. QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES

Pessoas

Na Sonae Indústria acreditamos que as pessoas são a peça chave para a mudança no caminho do futuro. Preocupamo-nos com a segurança e bem estar dos nossos colaboradores e esforçamo-nos por apoiar o seu

desenvolvimento pessoal e profissional de forma a atingirem as suas próprias ambições de carreira. Reiteramos o compromisso com as nossas pessoas através dos valores de Cooperação, Não discriminação e Higiene e Segurança.

O crescimento do nosso negócio através de aquisições desafiou-nos a responder de forma continuada às diferentes culturas laborais das empresas adquiridas. Em muitos casos, houve também a necessidade de responder a diferentes culturas geográficas já que tanto as aquisições como os projetos de raiz ocorrem em diferentes partes do mundo. A integração de novas pessoas e culturas na família Sonae Indústria trouxe uma perceção valiosa sobre as diferentes formas de gestão de pessoas e promoveu a partilha de conhecimento e melhores práticas, ainda assim desafiou a empresa a criar uma plataforma comum de gestão de pessoas dentro da organização. Exercendo a nossa atividade numa economia global e interligada, estamos a competir constantemente por pessoas qualificadas e experientes. Temos consciência que, no mundo do trabalho atual, a atenção cuidadosa prestada à gestão de recursos humanos é um pré-requisito para atrairmos e retermos as pessoas que precisamos para obter sucesso.

Saúde e segurança

A produção de painéis de derivados de madeira requer capacidades físicas, atenção permanente e boas condições de saúde pois, durante o processo de produção, os nossos colaboradores trabalham com equipamento pesado e estão expostos regularmente a alguns níveis de ruído, poeiras e emissões químicas. Assim, estamos a trabalhar na implementação de medidas para minimizar estes efeitos nas nossas pessoas, tal como descrito mais à frente neste relatório.

Infelizmente, o risco de acidentes na nossa indústria é real. Proporcionar às nossas pessoas um ambiente de trabalho saudável e seguro é uma absoluta prioridade de que nunca abdicamos nesta área. A gestão das questões de saúde e segurança está integrada na nossa atividade diária e temos uma atitude proativa e preventiva. Mantemos o compromisso de fazer mais do que simplesmente cumprir com os requisitos legais.

Riscos mais comuns na Sonae Indústria

Os colaboradores da Sonae Indústria podem estar expostos a vários riscos em ambiente industrial:

Situações de atropelamento

Nas unidades industriais da Sonae Indústria existem inúmeros movimentos diários de grandes veículos industriais com matérias-primas, assim como camiões pesados que transportam os produtos da Sonae Indústria. Estes movimentos podem causar potenciais situações de ameaça de vida já que, em alguns casos, os condutores destes veículos podem ter visibilidade reduzida, colocando em perigo qualquer pessoa que circule fora dos percursos de segurança identificados.

Explosões de pó

A explosão de pó é a combustão rápida de partículas finas suspensas no ar (poeiras), muitas vezes, mas nem sempre, num local fechado. A explosão de pó pode ocorrer quando a concentração de poeiras no ar está dentro dos limites de explosão e a fonte de ignição da energia necessária para essas poeiras está presente. A explosão de pó pode ser prevenida se uma ou, de preferência, ambas as condições são evitadas. Estudos mostram que a indústria de transformação da madeira regista 40% do total deste tipo de explosões, sendo o pó a principal fonte de combustível.

Riscos de saúde em ambiente industrial

Um outro tipo de risco em ambiente industrial está relacionado com a saúde. Os colaboradores da Sonae Indústria estão expostos ao ruído e ao pó e, em alguns casos, ao formaldeído. De acordo com a análise de risco ao local de trabalho, o uso de equipamento de proteção individual (EPI) é obrigatório em algumas áreas das unidades industriais.

Trabalhos que envolvem altas temperaturas

Trabalho que envolve alta temperatura refere-se a todas as operações, temporárias ou permanentes, que envolvem chamas ou produção de calor e/ou faíscas com capacidade de fazer inflamar quaisquer materiais combustíveis no espaço de trabalho. Na Sonae Indústria, existem uma variedade de trabalhos que envolvem altas temperaturas nas unidades industriais, tais como, soldagem, moagem, corte com oxiacetileno e outros. Estudos recentes elaborados por companhias de seguro de topo referem que incidentes relacionados com trabalhos que envolvem altas temperaturas são a terceira causa de acidentes que provocam danos materiais. A Sonae Indústria utiliza o “*Hot Work Permit System*” como a principal medida para prevenção de incêndios provocados por chama ocasional ou trabalho com altas temperaturas.

Exposição a substâncias perigosas

Ao visitar ou trabalhar numa unidade industrial da Sonae Indústria, visitantes e colaboradores podem estar expostos a uma ampla variedade de substâncias perigosas como por exemplo, ácidos.

É importante que todos sigam determinadas regras e adotem comportamentos que previnam situações de risco, nomeadamente:

- Utilizar sempre o equipamento de proteção individual (EPI) mínimo obrigatório (calçado de segurança, óculos de segurança, capacete de proteção e colete de alta visibilidade). Pode ser obrigatório o uso de outro tipo de EPI, se tal for um requisito da unidade industrial ou de uma área específica;
- Utilizar sempre os percursos de segurança definidos;
- Estar atento e respeitar sempre as indicações de segurança afixadas;
- Entrar no pátio da madeira exclusivamente através das áreas de acesso designadas e apenas depois de cumprir com os protocolos de acesso existentes e usar um “*beeper*”;
- Ter conhecimento de todos os riscos nas áreas de trabalho/visita;
- Em caso de dúvida, perguntar sempre ao responsável de segurança local sobre situações de emergência e outros aspetos relevantes tais como pontos de encontro ou saídas de emergência.

Como gerimos as pessoas e as questões sociais

Emprego

A Sonae Indústria preocupa-se em fomentar o bom relacionamento com os seus colaboradores, promovendo uma comunicação aberta com as suas pessoas e oportunidades de educação e formação. As nossas prioridades incluem o desenvolvimento de carreiras e a igualdade de oportunidades, ainda que contando com os desafios da diversidade de género inerentes à natureza da nossa indústria. Por outro lado, apoiamos a liberdade de associação em todos os países em que exercemos atividade.

Medidas para atrair e reter talento

Na Sonae Indústria, as pessoas são consideradas um elemento chave para o sucesso da empresa e para a alavancagem dos nossos projetos estratégicos. Assim, esforçamo-nos por atrair profissionais qualificados com as competências necessárias para responder aos desafios atuais e futuros e investe na formação contínua e outras iniciativas de desenvolvimento que promovam a retenção e desenvolvimento das nossas pessoas.

A gestão de recursos humanos na Sonae Indústria (exceto no que diz respeito à Tafisa Canada) é feita pela equipa especializada em Recursos Humanos da Sonae Arauco.

Na Tafisa Canada, em 2019, foram implementadas diversas iniciativas para intensificar a atratividade da empresa enquanto empregador e para aumentar a retenção de talento, tais como:

- Vídeos promocionais com os nossos colaboradores (5 vídeos em 2019);
- Suporte a diversas atividades da comunidade, nomeadamente a prova desportiva *Sprint Triathlon Canada Man/Woman* (tal como referido mais à frente no tópico de Envolvimento com a comunidade local);
- Relacionamento com as universidades através da contratação de estagiários;
- Desenvolvimento de um programa de reforma progressiva;
- Modernização do mobiliário de escritório e das ferramentas informáticas;
- Aumento do acesso à luz do dia no local de trabalho; e
- Implementar um regime de trabalho flexível para os colaboradores não sindicalizados.

O investimento numa nova plataforma de apoio aos processos de recursos humanos, através da Sonae Arauco, garantiu o alinhamento das iniciativas de Gestão de Talento. A plataforma “4 People” está considerada como um facilitador dos pilares estratégicos de recrutamento, retenção e desenvolvimento de pessoas e, em 2018 e 2019, foram implementadas algumas das vertentes desta ferramenta.

Na Sonae Arauco, o Modelo de Competências está a ser ajustado à missão e estratégia da empresa, de modo a tratar e apoiar mais eficazmente as necessidades de desenvolvimento individual dos colaboradores. Em 2019, a primeira fase do projeto abordou as competências pessoais, tendo proposto um novo enquadramento e escala de avaliação a serem implementados na revisão anual de Desenvolvimento de Competências e Avaliação de Desempenho de 2019.



Fonte: Sonae Arauco.

Contratos coletivos

Temos um papel ativo nos processos de negociação com as comissões de trabalhadores em todos os países em que exercemos atividade, participando em reuniões regulares com o objetivo de estabelecer acordos sustentáveis para todas as partes.

Apresentamos de seguida os detalhes específicos a cada país:

- Canadá – contrato coletivo em vigor para o período 2016-2021. Tendo em conta as alterações legislativas e decisões legais, foi necessário rever as cláusulas relativas ao período experimental e ausência por doença ou assistência à família;
- Espanha – contrato coletivo em vigor para o período 2016-2020. Este contrato coletivo inclui um capítulo inteiro sobre temas de Saúde e Segurança, incluindo a relação entre a empresa e os representantes dos colaboradores para esta área;
- Portugal – reuniões regulares com sindicatos e participação nas negociações dos contratos coletivos;
- Alemanha – estamos envolvidos em diversas negociações com a Comissão de Trabalhadores de cada unidade industrial. Atualmente, estamos em negociações sobre a implementação de programas de formação e barreiras de proteção em áreas de Saúde & Segurança;

- África do Sul – na Sonae Arauco, reuniões regulares com a Comissão de Trabalhadores na sua maioria cobrindo temas de Saúde e Segurança.

Tal como referido anteriormente, os contratos coletivos negociados com as comissões de trabalhadores incluem habitualmente um capítulo sobre temas de Saúde & Segurança.

A nossa prioridade e enfoque são o registo de zero acidentes e para isso:

- temos regras claras e restritas relativamente ao uso de equipamento nas fábricas;
- temos regulamentos para a utilização de equipamentos mecânicos;
- providenciamos formação contínua aos nossos colaboradores de forma a desenvolvermos e alertarmos para comportamentos seguros.

Regras da empresa para pausas no trabalho e períodos de descanso

A Sonae Indústria tem contratos coletivos em vigor nos países em que exerce atividade, contratos que cobrem a grande maioria dos seus colaboradores. No caso dos colaboradores que não se encontram abrangidos por esses contratos, a empresa aplica a legislação específica de cada país e respetivas condições laborais.

Nas empresas da Sonae Indústria em que vigoram contratos coletivos, são também considerados aspetos importantes para garantir práticas de Saúde e Segurança, nomeadamente no que diz respeito a pausas e períodos de descanso, de acordo com a legislação local e, por vezes, indo mesmo além dessa legislação.

Forum Europeu – Sonae Arauco

A Sonae Arauco e as empresas suas afiliadas acreditam que é fundamental manter uma comunicação efetiva com todos os colaboradores para o correto desempenho do negócio. Desta forma, a empresa procura constantemente formas de melhorar a eficácia da informação e a partilha de opiniões com todos os seus colaboradores.

Com este objetivo foi criado um Forum Europeu para garantir que os colaboradores da Sonae Arauco em cada região são informados sobre os principais desenvolvimentos e têm oportunidade de debater todos os assuntos comuns que possam afetar os seus interesses.

Os membros do forum são o *Chief Corporate Development Officer* (CCDO) da Sonae Arauco, os Diretores de Recursos Humanos de cada país e representantes dos trabalhadores das subsidiárias na Europa (até à data, apenas foram designados representantes dos trabalhadores para a Alemanha e Espanha). O forum reúne anualmente.

Não discriminação

A Sonae Indústria adotou e desenvolveu uma política de não discriminação. Somos um empregador que proporciona igualdade de oportunidades e não aceitamos qualquer forma de discriminação no local de trabalho, seja relacionada com idade, género, raça, classe social, religião, orientação sexual ou capacidade física. Os nossos sistemas de desenvolvimento de carreira e compensação baseiam-se no mérito.

O conjunto de normas incluídas no Código de Conduta da Sonae Indústria e no Código de Ética da Sonae Arauco reforçam a implementação deste valores.

A proibição de comportamentos discriminatórios de forma arbitrária inclui procedimentos para recrutamento e contratação, bem como condições de emprego tais como tarefas a desempenhar, formação, salários, benefícios, promoções, transferências, disciplina e tratamento. Por outro lado, comportamentos de assédio sexual e moral são especialmente rejeitados.

Foram tomadas várias iniciativas e procedimentos a este respeito, algumas das quais em resultado de imposições legais nos diversos países. A título de exemplo, a Sonae Indústria, em Portugal e a Sonae Arauco, em Espanha

criaram, respetivamente, um Plano para a Igualdade de Género²⁰ e um Plano de Igualdade de Oportunidades (ambos com medidas previstas até 2020), de acordo com o disposto na lei portuguesa e espanhola. São ainda observadas outras imposições legais em Portugal, tais como o código de boa conduta para prevenção do assédio e a lei que entrou em vigor em 2019, relativamente à igualdade de remuneração entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções.

Na África do Sul está a ser definida uma política de Igualdade de Emprego para regulamentar a forma como as práticas de igualdade de emprego irão afetar os colaboradores. Esta política destina-se a cumprir com a legislação Sul-africana de Igualdade no Trabalho (“The Employment Equity Act 55” de 1998), os seus Regulamentos e Código de Conduta. Esta política tem como objetivo: implementar medidas de ação afirmativas; implementar estratégias de educação, formação e desenvolvimento que fomentem e garantam a igualdade de oportunidades no local de trabalho a todos os colaboradores; desenvolver uma cultura e práticas para prevenir e reavaliar desigualdades, desequilíbrios, preconceitos e injustiça no local de trabalho; proteger os colaboradores contra a discriminação injusta e o assédio; criar condições de trabalho razoáveis para a responsabilidade familiar e pessoas portadoras de deficiência.

Em 2018 e 2019, não foi recebida nenhuma comunicação relativa a comportamentos discriminatórios entre os colaboradores.

Mudanças operacionais

As diversas mudanças organizacionais e eventos significativos são comunicados oficialmente à organização e seus colaboradores, de acordo com o disposto nas várias provisões legais aplicáveis em cada país e com as normas laborais. Estas notificações são efetuadas, na sua maioria, através de representantes dos colaboradores, da *intranet*, notificações às partes interessadas ou sindicatos.

Formação e educação

A Sonae Indústria reconhece a importância das pessoas na organização e os valores de divulgação do conhecimento no seio da empresa e, por isso, formação e desenvolvimento são fatores chave e uma prioridade da empresa. Os colaboradores são incentivados a aproveitar todas as oportunidades que lhes são apresentadas para atingirem tanto o desenvolvimento pessoal como profissional e a Sonae Indústria tem como objetivo providenciar a formação e apoio necessários à concretização do seu máximo potencial através da maximização das suas competências e motivação.

A Tafisa Canada reveu todos os programas de formação com um formador interno, tendo em conta os conceitos de TWI (“*Training Within Industry*”). A Tafisa Canada continuou a admitir diversos estagiários (de universidade e escolas técnicas) e estudantes (durante o período de verão) de forma a proporcionar experiências de trabalho enriquecedoras e preparar a força laboral do futuro.

A Sonae Arauco criou uma academia de conhecimento, em 2018, com programas específicos para promover o desenvolvimento cultural e o conhecimento do negócio.

SAKA

Em 2018, a Sonae Arauco lançou a sua academia de conhecimento: SAKA.



Sonae Arauco
Knowledge Academy

Esta iniciativa foi implementada para cobrir os seguintes desafios:

²⁰ Versão portuguesa do Plano para a Igualdade de Género disponível no sítio da sociedade, através do seguinte link: https://www.sonaeindustria.com/fileManager/notas_imprensa/pdf_pt_183.pdf.

- Eventual saída de colaboradores qualificados com um conhecimento profundo do negócio e operacional;
- Risco de, durante os próximos anos, perder principais detentores de conhecimento adicionais por motivo de reforma;
- Em alguns casos, o conhecimento reside na mente de pessoas chave e não num repositório de conhecimento;
- Dificuldade em transmitir conhecimento específico do negócio aos mais jovens devido à ausência de programas de transferência formais.

A SAKA pretende identificar, recolher e estandarizar o conhecimento fulcral e crítico para ser capaz de o reter e transmitir.

A SAKA está estruturada com base em 6 pilares de conhecimento:



Fonte: Sonae Arauco.

Para cada pilar, a Sonae Arauco recolhe informação e entrega materiais de formação para aumentar o conhecimento das suas pessoas.

A Sonae Arauco acredita que, uma vez implementada, a SAKA vai ter um impacto direto nas áreas críticas relacionadas com o conhecimento da empresa.

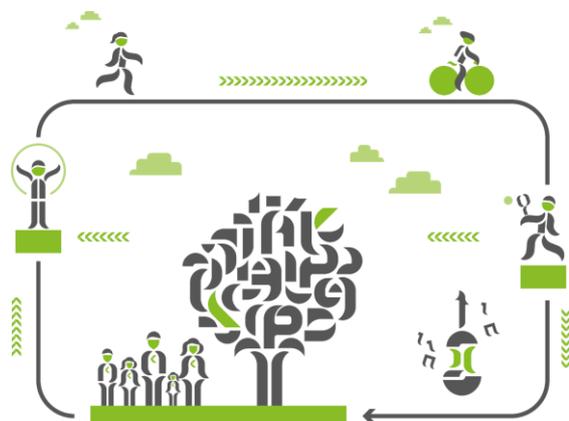
Num futuro próximo, a SAKA vai ser não só o repositório de conhecimento mais importante como irá também desempenhar um papel fundamental tanto nos programas de formação da empresa como no desenvolvimento das pessoas.

Em 2019, a SAKA arrancou oficialmente com cursos de formação e implementou uma nova plataforma de aprendizagem no sistema “4 People”.

Taking me Further

Em 2018, a Sonae Arauco implementou a iniciativa denominada “*Taking me Further*” com a ambição de desenvolver um ambiente de trabalho equilibrado, de alto rendimento e saudável. Este programa promove o equilíbrio entre mente, emoções, corpo e saúde. O programa foi implementado nas instalações da Sonae Indústria e Sonae Arauco na Maia.

É importante realçar que este programa tem o forte compromisso dos colaboradores que são os monitores das atividades propostas. O facto do programa ser concebido com recursos internos (equipas principais e de apoio) teve um efeito positivo no envolvimento de todos os participantes.



Iniciativa *Taking me Further*.

Fonte: Sonae Arauco.

Parcerias com as universidades

Com o objetivo de desenvolver e melhorar as características dos nossos produtos foram desenvolvidas parcerias com várias universidades portuguesas; a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Escola Superior Tecnológica de Viseu (ESTV), Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro (UA), a Universidade Nova de Lisboa (UNL), Universidade de Coimbra (UC), Universidade de Trás os Montes e Alto Douro (UTAD), Instituto Superior Técnico de Lisboa (IST) e o Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), assim como com associações de investigação, a Associação Rede de Competência em Polímeros (ACRP), a PrintoCent, o Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP), o Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CENTI), a *TechMinho* e o *Colab ForestWise* – Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo. Estas parcerias potenciam a base para a inovação de produtos e processos no grupo e fomentam a proximidade entre a nossa empresa e a comunidade académica. De momento, e inserido no enquadramento de competências definido, os principais objetivos da nossa investigação são os seguintes:

- Novos polímeros - investigação fundamental;
- Resinas - controlo e monitorização industrial;
- Painéis derivados de madeira - desenvolvimento de novos produtos, caracterização do desempenho físico-mecânico, e avaliação do desempenho dos sistemas de colagem;
- Papéis Impregnados e Termolaminados - impregnação, caracterização de desempenho, desenvolvimento de novos produtos/processos;
- Emissões - análise de emissões COV²¹;
- Gestão florestal e de incêndios.

Tendo em conta alguns dos objetivos acima referidos, a Sonae Indústria, através de suas participadas, tem vários equipamentos e instalações no campus da Universidade do Porto.

Com estas parcerias, a Sonae Indústria tem acesso privilegiado à universidade, equipamentos e técnicas, ao conhecimento científico dos investigadores, ao desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias em projetos de colaboração e acesso permanente a técnicos de elevado potencial para eventuais processos de recrutamento de quadros para as suas empresas.

²¹ Compostos orgânicos voláteis.

Envolvimento com a comunidade

A maioria dos colaboradores da Sonae Indústria tem o desejo inerente de melhorar as condições dos mais desfavorecidos nas comunidades locais em que estão presentes. Em algumas situações específicas, os colaboradores envolveram-se com instituições sociais ou de caridade e a empresa incentiva os seus colaboradores a participarem ativamente nestas iniciativas.

As necessidades específicas de ajuda e de apoios variam bastante nos diversos países em que a Sonae Indústria exerce atividade, dependendo dos níveis de bem-estar das comunidades, a existência de sistemas de segurança social, assim como a cultura e os valores dos cidadãos locais. Por conseguinte, as atividades relacionadas com a comunidade são priorizadas e geridas a nível local.

Sonae Arauco

No início do ano e através de uma parceria com a Sonae Indústria e o programa Sonae Activshare, a Sonae Arauco organizou uma iniciativa de reflorestação em Oliveira do Hospital. Esta foi a primeira iniciativa da empresa em reflorestar uma área afetada pelo fogo de 2017, com o apoio de quase 200 voluntários das diferentes empresas. No total, foram plantados cerca de 1.100 carvalhos e morangueiros o que contribui para a gestão de uma paisagem mais diversificada e resistente ao fogo.

Em meados de 2019, a Sonae Arauco, Sonae, Sonae MC e Worten apoiaram em conjunto a campanha do Estado português “Portugal Chama”, através da organização de diferentes iniciativas direcionadas para *stakeholders* internos e externos: e-mails, *muppies*, anúncios na imprensa, faixas digitais e publicações nas redes sociais das diferentes empresas. A iniciativa alcançou 16.500 colaboradores e cerca de 2,8 milhões de visitantes nas lojas.

Este ano foi também assinalado pela organização de dias abertos nos escritórios da Maia e nas unidades industriais de Mungalde, Oliveira do Hospital e Valladolid.

Numa iniciativa conjunta com a Sonae Indústria, os filhos dos colaboradores foram convidados a passar um dia no escritório da Maia, uma iniciativa organizada com o envolvimento dos colaboradores. O programa incluiu diferentes atividades, nomeadamente momentos com os pais e a apresentação de mensagens importantes relacionadas com características ambientais dos materiais derivados da madeira.

No caso de Mungalde e Oliveira do Hospital, os familiares dos colaboradores foram igualmente convidados a visitar as unidades industriais para melhor perceberem o trabalho desempenhado por eles.

Em Valladolid, a empresa abriu as portas aos estudantes e profissionais de outras empresas numa iniciativa que incluiu uma visita à fábrica, apresentações do negócio da Sonae Arauco e os resultados obtidos no programa Indústria 4.0.

Para além disso – e como já é habitual desde o início da parceria em 2017 – a Sonae Arauco apoiou o programa “STEM Talent Girl”. Este projeto de mentores para o desenvolvimento de talento STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, e Matemática) tem como objetivo a promoção de vocações científicas e tecnológicas em mulheres visando inspirar e fortalecer a próxima geração de mulheres líderes na ciência e tecnologia. Em 2019, a empresa renovou o patrocínio deste programa, apoiando assim a identificação de talento feminino e facilitando a sua integração em funções nos campos da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

Em 2019, a Sonae Arauco lançou ainda o seu programa educativo “Woody”, um projeto voluntário educativo que visa realçar a importância da floresta e da madeira reciclada junto das gerações mais jovens.

No final do ano, a Sonae Arauco colaborou, pela primeira vez, com a U.DREAM, um projeto educativo que tem por missão alertar os estudantes universitários para a consciência social através de um programa de 2 anos focado no desenvolvimento de competências pessoais e no seu envolvimento direto nas comunidades locais. A Sonae Arauco apoiou a U.DREAM na sua missão e desafiou a equipa a organizar uma atividade que promovesse a comunicação entre colaboradores no âmbito do tema “Gratidão”.

A Sonae Arauco fez também várias doações, ao longo do ano, nomeadamente doação de equipamento profissional e apoio financeiro às corporações de bombeiros voluntários de diferentes comunidades, entre outras tal como descrito nos próximos parágrafos.

Em 2019, a Sonae Arauco manteve a colaboração com 2 clubes desportivos de crianças, “*Titanes de Castilla*” e “*CD. Juventud Rondilla y Ribera Atlético*”) para garantir apoio desportivo apropriado e treino pessoal a crianças e estabeleceu uma nova parceria com o “*Club Balonmano Castillo*”.

Foi feita também uma doação à Câmara de Overuela (Valladolid) para apoiar o festival cultural de Verão e ao *Institute of Secondary Education (IES)* em Valladolid. O IES tem como missão aumentar a consciência, entre as pessoas mais desfavorecidas, sobre os valores e a solidariedade, através de um pequeno almoço solidário cujos fundos angariados se destinam a apoiar a associação não governamental “*Educatanzania*” e a associação “*A Salvo*”.

Durante todo o ano, a Sonae Arauco continuou a apoiar o “Banco de Alimentos de Valladolid”, “Banco de Alimentos de Segovia” e a “*Cruz Roja in Tres Cantos*” através da angariação de alimentos pelos seus colaboradores, tendo juntado 294 kg de alimentos.

Em Valladolid, os colaboradores foram ainda desafiados a participar numa prova de corrida social em que 10% das receitas das inscrições foram doadas ao “Banco de Alimentos de Valladolid”.

Em Linares, a Sonae Arauco apoiou a “*Fundación Don Bosco*” que se dedica a encontrar emprego para pessoas em risco de exclusão social. Neste sentido, a Sonae Arauco acolhe grupos destas pessoas na sua unidade industrial e explica o funcionamento de cada secção e qual o impacto no desempenho global da fábrica.

Na Alemanha, foram feitas doações a associações florestais, desportivas e de bem estar da juventude, nomeadamente a “*Förderung Jugendhilfe*”, “*K & L Verlag*”, “*Leichtathletik in Beeskow*”, “*Türkischer Sportverein*”, “*Verbandsgemeinde Beetzendorf-Diesdorf*”, “*Reit- und Fahrverein Beetzendorf*”, “*Schützenverein St. Vitus Bokeloh*” e “*Qualifizierungsfonds Forstwirtschaft e.V.*”

TAFISA CANADA

A Tafisa Canada esforça-se por apoiar organizações sem fins lucrativos e instituições de caridade que ajudam a cidade de Lac-Mégantic e as comunidades em redor a tornarem-se mais fortes e em locais mais dinâmicos para viver, trabalhar e investir. Em 2019, foram distribuídos fundos para programas nas áreas da juventude, educação, tecnologia, desporto, investigação e cuidados de saúde, serviços comunitários, turismo, ambiente e arte.

Em 2019, a Tafisa Canada e os seus colaboradores mantiveram o apoio à “*Fondation du Centre de Santé et Services Sociaux du Granit*” (Fundação do Centro de Saúde e dos Serviços Sociais) através de doações voluntárias que ajudaram a manter e a melhorar os serviços de saúde prestados a toda a população de Lac-Mégantic e das comunidades circundantes.

A cidade de Lac-Mégantic também organizou, pelo terceiro ano consecutivo, o “*Man/Women Extreme Triathlon*” na América do Norte em julho de 2019. Um dos triatlos de distância total mais difíceis do mundo, comparável aos similares na Noruega, Escócia, Alasca e Suíça. Entusiastas desportivos vieram de todas as partes do mundo para participar na prova. Alguns colaboradores da Tafisa Canada participaram numa versão mais curta do evento e a Tafisa Canada foi a principal patrocinadora da corrida.

Saúde Ocupacional e Segurança

TAFISA CANADA

A Tafisa Canada continuou a providenciar formação de acolhimento para todos os colaboradores, visitantes e prestadores. A empresa tem um vídeo de segurança que tem de ser visto anualmente e organizou um simulacro anual (simulação de casos de emergência reais em cada turno), do qual é feita uma análise “*post mortem*” de forma a melhorar continuamente o sistema de segurança.

No que diz respeito ao objetivo de melhoria contínua, em 2019 a Tafisa Canada implementou diversas ações, nomeadamente:

- sessões de formação para todos os colaboradores (cerca de 659 horas de formação) sobre risco de explosões de pó e como mitigar esse risco;

- revisão das áreas com maior risco de queda de objetos e implementação da regra de utilização obrigatória de capacete de proteção em determinadas áreas da fábrica. Esta medida levou a uma redução de 31% de lesões na cabeça em 2019;
- investimento em 4 monitores de formaldeído para recolha de dados em tempo real nas áreas críticas. Estes monitores têm um sistema de alarme que avisa sempre que as medidas excedem a nossa norma;
- formação em saúde e segurança (cerca de 3.170 horas);
- melhoria dos procedimentos de bloqueio da segunda linha de produção de painéis crús;
- investimento num sistema que permite aos condutores de camiões subir ao cimo dos seus veículos em segurança evitando o risco de queda;
- arranque de um projeto para melhoria da segurança no parque de madeira. O acesso ao parque de madeira está ainda mais restringido, com novas barreiras e o projeto está concluído em cerca de 50%;
- revisão das regras e medidas de proteção para acesso a espaços confinados;
- implementação de projetos de equipamento de segurança, nomeadamente instalação de portões em todas as escadas de ambas as linhas de produção de painéis crús de forma a prevenir quedas.

SONAE ARAUCO

O programa BeST da Sonae Arauco define as ações a implementar para cumprir o objetivo da Sonae Indústria: zero lesões e zero acidentes relacionados com o processo.

Com esse objetivo, definimos políticas e regras de segurança claras, criámos locais de trabalho mais seguros e intensificámos a nossa atitude crítica identificando oportunidades de melhoria.

As medidas mais relevantes que implementámos para atingir estes objetivos foram as seguintes:

- Colaboradores com funções de liderança servindo como modelos, a todos os níveis, reforçando a disciplina de trabalho com enfoque claro na segurança em todas as suas decisões e atitudes;
- Trabalhadores informados, capazes de reconhecer os riscos e com capacidade de executar com segurança as atividades de rotina e não rotina;
- Todos os colaboradores empenhados na segurança como condição de emprego. Isto também se aplica aos prestadores de serviços;
- Sistema de gestão de segurança integrado, com as melhores práticas, procedimentos e normas que garantam a melhoria contínua do desempenho.

Os objetivos mantêm-se e trabalhamos para que:

- o número de acidentes com baixa (LWC) seja ≤ 2.5 ;
- o absentismo seja inferior aos níveis industriais locais (por país).

Formação “Fator de Risco”

Em 2019, a Sonae Arauco criou as condições para embarcar numa outra fase da viagem para se tornar uma empresa mais segura, sustentável e eficiente – o programa de formação “*The Risk Factor*” – Fator de Risco.

Não obstante os esforços e iniciativas para garantir que a Sonae Arauco está a caminhar na direção correta, existe ainda muito trabalho a fazer até alcançar a sua visão de segurança. Tendo em conta que os principais impulsionadores deste processo de evolução cultural são as nossas pessoas, precisamos de reforçar um clima em que todos se sintam empenhados e, simultaneamente responsáveis pela sua própria segurança e pela dos outros.

O programa Fator de Risco consiste em 4 módulos orientados para todos os colaboradores da Sonae Arauco, independentemente da sua função, de modo a permitir a compreensão dos fatores humanos motivacionais e consequente impacto no processo de tomada de decisão, como descrito abaixo:



Fonte: Sonae Arauco.

Regras para salvar vidas

Na Sonae Arauco:

Em 2019, foi dada formação em diversas instalações da Sonae Arauco no que diz respeito a regras para salvar vidas ("*Life-Saving Rules*" - LSR) de forma a consolidar a importância da mensagem.

Paralelamente, foi desenvolvido e disponibilizado um módulo de formação *e-learning* dedicado às LSR incluído no projeto SAKA. Este módulo faz parte do processo de acolhimento de todos os novos colaboradores que iniciam atividade na Sonae Arauco.

A criação das regras para salvar vidas teve como objetivo definir as principais regras de segurança que, caso não sejam seguidas, podem resultar em lesões que podem modificar a nossa vida ou expor-nos a perigos que colocam a nossa vida em risco. Estas regras aplicam-se a todos os colaboradores (próprios e externos) e são as seguintes:

Contornos aos bloqueios de segurança /Remoção da proteção das máquinas

Os bloqueios de segurança não podem ser contornados ou uma máquina cuja proteção foi removida não pode ser operada sem que exista autorização formal escrita do nível de gestão apropriado e desde que estejam implementadas medidas de segurança compensatórias.

Isolamento das fontes de energia

Todas as fontes de energia (elétrica, pressão, gravidade, química ou mecânica) devem estar devida e totalmente bloqueadas, isoladas, drenadas ou seguras antes de iniciar a atividade, tal como definido em procedimento interno que inclui determinados requisitos de equipamentos de proteção individual (EPI) que salvam vidas e o controlo da eficácia dos sistemas de bloqueio.

Trabalho em altura

Apenas os colaboradores devidamente treinados e que usem equipamento para proteção de quedas estão autorizados a efetuar trabalhos em posições elevadas, tal como definido pelo procedimento interno, incluindo determinados requisitos de EPI que podem salvar vidas.

Trabalhos com altas temperaturas

Apenas os colaboradores devidamente treinados, supervisionados e autorizados podem efetuar trabalhos com altas temperaturas.

Antes de serem realizados, todos os trabalhos com temperatura elevada requerem autorização prévia de um colaborador da Sonae Arauco autorizado para o efeito, tal como definido no procedimento interno. Assim, os colaboradores devem:

- confirmar com o seu supervisor ou pessoa responsável pelo trabalho que existe autorização prévia, tal como definido no procedimento interno;
- iniciar o trabalho apenas depois de receber a autorização assinada;
- verificar que estão cumpridas todas as condições e precauções necessárias durante a execução do trabalho.

Acesso ao parque de madeira

De acordo com o procedimento interno, apenas as pessoas autorizadas têm acesso ao parque de madeira, o que requer a utilização de EPI apropriado.

Entrada em espaços confinados

Tal como definido no procedimento interno, apenas estão autorizados a entrar em espaços confinados os colaboradores devidamente treinados, supervisionados e autorizados. É necessário obter uma autorização de trabalho e deve existir um plano de resgate aprovado antes de dar início a qualquer trabalho.

Classificação e reporte de acidentes

Na **Tafisa Canada**, são registados e comunicados todos os danos materiais (incluindo aqueles causados por incêndios), quase acidentes, primeiros socorros, tratamento médico, dias de trabalho perdidos ou acidentes fatais. No caso de danos materiais substanciais ou sempre que um trabalhador sofra um acidente, as equipas internas de primeiros socorros são chamadas ao local (sinal sonoro interno) para ajudar ou organizar o transporte do colaborador ferido. O supervisor presta apoio ao colaborador, informa o seu superior hierárquico e as equipas de saúde e segurança, dá início a uma investigação, implementa uma solução imediata para proteger os restantes colaboradores e informa a equipa de gestão e as autoridades locais se tal for solicitado. Para concluir a investigação, é pedido ao trabalhador que faça um relatório da ocorrência. É implementada uma solução permanente e o relatório final da investigação é apresentado à equipa de gestão.

Na **Sonae Arauco**, todos os acidentes são reportados e classificados de acordo com o impacto na vítima, numa escala de 6 graus de gravidade.

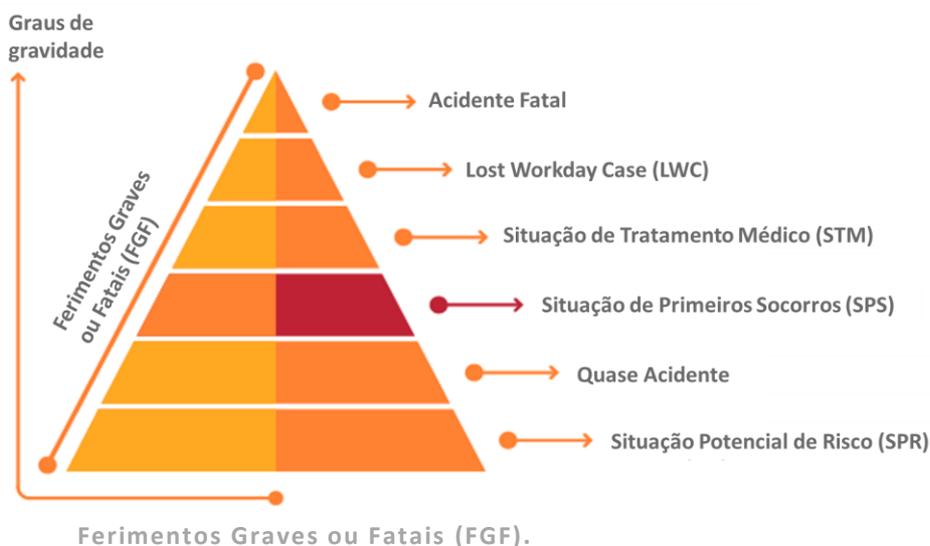
1. Acidente fatal/Deficiência permanente, ou seja, um acidente que tenha causado vítimas mortais ou que tenha resultado numa condição de mudança de vida permanente.

2. “Lost Workday Case” (LWC), refere-se a todas as lesões causadas por acidente de trabalho que resultem em, pelo menos, a perda de 1 dia de trabalho pelo colaborador para além do turno em que ocorreu o acidente.
3. Situação de Tratamento Médico, refere-se a qualquer acidente de trabalho que requer medicação ou tratamento médico que é habitualmente administrado por um profissional de saúde mas que não resulta em quaisquer dias de perda de trabalho ou restrições ao mesmo. Exemplo deste tipo de incidente é uma ferida profunda que requer assistência médica (e.g. sutura) ou avaliação complementar. Depois do tratamento médico, o colaborador está apto a voltar ao trabalho.
4. Situação de Primeiros Socorros que significa um acidente que requer um tratamento simples dado a uma pessoa com um pequeno ferimento que normalmente é administrado imediatamente a seguir à ocorrência do acidente. Consiste num tratamento único e de curta duração que requer pouca tecnologia ou formação para ser administrado.
5. Quase Acidente, um incidente não planeado e involuntário que não resultou em qualquer lesão, doença ou dano material ou ambiental mas que tinha potencial para isso. Um exemplo de uma situação de quase acidente (sempre que ocorre) é uma carga suspensa que cai junto a uma pessoa sem a atingir.
6. Situação Potencial de Risco, que é uma situação identificada antes da ocorrência de um evento que tem potencial para causar um acidente se não for devidamente tratado. Incluem-se nesta categoria condições de insegurança e comportamento de risco/não seguros.

A identificação e correção de situações potenciais de risco não devem ser consideradas ou tratadas como quase acidente mas sim como uma oportunidade de melhoria.

Um outro conceito relevante relativamente à classificação de acidentes é o conceito de Ferimentos graves ou fatais. Ferimentos graves ou fatais são todos os que envolvem a morte, ferimentos que implicam risco de vida, deficiências permanentes ou doenças causadas pela exposição a condições de trabalho que resultem em condições de mudança de vida. Por outro lado, são também classificadas como tal, as situações em que as ferramentas de controlo de gestão fundamentais²² são inexistentes, ineficazes ou estão em incumprimento.

Na Sonae Arauco, todas as situações são avaliadas em termos de potencial, o que significa que mesmo um incidente identificado na escala como quase acidente pode ser classificado como uma situação potencial de lesão grave ou morte se, depois de analisadas as circunstâncias em que ocorreu se concluir que poderiam ter como consequência uma lesão grave ou morte. Nesses casos, é necessário proceder a uma investigação completa para determinar as causas de raiz.



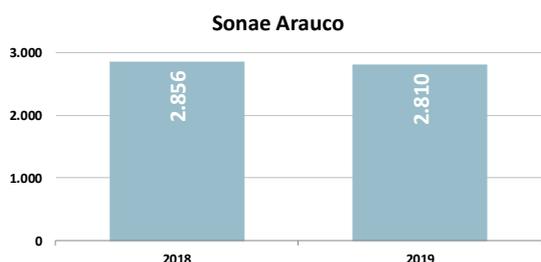
Fonte: Sonae Arauco.

²² Ferramentas de controlo de gestão fundamentais: isolamento das fontes de energia, espaços confinados, trabalho em altura, remoção de proteções ou barreiras no equipamento, trabalho com altas temperaturas, circulação no parque de madeira e protocolo de acesso.

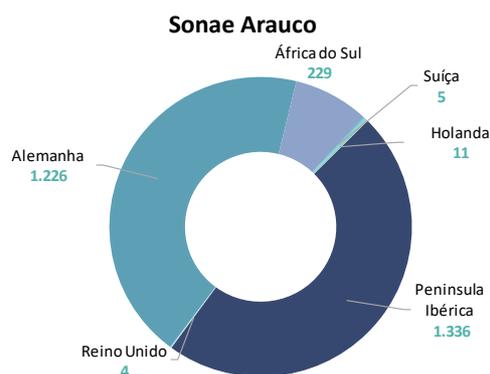
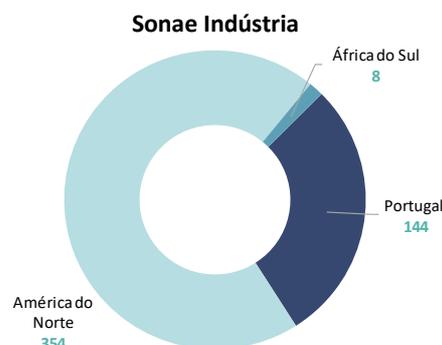
Indicadores-chave de Desempenho no Trabalho

As secções seguintes refletem a informação da Sonae Indústria e da Sonae Arauco. Os dados agregados consideram 100% dos valores da Sonae Arauco desde 2016.

Número de colaboradores²³



Colaboradores por país / região²³

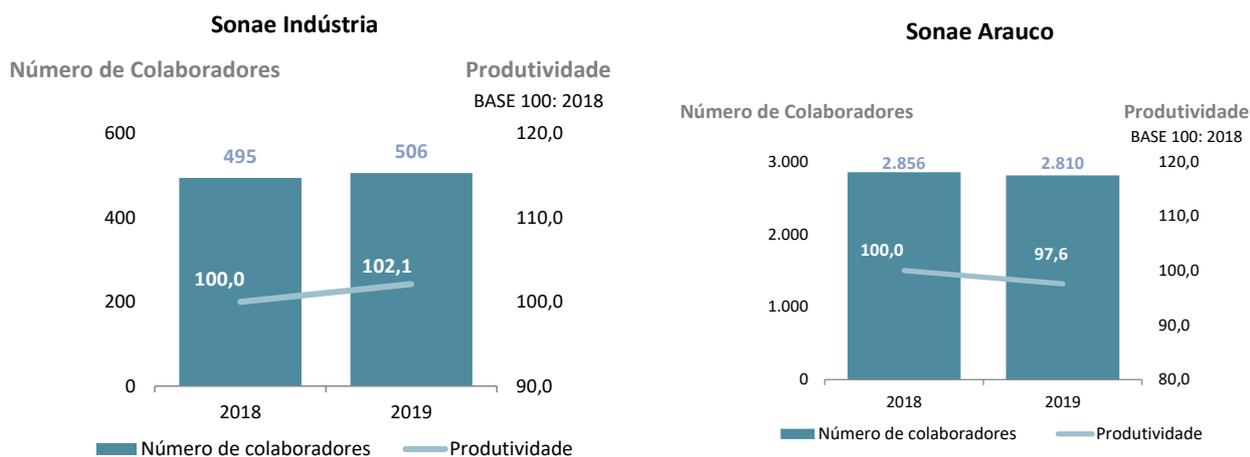


No final de 2019, a Sonae Indústria empregava 506 colaboradores (excluindo estagiários) em 3 países, um aumento de 11 colaboradores, comparado com o final de 2018, dos quais 10 estão localizados no negócio da América do Norte (na sua maioria, devido ao reforço da equipa de gestão de risco e do número de operadores das linhas de MFC).

Quanto à Sonae Arauco, o número de colaboradores é de 2.810 em 7 países diferentes, menos 45 pessoas em comparação com o final de 2018, em grande parte devido ao processo de encerramento das operações da Laminate Park.

²³ Número de colaboradores: FTEs excluindo estagiários e colaboradores externos e para a Sonae Arauco considerando, a partir de 2018, inclusive, 100% dos colaboradores da Laminate Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF).

Produtividade (Volume de negócios/Número de colaboradores)²⁴



Em 2019, a produtividade aumentou na Sonae Indústria (+2,5%) face a 2018, devido ao aumento do volume de negócios no nosso negócio da América do Norte.

Na Sonae Arauco, apesar da redução do número de colaboradores, em 2019, a produtividade foi inferior (-2,4%) ao valor registado em 2018, explicada sobretudo pela evolução do volume de negócios que foi afetado pela descida dos volumes de vendas totais e dos preços médios de venda.

Rotatividade dos colaboradores²⁵

Rotatividade dos colaboradores (%)	2018	2019
Sonae Indústria	10,7%	8,5%
Sonae Arauco	9,1%	7,4%

Taxa de rotatividade dos colaboradores

Sonae Indústria	2018	2019
Executivos e gestores	0,2%	0,0%
Técnicos altamente qualificados e supervisores	0,6%	0,0%
Administrativos	2,0%	2,3%
Operários e colaboradores não qualificados	8,0%	6,2%
de 18 a 34 anos	3,7%	2,3%
de 35 a 44 anos	2,1%	2,3%
de 45 a 54 anos	1,6%	1,3%
de 55 a 65 anos	2,3%	2,3%
mais de 66 anos	1,0%	0,2%

Sonae Arauco	2018	2019
Executivos e gestores	0,4%	0,3%
Técnicos altamente qualificados e supervisores	1,8%	0,8%
Administrativos	0,2%	1,3%
Operários e colaboradores não qualificados	6,7%	5,0%
de 18 a 34 anos	2,8%	2,3%
de 35 a 44 anos	2,8%	1,5%
de 45 a 54 anos	1,6%	1,2%
de 55 a 65 anos	1,8%	2,2%
mais de 66 anos	0,2%	0,2%

²⁴ Número de colaboradores: FTEs excluindo estagiários e colaboradores externos e para a Sonae Arauco considerando, a partir de 2018, inclusive, 100% dos colaboradores da Laminate Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF).

²⁵ Rotatividade dos colaboradores (%) = número total de colaboradores (*headcount*) que partiram durante o ano / média de FTEs ao longo do ano (com base nos valores médios de cada mês).

Força de trabalho por género, idade e classificações profissionais (Total de FTEs²⁶)

	2018			2019		
	mulheres	homens	total	mulheres	homens	total
Sonae Indústria						
de 18 a 34 anos	27	72	99	22	74	96
de 35 a 44 anos	37	117	154	39	127	166
de 45 a 54 anos	30	126	156	30	123	153
de 55 a 65 anos	15	80	95	17	85	102
mais de 66 anos	0	0	0	0	0	0
Total	109	396	505	108	410	518
Sonae Arauco						
de 18 a 34 anos	116	442	558	113	432	544
de 35 a 44 anos	176	546	722	168	529	696
de 45 a 54 anos	142	730	872	150	694	844
de 55 a 65 anos	67	702	769	70	727	797
mais de 66 anos	2	4	6	3	5	8
Total	503	2.424	2.927	503	2.386	2.889
Classificações profissionais						
Executivos e gestores	5	21	26	5	22	27
Técnicos altamente qualificados e supervisores	8	23	31	8	25	33
Administrativos	45	51	95	44	54	98
Operários e colaboradores não qualificados	51	302	353	51	309	360
Total	109	396	505	108	410	518

Os grupos etários mais representativos na Sonae Indústria situam-se entre os 35 e os 54 anos de idade (o que corresponde a 62% do total de colaboradores). De notar ainda que as mulheres representam 20% do total da força de trabalho da empresa.

No que diz respeito à Sonae Arauco, o grupo etário mais representativo situa-se entre os 45 e 54 anos (o que corresponde a 29% do total de colaboradores) e as mulheres representam 17% do total da força de trabalho.

²⁶ FTEs incluindo estagiários. Para o Canadá estes valores também incluem colaboradores externos.

Colaboradores por tipo de contrato (Contratos de trabalho) (Headcount²⁷)

	2018			2019		
	mulheres	homens	total	mulheres	homens	total
Sonae Indústria						
Permanente	92	381	473	102	394	496
Temporário	12	9	21	3	9	12
Total	104	390	494	105	403	508
Sonae Arauco						
Permanente	472	2.303	2.775	476	2.224	2.700
Temporário	53	176	229	42	181	223
Total	525	2.479	3.004	518	2.405	2.923

Colaboradores por tipo de contrato em relação ao tempo (Headcount²⁷)

	2018			2019		
	mulheres	homens	total	mulheres	homens	total
Sonae Indústria						
Tempo inteiro	104	389	493	105	402	507
Tempo parcial	0	1	1	0	1	1
Total	104	390	494	105	403	508
Sonae Arauco						
Tempo inteiro	511	2.470	2.981	471	2.366	2.837
Tempo parcial	14	9	23	47	39	86
Total	525	2.479	3.004	518	2.405	2.923

Contratos coletivos e políticas salariais

O quadro seguinte mostra a percentagem de colaboradores abrangidos por contrato coletivos negociados na Sonae Indústria e Sonae Arauco.

% de Colaboradores	2018	2019
Sonae Indústria	58,9%	58,7%
Sonae Arauco	83,1%	84,9%

Rácio do nível salarial de entrada *standard* (mínimo) por género em comparação com o salário mínimo local nas principais operações (Operações industriais)

	2018		2019	
	mulheres	homens	mulheres	homens
Sonae Indústria				
Portugal	1,00	1,00	1,00	1,00
Canadá	2,07	2,07	2,04	2,04
África do Sul	-	-	2,12	2,12
Sonae Arauco				
Portugal	1,08	1,08	1,04	1,04
Espanha	1,55	1,55	1,40	1,40
Alemanha	1,70	1,70	1,64	1,64
África do Sul	-	-	2,12	2,12

África do Sul – o salário mínimo só entrou em vigor em 1 de maio de 2018.

²⁷ Total de colaboradores (Headcount) incluindo estagiários e excluindo colaboradores externos.

Diferença salarial entre géneros²⁸

O quadro seguinte apresenta a informação relativa à diferença salarial entre géneros, relativamente à remuneração média agrupada por género dentro de cada categoria profissional.

2019	
Sonae Indústria	
Gestores, supervisores e técnicos altamente qualificados (%)	20,5%
Administrativos (%)	24,6%
Operários e colaboradores não qualificados (%) - Canadá	2,8%
Operários e colaboradores não qualificados (%) - Outros	18,2%
Sonae Arauco	
Gestores, supervisores e técnicos altamente qualificados (%)	18,2%
Administrativos (%)	24,4%
Operários e colaboradores não qualificados (%)	10,7%

Nota: Para este indicador apresentamos dados para 2019, uma vez que para 2018 não temos informação comparável.

Licenças parentais

A Sonae Indústria cumpre com a legislação relativa a licença parental em todos os países em que exerce atividade. O grupo encoraja uma escolha equitativa de género entre licença de maternidade e licença de paternidade, permitindo aos colaboradores entrar de licença e regressar ao trabalho em posições comparáveis com os restantes colaboradores.

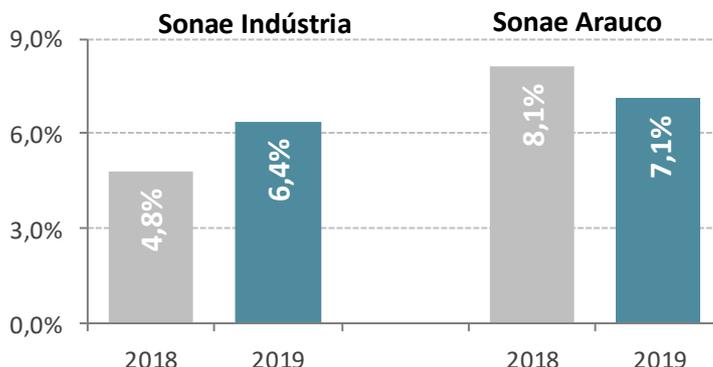
O quadro seguinte indica o número de licenças parentais na Sonae Indústria e Sonae Arauco, em 2019.

	2018		2019	
	Maternidade	Paternidade	Maternidade	Paternidade
Sonae Indústria				
Portugal	2	2	3	1
Canadá	4	17	3	21
África do Sul *	NA	NA	NA	NA
Sonae Arauco				
Portugal	13	12	15	22
Espanha	3	9	1	10
França	0	0	0	0
Reino Unido	0	0	0	0
Alemanha	8	21	11	10
Suiça	0	0	0	0
África do Sul *	NA	NA	NA	NA
Alemanha	0	0	0	0

* Na África do Sul não existe o conceito de licença de paternidade, mas os colaboradores podem usufruir de uma licença de responsabilidade familiar (ou seja, licença em caso de doença dos filhos, perda de um membro familiar, entre outros) com o limite de 5 dias por colaboradores em cada ciclo de 12 meses.

²⁸ Diferença salarial entre géneros = (salário base anual médio bruto dos colaboradores do género masculino - salário base anual médio bruto dos colaboradores do género feminino) / salário base anual médio bruto dos colaboradores do género masculino*100

Taxa de absentismo (%)



Em 2019, o absentismo aumentou na Sonae Indústria, em comparação com 2018, devido às nossas atividades em Portugal e no Canadá. Em Portugal, este indicador foi afetado pelo crescimento nas ausências de longa duração. De notar que o envelhecimento da força laboral da Sonae Indústria tem impacto nas ausências prolongadas devido a doenças naturais.

No Canadá, o aumento registou-se nas ausências de curta duração, em parte devido à nova legislação que, em janeiro de 2019, passou a autorizar todos os trabalhadores a beneficiarem de 2 dias de ausência remunerados por motivos de saúde pessoal (dias de doença) ou por motivos familiares.

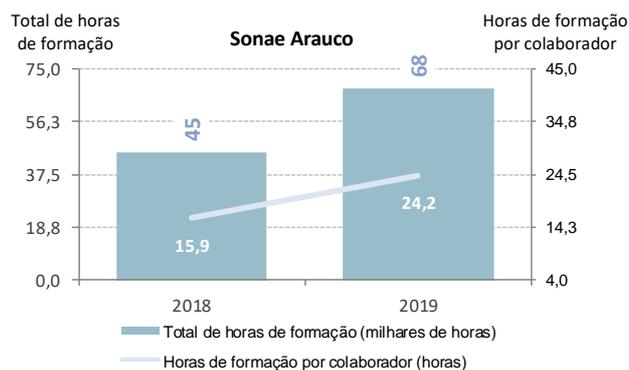
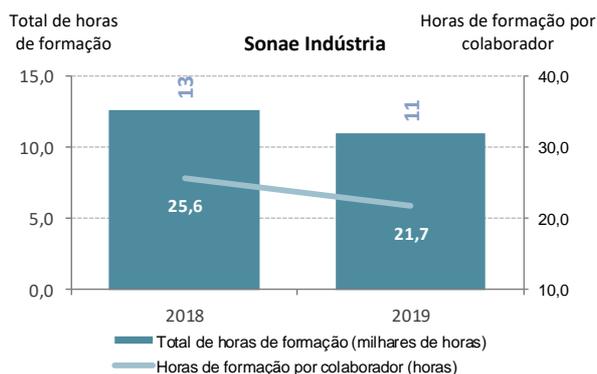
A este respeito, a Tafisa Canada continua a melhorar os procedimentos de acompanhamento, sempre que necessário, proporciona tarefas mais leves para promover o retorno célere ao trabalho e encoraja os colaboradores e os seus familiares a utilizar o programa de apoio ao trabalhador. A taxa de utilização deste programa, no Canadá, aumentou de 12,5% para 17,6% em 2019. A Tafisa Canada vai continuar a melhorar o processo de acompanhamento, bem como finalizar os testes aos programas de apoio aos colaboradores em turnos alternados (dia/noite) e analisar outras possíveis causas de absentismo.

Em 2019, a Sonae Arauco reverteu a tendência de crescimento do absentismo. A taxa média de absentismo passou de 8,1% para 7,1%. Desde 2017 que este tema tem sido uma prioridade para a equipa de recursos humanos, com a implementação e acompanhamento de diversas medidas para intervir nas razões por detrás do absentismo. Em 2020, o enfoque no absentismo vai continuar a ser uma prioridade através de novos debates e medidas de análise do absentismo.

Total de horas de formação e horas de formação por colaborador²⁹

O reconhecimento de que o capital humano é o nosso ativo mais importante determina a nossa preocupação com os nossos profissionais. Procuramos assegurar que eles adquirem as competências técnicas e de gestão mais elevadas e que estão preparados para gerir os contínuos desafios de forma eficaz e confiante. A nossa prioridade é identificar as necessidades de formação de uma forma estruturada e, a partir daí, propor uma oferta de formação adequada. A formação e o desenvolvimento dos nossos colaboradores representa ainda uma forma de apoiar o aumento das suas responsabilidades e empenho.

²⁹ Número de colaboradores: FTEs excluindo estagiários e colaboradores externos e para a Sonae Arauco considerando, a partir de 2018, inclusive, 100% dos colaboradores da Laminate Park (parceria entre a Sonae Arauco e a Tarkett para produção e venda de pavimentos laminados de MDF/HDF).

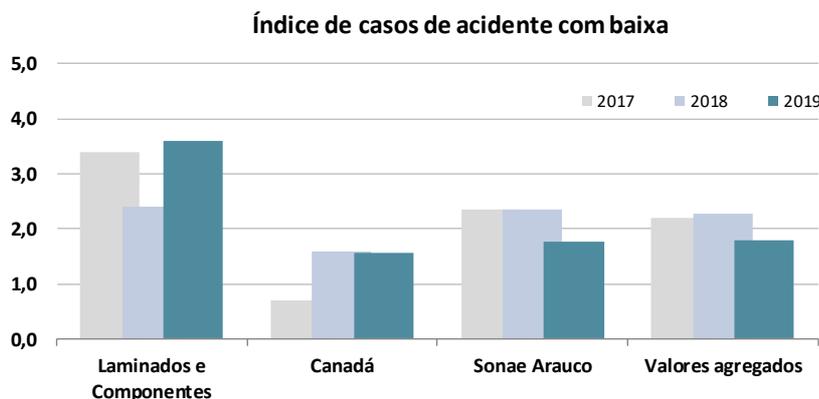


O número de horas de formação na Sonae Indústria baixou de aproximadamente 25,6 para 21,6 horas em média por colaborador, devido às operações em território nacional. Em Portugal, o ano de 2018 foi marcado por um conjunto de ações de formação de imposição legal, que envolveram um grande número de colaboradores e que não são necessárias levar a cabo todos os anos. Estas ações de formação estão relacionadas com ascensão de cargas, segurança e condução de empilhadores, combate a fogos, introdução à nova norma ISO 45001 e segurança do equipamento de trabalho.

Na Sonae Arauco, as horas de formação aumentaram em 2019 de 15,9 para 24,2 horas em média por colaborador. A empresa empenhou-se largamente na formação com enfoque na área de saúde e segurança, nomeadamente com a implementação dos programas de formação Fator de Risco e Regras para salvar vidas.

Principais Indicadores de Saúde e Segurança

O gráfico seguinte representa o índice de casos de acidentes com baixa (“Lost Workday Cases”, LWC)³⁰:



Em 2019, a taxa LWC da Sonae Indústria registou uma melhoria significativa (22% em comparação com 2018) em resultado das melhorias registadas nos 2 principais negócios, Sonae Arauco (25% comparado com 2018) e Canadá (1% comparado com 2018). o aumento ligeiro no negócio de Laminados & Componentes (1% face a 2018) deve-se a 1 acidente com perda de dias de trabalho que ocorreu numa das unidades industriais.

Tal como referido anteriormente (no capítulo referente a Saúde ocupacional e Segurança), em 2019, a Tafisa Canada implementou diversas ações em linha com o objetivo de melhoria da segurança dos nossos colaboradores.

Na Sonae Arauco, o ano de 2019 foi marcado pela consolidação do programa “BeST”, um projeto que teve início no final de 2017, com destaque para ações tais como:

³⁰ Casos de acidentes com baixa: fatalidade, lesão decorrente do trabalho ou doença profissional que impeça o colaborador de se apresentar ao trabalho no turno subsequente e calendarizado. Uma morte é considerada acidente com baixa, independentemente do tempo que decorre entre o acidente e o falecimento em consequência da doença.

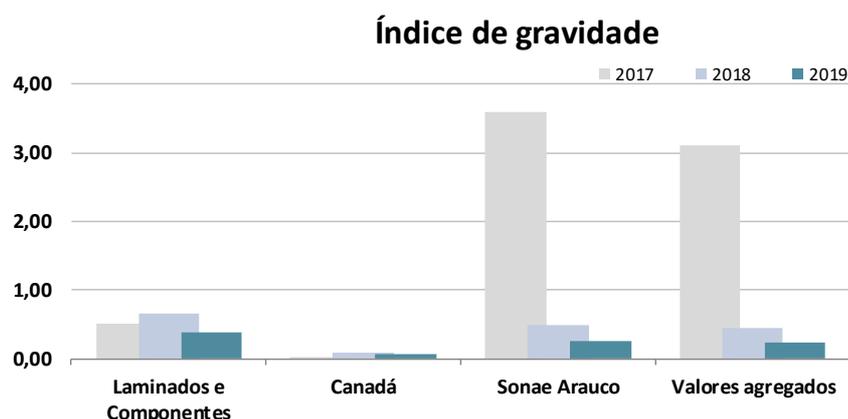
Índice de casos de acidentes com baixa = (Número de casos de acidentes com baixa x 200.000) / Número de horas trabalhadas calculado numa base colaborador-hora de 200.000 horas (100 colaboradores a tempo inteiro, a trabalhar 50 semanas, 40 horas por semana).

Os valores da Sonae Arauco para o índice de casos de acidentes com baixa incluem a unidade industrial de laminados e imóveis em Horn e 50% da Laminate Park.

- Formação TRF (“*The Risk Factor*”) – um programa inovador que se destina a aumentar a consciência, em termos de risco, dos nossos colaboradores e reduzir a tomada de decisões e comportamentos não seguros através de escolhas conscientes e deliberadas no que diz respeito ao risco;
- LSR (“*Life Saving Rules*”) – reforço das regras que salvam vidas. Formação formal que foi definida e aprovada em 2018 e levada a todas as unidades industriais para consolidar a importância da mensagem de que a segurança não pode ser comprometida;
- STOP™ para Supervisão – programa de formação desde o topo a todos os colaboradores da empresa que têm cargos de supervisão, para permitir a realização de observações e diálogos sobre segurança;
- Projeto SAKA – desenvolvimento de módulos *e-learning* com conteúdos para serem usados no processo de acolhimento de novos colaboradores.

O nosso negócio de componentes também implementou, em 2019, diversas ações para melhorar a segurança dos nossos colaboradores, nomeadamente: enfoque especial em questões relacionadas com a Diretiva de Equipamentos de Segurança (DL 50/2015), incluindo o recondicionamento da linha de orlagem 1); sessões de formação sobre combate ao fogo para todos os colaboradores; primeiros socorros, substâncias químicas perigosas e outras questões de saúde e segurança, bem como assegurar que os empilhadores estão em conformidades e devidamente inspecionados.

Foram tomadas outras ações para fortalecer a cultura de segurança da Sonae Indústria e promover a consciência nesta áreas de particular importância.



No que diz respeito à gravidade dos acidentes, traduzida no Índice de gravidade³¹, a melhoria registada nos valores agregados face ao ano anterior é ainda mais significativa, com uma redução de aproximadamente 47%.

Deve ser também realçado que o impacto da LWC em termos de dias perdidos, foi inferior ao do ano anterior devido à ocorrência de menos acidentes graves e também que todos os negócios registaram uma melhoria em 2019.

A análise dos detalhes destes resultados por negócio, em comparação com 2018, regista uma melhoria de 46% na Sonae Arauco, cerca de 61% no negócio de Laminados e Componentes e 14% na atividade no Canadá. A melhoria no nosso negócio de laminados beneficiou do aumento do grau de identificação e reporte de “quase acidentes”, um trabalho multidisciplinar mais aprofundado na identificação de riscos ocupacionais.

Estes resultados demonstram que o compromisso da Sonae Indústria com a segurança de todos os seus colaboradores e trabalhadores contratados e a estratégia definida com base na melhoria da Cultura de Segurança e Consciência para o Risco de cada pessoa estão a produzir o efeito desejado.

³¹ Índice de Gravidade = Número de dias de trabalho perdidos devido a casos de acidentes com baixa x 1.000 / Número de horas trabalhadas. Uma fatalidade é considerada adicionando 7.500 dias ao numerador.

Os valores da Sonae Arauco para o Índice de Gravidade incluem a unidade industrial de laminados e os imóveis de Horn e 50% da Laminate Park.

4.3. RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

O respeito pelos direitos humanos é fundamental para a Sonae Indústria e faz parte da forma como a organização trabalha e se posiciona.

Gestão dos direitos humanos

A Sonae Indústria adere aos princípios globais definidos nas leis internacionais e nas declarações internacionais de Direitos Humanos. As populações e os governos dos países em que exercemos atividade responsabilizam-nos pela adesão aos princípios de direitos humanos proclamados internacionalmente. Estamos empenhados em respeitar integralmente todas as regras e normas aplicáveis como, por exemplo, a legislação que define os salários mínimos, a idade mínima dos trabalhadores e o máximo de horas de trabalho diário. Ao tratar os trabalhadores com dignidade e recompensando o trabalho de forma justa, motivamos os nossos colaboradores a serem mais produtivos e aumentamos a sua lealdade para com a empresa. A reputação de que aderimos aos direitos humanos internacionais pode também ajudar-nos a atrair pessoas especializadas e bem qualificadas e a manter um bom relacionamento com as comunidades locais. Ao gerir ativamente o nosso registo de direitos humanos, somos capazes não só de garantir boas condições de trabalho para as nossas pessoas como também contribuir para elevar o nível de adesão às normas de direitos humanos nos países em que a aplicação desses direitos parece ser insuficiente.

No entanto, não deve ser apenas o nosso próprio desempenho a corresponder aos princípios fundamentais de direitos humanos. Para proteger a nossa imagem, temos de garantir que os nossos fornecedores e prestadores cumprem esse requisito. Para isso, no nosso relacionamento com fornecedores e prestadores é cada vez mais um pré-requisito que as partes garantam o cumprimento total dos direitos humanos fundamentais. Para esse efeito, o desempenho dos nossos fornecedores nesta área é tido em consideração quando estabelecemos relações de trabalho.

Como gerimos os direitos humanos

A Sonae Indústria partilha dos princípios do Pacto Global da ONU, incluindo os princípios de direitos humanos, que são uma parte intrínseca da nossa cultura já há muito tempo, delineando a forma como tratamos as nossas pessoas, trabalhamos com os nossos fornecedores e prestadores e orientando as nossas decisões sobre os mercados em que pretendemos entrar. Os nossos esforços para cumprir com os direitos humanos internacionais estão também formalizados no nosso Código de Conduta.

Até à data, podemos referir com satisfação que não foram apresentadas quaisquer queixas de envolvimento nosso em abuso de direitos humanos e estamos empenhados em manter e alargar os nossos esforços nesta área. Para isso, iremos incorporar temas chave de sustentabilidade, incluindo direitos humanos, nos nossos procedimentos de gestão de risco, garantindo assim que estes assuntos são endereçados regularmente nas avaliações de risco de todas as nossas atividades. Acreditamos que estas iniciativas nos vão permitir identificar e agir de imediato sobre qualquer lacuna, potencial ou real, no nosso desempenho nesta área.

Fornecedores e prestadores

A avaliação e garantia de que os nossos fornecedores cumprem com temas de direitos humanos é um verdadeiro desafio para a empresa, já que o número de fornecedores é de diversos milhares.

A Tafisa Canada implementou uma ferramenta informática, “Cognibox”, com os principais fornecedores. O sistema obriga a que o fornecedor prove que está a cumprir com todos os regulamentos, que não tem qualquer registo junto das autoridades e que cada um dos seus colaboradores está qualificado para desempenhar as funções atribuídas. O fornecedor deve informar sobre qualquer não-conformidade.

A Sonae Arauco espera implementar nos próximos anos um processo de avaliação dos seus fornecedores e das implicações que resultam do relacionamento que a empresa tem com eles (por exemplo, no que diz respeito a direitos humanos, questões de segurança no local de trabalho, relações laborais e outros temas de conformidade), dando prioridade aos principais temas e riscos resultantes do nosso relacionamento. No âmbito do plano para

implementação de uma ferramenta que suporte os processos de compras da Sonae Arauco de uma forma global, os fornecedores serão obrigados a preencher e assinar uma declaração que confirme o seu cumprimento dos Princípios Globais de Orientação no Trabalho e Direitos Humanos em termos semelhantes aos seguintes:

- A empresa tem todas as autorizações/licenças de trabalho necessárias ao exercício da atividade, válidas dentro do período de execução do serviço;
- A Situação fiscal, segurança social e seguro de responsabilidade civil estão em conformidade com a lei;
- Todo o equipamento a ser utilizado durante o serviço está de acordo e cumpre com os requisitos da marca “CE”;
- As pessoas alocadas ao serviço estão fisicamente capazes de desempenhar os trabalhos e existe seguro de acidentes para todos os trabalhadores, incluindo cobertura para assistência médica no trabalho;
- Não existem trabalhadores com idades abaixo da idade mínima exigida por lei e que recebem pelo menos o salário mínimo local;
- A empresa assegura que a segurança social dos seus trabalhadores está de acordo com a lei;
- Todos os trabalhadores utilizam os EPIs obrigatórios, de acordo com as áreas designadas.

Estas ações são mais um passo importante no caminho para o implementação de processos de negócio sólidos que são o pilar dos princípios e respeito pelos direitos humanos na Sonae Indústria.

4.4. QUESTÕES DE SUBORNO E ANTI-CORRUPÇÃO

Este capítulo apresenta uma breve descrição das políticas e instrumentos da Sonae Indústria para combate à corrupção e suborno.

Código de Conduta e Comunicação de Irregularidades

O Código de Conduta (“Código”) contém um conjunto de normas baseadas nos valores partilhados que regem as atividades do Grupo Sonae Indústria. É aplicável a todas as pessoas contratadas pelo Grupo, incluindo membros dos órgãos estatutários da Sonae Indústria SGPS e das sociedades do Grupo, administradores, quadros superiores e todos os colaboradores (incluindo trabalhadores temporários).

O Código de Conduta está disponível no *website* da Sonae Indústria:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/codigo-de-conduta>

Este Código define as linhas de orientação de natureza ética empresarial que devem ser seguidas por todos os colaboradores no desempenho das respetivas funções. Não foi concebido para tratar de todas as possíveis situações, nem como um resumo das leis e regulamentos existentes. De acordo com um dos princípios da Sonae Indústria, o Comportamento Ético, o nosso relacionamento com os nossos *stakeholders* baseia-se no respeito, na transparência, na honestidade e na integridade e não toleramos qualquer tipo de suborno ou forma de corrupção. Esforçamo-nos por preservar a nossa independência em relação a pressões políticas, para podermos falar e agir livremente, primeiro e sobretudo em defesa dos interesses da sociedade.

O Código de Conduta da Sonae Indústria define as regras éticas que os colaboradores devem cumprir no seu relacionamento com:

- Colaboradores e prestadores de serviços;
- Acionistas e outros investidores;
- Governos e comunidades locais;
- Parceiros de negócio;
- Concorrentes.

A Comissão de Ética dá apoio à execução do Código de Conduta e é responsável por:

- Promover os valores e comportamentos descritos no Código;
- Agir como um órgão consultivo;
- Rever os pedidos de esclarecimento dos colaboradores;
- Receber qualquer comunicação de irregularidade;
- Dar início e supervisionar a investigação de possíveis irregularidades que tenham sido comunicadas e assegurar que são tomadas as devidas ações disciplinares.

É importante salientar que, de acordo com o Código de Conduta da Sonae Indústria, qualquer pessoa está obrigada a cumprir com toda a legislação nacional e internacional. Se as nossas normas internas são mais rigorosas do que as impostas pela legislação local é porque a Sonae Indústria vai além do cumprimento dessa legislação e adota as normas mais exigentes.

Em 2019 não foi comunicada nenhuma situação de irregularidade ou corrupção.

Política e diretrizes de livre concorrência

Na grande maioria dos países em que a Sonae Indústria exerce atividade existem leis de Concorrência. O objetivo dessas leis é assegurar que os negócios e mercados operam de forma competitiva e criam as melhores condições para o consumidor. As leis da concorrência partem do princípio fundamental de que onde existe concorrência livre e transparente, os mercados vão funcionar de forma eficiente e os consumidores vão beneficiar de preços mais baixos, variedade de produtos e mais qualidade de produtos e serviços.

A Sonae Indústria promove e respeita a livre concorrência como uma prática empresarial saudável e como um princípio fundamental que deve governar todos as vertentes dos seus negócios.

A equipa de gestão da Sonae Indústria comprometeu-se a cumprir todas as regras de concorrência em todos os países onde exerce atividade e desafia os seus colaboradores a agir de igual forma. A equipa de gestão acredita que o cumprimento destas regras vai ao encontro dos seus interesses, dos interesses dos acionistas, colaboradores e outros *stakeholders*.

Em outubro de 2019, o Conselho de Administração da Sonae Indústria aprovou uma política de Concorrência, cujas diretrizes se aplicam a todo o Grupo e que vai ser publicada em 2020.

Ainda em 2019, a Sonae Indústria completou uma formação sobre livre concorrência para todos os colaboradores e continua a providenciar formação nesta área aos novos colaboradores.

A Sonae Arauco adotou o manual de Normas e Diretrizes de Livre Concorrência que define a política e regras segundo as quais os colaboradores e a equipa de gestão da Sonae Arauco devem conduzir o negócio numa perspetiva de concorrência. O conteúdo deste manual é avaliado frequentemente e atualizado sempre que necessário.

Por outro lado, a Sonae Indústria assegura que tanto os colaboradores como a equipa de gestão com exposição a risco de concorrência recebem formação regularmente.

As partes que operam como agentes da Sonae Indústria são também desafiadas a cumprir com as mesmas normas de conduta que se aplicam aos colaboradores da Sonae Indústria.

Prevenção de crimes

Nas atividades de negócio da empresa, existem práticas e processos de controlo que promovem um ambiente favorável à prevenção e deteção de risco de crimes. Os fatores mais relevantes para prevenir e detetar crimes estão relacionados com:

- i. Código de Conduta – divulgado a todos os colaboradores e disponível nas várias localizações geográficas;

- ii. Canal de comunicação de irregularidades – o canal de comunicação de irregularidades está previsto e explicado no Código de Conduta e é gerido pela Comissão de Ética. Situações de incumprimento relacionadas com riscos criminais são geridas por esta Comissão.
- iii. Sistema disciplinar – as ações disciplinares em caso de incumprimento de situações de risco criminal são punidas de acordo com a lei aplicável em cada país.
- iv. Sistema de recursos financeiros para prevenção de crime – políticas e procedimentos que regulam a gestão dos recursos financeiros com o objetivo de prevenir crimes (orçamento, aprovação de investimentos, processo de aquisição de serviços, despesas de viagens, entre outros).

4.5. QUESTÕES AMBIENTAIS E FLORESTAIS

A atividade industrial da Sonae Indústria tem um impacto ambiental através do fornecimento de matérias-primas e geração de descargas de águas residuais, resíduos descartados e emissões.

Como entidade somos conscientes da pegada ambiental que provocamos e consideramos que a gestão responsável das questões ambientais é fundamental para o sucesso do nosso negócio. Comprometemo-nos com o fornecimento sustentável de matérias-primas e respeitamos ativamente estes princípios em todas as nossas práticas de negócio.

Este capítulo identifica as nossas questões chave ambientais e o que fazemos para as gerir.

Respeitar o ambiente faz parte da natureza da Sonae Indústria

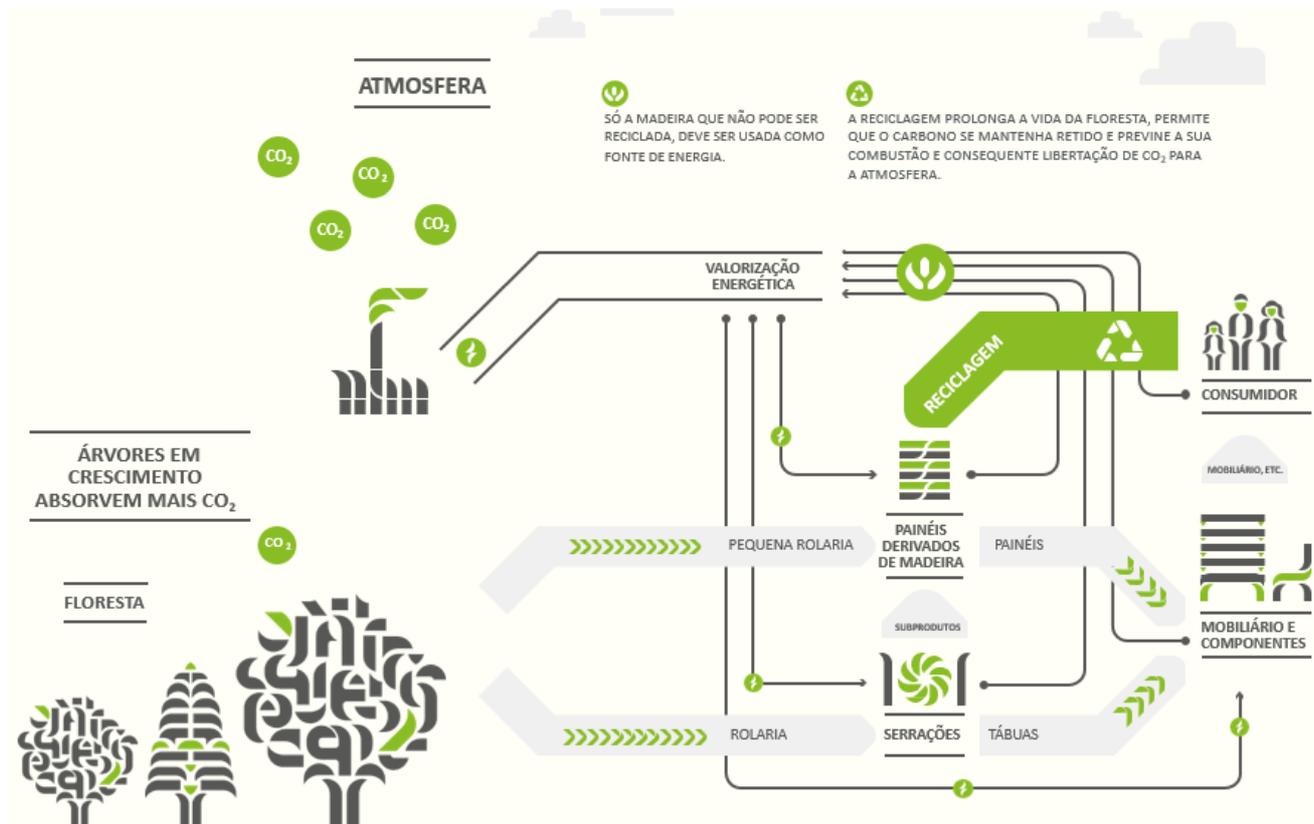
A Sonae Indústria compromete-se com o conceito de utilização sustentável das matérias-primas e respeita ativamente estes princípios em todas as práticas de negócio.

A Sonae Indústria acredita que cadeiras de valor eficientes são capaz de fomentar o investimento e a gestão ativa das florestas. Neste âmbito, os painéis derivados de madeira contribuem para a utilização sustentável de recursos florestais.

Os painéis derivados de madeira têm diversas vantagens, nomeadamente:

- Uma alternativa interessante à madeira maciça;
- A sua flexibilidade dimensional permite o fabrico de produtos de dimensões feitas-à-medida;
- Comparando com outros materiais de construção, tais como o aço e o betão armado, tem impactos ambientais significativamente inferiores;
- Um efeito positivo no aquecimento global através da melhoria da eficiência energética;
- Funcionam como armazenadores de carbono, ajudando, deste modo, a mitigar as emissões de CO₂;
- No final da sua vida útil, podem ser reciclados e transformados em novos produtos, reentrando, assim, num ciclo contínuo de reciclagem.

Ciclo de vida de produtos de madeira e de painéis derivados de madeira:



Fonte: Sonae Arauco

Principais Questões Ambientais e Florestais

Respeitar o ambiente é uma das principais preocupações da Sonae Indústria e de todos os seus negócios. Como as atividades no Canadá e na Sonae Arauco estão altamente dependentes de recursos florestais, a utilização sustentável de recursos florestais é um dos focos da empresa.

A Tafisa Canada é um membro ativo da *Composite Panel Association* e do *Conseil de l'Industrie Forestière du Québec*, para se manter atualizada das questões ambientais e participar em várias comissões relacionadas com o Ambiente, Desempenho de produto, Emissões do produto, Saúde e Qualidade do ar em espaços interiores.

A Sonae Arauco é um membro ativo da EPF (*European Panel Federation*) e tem uma participação ativa em vários dos seus grupos de trabalho e realiza esforços *lobby* para instituições ambientais e governamentais, focando-se em regulações como:

- Emissões industriais e seu impacto;
- Formaldeído e sua reclassificação de risco (no contexto europeu);
- Certificações de gestão florestal e recursos florestais (FSC® e PEFC™);
- Emissões de CO₂;
- Biomassa e energia.

Regulações de emissões industriais e o seu impacto e implementação na Sonae Indústria

Os processos de produção industrial representam uma parte significativa da poluição global na Europa devidos às emissões de poluentes do ar, descargas de águas residuais e geração de resíduos.

A Diretiva relativa às Emissões Industriais (IED) é o principal instrumento europeu que regula os impactos ambientais das instalações industriais. A IED tem como objetivo atingir um elevado nível de proteção da saúde humana e do ambiente, reduzindo as emissões industriais nocivas na União Europeia, em particular através da aplicação das melhores técnicas disponíveis (MTD).

Desde 2010, a indústria de painéis derivados de madeira é incluída no âmbito da IED, estabelecendo condições de licenciamento que incluem limites para emissão de poluentes em quantidades significativas. Os principais desafios para o setor são:

- Emissões de pó dos secadores;
- Emissões de TCOV (total de compostos orgânicos voláteis) dos secadores;
- Limite de emissões definido para o formaldeído (principalmente no caso dos secadores e prensas).

Em 2019, a Sonae Arauco começou a implementar a instalação de soluções com tecnologia de ponta que permitem ir além do cumprimento na questão das emissões nas unidades industriais na Europa. Este projeto inclui novos sistemas, bem como a modernização dos sistemas existentes, seguindo as melhores técnicas disponíveis.

No Canadá, a maioria das questões ambientais são reguladas por leis e regulamentos provinciais. O *Quebec Environment Quality Act* estabelece uma estrutura geral para prevenir a emissão de licenças (autorização do ministério). Esta lei é também a base para regulamentos específicos para ar, água, proteção dos solos e gestão de resíduos. A *Clean Air Regulation (CAR)* é a principal regulamentação para o controlo da poluição do ar do Québec. Os principais desafios são:

- Emissões de pó dos secadores;
- Emissões de metais pesados dos secadores e equipamentos de combustão;
- Emissões de formaldeído das prensas de produção;
- Emissões de partículas devido a transferência, queda ou manuseamento de materiais.

Em 2019, a Tafisa Canada investiu num novo sistema de tratamento de emissões para a sua primeira prensa de produção de aglomerado de partículas para reduzir as emissões ambientais da empresa. Este sistema permitiu-nos reduzir as emissões de partículas em 95%.

A Tafisa Canada, em 2019, também fez melhorias no filtro eletrostático húmido (Wesp) nos secadores da linha de aglomerado 2, que permitiu uma redução das emissões de pó em 47%.

Formaldeído e sua reclassificação de risco

O formaldeído é produzido naturalmente pelo organismo, sendo uma molécula crítica para a formação de proteínas e rapidamente metabolizado. O formaldeído é também emitido de forma natural pela vegetação (folhas e madeira) - até 10 milhões de toneladas por ano a nível global. Mais de 11 milhões de toneladas por ano de formaldeído são formados através de reações atmosféricas secundárias.

Em 2015, o formaldeído foi reclassificado como substância cancerígena, da categoria 1B, quando presente acima de determinados valores, o que traz novos desafios para a indústria de produtos derivados de madeira. Esta reclassificação desencadeou novas obrigações ao abrigo de várias legislações europeias, incluindo legislações portuguesas, e abriu caminho a potenciais ações no âmbito da Regulamentação Europeia de registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos, referida como REACH.

No entanto, esta reclassificação foca-se na potencial ocorrência de um cancro extremamente raro na Europa (nasofaríngeo), e uma avaliação abrangente de risco para trabalhadores e consumidores demonstrou que a sua utilização é segura. Na sequência destes resultados, a Sonae Arauco atua de forma a garantir condições de trabalho adequadas para os seus colaboradores.

Um impacto adicional desta reclassificação foi a definição de uma nova norma para análise de emissões de produto, com um método que resultou na redução do limite de emissões de formaldeído para metade. Após um amplo desenvolvimento do produto, a Sonae Indústria consegue cumprir a nova norma e produzir painéis com emissões de formaldeído muito baixas, que são muito procurados pelo mercado.

Importa também referir que na Alemanha a implementação da nova norma de emissões, “E05”, ao nível das emissões de formaldeído dos produtos derivados de madeira, teve impactos nos custos de produção com os quais tivemos que lidar. Esta nova norma de emissões é aplicável desde 1 de janeiro de 2020.

No Canadá, a *Environmental Protection Agency* (EPA) implementou, em 2019, uma norma nacional de emissões de formaldeído à qual a Tafisa Canada está a aderir sem lotes em situação de incumprimento em 2019. A Tafisa Canada recebeu, em 2019, uma certificação da *Composite Panels Association* (CPA) atestando a conformidade com o limite das emissões de formaldeído definido pela EPA.

Em relação ao nosso negócio de Laminados, importa referir que os nossos Laminados cumprem com a regulamentação REACH. Deve ainda ser destacado que, em 2019, o nosso negócio de Laminados obteve a certificação Greenguard® para os seus produtos, atestando as baixas emissões químicas e a contribuição global para melhorar a qualidade do ar dos espaços interiores em que os nossos produtos são utilizados.

A fábrica do nosso negócio de Componentes não tem emissões de formaldeído (o formaldeído no aglomerado de partículas utilizado na produção é residual, não tendo por isso impacto no ambiente).

Certificações de gestão florestal e recursos florestais (FSC® e PEFC™)

A madeira é uma matéria natural e renovável, sendo absolutamente necessária para a exploração florestal responsável e para a utilização responsável de recursos florestais para garantir o uso sustentável da madeira.

Para o assegurar, a Sonae Indústria promove a gestão florestal sustentável nas regiões onde opera, participando ativamente na padronização sustentável da gestão florestal e em iniciativas de certificação, a nível nacional e internacional, e promovendo iniciativas para aumentar a certificação da gestão florestal ao longo da cadeia de valor.

Para tal, a Sonae Arauco e os Laminados e Componentes são certificados por dois dos maiores sistemas de certificação de gestão florestal e cadeia de responsabilidade: a FSC® (*Forest Stewardship Council*® - FSC-C-013589) e a PEFC™ (*Program for the Endorsement of Forest Certification schemes*) e a Tafisa Canada é certificada pela FSC® (*Forest Stewardship Council*® - FSC-C-013589).

Importa ainda referir que, em 2019, o nosso negócio de Laminados reportou um aumento de 4 vezes face ao ano anterior nas vendas de produtos certificados pela FSC® e pela PEFC™, que representam agora cerca de 30% do total.



A FSC® confirma que a floresta está a ser gerida de uma forma que preserva o ecossistema natural e que beneficia a vida das pessoas e colaboradores locais, assegurando ao mesmo tempo a sustentabilidade da viabilidade económica. Para assegurar esta certificação, os membros FSC® acordaram um conjunto de critérios que os gestores e proprietários florestais devem cumprir:

- Manter as áreas de valor ambiental e social, ajudando a proteger as pessoas, plantas e espécies animais que vivem nessas áreas;
- Certificação de gestão ambiental obtida através de um processo no qual se deve passar num teste realizado por uma entidade credenciada pela FSC®, com a conformidade com a gestão florestal avaliada de acordo com os princípios e critérios da FSC®;
- Fornecer madeira controlada, uma vez que, para obter esta certificação, os proprietários e gestores florestais que fornecem madeira controlada devem cumprir a norma de madeira controlada pela FSC®. Cumprir esta norma implica que a matéria adquirida não foi extraída ilegalmente, violando os direitos tradicionais ou civis, ou de uma maneira que ameace áreas de alto valor de conservação (HCV).

A Sonae Arauco é atualmente um membro do *Forest Stewardship Council* (FSC®) *International*, outro passo importante na sua missão de criar uma cadeia de valor florestal sustentável. A empresa, que é uma das maiores do mundo em soluções à base de madeira, faz parte de um grupo de mais de 1.000 membros que integram esta organização internacional sem fins lucrativos dedicada a promover a gestão responsável das florestas do mundo.



Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFCTM)

A PEFCTM é uma organização internacional, não governamental, sem fins lucrativos dedicada à promoção da Gestão Sustentável da Floresta (GSF) através da certificação independente de terceiros. Assim, a PEFCTM representa o maior sistema de certificação florestal do mundo e o sistema de certificação preferido das pequenas explorações florestais privadas e não industriais, com centenas de milhares de proprietários florestais certificados que cumprem com os padrões de sustentabilidade da PEFCTM.

A PEFCTM define as normas mais elevadas para a certificação e gestão sustentável da floresta em linha com as expectativas da sociedade que estão em constante evolução. A obtenção da certificação em Gestão Sustentável da Floresta da PEFCTM demonstra que as práticas de gestão estão em conformidade com as melhores práticas de GSF.

Eco-Certified Composite Grademark program (ECC)

Em 2019, os painéis produzidos pela Tafisa Canada foram certificados com o programa “Eco-Certified Composite Grademark Program”, (ECC), uma certificação atribuída pela “Composite Panel Association” (CPA), o que demonstra um compromisso assinalável com a utilização sustentável da fibra de madeira e com a governação sustentável. Os painéis produzidos pela Tafisa Canada cumprem ou excedem os 5 requisitos que se seguem:



- Pegada de carbono – a fábrica tem de demonstrar que o armazenamento de carbono do painel anula a pegada de carbono envolvida no período entre a produção e entrega do mesmo, tal como determinado em Kg-CO₂ equivalentes das emissões de gases efeito estufa (GHG);
- Recursos locais e renováveis – pelo menos 85% do total anual de fibra de madeira deve ter origem em recursos localizados num raio de 402km da unidade industrial de produção;
- Reciclada/Recuperada – utilizar um mínimo de 75% de fibra reciclada ou recuperada; ou um mínimo de 50% de fibra reciclada ou recuperada e um mínimo de 5% de fibra pós-consumida. As percentagens são calculadas com base no peso medido em “bone dry tons”;
- Sustentabilidade – a fábrica deve comprovar que mais de 97% da fibra adquirida para produção de painéis é convertida em painéis ou outros produtos sem desperdício;
- Origem da madeira – a fábrica deve ter um certificado e uma avaliação válidos por parte de uma agência de certificação reconhecida pela CPA, como por exemplo o “Forest Stewardship Council”, FSC (Norma do FSC sobre Controlo da Madeira ou Norma sobre a Cadeia de Responsabilidade) ou a “Sustainable Forestry Initiative” (SFI – Norma de Origem da Fibra).

Créditos LEED® (“Leadership in Energy and Environment Design 2009”)

Os painéis produzidos pela Tafisa Canada estão qualificados para obter créditos LEED® (“Leadership in Energy and Environment Design 2009”) de acordo com o “US Green Building Rating System”.

LEED é um sistema de certificação de construção ecológica reconhecido internacionalmente que permite a verificação por terceiros de que um edifício ou comunidade foi desenhado e construído usando estratégias que têm por objetivo melhorar o desempenho das métricas mais importantes: poupança de energia, eficiência da água, redução de emissões de CO₂, qualidade ambiental interior melhorada e administração dos recursos e sensibilidade ao seu impacto. Para obter a certificação LEED, um projeto imobiliário deve conseguir um número mínimo de créditos mediante uma auditoria independente através do instituto “Green Building Certification Institute” (GBCI.org) que classifica os projetos como certificados prata, ouro ou platina.

Emissões de CO2

Como cidadãos responsáveis nas comunidades em que exercemos atividade, estamos empenhados em gerir o consumo de energia de forma responsável, de modo a reduzir as emissões de CO2 tanto quanto possível.

Ao utilizarmos materiais não reutilizáveis e não recicláveis como combustível durante o processo de produção, somos capazes de complementar o nosso consumo de energia na forma de calor e energia através de recursos de energia não fóssil renováveis. Regra geral, as necessidades de calor para as instalações de produção de painéis são fornecidas localmente usando instalações de energia térmica integrada. Estima-se que o balanço final entre as emissões de CO2 durante a combustão de biomassa e o armazenamento de CO2 durante o crescimento das árvores seja neutro.

Por outro lado, uma das maiores preocupações ambientais, no que diz respeito à Sonae Arauco, está relacionada com a gestão eficaz das emissões de carbono permitidas dentro do “*Emissions Trading Scheme*” (ETS) da União Europeia, que assegura o respeito pelo meio ambiente e a vontade de reduzir as emissões de CO2.

Em 2019, em resultado dos esforços desenvolvidos na redução das emissões de CO2, a Sonae Arauco decidiu vender um montante considerável dos excedentes permitidos acumulados ao longo dos últimos anos, não tendo ainda necessidade de comprar quaisquer permissões.

A nossa unidade industrial de produção de Componentes não tem emissões significativas, nomeadamente de CO e NOx (existe uma caldeira para eliminação de resíduos de partículas de madeira sendo esta energia utilizada para aquecer as instalações através de um sistema de bobinas e água).

A atividade da Tafisa Canada não está sujeita à taxa de carbono tendo em conta os valores baixos de emissões de CO2. O sistema de emissões de gases com efeito estufa do Québec considera emissor: uma empresa que produz anualmente emissões de gases com efeito estufa em quantidade igual ou superior a 25.000 toneladas de CO2, excluindo as emissões atribuíveis à combustão ou utilização de biomassa e combustíveis de biomassa. Como a Tafisa Canada utiliza principalmente combustíveis de biomassa, como por exemplo casca e pó de madeira, a quantidade de CO2 emitido é muito inferior às 25.000 toneladas.

Biomassa e energia

Em várias regiões do mundo, foram criadas unidades para produção de energia (maioritariamente eletricidade) a partir de biomassa, unidades que são amplamente financiadas por programas locais de mitigação das alterações climáticas.

Estes incentivos partem do pressuposto de que a substituição de combustíveis fósseis por combustíveis alternativos renováveis – tal como a biomassa – representa um contributo positivo na redução das emissões de CO2 a longo prazo. Isto fez aumentar a utilização da biomassa nos processos de co-combustão, especialmente nas unidades de produção cobertas por regulamentos de emissões de gases com efeito estufa (ou seja, instalações cobertas pela diretiva europeia ETS). Desta forma, a biomassa contribui para alcançar os objetivos destas unidades de produção na redução das suas emissões de CO2 a partir de combustíveis fósseis. Neste contexto, a produção de *pellets* foi largamente incentivada como sendo uma atividade essencial para simplificar o transporte de longo curso de combustível de biomassa, aumentando o preço da madeira.

Por este motivo, temos vindo a argumentar que os produtores de energia que utilizam também a biomassa como combustível deveriam ser obrigados a demonstrar que:

- A substituição dos combustíveis fósseis por biomassa mantém o balanço carbono-positivo, mesmo se considerarmos as emissões de CO2 associadas ao processo de transporte e logística;
- A biomassa é produzida a partir de fontes geridas de forma sustentável e os princípios de economia circular e hierarquia de resíduos são cumpridos.

Esta demonstração pode ser facilmente integrada numa verificação anual obrigatória de emissões de gases com efeito estufa que, na maioria dos casos, já existe.

Esta iniciativa tem como objetivo recuperar a competitividade da compra de madeira que, de outra forma, poderá por em perigo a indústria de painéis de derivados de madeira caso sejam dados incentivos à queima.

No início de janeiro de 2020, a unidade de produção de energia de biomassa em Horn foi vendida. Por outro lado, foram feitos novos investimentos em melhorias no desempenho energético de alguns equipamentos, assim como foi feita uma alteração num sistema de combustão de uma das unidades industriais da Sonae Arauco no sentido de reduzir o consumo de energia.

Alterações climáticas

A empresa compromete-se em gerir o consumo de energia de forma responsável para reduzir as emissões de CO₂ (o fator mais importante no “efeito estufa” gerado pelos seus processos industriais) o mais possível.

Uma das preocupações ambientais mais importantes da empresa está relacionada com a gestão eficiente dos direitos das emissões de carbono atribuídos no âmbito do programa ETS da União Europeia, afirmando o respeito pelo meio ambiente e a vontade de reduzir as emissões de CO₂.

Em termos globais, os processos industriais representam uma parcela considerável da poluição global na Europa, devido às emissões de gases poluentes, descargas industriais e geração de resíduos.

A Sonae Arauco está a adaptar ativamente as suas unidades industriais para cumprir com os requisitos da Diretiva de Emissões Industriais da União Europeia, continuando assim a melhorar a pegada associada às suas atividades industriais.

Os nossos produtos, quando usados no setor da construção, fazem o armazenamento do carbono, ajudando a reduzir as emissões de CO₂ e aumentando o armazenamento do carbono e todos os produtos, no final da sua vida útil, podem ser reciclados e transformados em novos produtos, num processo de reciclagem contínuo.

Em 2019, a Sonae Arauco, tendo em consideração os compromissos acima referidos, implementou as seguintes ações direcionadas para a redução das emissões de CO₂ e para a mitigação dos impactos negativos em termos de “Alterações climáticas”:

- Conversão de caldeiras de combustíveis pesados para gás natural;
- Equipamentos para remover a humidade adicional da madeira, reduzindo a energia térmica necessária ao processo de secagem;
- Desenvolvimento contínuo de iniciativas para otimizar os consumos de energia em todas as unidades industriais.

Na produção dos painéis, a Tafisa Canada tem estado empenhada em utilizar apenas fibras 100% recuperadas e recicladas. A tecnologia Rewood™ da Tafisa tem vindo a desempenhar um papel fundamental no compromisso da empresa para a preservação do ambiente, através da reciclagem anual de 244.000 toneladas de fibra de madeira pós consumida que é incorporada nos painéis, salvando assim milhões de árvores todos os anos.

O nosso negócio da América do Norte usou maioritariamente a biomassa como fonte de energia e consumiu uma quantidade muito baixa de combustíveis fósseis, apenas para fazer face às importantes necessidades de energia durante o inverno. Ainda que queimar biomassa liberte dióxido de carbono (CO₂), a madeira, que é a fonte da biomassa na produção de energia, retém quase a mesma quantidade de CO₂ através da fotossíntese da biomassa que vai sendo queimada, daí que a biomassa seja considerada uma fonte de energia com pegada de carbono neutra.

A Tafisa Canada continuou a desenvolver iniciativas para otimizar o seu consumo de energia.

Como gerimos estas questões

Poluição

As unidades industriais da Sonae Indústria efetuam medições das emissões e inspeções rigorosas em todos os pontos de descarga (ar, água ou solo) de forma a garantir o cumprimento das suas licenças de emissões relativamente aos países em que exercem atividade.

As auditorias efetuadas por entidades externas (sistemas de gestão ISO, sistema IWAY, entre outros) funcionam também como catalisadores da melhoria contínua em termos do que pode ser feito para reduzir o impacto ambiental das nossas atividades.

Esta preocupação está inerente a todos os investimentos ou alterações que fazemos ao processo industrial e procuramos constantemente otimizar as soluções existentes e, simultaneamente, prevenir futuros problemas.

Gestão de resíduos

Num contexto mais alargado e menos relacionado com as especificidades dos processos industriais, a separação de resíduos é feita, e imposta, em determinadas instalações industriais como parte dos requisitos de certificação. Os resíduos são recolhidos e selecionados por categorias (gerais, perigosos, plástico papel e metais) e são eliminados de acordo com a categoria (perigosos são eliminados através de uma empresa acreditada, gerais através dos agentes municipais e outros são reciclados por empresas específicas). São mantidos registos mensais de cada categoria.

No processo industrial, é gerado um volume significativo de material não reciclável e não reutilizável que serve de combustível nas unidades de produção de energia para complementar o processo de consumo de energia, tanto na forma de calor como eletricidade.

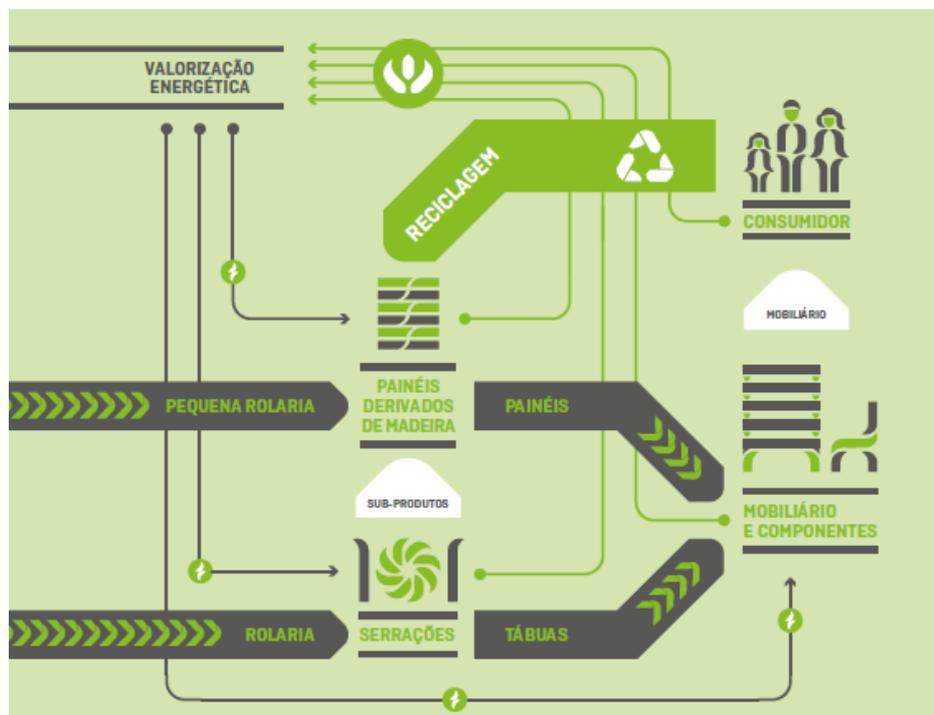
Nas suas unidades industriais, a Sonae Indústria tem uma hierarquia de resíduos em 5 passos (ver imagem seguinte) de forma a fazer uma gestão e prevenção de resíduos mais detalhada e exaustiva. Esta atitude obriga-nos, enquanto empresa, a pensar constantemente sobre todos os materiais e serviços que entram e saem das nossas instalações numa perspetiva mais holística.



Hierarquia de resíduos em 5 passos

Fonte: Sonae Arauco

Fechar os círculos no ciclo de vida dos nossos produtos faz parte das nossas práticas diárias. A imagem seguinte dá uma visão geral, sem detalhes, dos fluxos mais relevantes de energia e resíduos dentro do ciclo de vida dos nossos produtos.



Fluxos mais relevantes de energia e resíduos dentro do ciclo de vida dos nossos produtos.

Fonte: Sonae Arauco

Utilização sustentável dos recursos

Principais matérias primas

Tal como referido anteriormente, uma parte significativa das matérias primas utilizadas pela Sonae Indústria no seu processo de produção vem diretamente dos materiais que, de outra forma, seriam tratados como resíduos. Transformamos estes materiais em produtos sustentáveis de valor acrescentado que podem ser reciclados no final do seu respetivo ciclo de vida. Existe poucas indústrias que conseguem atingir níveis idênticos de sustentabilidade e um modelo de negócio de bio-economia circular. Estamos a trabalhar para aumentar o consumo de madeira certificada de modo a garantir uma florestação responsável e o uso responsável dos recursos florestais, de acordo com as nossas políticas e compromissos sociais, e com impacto direto na proteção da biodiversidade.

A título de exemplo, deve ser realçado que a Sonae Arauco é um dos membros fundadores da “ForestWISE – Collaborative Laboratory for Forest and Fire Integrated Management” em Portugal, uma entidade criada em setembro de 2018. A ForestWISE aposta na investigação e desenvolvimento (I&D), inovação e transferência de conhecimento e tecnologia de forma a preservar a sustentabilidade dos recursos florestais, minimizar os riscos dos incêndios florestais e otimizar os benefícios da floresta para a sociedade.

Desde 2005 foram investidos mais de 20 milhões de dólares para desenvolver, na Tafisa Canada, uma tecnologia única designada Rewood™, que substitui uma porção das fibras de madeira pós industriais nos seus painéis por fibras de madeiras recicladas pós consumidas. Esta tecnologia inovadora garante o fornecimento constante e renovável de matéria prima sem comprometer o ambiente para as gerações futuras.

A tecnologia Rewood™ permite reciclar anualmente 244.000 toneladas de fibra de madeira pós-consumida salvando assim milhões de árvores. Esta abordagem prolonga o ciclo de vida útil da árvore; em vez de acabar num aterro, os materiais de madeira pós-consumida são reciclados e incorporados nos painéis produzidos pela empresa.



Indicadores-chave de Desempenho

A informação desta secção considera informação para a Sonae Indústria e para a Sonae Arauco. Para a Sonae Indústria a maioria dos indicadores são calculados para o negócio de painéis derivados de madeira do Canadá numa base de consumo específico por metro cúbico produzido (conceito não aplicável diretamente ao negócio de Laminados).

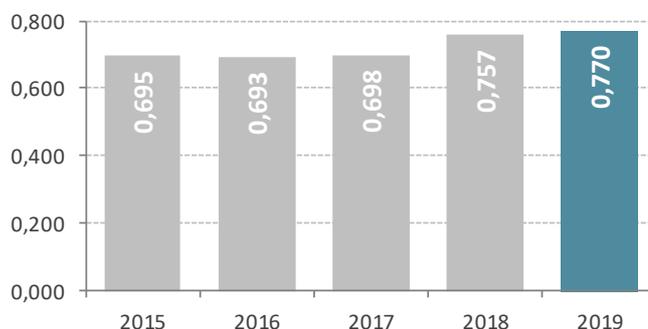
Consumo de madeira (ton. seca/m³)³²

A madeira é a principal matéria-prima da Sonae Indústria, considerando o negócio no Canadá e a Sonae Arauco. Como grande utilizador deste material natural, renovável e reciclável, acreditamos que usar madeira reciclada e subprodutos da madeira na nossa produção faz parte do nosso contributo sustentável para atenuar as emissões de CO₂ e as mudanças climáticas.

³² Os valores de consumo de madeira (ton. seca/m³) consideram, desde 2018 inclusive, o consumo específico de madeira total e não apenas o consumo específico de madeira nas linhas de madeira crua como reportado nos anos anteriores.

O gráfico abaixo considera as operações de placas (valores agregados para o Canadá e para a Sonae Arauco) e apresenta a evolução global do consumo do *mix* de madeira e os valores da eficiência da utilização da madeira.

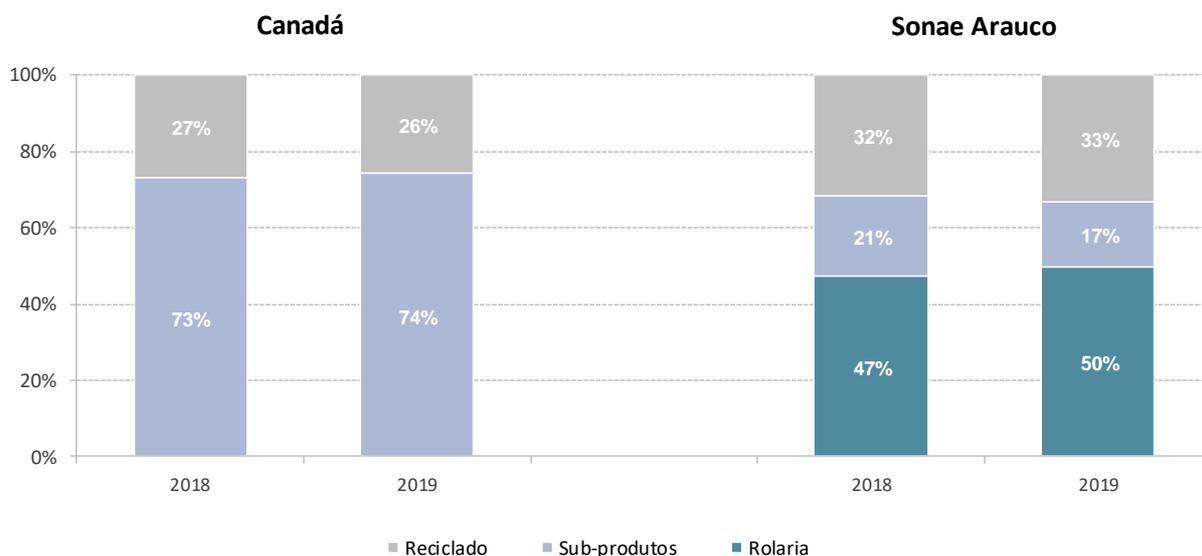
Consumo de madeira por metro cúbico produzido (tonelada seca/m³)



Para a Sonae Arauco, o consumo de madeira por metro cúbico produzido registou um aumento quando comparado com 2018, devido essencialmente a um aumento do peso da produção de MDF (que tem um consumo específico de madeira por m³ mais elevado) em relação à produção de PB e OSB.

No entanto, no Canadá o consumo de madeira por metro cúbico produzido registou uma redução quando comparado com 2018.

Consumo de madeira por tipo

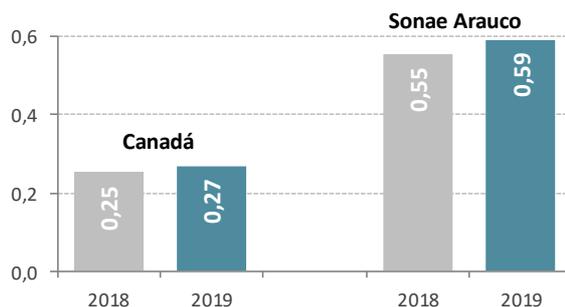


Em 2019, o *mix* de fornecimento de madeira global para as operações de placas na Sonae Arauco apresentou um ligeiro aumento na incorporação de material reciclado, devido nomeadamente às melhorias no processo industrial de limpeza da madeira reciclada nas fábricas de aglomerado de partículas. Na Sonae Arauco, a utilização de rolaria aumentou para cerca de 50% (+3 p.p.), a utilização de sub-produtos reduziu para 17% (-4 p.p.) e a incorporação de material reciclado, tal como mencionado, aumentou para 33% (cerca de +2 p.p.).

A atividade no Canadá reduziu ligeiramente a incorporação de material reciclado (-1 p.p.) e aumentou ligeiramente a utilização de sub-produtos (+1 p.p.), quando comparadas com 2018.

Consumo de água (m³/m³)

Água municipal, de superfície e subterrânea



Apresentamos abaixo o consumo de água por fonte para 2018 e 2019:

Consumo de água (milhares, m ³)	2018	2019
Sonae Indústria	190,1	200,9
Canadá (Água Municipal)	180,9	191,1
Laminados e Componentes	9,2	9,8
Água Municipal	0,2	0,2
Água Subterrânea	8,9	9,6
Sonae Arauco¹	1679,4	1784,9
Água Municipal	975,1	1051,7
Água de Superfície	161,3	178,1
Água Subterrânea	543,1	555,1

(1) Os valores da Sonae Arauco incluem a unidade industrial e bens imóveis de Horn laminados.

Os processos industriais da Sonae Indústria necessitam de água e, na sequência desse impacto, são realizados esforços para reduzir a utilização de água e aumentar a reutilização de águas residuais tratadas. Estes objetivos ambientais são comuns a várias unidades industriais.

No geral, o consumo específico de água aumentou em 2019, quando comparado com 2018, devido ao aumento do consumo na operação do Canadá e e na Sonae Arauco. O consumo de água de qualquer uma das fontes aumentou em 2019, quando comparado com 2018, que também se refletiu no consumo específico como explicado.

Na Sonae Arauco, o efeito veio de um aumento do peso da produção de MDF, que é um processo que requer mais água, enquanto que a produção total do ano diminuiu o que também teve impacto neste indicador.

Na Tafisa Canada o aumento é essencialmente explicado pela utilização de água na têmpera de gás melhorada para remover partículas da saída dos secadores.

O nosso negócio de Laminados e Componentes registou um ligeiro aumento no consumo de água em 2019, quando comparado com 2018. No entanto, na sequência do nosso compromisso de reduzir a pegada ambiental, no final do 2T19, uma torre de arrefecimento na Maia foi desativada, o que deverá levar a uma redução material do consumo de água nos próximos anos.

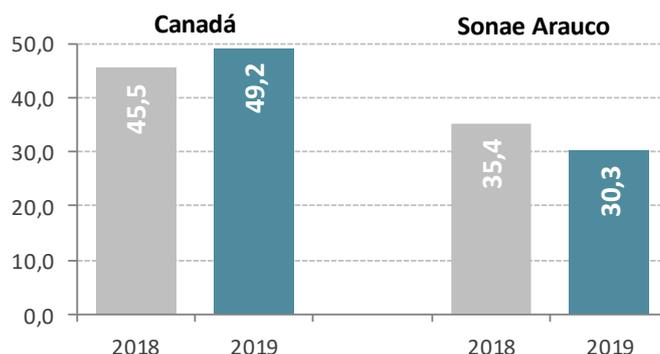
Geração de resíduos (kg/m³)

Resíduos perigosos e não perigosos

Em 2019, o indicador global sobre geração de resíduos específicos registou uma redução na Sonae Arauco, apesar dos valores atingidos ainda estarem acima dos registados no passado. Os projetos desenvolvidos em algumas fábricas da Sonae Arauco, incluindo a substituição de uma linha de prensa completa em Beeskow e de um secador de MDF em Mangualde, resultaram na geração de resíduos não perigosos, principalmente ferro-velho e material de

demolição que tiveram que ser descartados e conseqüentemente tiveram um impacto negativo neste indicador como mencionado.

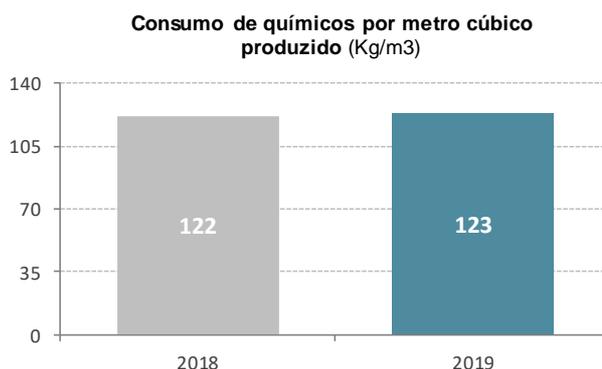
Na Tafisa Canada este indicador aumentou quando comparado com 2018 sobretudo devido a: inventário de resíduos de pó elevado no final de 2018 que teve que ser descartado em 2019; maior consumo de cascas de árvore para produção de energia (gerando mais desperdícios) devido à substituição de determinadas rejeições de madeira reciclada (que de acordo com a regulamentação ambiental já não podem ser utilizadas para a produção de energia) e pela redução do consumo de combustíveis fósseis.



Consumo de químicos (kgs/m3)

Tal como a madeira, os químicos são uma das matérias-primas chave para o processo de produção de painéis de madeira. Como utilizador a jusante, a Sonae Indústria reconhece as suas obrigações no âmbito da regulamentação REACH e toma todas as medidas necessárias para assegurar o fornecimento contínuo dos seus produtos em conformidade com esta Regulamentação.

A tabela abaixo sumariza a evolução global do consumo de químicos nos nossos negócios principais. Este consumo manteve-se na operação no Canadá e registou um ligeiro aumento no negócio de Laminados e Componentes, quando comparado com 2018. Em relação à Sonae Arauco, houve um aumento, quando comparado com 2018, parcialmente explicado pelo *mix* de produtos crus produzidos e pelo início de novos sistemas de colagem em algumas fábricas (que implicaram ajustamentos nas formulações antes de entrar em produção constante).

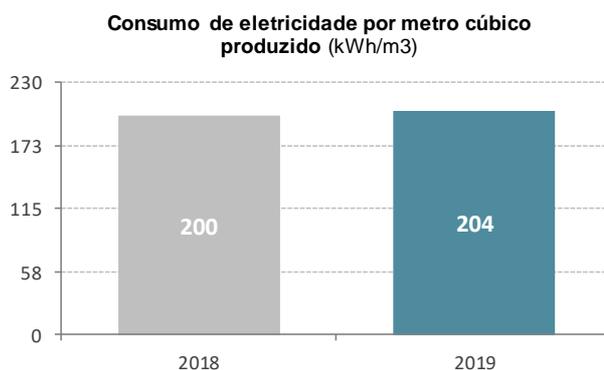


Consumo de químicos (milhares, kg)	2018	2019
Laminados e Componentes	8,2	7,7

Consumo de energia

A energia é um fator muito relevante na produção de painéis derivados de madeira. É utilizada nas tarefas diárias do processo industrial, por exemplo, na secagem das partículas de madeira, no aquecimento de prensas ou em equipamento de condução.

A Sonae Indústria tem um forte compromisso com a gestão de energia, tendo como objetivo reduzir o consumo de energia (através de melhorias de eficiência) e ao mesmo tempo de minimizar a utilização de combustíveis fósseis.



Apesar do aumento do consumo específico de eletricidade, o volume total agregado de eletricidade manteve-se praticamente no mesmo nível de 2018. Estes indicadores foram negativamente afetados por novos investimentos realizados, mas a longo prazo espera-se uma redução do consumo específico de eletricidade com equipamento antigo a ser parado e desativado.

Consumo de energia (milhões, kWh)	2018	2019
Laminados e Componentes	3,5	3,5

Em 2019, o consumo específico de energia no nosso negócio de Laminados e Componentes foi em linha com os valores registados no ano anterior.

Importa referir que em relação ao nosso negócio de Laminados, o consumo absoluto de eletricidade reduziu ligeiramente (1,0%), em 2019, apesar da instalação de uma nova operação de corte à medida na fábrica da Maia. Em termos relativos, o consumo específico de energia por volume produzido (em m²) registou uma redução superior de 3,3%.

É esperado que no curto prazo o consumo específico de energia do negócio de Laminados continue numa tendência descendente considerando as duas ações principais implementadas em 2019: a acima mencionada desativação de uma torre de arrefecimento; e a substituição da iluminação das áreas industriais de halogénio por lâmpadas LED de poupança de energia.

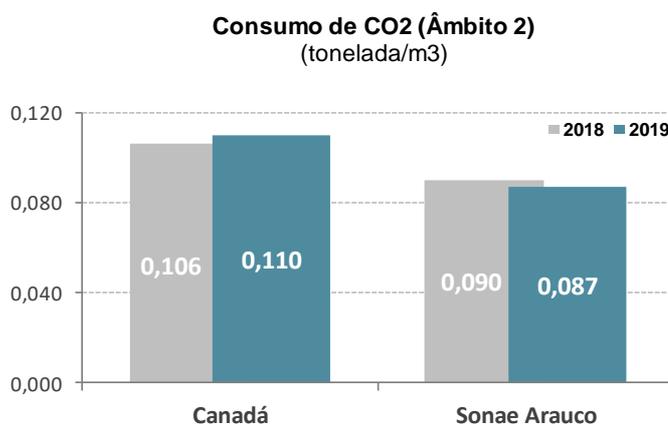
Emissões de gases de efeito estufa

As emissões mais significativas do grupo Sonae Indústria são provenientes do consumo de eletricidade das várias fábricas da empresa.

Em 2019, os volumes de eletricidade consumida, em toneladas de CO₂ por m³ de produtos crus produzidos, registaram um aumento na operação no Canadá e uma redução na Sonae Arauco, esta última variação explicada por uma redução da produção devido à paragem de uma das fábricas na Alemanha. O aumento registado na operação no Canadá é essencialmente explicado por novos investimentos realizados e menores volumes de produção.

O consumo de CO₂ dos Laminados e Componentes manteve-se quando comparado com 2018.

O gráfico abaixo que mostra a evolução do rácio da Intensidade de Emissões indiretas de gases de efeito de estufa (âmbito 2 de acordo com o Protocolo³³ GHG³⁴):



A tabela abaixo apresenta a evolução do consumo de CO2 (âmbito 2) para o nosso negócio de Laminados e Componentes:

Consumo de CO2 (âmbito 2) (milhares, toneladas)	2018	2019
Laminados e Componentes	1,0	1,0

Provisões e imparidades

A empresa monitoriza de forma contínua os riscos ambientais e procura realizar todos os investimentos necessários e tomar todas as ações para cumprir com os requisitos da legislação nos prazos necessários, procurando assim mitigar os riscos de uma forma proativa.

A Sonae Indústria tem, nas suas contas consolidadas, provisões para responsabilidades de natureza ambiental de cerca de 1,2 milhões de euros. A Sonae Arauco tem, nas suas contas, provisões para custos esperados de descontaminação de cerca de 3,0 milhões de euros.

4.6. SISTEMAS DE GESTÃO

Os sistemas de gestão são uma das principais preocupações de uma organização pois permitem gerir as partes inter-relacionadas de uma empresa de forma a alcançar os seus objetivos.

Uma estratégia focada no risco é a base do sistema de gestão. A deteção de riscos e oportunidades em diversos contextos permite à empresa definir estratégias mais direcionadas e bem sucedidas. Estar certificado significa, por exemplo, que a organização tem implementado um sistema de gestão de risco em que os locais de trabalho são sistematicamente avaliados e são tomadas ações para eliminar ou minimizar esse risco. Deste modo, podem evitar-se as interrupções da atividade industrial, o bem estar dos colaboradores está garantido e as ausências por motivo de doença ou acidentes são minimizadas.

Para este efeito, a Sonae Indústria obteve diversas certificações:

- ISO 9001 – Sistema de gestão da qualidade;
- ISO 14001 – Sistema de gestão ambiental;

³³ Emissões indiretas de energia de GHG (âmbito 2): Emissões GHG resultantes de eletricidade comprada ou gerada, aquecimento, arrefecimento e vapor consumidos por uma entidade.

³⁴ GHG: Gases de efeito de estufa.

- OHSAS 18001 – Sistema de gestão de Saúde e Segurança;
- ISO 45001 – Sistema de gestão de Saúde e Segurança (transição da norma OHSAS obrigatória até 2021).

Todas as unidades industriais da Sonae Indústria têm certificação em Gestão Ambiental, Gestão da Qualidade e Gestão de Saúde e Segurança, de acordo com as normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, esta última redenominada ISO 45001. A maioria das unidades industriais da Sonae Indústria estão também certificadas em Gestão Energética, de acordo com a norma internacional ISO 50001.

A madeira usada pela Sonae Indústria tem origem em recursos geridos de forma responsável ou sustentável.

A Sonae Indústria obteve também certificação de 2 dos maiores sistemas de certificação de gestão florestal e cadeia de responsabilidade: PEFC™ (*Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes*) e FSC® (*Forest Stewardship Council*®).



Certificações de sistemas de gestão.

Fonte: Sonae Arauco

ISO 9001 – Sistema de gestão da qualidade

A adoção desta norma resulta da decisão estratégica das organizações em melhorar os resultados e criar a base para o crescimento sustentável.

Os princípios desta norma de qualidade são os seguintes:

- Enfoque no cliente;
- Liderança;
- Desenvolvimento dos colaboradores;
- Melhoria contínua dos processos e produtos;
- Organização de processos;
- Decisões com base em evidência (factos e dados);
- Gestão dos relacionamentos (*stakeholders*).

Obter certificação significa que as nossas fábricas são capazes de produzir de forma sistemática e consistente, tanto em termos de desempenho como do nível de qualidade definida, sempre com o intuito de otimizar processos e produtos, envolvendo ativamente os seus colaboradores e fornecedores ao longo do processo e mantendo sempre uma atitude de mitigação do risco. Estes processos estão documentados de forma a criar evidência (registos) de que todo o processo é desempenhado de acordo com a respetiva norma.

ISO 14001 – Sistema de gestão ambiental

Esta norma pretende obter o compromisso voluntário das organizações com a análise e redução do seu impacto ambiental. Para este efeito, a organização desenvolve iniciativas de melhoria e integra a perspetiva de “ciclo de

vida” na sua atividade. É uma ferramenta que serve as organizações que pretendem obter mais confiança dos seus clientes, colaboradores, da comunidade envolvente e da sociedade em geral.

Os princípios desta norma são os seguintes:

- Objetivos estratégicos através da incorporação de questões ambientais na agenda da gestão da organização e aumento do envolvimento da equipa de gestão e dos colaboradores;
- Probabilidade reduzida de riscos ambientais;
- Custos reduzidos através da melhoria na eficiência dos processos (redução da energia);
- Melhoria da imagem da organização no que diz respeito ao ambiente e aceitação pelos seus clientes, colaboradores e sociedade;
- Garantia do alinhamento com a legislação existente aplicável ao setor de atividade

Esta certificação demonstra que a empresa está consciente de que a sua atividade tem impacto no ambiente e que procura ativa e voluntariamente minimizar esse impacto.

OHSAS 18001 – Sistema de gestão de saúde e segurança

Esta norma define a abordagem sistemática na identificação dos riscos e sua eliminação ou redução.

Os princípios desta norma são os seguintes:

- Redução do risco de forma a contribuir para um ambiente mais saudável, prevenir doenças e reduzir o número de acidentes;
- Aumentar o bem estar dos colaboradores através de diversas atividades;
- Algumas indústrias atualmente requerem parceiros/fornecedores de excelência nesta áreas e, nesses casos, é obrigatório ter implementado um sistema de gestão de risco;
- Garantir o cumprimento de toda a legislação aplicável no setor;
- Aumentar a consciência de todos os colaboradores, em especial todos os que, de forma regular ou esporádica, exercem atividades nas instalações da empresa para as consequências dos seus atos em termos de integridade física e de saúde.

Os sistemas de gestão de Qualidade, Ambiente e Saúde & Segurança são um fator crucial na forma normalizada em que a Sonae Indústria exerce a sua atividade.

No final de 2019, o quadro de **certificações dos sistemas de gestão** das empresas afiliadas e participadas da Sonae Indústria era o seguinte:

Qualidade	Ambiente	Energia	Produtos florestais e cadeia de responsabilidade		Saúde & Segurança	
			ISO 9001	ISO 14001	ISO 50001	PEFC

Sonae Indústria

Maia*	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Vilela**	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Horn	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Lac-Mégantic	✓	✓	✗	✓	✓	✓

Sonae Arauco

Mangualde	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Oliveira do Hospital	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Sines***	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Castelo de Paiva****	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Linares	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Valladolid	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Cuéllar*****	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Meppen	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Eiweiler	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Nettgau	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Beeskow	✓	✓	✗	✓	✓	✓
Kaisersesch*****	✓	✓	✗	✓	✓	✓
White River	✓	✓	✗	✓	✓	✓

- * Unidade de laminados de alta pressão
- ** Unidade de componentes para a indústria de mobiliário
- *** Unidade de resinas e impregnação de papel
- **** Unidade de produção de emenda de folha
- ***** Serração
- ***** Unidade de impregnação de papel

Tal como aconteceu em White River em 2018, estão a ser tomadas medidas para garantir a transição da atual norma OHSAS 18001 para a norma ISO 45001, com o objetivo de estar concluído até 2021.

5. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

Atividade desenvolvida pelos Membros Não-Executivos do Conselho de Administração

Com a exceção do Presidente, todos os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração da Sonae Indústria são membros de uma das Comissões do Conselho de Administração (para uma descrição pormenorizada da composição e das principais funções de cada comissão, consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade). Nesse contexto, aqueles Membros do Conselho de Administração analisam as matérias que são da competência da respetiva Comissão, dando diretrizes à empresa sobre as mesmas e apresentando propostas ao Conselho de Administração.

Os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam ativamente nas reuniões do Conselho de Administração, intervindo nas discussões e questionando as matérias em análise e as decisões tomadas. De acordo com a experiência profissional que possuem, os Membros Não-Executivos do Conselho de Administração participam igualmente na análise de projetos de otimização industrial, projetos de expansão e de reestruturação, e no desenvolvimento de contactos internacionais relevantes com possíveis parceiros e autoridades, no âmbito das áreas geográficas em que a empresa está atualmente presente ou em que equaciona poder vir a investir.

Agradecimentos

O Conselho de Administração gostaria de agradecer sinceramente a todos os nossos colaboradores o esforço, empenho e dedicação demonstrados ao longo do ano.

O Conselho de Administração gostaria igualmente de agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio da Sonae Indústria pelo seu envolvimento constante e pela confiança que mais uma vez demonstraram em relação à organização.

31 março 2020,

O Conselho de Administração,

Paulo Azevedo

Carlos Moreira da Silva

Albrecht Ehlers

Berta Cunha

Isabel Barros

Javier Vega

José Romão de Sousa

Christopher Lawrie

Louis Brassard

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2019	Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		31.12.2019
							Quantidade
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo							
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)							Minoritário
Migracom, SA (2)							Dominante
	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2019	Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €		31.12.2019
							Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							19 370 549
Pareuro, BV (3)							Dominante
(2) Migracom, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							38 931
Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)							Minoritário
(3) Pareuro, BV							
Sonae Indústria, SGPS, SA							11 730 752
(4) Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA							
Sonae Indústria, SGPS, SA							132 355
	30/08/2019	5.000	1,08642				
	02/09/2019	6.959	1,08745				

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Cumprimento do disposto no Artº 8º, nº 1, alínea b) do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Acionista	Nº de ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)			
Diretamente	19.370.549	42,6636%	42,6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA)	11.730.752	25,8369%	25,8369%
Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA)	4	0,000009%	0,000009%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	38.931	0,0857%	0,0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, SA, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo)	10.030	0,0221%	0,0221%
Total de Imputação	31.150.266	68,6083%	68,6083%

Em 30 de Abril de 2018, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 2.000.000 de ações representativas de 4,40% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2021, contrato esse que substituiu e tornou sem efeito o anterior assinado a 22 de Fevereiro de 2016.

Mais informou aquela sociedade que o seu capital social é detido em 40% por Carlos Moreira da Silva, em 45% pela sua mulher (com separação de pessoas e bens) Fernanda Arrepia e em 15% pela TPR BV, que por sua vez é detida, em partes iguais, pelos 3 filhos de Carlos Moreira da Silva, Tiago Moreira da Silva, Pedro Moreira da Silva e Raquel Moreira da Silva, sendo os referidos Fernanda Arrepia e Tiago Moreira da Silva, administradores da TEAK.

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

DECLARAÇÃO EMITIDA NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº1 DO ARTIGO 245º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do Artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- b) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Paulo Azevedo

Carlos Moreira da Silva

Albrecht Ehlers

Berta Cunha

Isabel Barros

Javier Vega

José Romão de Sousa

Christopher Lawrie

Louis Brassard

GLOSSÁRIO

CAPEX	Investimento em Ativos Fixos Tangíveis
Custos Fixos	Custos gerais de estrutura + Custos com Pessoal (internos e externos); <i>conceito de contas de gestão</i>
Dívida Líquida Sénior	Endividamento bruto – Obrigações subordinadas – Caixa e equivalentes de caixa
Dívida Líquida Sénior Proporcional (não auditado)	A Dívida Líquida Sénior Proporcional considera a contribuição total da Dívida Líquida Sénior dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Dívida Líquida da Sonae Arauco.
Dívida Líquida Total	Endividamento bruto – Caixa e equivalentes de caixa
EBITDA	Resultados Operacionais + Depreciações & Amortizações + (Provisões e perdas por imparidade – Perdas por imparidade de dívidas a receber + Reversão de perdas por imparidade em terceiros)
EBITDA recorrente	EBITDA, excluindo proveitos e custos operacionais não recorrentes
Endividamento bruto	Empréstimos bancários + obrigações subordinadas + outras obrigações + credores por locações financeiras + outros empréstimos + empréstimos de partes relacionadas
FTEs	Equivalentes a tempo completo; equivalente ao trabalho de uma pessoa em tempo integral, de acordo com o horário laboral de cada país onde a Sonae Indústria tem presença operacional.
Fundo de Maneio	Existências + Clientes – Fornecedores
LTM	Últimos doze meses (<i>Last Twelve Months</i>)
Margem EBITDA recorrente	EBITDA recorrente / Volume de negócios
Proporcional: Volume de Negócios e EBITDA Recorrente (não auditados)	O Volume de Negócios Proporcional e o EBITDA Recorrente Proporcional considera, no que diz respeito ao Volume de Negócios e ao EBITDA Recorrente, a contribuição total dos negócios integralmente detidos e a consolidação proporcional de 50% da Sonae Arauco
Rácio de Dívida Líquida Sénior para o EBITDA recorrente Proporcional (não auditado)	Dívida Líquida Sénior proporcional / LTM EBITDA Recorrente proporcional

**TOGETHER
CREATING
THE FUTURE**



**Relatório do
Governo da
Sociedade
2019**

31 março 2020

ÍNDICE

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	4
A. ESTRUTURA ACIONISTA	4
I. ESTRUTURA DE CAPITAL	4
II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	5
B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	7
I. ASSEMBLEIA GERAL	7
a) Composição da mesa da assembleia geral	7
b) Exercício do Direito de Voto	7
II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	8
a) Composição	8
b) Funcionamento	14
c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados	17
III. FISCALIZAÇÃO	22
a) Composição	22
b) Funcionamento	23
c) Competências e Funções	25
IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS	27
V. AUDITOR EXTERNO	27
C. ORGANIZAÇÃO INTERNA	28
I. ESTATUTOS	29
II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES	29
III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	31
IV. APOIO AO INVESTIDOR	45
V. SÍTIO DE INTERNET	46
D. REMUNERAÇÕES	48
I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	48
II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES	48
III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	49
IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	55
V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS	57
VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (STOCK OPTIONS)	57
E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	58
I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO	58
II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS	59
F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	60
PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	60

1. Identificação do código de governo das sociedades adotado	60
2. Análise de cumprimento do código de governo das sociedades adotado	60

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

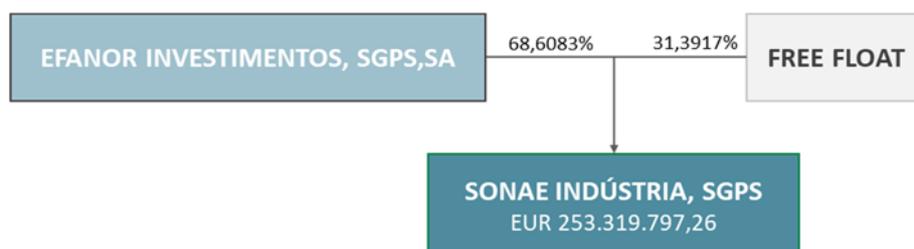
A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245º-A, nº1 al. a))

O capital social da Sonae Indústria é de 253.319.797,26 euros e é representado por 45.403.029 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

O capital social da Sonae Indústria encontra-se distribuído da seguinte forma (estando a participação qualificada imputada à Efanor Investimentos no quadro abaixo, melhor explicitada no ponto 7 do presente relatório):



2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (Art. 245º - A, nº1 al. b))

Não existem quaisquer restrições relativamente à transferência ou venda de ações da sociedade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245º-A, nº1 al. a))

A sociedade à data de 31 de dezembro de 2019 não detinha quaisquer ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245º - A, nº 1, al. j))

A sociedade não adotou qualquer medida que determine pagamentos ou a assunção de encargos em caso de mudança de composição do seu órgão de administração.

O montante total em dívida a 31 de dezembro de 2019 em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida no caso de mudança do controlo acionista era de cerca de 146 milhões de euros (70% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

	Milhões de € ¹	Nº Contratos
Total	146	6

1) Valor (nominal) em dívida.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae Indústria e a sociedade Inversiones Arauco Internacional, Ltda, (Arauco) relativo à Sonae Arauco, SA, confere o direito à Arauco de exercer uma opção de compra sobre a totalidade da participação detida pela Sonae Indústria na Sonae Arauco, em caso de mudança do atual controlo acionista da Sonae Indústria e à Sonae Indústria um direito de opção de compra em caso de alteração do atual controlo acionista da Arauco.

Os acordos referidos não prejudicam contudo a livre transmissibilidade das ações da sociedade, nem tão pouco a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores, uma vez que os mesmos refletem a defesa do interesse social, visando garantir a sustentabilidade do negócio a longo prazo no enquadramento das condições de mercado.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245º -A, nº1, al.g))

Quanto é do conhecimento da sociedade não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão dos seus valores mobiliários ou direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245º - A, nº1, als c) e d) e Art. 16º) com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas da imputação

Acionista	Número de Ações	% do Capital Social	% Direito de Voto
Efanor Investimentos, SGPS, S.A (1)			
Directamente	19.370.549	42,6636%	42,6636%
Através da Pareuro, BV (dominada pela Efanor)	11.730.752	25,8369%	25,8369%
Através de Maria Margarida CarvalhaisTeixeira de Azevedo (administradora da Efanor)	4	0,00009%	0,0000%
Através da Migracom, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor e da Sonae Indústria, Paulo Azevedo)	38.931	0,0857%	0,0857%
Através da Linhacom, SA (sociedade dominada pela administradora da Efanor, Cláudia Azevedo)	10.030	0,0221%	0,0221%
	31.150.266	68,6083%	68,6083%

Em 30 de Abril de 2018, a TEAK Capital, SA, informou a Sonae Indústria que tinha assinado um contrato de prestação de serviços com a sociedade Pareuro, BV, através do qual lhe foi concedida, a título de contrapartida, uma opção de compra de 2.000.000 de ações representativas de 4,40% do capital social e dos direitos de voto da Sonae Indústria, SGPS, SA, exercível em 30 de Abril de 2021, contrato esse que substituiu e tornou sem efeito o anterior assinado a 22 de Fevereiro de 2016. Mais informou aquela sociedade que o seu capital social é detido em 40% por Carlos Moreira da Silva, em 45% pela sua mulher (com separação de pessoas e bens) Fernanda Arrepiã e em 15% pela TPR BV, que por sua vez é detida em partes iguais pelos 3 filhos do Eng. Carlos Moreira da Silva, Tiago Moreira da Silva, Pedro Moreira da Silva e Raquel Moreira da Silva, sendo os referidos Fernanda Arrepiã e Tiago Moreira da Silva, administradores da TEAK.

(1) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os administradores da Sonae Indústria detinham as seguintes ações da sociedade, a 31 de dezembro de 2019:

Número de Ações/Posição		Número de Ações/Posição	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	(3) Migracom, SA		
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)	Minoritário	Sonae Indústria, SGPS, SA	38.931
Migracom, SA (3)	Dominante	Imparfim, Invest. e Part. Financ., SA (4)	Minoritário
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA		(4) Imparfim, Invest. e Part. Financ., SA	
Sonae Indústria, SGPS, SA	19.370.549	Sonae Indústria, SGPS, SA	132.355
Pareuro, BV (2)	Dominante		
(2) Pareuro, BV			
Sonae Indústria, SGPS, SA	11.730.752		

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245º - A, nº1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos

O Conselho de Administração da Sonae Indústria pode deliberar aumentar o capital social da sociedade até ao montante de trezentos e cinquenta milhões de euros, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, nos termos estabelecidos na lei. Estes poderes foram concedidos na Assembleia Geral realizada no dia 29 de abril de 2019 e podem ser exercidos durante o prazo de cinco anos a contar daquela data, sem prejuízo da assembleia geral os poder renovar.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Em dezembro de 2019, a Efanor Investimentos, SGPS, SA, acionista maioritária da Sonae Indústria, subscreveu a primeira série, no montante de € 50.000.000, de um empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Sonae Indústria, pelo prazo de 10 anos e a uma taxa de juro fixa de 7%.

B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato

A atual Mesa da Assembleia Geral foi eleita na Assembleia Geral Anual de Acionistas da Sonae Indústria, realizada em 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020 e é composta por:

- Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena - Presidente
- Maria Daniela Farto Baptista Passos – Secretária

b) Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245º - A, nº1, al. f))

Nos termos dos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral é constituída apenas pelos acionistas com direito a voto, que, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Nos termos do disposto no artigo 23º-C do Código dos Valores Mobiliários têm direito a participar nas assembleias gerais e aí discutir e votar, quem, na data de registo, a qual corresponde às 0 horas do 5º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto.

Nos termos dos estatutos da Sonae Indústria, os acionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos na lei e nos constantes do respetivo aviso convocatório.

Os estatutos da Sonae Indústria, preveem que, para que a Assembleia Geral de Acionistas possa funcionar em primeira reunião, é necessário que se encontrem presentes ou representados acionistas titulares de mais de 50% do capital social.

Os estatutos da sociedade estabelecem que, enquanto a sociedade for considerada «sociedade com o capital aberto ao investimento do público», os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todas as matérias constantes da ordem de trabalhos, estabelecendo as regras a que o exercício do voto por correspondência se encontra sujeito. Estabelecem, nomeadamente, os estatutos da sociedade que só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista e que os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos

tenham sido emitidos. A Sonae Indústria disponibiliza um modelo específico de voto por correspondência, tanto no seu sítio na Internet, www.sonaeindustria.com, como na sua sede social.

Os estatutos da Sonae Indústria preveem que o voto por correspondência possa ser exercido por via eletrónica, se esse meio for colocado à disposição dos acionistas e constar do aviso convocatório. Esta possibilidade foi colocada à disposição dos acionistas para as assembleias gerais anuais realizadas nos últimos quatro anos, tendo sido utilizada por um acionista na assembleia geral anual de 2017. A informação preparatória para a Assembleia Geral e as propostas a apresentar pelo Conselho de Administração são disponibilizadas na data da divulgação da convocatória.

A sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfazamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do Art. 20º

A cada ação corresponde um voto, sem qualquer limitação.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas e indicação dessas maiorias

As deliberações são tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir outra maioria.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Os estatutos da Sonae Indústria definem um modelo de governação da sociedade constituído por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração analisa anualmente as vantagens e os possíveis inconvenientes da adoção deste modelo.

O Conselho de Administração entende que o referido modelo defende os interesses da sociedade e dos seus acionistas, mostrando-se eficaz, não tendo deparado com quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (Art. 245º - A, nº1, al.h))

Nos termos dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de cinco e no máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para mandatos de três anos.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Grupos de acionistas, representando entre 10 e 20% do capital social da sociedade, podem apresentar uma proposta independente, enviada previamente à Assembleia Geral de Acionistas, para nomear um Administrador. O mesmo acionista não pode apoiar mais de uma lista de Administradores e cada lista tem de identificar, pelo menos duas pessoas elegíveis, para cada cargo a preencher. Se forem apresentadas listas por mais de um grupo de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou incapacidade temporária ou permanente de qualquer um dos Administradores, o Conselho de Administração é responsável pela sua substituição. Se o Administrador em causa tiver sido nomeado pelos acionistas minoritários, terá de ser realizada uma eleição separada.

Os critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários, fixados pela sociedade, respeitam, nomeadamente, a habilitações académicas, competências em áreas industriais, experiência profissional, conhecimento do negócio desenvolvido pelo Grupo, integridade, diversificação cultural e diversidade de género.

17. Composition of the Board of Directors, indicating the minimum and maximum number of members according to the company statutes, duration of the mandate, number of effective members, date of the first appointment and date of the end of the mandate of each member

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2019 era composto por 9 administradores efetivos. Todos os seus membros foram eleitos na Assembleia Geral Anual realizada em 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020.

Data da primeira designação dos atuais administradores da Sonae Indústria:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – 15 de dezembro de 2005;
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – 12 de novembro de 2014;
- Albrecht Olof Lothar Ehlers – 8 de setembro de 2011;
- Berta Maria Nogueira Dias da Cunha – 9 de maio de 2018
- Isabel Sofia Bragança Simões de Barros – 9 de maio de 2018
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta – 29 de março de 2012;
- José Joaquim Romão de Sousa – 31 de março de 2015;
- George Christopher Lawrie – 12 de abril de 2013.
- Louis Brassard – designado inicialmente a 15 de dezembro de 2005, deixou de exercer o cargo de administrador da sociedade em 28 de abril de 2009, tendo sido cooptado a 8 de junho de 2016.

O Conselho de Administração da Sonae Indústria à data de 31 de dezembro de 2019 tinha a seguinte composição:

- Duarte Paulo Teixeira de Azevedo – Presidente (Não Executivo)
- Carlos António da Rocha Moreira da Silva – Vice-presidente (Não Executivo)
- Albrecht Olof Lothar Ehlers (Não Executivo e Independente)
- Berta Maria Nogueira Dias da Cunha (Não Executiva e Independente)
- Isabel Sofia Bragança Simões de Barros (Não executiva)
- Javier Vega de Seoane Azpilicueta (Não Executivo e Independente)
- José Joaquim Romão de Sousa (Não Executivo e Independente)
- George Christopher Lawrie (Administrador Delegado)
- Louis Brassard (Administrador Delegado)

O Conselho de Administração elegeu em 2019 Javier Vega como *lead independent director*.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Dos nove (9) administradores, dois (2) são administradores delegados e sete (7) são membros não-executivos, conforme indicado no parágrafo anterior.

A sociedade entende que o número de administradores não executivos é adequado face à dimensão da sociedade, à sua estrutura acionista e à dimensão e complexidade dos riscos da sua atividade, permitindo o efetivo acompanhamento e avaliação da atividade dos administradores delegados.

Dos Administradores não-executivos, quatro (4) são independentes, uma vez que respeitam os critérios de independência, quer os estabelecidos na recomendação III.4 do Código do Governo das Sociedades do IPCG, quer os estabelecidos no Regulamento 4/2013 da CMVM.

19. Qualificações Profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

Paulo Azevedo (Presidente do Conselho de Administração): Licenciatura em Engenharia Química - *EPF Lausanne* (Suíça) e Pós-graduação em Estudos Empresariais (MBA) – Porto Business School (ex-EGP). Exerceu o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Optimus – Telecomunicações, S.A., entre 1998 e 2000; Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A., entre 2000 e 2007, Presidente da Comissão Executiva da Sonae SGPS, S.A, entre maio 2007 e abril de 2015, Presidente do Conselho de Administração da Sonae SGPS, S.A desde abril de 2015 e Co CEO até Abril de 2019. Desempenha diversas funções de gestão e administração no grupo Efanor/Sonae.

Carlos Moreira da Silva (Vice-Presidente do Conselho de Administração): Licenciatura em Engenharia Mecânica - Universidade do Porto, MSc em *Management Sci. and Operational Research* (Universidade de Warwick – UK) e Phd em *Management Sciences* (Universidade de Warwick – UK). Ocupou diversos cargos em sociedades do Grupo Sonae/Grupo Sonae Indústria entre setembro de 1988 a janeiro de 2000, tendo posteriormente em 2003 ocupado o cargo de presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA cargo que exerceu até abril de 2005, bem como em outras sociedades do Grupo Sonae Indústria. Foi membro do Advisory Board da 3i Spain (2005-2012), membro do Conselho de Supervisão da Jeronimo Martins Dystrybucja, SA (2009 a 2012) e Presidente do Conselho de Administração da La Seda de Barcelona (2010-2014). Exerce atualmente as funções de Presidente do Grupo BA, membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA e do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA.

Albrecht Ehlers (Independente): licenciatura em Direito pela Universidade de Münster (Alemanha). De 1987 a 2000 desempenhou diversas funções nas áreas legal e de recursos humanos, na Glunz AG, tendo em 1995 sido designado para integrar o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade, com responsabilidades em diversas áreas nomeadamente recursos humanos e departamento legal. Entre 2000 e 2004 foi vice-presidente sénior da Hochtief AG (Alemanha) com responsabilidade nomeadamente nas áreas de recursos humanos e serviços corporativos. A partir de 2004 e até 2009 integrou o Conselho de Administração Executivo (Vorstand) daquela sociedade. A partir do ano 2010 ocupa funções de chanceler na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha).

Berta Cunha (Independente): licenciatura em Economia pela Universidade de Coimbra. Exerceu diversas funções no BPI, nas áreas de Fusões e Aquisições e de *Corporate Finance*. De 2002 a 2005 foi administradora da F. Turismo-Capital de Risco, SA. De 2002 a 2018 foi administradora da Cossec-Companhia de Seguros de Crédito, SA.

Isabel Barros: licenciatura em Psicologia pela Universidade do Porto. MBA pela EADA Business School Barcelona e Nagoya International School Japan. De 2007 a 2010 foi *Senior Manager* da Korn Ferry Hay Group; de 2011 a 2015 foi diretora de *Talent Management & Development* da Sonae; de 2016 a 2017 foi diretora de recursos humanos da Sonae MC e desde 2017 é *Chief Human Resources Officer* da Sonae MC.

Javier Vega (Independente): Licenciatura em Engenharia de Minas pela *Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Minas* de Madrid e Licenciatura em *Business Management* pela Glasgow Business School (UK). Foi membro do Conselho de Administração de diversas sociedades, tais como Robert Bosh, Red Electrica de España, SEAT e Grupo Ferrovial. Atualmente é administrador da Sonae Arauco e Presidente do Conselho de Administração da DKV Seguros, Gestlink, SA e Vedegane, SA. Exerce também atualmente outros cargos de administração noutras sociedades.

José Romão de Sousa (Independente): BSc em Engenharia Química e Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa e Doutoramento em Engenharia Química (PhD) pela *Imperial College*, London (UK). Ampla experiência na indústria, em particular em produtos químicos (resinas de formaldeído, colas e resinas em emulsão aquosa) e na transformação de plásticos (extrusão e calandragem de PVC, ABS e poliolefinas). Exerceu diversos cargos de administração no grupo ProHolding (atualmente Promotor), sendo ainda hoje Presidente não executivo de diversas sociedades do grupo e empresas associadas, incluindo num novo projeto na área de fungicidas biológicos. Experiência no sector financeiro, nomeadamente em private equity, gestão de carteiras e numa empresa corretora de bolsa. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Promotor SGPS, SA, entre outras sociedades.

Christopher Lawrie (Administrador Delegado): BA (*Honours Degree*) em Gestão e Finanças na Universidade de Greenwich, em Inglaterra. Possui uma vasta experiência na banca de investimentos, tendo passado pela Schroders, BZW e Credit Suisse onde desempenhou a função de Diretor da área de Corporate Finance no sector das telecomunicações para o Sul da Europa. Em 2001, integrou o Grupo Sonae/Efanor, onde exerceu funções de CFO na Sonaecom e, em 2009, foi nomeado CEO da Sonae Retail Properties. Assumiu a função de CFO da Sonae Indústria SGPS, SA em 2013, exercendo atualmente a função de administrador delegado e presidente da *Management Committee*.

Louis Brassard (Administrador Delegado): Licenciatura em Engenharia Industrial – *Montreal Polytechnic School* (Quebec, Canada); MBA em Finanças e Marketing - Universidade de Montreal. Integra o Grupo Sonae Indústria desde 1994, onde exerceu diversos cargos, é COO da Tafisa Canada e membro da *Management Committee*.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Paulo Azevedo é administrador e acionista da Efanor Investimentos, SGPS, SA a quem é imputado o controlo da maioria dos direitos de voto na Sonae Indústria. Carlos Moreira da Silva é administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

A repartição de competências entre os vários órgãos sociais e comissões da sociedade é a seguinte:



Ao Conselho de Administração compete exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade, nos termos previstos na lei e nos estatutos da sociedade.

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, nos quais delegou os mais amplos poderes de gestão da sociedade, incluindo todas as competências que, legal e estatutariamente, estão atribuídas ao Conselho de Administração, com exceção das seguintes:

- a) eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- b) cooptação de administradores;
- c) pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) aprovação de quaisquer relatórios e contas;
- e) prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade;
- f) deliberação de mudança de sede e de aumento de capital social;
- g) deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade;
- h) aprovação do business plan e do orçamento anual da sociedade;
- i) definição das políticas de recursos humanos, assim como decisões sobre a compensação individual de quadros de topo;
- j) definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de cinco milhões de euros por cada transação;
- l) subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de vinte milhões de euros;
- m) investimento em novas sociedades;
- n) outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de dez milhões de euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- o) desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a dois milhões de euros) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de cem trabalhadores;
- p) definição da estratégia e das políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria;
- q) definição da estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria.
- r) operações que a Sonae Indústria estabeleça com "Partes Relacionadas" (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário, mas com exceção das Partes Relacionadas incluídas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria), que envolvam valor, individual ou agregado, com base anual superior a 10 milhões de euros.

Face à delegação de poderes efetuada, compete ao Conselho de Administração, participando assim os administradores não executivos na sua definição: (i) a definição da estratégia e das políticas gerais da Sonae Indústria e do Grupo Sonae Indústria; ii) a definição da estrutura empresarial do Grupo Sonae Indústria; e iii) a aprovação do plano estratégico e do orçamento anual da Sonae Indústria e das sociedades que integram o Grupo Sonae Indústria.

O Conselho de Administração nomeou igualmente uma *Management Committee*, composta pelos administradores delegados, participando nas respetivas reuniões os responsáveis dos departamentos corporativos. A *Management Committee* tem por principal objetivo dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo da delegação de poderes efetuada e da nomeação de uma *Management Committee*, todos os membros do Conselho de Administração têm acesso a toda a informação da sociedade, podendo, se assim o entenderem, solicitá-la através da *Management Committee*.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui um regulamento de funcionamento que pode ser consultado em:

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_pt_2.pdf (versão em português)

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_en_2.pdf (versão em inglês)

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas

Durante o exercício de 2019, o Conselho de Administração reuniu 10 vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações.

A assiduidade dos membros do Conselho de Administração foi a seguinte (presença física, meios telemáticos ou por meio de representação):

Administradores	% assiduidade
Paulo Azevedo	100
Carlos Moreira da Silva	100
Albrecht Ehlers	100
Berta Cunha	100
Isabel Barros	90
Javier Vega	100
José Romão de Sousa	90
Christopher Lawrie	100
Louis Brassard	100

O número de reuniões anuais do órgão de administração e das suas comissões pode ser consultado nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/orgaos-sociais-e-comissoes> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/governing-bodies-and-committees> (versão em inglês)

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

O Conselho de Administração analisa anualmente o seu modo de funcionamento interno, bem como avalia o seu desempenho, o das suas comissões e o desempenho dos administradores delegados, tendo em conta, nomeadamente, a estratégia definida e o orçamento aprovado.

Sem prejuízo da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração, compete à Comissão de Vencimentos da sociedade, em diálogo com a Comissão de Nomeações e Remunerações, proceder à avaliação de desempenho dos administradores delegados, avaliação esta que tem em consideração o grau de cumprimento dos *Key Performance Indicators of Business Activity*, conforme melhor explicado no ponto 69 infra e relevante para efeitos de fixação da retribuição destes administradores.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Os critérios de avaliação de desempenho dos administradores executivos são pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual. Estes critérios estão melhor especificados no ponto deste relatório relativo às Remunerações.

Os referidos critérios de avaliação dos administradores executivos, que se encontram pré-determinados, são os seguintes: critérios objetivos relacionados com o grau de sucesso de implementação das iniciativas e ações acordadas implementar no ano em questão; e critérios subjetivos que estão relacionados com o contributo em termos de experiência e conhecimento para as discussões do Conselho de Administração, a qualidade da preparação das reuniões e da contribuição para as discussões do Conselho de Administração e dos comités, e compromisso com o sucesso da companhia, entre outros.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Os administradores delegados dedicam-se a tempo inteiro à administração da Sonae Indústria e das sociedades suas participadas.

Os demais membros do Conselho de Administração, acumulavam a função exercida, com funções de administração ou de fiscalização nas sociedades, aqui listadas.

DUARTE PAULO TEIXEIRA DE AZEVEDO

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA (Presidente do Conselho de Administração)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Efanor Investimentos, SGPS, SA (Administrador)
- Sonae - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Sonae Capital, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Imparfin-Investimentos e Participações Financeiras, S.A. (Administrador)
- Migracom, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- Efanor – Serviços de Apoio, SA (Administrador)
- OKUK, LDA (Gerente)
- BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA (Administrador)

CARLOS MOREIRA DA SILVA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA (Administrador)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
- BA GLASS, BV (Administrador)
- Fim do Dia, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Lynx Finance GP, LLC (Administrador)

- Efanor Investimentos, SGPS, SA (Administrador)
- Teak BV (Administrador)
- Sonae, SGPS, SA (Administrador)

ALBRECHT EHLERS

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco Deutschland GmbH (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Erich-Brost-Institut für Journalismus in Europa GmbH (Administrador)
- PROvendis GmbH (órgão de fiscalização e comissão de acionistas)
- Salus BKK (Presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Invite GmbH (vice-presidente do Conselho Geral – “Aufsichtsrat”)
- Durable Hunke & Jochheim GmbH & Co. KG (Presidente do Conselho Geral)
- TechnologieZentrumDortmund GmbH (Membro da Comissão de Acionistas)
- Studierendenwerk Dortmund AöR (Membro do Conselho Geral)
- University Alliance Ruhr
- Technische Universität Dortmund University (Chanceler)
- ClassiConn Dortmund GmbH & Co.KG (Membro da Comissão de Acionistas)
- TU Concept GmbH (Administrador)

ISABEL BARROS

Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:

- Modelo Continente Hipermercados, SA (Administradora)
- Continente Hipermercados, SA (Administradora)
- Sonae MC, SGPS, SA (Administradora)

JAVIER VEGA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco, SA (Administrador)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- DKV Seguros (Presidente do Conselho de Administração)
- Gestlink, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Vedegane, SA (Presidente Conselho de Administração)
- Fujitsu (Presidente do Conselho Consultivo)
- Atravia (membro do conselho consultivo)

JOSÉ ROMÃO DE SOUSA

Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:

- Promotor SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- CEV, SA (Presidente do Conselho de Administração)
- Monte das Janelas Verdes – Sociedade Agrícola SA (Presidente do Conselho de Administração)
- DIF-Informação Cambial e de Mercados, SA (Presidente do Conselho de Administração)

GEORGE CHRISTOPHER LAWRIE

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, SA (Administrador)
- Glunz (UK) Holdings, Ltd. (Administrador)
- Isoroy SAS (Administrador)
- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. (Administrador)
- Megantic BV (Administrador)
- Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, SA (Administrador)
- Novodecor (PTY) Ltd. (Administrador)
- Parcelas e Narrativas – Imobiliária, SA (Administrador)
- Poliface North America Inc. (Administrador)
- Sonae Arauco, SA (Administrador)
- Sonae-Indústria de Revestimentos, SA (Administrador)
- Sonae Indústria – Management Services, SA (Administrador)
- Tafisa Canada Inc. (Administrador)
- Tafisa France, SAS (Administrador)
- Tafisa France, SAS (Director)

LOUIS BRASSARD

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Frases e Frações-Imobiliária e Serviços, SA (Administrador)
- Isoroy, SAS (Administrador)
- Megantic, BV (Administrador)
- Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, SA (Administrador)
- Parcelas e Narrativas – Imobiliária, SA (Administrador)
- Poliface North America Inc (Administrador)
- Sonae-Indústria de Revestimentos, SA (Administrador)
- Sonae Indústria – Management Services, SA (Administrador)
- Tafisa Canada Inc (Administrador)
- Tafisa France, SAS (Administrador)

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração nomeou dois administradores delegados, George Christopher Lawrie e Louis Brassard. Com o objetivo principal de dar apoio aos administradores delegados nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração, o Conselho de Administração nomeou uma Management Committee, que é composta pelos dois administradores delegados, participando nas respectivas reuniões os responsáveis dos departamentos corporativos.

O Conselho de Administração nomeou igualmente duas comissões de competência especializada, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.



O regulamento de funcionamento da *Management Committee*, os termos de referência do BAFC e os do BNRC, podem ser consultados no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

Management Committee:

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_pt_10.pdf (versão em português)

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_en_10.pdf (versão em inglês)

BAFC:

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_pt_4.pdf (versão em português)

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_en_4.pdf (versão em inglês)

BNRC:

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_pt_7.pdf (versão em português)

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_en_7.pdf (versão em inglês)

Para além das Comissões criadas os administradores não executivos reúnem duas vezes por ano, participando na primeira parte das reuniões, apenas os administradores não executivos independentes e na segunda parte das reuniões todos os administradores não executivos.

Os objetivos destas reuniões consistem em rever o papel do Conselho de Administração, garantindo que o mesmo é claro para todos os participantes; melhorar o modo de funcionamento do Conselho de Administração e o das suas comissões; rever o nível de Corporate Governance; ajudar os administradores não executivos a trabalhar como equipa; e garantir que os administradores não executivos se encontram confortáveis no exercício das suas funções.

Em 2019 realizaram-se duas reuniões de administradores não executivos.

28. Composição da Comissão Executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Os administradores delegados da sociedade são Christopher Lawrie e Louis Brassard.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

O Conselho de Administração nomeou três comissões com competências especializadas.

MANAGEMENT COMMITTEE (“MANCOM”)

A *Management Committee* é composta pelos dois administradores delegados:

- Christopher Lawrie (Presidente-Administrador Delegado);
- Louis Brassard (Administrador Delegado-COO Tafisa Canada).

Os Administradores Delegados, no âmbito da respetiva delegação de poderes, deverão discutir em reunião da MANCOM, qualquer uma das seguintes matérias:

- implementação de qualquer operação financeira;
- compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros por cada transação;
- subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros;
- outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no curso ordinário dos negócios, nomeadamente investimentos de curto prazo de liquidez disponível;
- reorganizações do Grupo Sonae Indústria, incluindo qualquer aumento ou redução de capital social, fusão, liquidação ou alterações aos estatutos;
- controlo da implementação pelo Grupo Sonae Indústria das linhas estratégicas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo das finanças e contabilidade do Grupo Sonae Indústria;
- controlo das atividades operacionais do Grupo Sonae Indústria;
- análise de novas oportunidades de negócio.

A MANCOM deve prestar, em tempo útil e de forma adequada, as informações solicitadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sonae Indústria, garantindo o acesso a toda a informação e colaboradores da Sonae Indústria, de forma a permitir aos membros daqueles órgãos a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade.

Cabe ao Presidente da MANCOM:

- garantir que toda a informação relativa à atividade e decisões da MANCOM são disponibilizadas aos membros do Conselho de Administração;
- garantir que todos os temas fora do âmbito das competências dos administradores delegados, são submetidos a decisão do Conselho de Administração;
- enviar todas as atas da MANCOM ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho de Administração.

A MANCOM reuniu onze vezes no ano 2019 e fez constar de ata as respetivas deliberações.

COMISSÃO DE AUDITORIA E FINANÇAS (“BAFC”)

O BAFC é composto pelos seguintes Administradores Não-executivos:

- Javier Vega (Presidente, Independente);
- Albrecht Ehlers (Independente);
- Berta Cunha (Independente);

- José Romão de Sousa (Independente).

O BAFC reúne, ordinariamente, pelo menos 5 vezes por ano, tendo as seguintes atribuições principais:

- proceder à análise e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e as apresentações de resultados, a publicitar ao mercado, com vista a apresentar as suas conclusões ao Conselho de Administração;
- aconselhar o Conselho de Administração relativamente à adequação e correção da informação interna fornecida pelos administradores delegados, incluindo no que respeita aos sistemas de controlo interno usados pela sociedade;
- analisar a gestão de risco, controlar internamente os processos e negócios;
- analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa;
- analisar a evolução dos principais rácios financeiros e alterações dos ratings formais e informais da sociedade, incluindo reportes das agências de rating;
- analisar e aconselhar sobre quaisquer alterações nas políticas e práticas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das normas contabilísticas;
- verificar o cumprimento das obrigações legais e estatutárias, em particular no âmbito financeiro;
- analisar pressupostos de continuidade;
- analisar exposições financeiras significativas na área de tesouraria;
- analisar e aconselhar no âmbito do governo da sociedade.

O BAFC efetua ainda autoavaliações, integradas nos processos periódicos de autoavaliação do Conselho de Administração (incluindo pedindo comentários de outros membros do Conselho).

Durante 2019, o BAFC reuniu seis vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações, as quais são enviadas para todos os membros do Conselho de Administração.

O número de administradores que integram o BAFC é o número adequado à dimensão da sociedade e à relevância que as matérias financeiras têm para a sociedade, permitindo a execução das funções que lhes estão atribuídas, com eficiência.

As competências atribuídas ao BAFC, como comissão especializada do Conselho de Administração, são desenvolvidas numa ótica de gestão da sociedade não se sobrepondo às funções do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização. O BAFC é uma comissão a quem compete, dentro do Conselho de Administração e dos poderes de gestão que este possui, analisar detalhadamente as demonstrações financeiras, analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa, os processos de gestão de risco, e a evolução dos principais rácios financeiros, entre outros temas, emitindo recomendações para deliberação final em sede do Conselho de Administração, operacionalizando assim melhor o seu funcionamento.

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES (“BNRC”)

O BNRC é composto pelos seguintes Administradores não-executivos:

- Carlos Moreira da Silva (Presidente);
- Albrecht Ehlers (Independente);
- Berta Cunha (Independente)
- Isabel Barros;
- José Romão de Sousa (Independente).

O BNRC tem as seguintes competências especializadas:

a) O BNRC revê e submete propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, à Comissão de Vencimentos em relação à remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração bem como revê e aprova propostas e recomendações, em nome do Conselho de Administração, relativas à remuneração e outras compensações de outros gestores de topo do Grupo Sonae Indústria;

b) O BNRC é responsável pelo planeamento da sucessão e pelos processos de nomeação dos membros do Conselho de Administração e outros gestores de topo (quadros dirigentes), pela revisão de todas as políticas e propostas de remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e outros gestores de topo da Sonae Indústria e pela monitorização dos processos de gestão de talento e planos de contingência da Sonae Indústria.

O BNRC faz a ligação com a Comissão de Vencimentos da Sonae Indústria, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício, atendendo a que a Comissão de Vencimentos não acompanha de perto a atividade desenvolvida pelos administradores, não possuindo assim o necessário conhecimento que lhe permite exercer as funções que lhe competem de forma correta. O BNRC pode também solicitar assessoria de entidades externas, desde que estas se comprometam a manter sigilo absoluto sobre a informação obtida em resultado dessa cooperação.

Compete ao BNRC estabelecer os critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos sociais, tendo em conta nomeadamente a política de diversidade constante do presente relatório (parte I, ponto F).

Relativamente aos processos de seleção o BNRC procura que os mesmos sejam feitos de forma transparente por entender que, quanto maior clareza houver na troca de informações e na partilha das necessidades, melhor será a interação entre todos os envolvidos e melhor serão os resultados. Desta forma estão criadas as condições que permitem identificar os candidatos que apresentem maior mérito e se adequem melhor às exigências da função, promovendo-se sempre a diversidade adequada, incluindo de género.

Em 2019, o BNRC reuniu duas vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas reuniões.

O BNRC é composto na sua maioria por administradores independentes.

Os administradores devem informar o Conselho de Administração, sobre factos que possam constituir ou dar causa a um conflito de interesses entre os seus interesses e/ou os de terceiro e o interesse social. Na eventualidade de ocorrer uma situação de conflito, o administrador em causa deverá prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos restantes membros, ficando impedido de participar na tomada de decisão relativa ao assunto em causa.

Os administradores não podem exercer, por conta própria ou alheia, atividade concorrente com a da sociedade, exceto se autorizados pela Assembleia Geral. Em regra, os administradores executivos não devem exercer funções executivas em sociedades fora do Grupo. No caso de o pretenderem fazer deverão previamente informar o Conselho de Administração.

No início de cada exercício social a sociedade circula pelos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e das diferentes comissões do Conselho de Administração, o calendário corporativo com as datas das reuniões a realizar nesse exercício, para assim todos terem informação das datas das reuniões dos diferentes órgãos sociais e comissões.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O órgão de fiscalização da sociedade é o Conselho Fiscal eleito em Assembleia Geral.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal da sociedade pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, devendo existir um ou dois suplentes, consoante a sua composição seja de, respetivamente, três ou mais elementos, sendo eleitos para mandatos de três anos.

O Conselho Fiscal da sociedade atual foi eleito na Assembleia Geral Anual de 2018, para o mandato 2018-2020 e tem a seguinte composição:

- António Augusto Almeida Trabulo – Presidente
- Óscar José Alçada da Quinta – Vogal
- Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte – Vogal
- Carla Manuela Geraldès – Vogal Suplente

A Sonae Indústria entende que o número de membros que compõem o Conselho Fiscal é adequado à sua dimensão e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, permitindo executar com eficiência as suas funções.

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos pela primeira vez, nas seguintes datas:

- António Augusto Almeida Trabulo – março 2015
- Óscar José Alçada da Quinta – maio 2007, como membro suplente e março 2015, como membro efetivo
- Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte – maio 2018
- Carla Manuela Geraldès – maio 2018

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do Art. 414º, nº5 do Código das Sociedades Comerciais

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidades previstas no nº1 do artigo 414º-A e os critérios de independência previstos no nº5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Com vista a garantir a cada momento a independência dos membros do Conselho Fiscal, os respetivos membros, previamente à respetiva designação, emitiram declarações atestando que: (i) não incorriam em nenhuma das incompatibilidades previstas no artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais, bem como que não se encontravam em qualquer circunstância que afete a sua independência nos termos do disposto no nº5 do artigo 414º do mesmo diploma legal; (ii) comunicariam à sociedade a ocorrência de qualquer facto que, no decurso do mandato, determine incompatibilidade ou perda de independência.

O Regulamento do Conselho Fiscal também estabelece expressamente que, se durante o mandato, se verificar, relativamente a qualquer um dos seus membros, uma situação que determine a perda de independência ou uma incompatibilidade, deverá, o respetivo membro dar conhecimento de imediato desse

facto ao Presidente do Conselho de Administração da sociedade. A superveniência de algum motivo de incompatibilidade estabelecido na lei determina a caducidade da designação do respetivo membro.

33. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal

ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA TRABULO (Presidente do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia – Universidade do Porto, Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças Empresariais – Universidade Aberta (Portugal), Diploma de Suficiência Investigadora na área de Economia Financiera y Contabilidad – Universidad de Valladolid (Espanha), Doutorando em Gestão e Administração de Empresas – Universidade de Valladolid, com parte curricular concluída (em fase final de conclusão de Tese), Revisor Oficial de Contas. Atualmente exerce funções de Revisor Oficial de Contas, sócio da sociedade Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC.

OSCAR ALÇADA DA QUINTA (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia - Universidade do Porto. Ocupou diversas funções na área administrativa e financeira em diversas sociedades (1982-1986), desde 1986 prestação de serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas e a sociedade com aquela atividade e em 1990 obtém a inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, função que passou a exercer em regime de exclusividade, primeiro individualmente e posteriormente como sócio da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC.

ANA LUÍSA NABAIS ANICETO DA FONTE (Vogal do Conselho Fiscal): Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas – Universidade Católica Portuguesa. Desde 2001 até 2016 exerceu funções em várias empresas de auditoria. Desde 2016 é revisora oficial de contas. Desde 2017 é docente da cadeira de auditoria da licenciatura de gestão e do mestrado em auditoria e fiscalidade da Universidade Católica Portuguesa.

CARLA MANUELA GERALDES (Vogal Suplente do Conselho Fiscal): Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto. Desde 2001 é revisora oficial de contas. Entre 1996 e 2003 foi manager de auditoria na Deloitte e desde 2004 é partner na Crowe Horwath Portugal.

Todos os membros do Conselho Fiscal possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal possui um regulamento de funcionamento o qual está disponível no sítio da sociedade, através dos seguintes links:

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_pt_3.pdf (versão em português)

https://www.sonaeindustria.com/fileManager/orgaos_sociais/pdf_en_3.pdf (versão em inglês)

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

Em 2019, o Conselho Fiscal reuniu oito vezes, tendo registado em ata o teor das respetivas deliberações. A assiduidade dos membros do Conselho Fiscal foi de 100%, com exceção de Óscar Quinta, cuja assiduidade foi de 87,5%.

O número de reuniões anuais do órgão de fiscalização pode ser consultado nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/orgaos-sociais-e-comissoes> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/governing-bodies-and-committees> (versão em inglês)

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo e outras atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal no decurso do exercício

Os membros do Conselho Fiscal acumulam as suas funções com o exercício de outros cargos a seguir elencados e com outras atividades, conforme referido no ponto 33.

Funções exercidas pelos membros do Conselho Fiscal à data de 31 de dezembro de 2019:

ANTÓNIO TRABULO

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco Portugal, SA (Vogal do Conselho Fiscal)

Cargos exercidos noutras sociedades:

- Sonae MC, SGPS, SA (Presidente do Conselho Fiscal)
- Visabeira Infraestruturas, SA (Vogal do Conselho Fiscal)
- Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC (administrador)
- ACAT-Consultoria de Gestão, Lda (gerente)
- Sonaecom-SGPS, SA (Vogal suplente do Conselho Fiscal)

ÓSCAR ALÇADA DA QUINTA

Cargos exercidos em sociedades participadas, direta ou indiretamente, pela Sonae Indústria:

- Sonae Arauco Portugal, SA (Vogal do Conselho Fiscal)

Positions in other companies:

- Sonaecom - SGPS, S.A. (Conselho Fiscal)
- BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Conselho Fiscal)
- Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, SA (Conselho Fiscal)
- Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC (Administração)

ANA LUÍSA NABAIS ANICETO DA FONTE

Cargos exercidos noutras sociedades fora do Grupo Sonae Indústria:

- SDRS - SPORTS DIVISION SR, S.A. (Conselho Fiscal)
- NOS, SGPS, SA (Vogal suplente do Conselho Fiscal)

- Ana Fonte & Associados, SROC (gerente)

c) Competências e Funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

O Conselho Fiscal deve aprovar a contratação, pela sociedade ou por sociedades por si dominadas, do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para a prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria.

Assim e caso a Sonae Indústria ou alguma sociedade do Grupo pretender contratar os serviços do auditor externo ou de quaisquer entidades que com eles estejam em relação de grupo, o Conselho Fiscal deverá ser previamente informado, com vista a que este verifique se a contratação dos serviços em causa não afeta a independência do auditor externo e não tem, no conjunto dos serviços prestados, relevância significativa face aos serviços de auditoria. O Conselho Fiscal deverá igualmente verificar se estão reunidas as condições que garantam que os serviços adicionais em causa serão prestados com autonomia e independência, relativamente aos serviços de auditoria.

O Regulamento do Conselho Fiscal estabelece que este deverá receber trimestralmente uma descrição de todos os valores faturados pelo revisor oficial de contas ou por qualquer membro da sua rede ao Grupo Sonae Indústria, com indicação dos serviços prestados.

O revisor oficial de contas ou qualquer membro da sua rede não pode prestar os serviços proibidos por lei a qualquer sociedade do Grupo independentemente do local da sede da sociedade em causa.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal tem como principais competências:

- a) fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- c) elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- d) convocar a assembleia geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e) fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes, devendo para o efeito, nomeadamente, avaliar os procedimentos operacionais relevantes, tendo em vista certificar-se da existência de um adequado ambiente de controlo, de uma eficiente gestão das respectivas atividades, através de adequada gestão de riscos e de informação contabilística e financeira completa, fiável e tempestiva, bem como de adequado sistema de monitorização e comunicação;
- f) as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- g) acompanhar e fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das

divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada, bem como apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;

- h) selecionar os revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- i) verificar e acompanhar a independência do revisor oficial de contas, e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços, quer pelo auditor, quer por qualquer entidade que com ele se encontre em relação de participação ou que integrem a mesma rede, para além dos serviços de auditoria, nos termos previstos na lei;
- j) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas da sociedade, nomeadamente a sua execução relevando o que contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, tendo ainda em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, enquanto autoridade competente pela supervisão da auditoria;
- k) Informar o órgão de administração dos resultados da revisão legal das contas e explicar o modo como esta contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que o órgão de fiscalização desempenhou nesse processo.

Além daquelas competências o Conselho Fiscal da sociedade deve emitir parecer prévio relativamente a qualquer operação que a sociedade estabeleça com Partes Relacionadas (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário) nos termos explicitados no ponto 91.

Qualquer membro do Conselho Fiscal pode:

- a) obter da administração a apresentação, para exame e verificação, dos livros, registos e documentos da sociedade, bem como verificar as existências de qualquer classe de valores, designadamente dinheiro, títulos e mercadorias;
- b) obter da administração ou de qualquer dos administradores informações ou esclarecimentos sobre o curso das operações ou atividades da sociedade ou sobre qualquer dos seus negócios;
- c) obter de terceiros, nos termos estabelecidos na lei, que tenham realizado operações por conta da sociedade as informações que careçam para o conveniente esclarecimento de tais operações;
- d) assistir às reuniões da administração, sempre que o entendam conveniente.

Os membros do Conselho Fiscal devem informar pontualmente o Conselho Fiscal sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

A articulação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração será assegurada pelo Presidente do Conselho Fiscal e pelo Administrador que o Conselho de Administração designar para o efeito, que é, neste momento, o CFO da sociedade.

Os membros do Conselho Fiscal que participem em reuniões do Conselho de Administração, deverão dar prévio conhecimento aos outros membros da sua intenção de participar e deverão posteriormente informar os restantes membros acerca das questões relacionadas com as funções do Conselho Fiscal que, nessas reuniões, tenham sido tratadas.

No caso de se verificar uma situação de conflito o membro do Conselho Fiscal em causa deverá prestar todas as informações e esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos restantes membros, ficando impedido de participar na deliberação relativa à matéria em causa.

O regulamento do Conselho Fiscal, estabelece que, quando da seleção do revisor oficial de contas a propor à Assembleia Geral, deve ser efetuada uma consulta a sociedades de auditoria internacionais, constituindo critérios de seleção, os recursos e capacidade de coordenação, a qualidade e dedicação do trabalho de campo, tipos, quantidade e prazo de relatórios a emitir, ferramentas de comunicação e custo dos serviços.

O referido regulamento estabelece igualmente a metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas, impondo que o órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.

Compete também ao Conselho Fiscal propor a remuneração do Revisor Oficial de Contas e zelar para que sejam asseguradas, dentro da sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio do revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada por António Manuel Martins Amaral ou Nuno Miguel dos Santos Figueiredo.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Deloitte & Associados, SROC, S.A. foi eleita na Assembleia Geral Anual de 2018 para o mandato 2018-2020.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

Durante o ano de 2019, a Deloitte não prestou outros serviços a sociedades do Grupo Sonae Indústria.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo

O auditor externo da sociedade é a Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada por António Manuel Martins Amaral ou Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, registada na CMVM com o nº 20161389.

43. Permanência de Funções

A Deloitte é auditor externo da sociedade desde maio de 2018.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

A Sonae Indústria irá cumprir no mínimo com o estabelecido na lei no que respeita à rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas. Será efetuada sempre uma ponderação dos custos e benefícios da rotação bem como uma avaliação que garanta a independência de ambos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do auditor externo e a execução dos trabalhos do mesmo ao longo de cada exercício, reunindo sempre que assim o entende, com o mesmo. Para além disso, procede anualmente a uma avaliação global do auditor externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

No caso de ocorrer justa causa para a destituição do revisor oficial de contas, o Conselho Fiscal deve propor a sua destituição.

46. Identificação de trabalhos distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Durante o ano de 2019 não foram contratados ao auditor externo trabalhos distintos dos relacionados com auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem

Os valores pagos à Deloitte pela Sonae Indústria e pelas sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo foram os seguintes no exercício de 2019:

Pela Sociedade	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	25.309 € / 19,02%
Valor de outros serviços de fiabilidade (€)	500 € / 0,37%
Por outras entidades que integram o grupo	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	107.282€ / 80,61%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245º - A, nº1, al. h))

As regras aplicáveis a alterações dos estatutos da sociedade são as estabelecidas na lei. Cabendo assim, à assembleia geral de acionistas deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade, podendo contudo, o Conselho de Administração deliberar sobre a alteração da sede social dentro do território nacional, bem como deliberar aumentar o capital social por novas entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite de trezentos e cinquenta milhões de euros.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades

A Sonae Indústria possui um Código de Conduta, que contém uma política de comunicação de irregularidades, que se encontra disponível no sítio, www.sonaeindustria.com. Com o Código de Conduta e a política de comunicação de irregularidades, a Sonae Indústria visa criar o clima e a oportunidade necessários para que os seus colaboradores e prestadores de serviços manifestem preocupações genuínas em relação a qualquer comportamento ou decisão que, no seu entender não respeite a ética ou o Código de Conduta da Sonae Indústria. Foi designada uma comissão de ética composta pelo presidente da Comissão de Auditoria e Finanças e pelo responsável do departamento legal do Grupo, a qual tem como responsabilidade receber qualquer irregularidade comunicada, dar início e supervisionar a investigação de todas as denúncias recebidas. A Comissão de Ética é composta por Javier Vega e por Júlia Moreira da Silva.

A denúncia deve ser enviada por e-mail ou por correio para um dos seguintes endereços:

Por e-mail: ethics.committee@sonaeindustria.com

Por correio: Sonae Indústria SGPS, S.A.
Att. Comissão de Ética
Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1096
4470-177 Maia Codex
Portugal

Quando solicitado, poderá ser marcada uma reunião para clarificar o possível caso com a Comissão de Ética.

Cada irregularidade será recebida pela Comissão de Ética que terá a responsabilidade de iniciar e supervisionar a investigação de todas as denúncias. Concluída a investigação e caso se verifique que a irregularidade comunicada corresponde a um comportamento faltoso, a Comissão de Ética, deverá comunicar ao superior hierárquico do colaborador em causa ou à entidade patronal do prestador de serviços a situação em causa a fim de serem aplicadas as ações corretivas e/ou serem instaurados procedimentos disciplinares.

Dado que a sociedade pretende encorajar a comunicação em boa-fé de qualquer possível caso de irregularidade, evitando ao mesmo tempo danos para a reputação de pessoas inocentes à partida indicadas como possíveis suspeitos de conduta inadequada, não são aceites denúncias anónimas. A investigação será realizada de forma confidencial e a sociedade garante que não haverá qualquer tipo de ação discriminatória

ou de retaliação contra qualquer colaborador ou prestador de serviços que comunique em boa-fé um possível caso de irregularidade. No caso de qualquer colaborador ou prestador de serviços considerar que sofreu algum tipo de retaliação por ter efetuado uma denúncia ou por ter participado numa investigação deve dar conhecimento desse facto de imediato à Comissão de Ética.

A sociedade disponibiliza na sua intranet um formulário de comunicação de irregularidades.

A Comissão de Ética informa o Conselho Fiscal de qualquer denúncia recebida.

A sociedade mantém registos de todas as denúncias e processos investigados, bem como das respetivas conclusões, os quais estão acessíveis para consulta pelos órgãos sociais e pela Comissão de Ética.

O **Código de Conduta** da Sonae Indústria contém um conjunto de normas baseadas nos valores partilhados, que regem as atividades do Grupo Sonae Indústria. É aplicável a todas as pessoas contratadas pelo Grupo, incluindo membros dos órgãos estatutários, e diretores das sociedades do Grupo, administradores, quadros superiores, colaboradores e pessoas cujo estatuto é equivalente ao de colaboradores, tais como trabalhadores temporários e prestadores de serviços. O Código de Conduta define linhas de orientação de natureza ética empresarial que devem ser seguidas por todos os colaboradores e prestadores de serviços durante o desempenho das respetivas funções.

A Sonae Indústria adota e promove de forma ativa as mais exigentes normas éticas de conduta profissional a todos os níveis do Grupo. O compromisso relativamente a normas de conduta deve partir dos níveis mais elevados da empresa. Assim, os gestores de topo da Sonae Indústria devem constituir um exemplo para toda a organização através das suas ações, liderando de forma ativa a adoção destas normas e controlando a sua aplicação, constituindo sua obrigação garantir, na sua área de responsabilidade, o rigoroso cumprimento da lei, mantendo uma constante monitorização desse cumprimento, e transmitindo claramente aos seus colaboradores que o não cumprimento de qualquer lei que seja aplicável, poderá, para além de outras consequências legais, ter consequências disciplinares.

É particularmente importante que um compromisso em relação a estas normas seja aceite por todos os colaboradores e prestadores de serviços em todo o Grupo, onde quer que estes desenvolvam a sua atividade. Em cada organização local também devem ser adotados princípios e ações adequados para lidar com questões éticas específicas que possam surgir nos respetivos países.

O Código de Conduta da Sonae Indústria foi elaborado de forma a explicitar claramente a conduta desta perante todas as suas partes interessadas, bem como a relacionar esta conduta com os valores da própria empresa. O Código de Conduta está estruturado da seguinte forma:

RELACIONAMENTO COM COLABORADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS

- Partilha de conhecimento e desenvolvimento pessoal
- Inovação e iniciativa
- Respeito, responsabilização e cooperação
- Confidencialidade e responsabilidade
- Sustentabilidade
- Conflito de interesses
- Saúde e Segurança no Trabalho
- Consciência Social
- Comunicação
- Cumprimento

RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS E OUTROS INVESTIDORES

- Criação de valor
- Transparência
- Cumprimento

RELACIONAMENTO COM GOVERNOS E COMUNIDADES LOCAIS

- Comportamento Ético
- Consciência Social
- Diretriz Fiscal
- Consciência Ambiental

RELACIONAMENTO COM PARCEIROS DE NEGÓCIOS

- Foco no Cliente
- Integridade
- Comportamento Ético
- Transparência

RELACIONAMENTO COM CONCORRENTES

- Observância das leis da concorrência
- Comportamento Ético

O documento integral do Código de Conduta pode ser consultado no sítio da empresa através do endereço, www.sonaeindustria.com.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Auditoria Interna e a Gestão de Risco para a Sonae Indústria encontram-se atualmente a ser prestados por equipas de Auditoria Interna e de Gestão de Risco da Sonae Arauco que reportam as suas atividades e conclusões apuradas à Comissão de Auditoria e Finanças e ao Conselho Fiscal.

O suporte da equipa da Sonae Arauco à Tafisa Canada requer que sejam cumpridas as melhores práticas comportamentais relacionadas com as regulações “*anti trust*” para os negócios na América do Norte, o que implicou a internalização pela Tafisa Canada de algumas das atividades de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e das funções de Gestão de Risco Operacional. Pelas mesmas razões, os sistemas de Tecnologia da Informação da Sonae Arauco e da Tafisa Canada estão segregados. Deve ainda ser realçado que a respeito da contabilidade e das funções administrativas, a Tafisa Canada mantém a sua independência como anteriormente, uma vez que o Canadá nunca tinha sido incluído no âmbito do Centro de Serviços Partilhados (que se encontra sob a responsabilidade da Sonae Arauco).

O controlo interno e a gestão de riscos são importantes componentes da cultura da Sonae Indústria e encontram-se integrados nos processos de gestão e da responsabilidade de todos os colaboradores do Grupo, em todos os níveis da organização. São apoiados e suportados por funções transversais ao Grupo com destaque para a Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento e Controlo de Gestão, através de equipas especializadas.

A função de **Gestão de Risco** tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades. Têm ainda por objetivo promover a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio.

A função de **Auditoria Interna** tem por missão identificar e avaliar de forma independente e sistemática o adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, assim como a efetividade

e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, devendo também informar e alertar a Comissão de Auditoria e Finanças e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificando oportunidades de melhoria.

A função de **Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas. Este departamento, apoiado em sistemas de informação, produz análises e relatórios com informações operacionais, financeiras e relacionadas com questões de conformidade. Através do seu Manual de Procedimentos, garante e define um conjunto de regras e procedimentos relativamente aos processos de planeamento, reporte, contas de gestão e processo de aprovação de investimentos.

Existe um conjunto de atividades de controlo, tais como: aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança dos ativos e segregação de funções. A informação pertinente é identificada, recolhida e comunicada, num determinado prazo e de tal forma que permita que os colaboradores possam cumprir as suas responsabilidades.

A Sonae Indústria mantém uma equipa corporativa responsável para o Planeamento e Controlo de Gestão, em paralelo com a equipa da Sonae Arauco e cada unidade de negócio integra na sua equipa um *controller* que garante que os procedimentos do grupo são devidamente implementados.

Como acontece com a Auditoria Interna e a Gestão de Risco, a Contabilidade, Administração e Serviços de transação são prestados pelos serviços de contabilidade centralizados da Sonae Arauco e pelo **Centro de Serviços Partilhados (SSC)**, fornecendo serviços de contabilidade e de administração a todas as sociedades participadas da Sonae Indústria, com a exceção da Tafisa Canada, ajudando assim a garantir o alinhamento de políticas e reforçando os procedimentos e controlos.

Os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

A Sonae Indústria tem um nível razoável de confiança no sistema de controlo interno implementado. A comunicação da Visão, Valores e Princípios na organização reforça a importância do comportamento ético. A existência de um Código de Conduta, de um instrumento *whistleblower* (comunicação de irregularidades) e da Comissão de Ética aumentam a cultura de controlo da organização.

A Sonae Arauco tem também um Código de Ética com os objetivos de reforçar o conhecimento da Visão, Valores e Princípios da Sonae Arauco e de incentivar a boa conduta dos seus colaboradores.

A equipa de Auditoria Interna e de Gestão de Risco integra e participa periodicamente nas reuniões e atividades de duas comissões das "Empresas Sonae " (compostas por representantes de várias empresas Sonae): a Comissão de Auditoria e o Grupo Consultivo de Gestão de Risco. A participação nestes órgãos contribui para o reforço dos processos e para aumentar a eficácia das atividades de auditoria interna e gestão de risco das sociedades representadas.

51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

É da responsabilidade do Conselho de Administração definir, a cada momento os objetivos em matéria de assunção de riscos, bem como a criação das estruturas e serviços necessários a garantir que o sistema de controlo interno e de gestão de riscos funciona adequadamente. Para esse efeito, o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

São apresentados ao Conselho Fiscal o planeamento das atividades definidas para o ano em causa, bem como, os resultados da atividade desenvolvida, o que permite ao Conselho Fiscal acompanhar e pronunciar-

se sobre a política de risco definida, nomeadamente, propondo a realização de outras atividades, avaliando a adequação dos recursos afetos a essas atividades, etc.

O Conselho Fiscal pronuncia-se sobre a sua atuação e ligação com os demais órgãos sociais e departamentos da sociedade no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas.

As funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco reportam ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças. Estes órgãos podem, a seu critério, solicitar-lhe reuniões para discussão e revisão dos assuntos de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e podem também solicitar-lhe as informações e esclarecimentos, que entendam por conveniente.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal inclui-se a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria, tendo este órgão acesso a todos os documentos que solicite e o contacto que entender com os responsáveis dos respetivos departamentos, recebendo os relatórios relativos aquelas atividades.

O CFO da sociedade reporta às reuniões do Conselho Fiscal e mantém o mesmo informado acerca da atividade da sociedade e do grupo, quer apresentando-lhe os principais factos ocorridos, quer informando-o de alterações que possam ocorrer na estratégia da sociedade, podendo assim o Conselho Fiscal acompanhar e pronunciar-se sobre as mesmas.

O Revisor Oficial de Contas verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A Sonae Indústria é uma organização que assenta na integridade dos seus princípios e em valores éticos, descritos no código de conduta da empresa que foi distribuído por todos os seus colaboradores, que são também promovidos pelo topo da hierarquia.

Os diversos órgãos de gestão da sociedade são o resultado de uma filosofia de gestão e estilo de atuação que se baseia numa forte estrutura organizativa com uma atribuição adequada de autoridade e de responsabilidades. Políticas e procedimentos adequados na área de recursos humanos e a existência do Código de Conduta constituem parte integrante desta estrutura.

A Sonae Indústria enfrenta uma diversidade de riscos, internos e externos, que têm de ser avaliados, e a este respeito a empresa tem implementado uma cultura de prevenção e de deteção preventiva. Adicionalmente, é da responsabilidade de cada uma das áreas funcionais do Grupo o controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial que está exposta a vários tipos de risco, sendo a gestão do risco operacional uma preocupação central da sociedade e tendo a Sonae Indústria um papel ativo na implementação de melhores normas e práticas e na seleção de sistemas capazes de reduzir os riscos.

INFLUÊNCIAS MACROECONÓMICAS

Descrição do risco: A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está condicionada pela conjuntura macroeconómica e pelos desenvolvimentos nos mercados onde atua. Parte dos produtos produzidos pelas

participadas da Sonae Indústria são *commodities*, com a natureza de bens duráveis, que se destinam maioritariamente aos setores da construção e do mobiliário. Deste modo, a atividade operacional do Grupo é cíclica, estando positivamente correlacionada com os ciclos da economia em geral e, em particular, com a evolução dos setores de construção do mobiliário. Nesta medida, a atividade da Sonae Indústria e das suas participadas pode ser negativamente afetada por períodos de recessão económica, em particular, pela deterioração dos níveis de consumo das famílias. Por sua vez, estes níveis são influenciados, entre outros fatores, pelas políticas salariais praticadas, pelos níveis de desemprego existentes, assim como pelos níveis de confiança e de proteção social prevaletentes. A disponibilidade de crédito na economia, pelo impacto potencial que tem no mercado imobiliário, também é relevante para o negócio da Sonae Indústria. De igual modo, a eventual ocorrência de tensões políticas e/ou sociais e/ou religiosas em qualquer dos mercados poderá ter impactos materiais nas operações e na situação financeira da Sonae Indústria que não é possível estimar.

Ações de mitigação: A Sonae Indústria, através das suas subsidiárias, está fortemente presente em mercados internacionais, tendo como mercados mais importantes a Zona Euro, América do Norte (nomeadamente Canadá e Estados Unidos) e África do Sul. Estes mercados apresentam perfis macroeconómicos, políticos e sociais distintos e, como tal, podem registar padrões diferentes de reação a qualquer crise económica e financeira global, reduzindo potencialmente a volatilidade geral. O lançamento de produtos inovadores e que não sejam *commodities* e o estabelecimento de parcerias de longo prazo com os principais clientes são iniciativas importantes para mitigar este risco.

CONCORRÊNCIA

Descrição do risco: A atividade desenvolvida pela Sonae Indústria está sujeita a desafios importantes no quadro do setor mundial de painéis derivados de madeira, na medida em que está sujeita a uma forte concorrência em todos os mercados onde se encontra presente (nomeadamente na Península Ibérica, na Alemanha, na América do Norte e na África do Sul). A forte concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados do Grupo na medida em que o aumento de capacidade ou novas fábricas por parte de concorrentes e/ou a adoção de uma política de preços mais agressiva pelos concorrentes pode vir a implicar uma diminuição do volume de negócios e/ou a necessidade de revisão dos níveis de preços praticados pelas participadas da Sonae Indústria, com impacto na rentabilidade e sustentabilidade das suas operações.

Ações de mitigação: Os ativos diversificados da Sonae Indústria e a exposição geográfica a diversos mercados Europeus mas também ao mercado da América do norte, sul-africano e ainda a outros mercados servidos pela via de exportações, também contribuem para a redução potencial destes riscos. Além disso, o esforço de focalização em produtos de maior valor acrescentado como forma de diferenciação e o esforço de contenção de custos como parte de uma estratégia já a ser implementada, poderão permitir defender a posição competitiva da Sonae Indústria e o progresso no cumprimento dos seus objetivos enquanto player de referência no setor mundial dos painéis derivados de madeira.

RISCO DA ESTRUTURA DE CUSTOS

Descrição do risco: Estando a atividade industrial no sector dependente da existência de unidades fabris de dimensão considerável, a estrutura de custos consolidada da Sonae Indústria apresenta uma componente fixa significativa, ou seja, não dependente do maior ou menor volume de vendas conseguido, e sobre a qual o Grupo apenas consegue atuar através de iniciativas de reestruturação ou de aumento da eficiência. Um volume de negócios ou uma margem bruta de vendas insuficientes para compensar os custos fixos existentes poderão determinar o registo de perdas pela Sonae Indústria e suas participadas.

Por outro lado, a estrutura de custos variáveis das participadas da Sonae Indústria, nomeadamente no que se refere às matérias-primas, entre as quais se destaca a madeira, químicos e papel seco, está exposta a

fatores externos (não controlados pela empresa) que impactam positiva ou negativamente a disponibilidade dessas mesmas matérias-primas, bem como os respetivos preços de aquisição. Em particular, o risco de acesso a madeira, como matéria-prima essencial ao processo produtivo, em condições de quantidade, tipo, qualidade e preço adequados pode condicionar não só a capacidade dessas empresas para fornecer aos seus clientes os produtos no momento e nas condições acordadas, como também afetar a rentabilidade esperada aquando da definição do preço de venda dos produtos aos seus clientes. Num cenário extremo, a impossibilidade de acesso a madeira em quantidades suficientes poderá determinar a interrupção temporária de produção na unidade industrial afetada, com consequências relevantes na sua rentabilidade operacional.

Ações de mitigação: Para mitigar o risco de custos fixos não compensados, são desenvolvidas e implementadas, de forma contínua, iniciativas e ações para diversificar os produtos e mercados, assim como iniciativas para aumentar a eficiência e para redução dos custos nas unidades industriais. Relativamente aos custos variáveis, o Grupo tem procurado diversificar as fontes de fornecimento e os tipos de madeira utilizada, nomeadamente através da utilização de resíduos reciclados, da introdução nos processos de diferentes espécies de madeira e subprodutos alternativos.

RISCOS TECNOLÓGICOS

Descrição do risco: A capacidade da Sonae Indústria em desenvolver e oferecer produtos de maior valor acrescentado, em condições competitivas a nível mundial, assume-se cada vez mais como um objetivo crucial no contexto atual do setor de derivados de madeira. Estes desenvolvimentos estão dependentes de evoluções tecnológicas, que podem ser difíceis de prever e acompanhar.

Ações de mitigação: A Sonae Indústria acompanha e procura antecipar-se ao avanço tecnológico e prever a recetividade de novos produtos que poderão afetar o seu negócio e os resultados das suas operações.

CIBERSECURANÇA

Descrição do risco: O risco de ataques digitais a sistemas, redes e programas de tecnologia operacional (TO) e de tecnologia da informação (TI). Cibersegurança na TO: interrupções de produção dispendiosas que levam a perdas financeiras, falhas de segurança catastróficas e danos ambientais que levam a possíveis problemas de responsabilidade e roubo de propriedade intelectual que levam à perda de vantagem competitiva. Cibersegurança de TI: exposição a danos ou perdas resultantes de violações ou ataques a sistemas de informação, eventos de risco resultantes de atos maliciosos ou não intencionais e provenientes de fontes externas ou internas da empresa.

Ações de mitigação: Desenvolvimento e implementação, de forma contínua, de iniciativas para proteger sistemas, redes, dispositivos e dados contra ataques informáticos. Implementação de diferentes ações de conscientização e treinamento sobre segurança informática, envolvendo os usuários do sistema.

RISCOS OPERACIONAIS

Descrição do risco: Na sua atividade, a Sonae Indústria está sujeita a determinados riscos operacionais, sobretudo ao nível das atividades de produção industrial. Múltiplos fatores poderão levar a interrupções de produção com efeitos potencialmente negativos na respetiva operação e, conseqüentemente, na sua situação financeira e nos seus resultados. O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com riscos operacionais significativos de incêndios e explosões e acidentes envolvendo

colaboradores (nomeadamente situações de atropelamento, explosões de pó, trabalho a quente, exposição a materiais perigosos) (saúde e segurança).

Ações de mitigação: A gestão do risco operacional é uma preocupação central da sociedade, tal como evidenciado na procura contínua de melhores normas e práticas e de sistemas capazes de reduzir os riscos industriais.

RISCOS FINANCEIROS

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros incluindo o risco de crédito, o risco de capital e o risco de liquidez.

Risco de Crédito

Descrição do risco: O risco de crédito da carteira de clientes consiste no risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens ou serviços adquiridos.

Ações de mitigação: Foram desenvolvidos sistemas e procedimentos de controlo de risco de crédito que têm como objetivo maximizar a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas. A Sonae Indústria utiliza o seguro de crédito, que surge como ferramenta para a mitigação deste risco em todas as geografias onde se encontra. Nas situações pontuais (para determinados clientes) em que não conseguimos mitigar o risco via seguro de crédito, são procuradas soluções alternativas e/ou complementares (tais como garantias bancárias, cartas de crédito e *confirming*, entre outras) visando a concretização de maiores volumes de negócio num ambiente de risco controlado e mínimo. Se não for possível obter-se qualquer cobertura de risco para um determinado cliente ou operação, um processo interno detalhado e pormenorizado foi desenvolvido visando analisar toda e cada uma das vertentes de um negócio em particular de modo a podermos tomar uma decisão informada, completa e aprovada sobre a assunção de um eventual auto-risco de crédito, levando a decisão aos níveis de gestão mais elevados.

Nenhum cliente da Sonae Indústria, incluindo os clientes da Sonae Arauco representa mais do que cerca de 7,3% do seu volume de negócios agregado (considerando 100% do volume de negócios da Sonae Arauco).

Risco de Capital

Descrição do risco: A estrutura de capital da Sonae Indústria, entendida como a proporção de capital próprio e dívida líquida da empresa, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais tendo também em consideração critérios de eficiência no custo de financiamento.

Ações de mitigação: A Sonae Indústria acompanha de perto a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as medidas necessárias com vista à concretização dos objetivos referidos.

Risco de Liquidez

Descrição do risco: O risco de liquidez emerge quando uma empresa não tem as disponibilidades ou o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

A existência de *covenants* nos contratos de financiamento da Sonae Indústria também representa uma possível causa de risco de liquidez, uma vez que o seu incumprimento poderá determinar uma situação de

incumprimento nos respetivos contratos de financiamento, tendo como consequência a sua resolução antecipada, incluindo o reembolso imediato da dívida.

Ações de mitigação: A gestão do risco de liquidez na Sonae Indústria concentra-se principalmente: no planeamento financeiro consistente, na diversificação de fontes de financiamento, na diversificação de maturidades da dívida emitida e em acordos para garantir comprometidas linhas de crédito com bancos de relacionamento. Também com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, é efetuada uma monitorização contínua dos rácios financeiros acordados, de modo a antecipar possíveis situações de incumprimento e implementar medidas de correção antecipadas.

RISCO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

Descrição do risco: Alguns dos negócios desenvolvidos pela Sonae Indústria poderão necessitar de investimentos adicionais, cujas condições de realização poderão estar condicionadas pelo enquadramento financeiro, pelo seu nível atual de endividamento e pela evolução da sua atividade e das suas participadas. O financiamento da componente adicional poderá ser efetuado por recurso a capitais próprios e/ou alheios. A Sonae Indústria não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições pretendidas. No caso da necessidade de recurso a capitais alheios, o enquadramento macroeconómico e financeiro pode apresentar constrangimentos, quer ao nível da liquidez disponível, quer ao nível do custo de financiamento, o que pode condicionar ou inviabilizar o acesso ao crédito. Mesmo num caso de retoma, o ritmo e forma como a mesma se efetuar reveste-se de um grau de incerteza considerável, pelo que o financiamento de eventuais investimentos futuros da Sonae Indústria e/ou das suas participadas não pode ser dado como garantido.

Ações de mitigação: Ações acima mencionadas para mitigar riscos macroeconómicos e financeiros.

RISCOS ECONÓMICOS

Os **riscos económicos** em que a Sonae Indústria incorre são: risco de taxa de juro e risco de taxa de câmbio.

Risco de taxa de juro

Descrição do risco: O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros.

Ações de mitigação: Regra geral a Sonae Indústria não utiliza instrumentos derivados financeiros para cobrir a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o “*cash flow* operacional antes de juros líquidos”, que cria um *hedging* natural ao nível do “*cash flow* operacional após juros líquidos” para a Sonae Indústria. Como exceção a esta política geral sobre gestão de risco de taxa de juro, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, os quais devem respeitar uma série de princípios que se identificam (i) não utilização com objetivos de *trading*, geração de rendimentos ou fins especulativos; (ii) contratação preferencial com instituições financeiras com *rating* mínimo *Investment Grade*; (iii) replicar exatamente as exposições subjacentes no que diz respeito às datas de liquidação e indexantes de base; e (iv) o seu custo financeiro máximo (derivado + exposição subjacente) deverão ser sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Em dezembro de 2019 a Sonae Indústria emitiu 50 milhões de euros de um Empréstimo Obrigacionista Subordinado com prazo de 10 anos e juros a taxa fixa.

Risco de taxa de câmbio

Descrição do risco: O risco da taxa de câmbio resulta do facto da Sonae Indústria constituir um Grupo geograficamente presente em três continentes diferentes existindo, por isso, transações e saldos em libra inglesa, rand sul-africano, dólar canadiano, dólar americano, franco suíço e zloty polaco. As demonstrações consolidadas de posição financeira e a demonstração de resultados encontram-se assim expostas a risco de câmbio ao valor do capital investido em subsidiárias de fora da Zona Euro. As subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas ao risco associado às transações comerciais efetuadas em divisa diferente da sua divisa local.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de cada uma das subsidiárias.

O risco de conversão monetária (translação) emerge do facto de, no âmbito da preparação das contas consolidadas do Grupo, as demonstrações financeiras das subsidiárias com moeda funcional diferente da moeda de relato das contas consolidadas (Euro), terem de ser convertidas para Euros. Uma vez que as taxas de câmbio variam entre os períodos contabilísticos e uma vez que o valor dos ativos e passivos das subsidiárias não são coincidentes, introduz-se volatilidade nas contas consolidadas devido ao facto de a conversão ser efetuada em períodos diferentes a taxas de câmbio diferentes.

Ações de mitigação: Os *cash flows* das empresas do Grupo são largamente denominados nas respetivas divisas locais. Isto é válido independentemente da natureza dos *cash flows*, ou seja, operacional ou financeira, e permite um grau considerável de *hedging* cambial natural, reduzindo o risco de transação do Grupo. Alinhado com este princípio, geralmente as subsidiárias da Sonae Indústria apenas contratam dívida financeira denominada na respetiva divisa local. Adicionalmente, sempre que existem fluxos de negócio relevantes denominados em uma divisa diferente da divisa local da subsidiária, uma estratégia natural de cobertura pode ser implementada, se viável de uma perspetiva de negócio, procurando compensar as compras (pagamentos) ou vendas (recebimentos) nessa mesma divisa, com as vendas (recebimentos) e compras (pagamentos) na mesma divisa para montantes similares. Em situações onde existe risco da taxa de câmbio relevante, em resultado da atividade operacional envolver divisas diferentes das divisas de cada subsidiária, o que não pode naturalmente ser coberto, o risco cambial deve, regra geral, ser mitigado pela subsidiária exposta ao risco da taxa de câmbio, pela contratação de derivativos cambiais.

RISCOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

Descrição do risco: As atividades da Sonae Indústria, das suas subsidiárias e empresas associadas estão, enquanto atividades industriais, sujeitas a uma moldura regulatória em vários domínios, que inclui regulamentação nacional, diretivas emitidas pela União Europeia e acordos internacionais, a cujo cumprimento a Sonae Indústria se encontra obrigada e que poderão influenciar as suas decisões de gestão e estratégia. Com efeito, a Sonae Indústria, através das suas subsidiárias e empresas associadas, não só está sujeita a enquadramentos legais distintos em diferentes países, nomeadamente Canadá, Alemanha, Portugal, África do Sul e Espanha, como está sujeita a legislação em diferentes domínios como o da atividade industrial e florestal, ambiental, trabalho, transporte de materiais perigosos, segurança e saúde, construção e habitação, urbanismo, entre outros. Eventuais alterações regulatórias, legislativas e da respetiva interpretação por qualquer entidade competente, poderão vir a impor custos de adaptação acrescidos, nomeadamente fabris e operacionais, ou limitar as respetivas receitas de exploração. O não cumprimento de tais regulamentações poderá resultar em restrições operacionais, necessidades de investimento ou até na revogação de licenças, autorizações ou concessões e/ou em sanções.

É digno de referência que o formaldeído é produzido naturalmente pelo organismo, sendo uma molécula crítica para a formação de proteínas e rapidamente metabolizado. O formaldeído é também emitido de forma natural pela vegetação (folhas e madeira) - até 10 milhões de toneladas por ano a nível global.

Em 2015, o formaldeído foi reclassificado como substância cancerígena, da categoria 1B, quando presente acima de determinados valores, o que traz novos desafios para a indústria de produtos derivados de madeira. Esta reclassificação desencadeou novas obrigações ao abrigo de várias legislações europeias e portuguesas

e abriu caminho a potenciais ações no âmbito da Regulamentação Europeia de registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos, referida como REACH.

No entanto, esta reclassificação foca-se na potencial ocorrência de um cancro extremamente raro na Europa (nasofaríngeo), e uma avaliação abrangente de risco para trabalhadores e consumidores demonstrou que a sua utilização é segura.

As empresas associadas são representados na EPF (*European Panel Federation*), onde se discutem assuntos regulatórios. As principais preocupações do negócio, ainda em discussão, são os requisitos de COV (Compostos orgânicos voláteis), formaldeído, dióxido de titânio e processos de reclassificação de melamina. O impacto no mercado de painéis à base de madeira pode ser significativo dependendo das conclusões destes dossiers, pelo que serão acompanhadas de perto.

Ações de mitigação: Monitorização contínua dos requisitos legais e regulatórios e suas alterações e formação especializada para atualização dos conhecimentos. Quando necessário, o aconselhamento jurídico e fiscal também é contratado utilizando recursos externos de empresas com reputação estabelecida e que possuem os mais altos padrões de competência, ética e experiência. Implementação e divulgação de políticas e procedimentos escritos sobre questões legais ou regulatórias relevantes para garantir a conformidade.

RECURSOS HUMANOS

Descrição do risco: A falta de conhecimento, habilidades, experiência ou capacidade de adaptação dos principais recursos, pode comprometer a execução do modelo de negócio, que os objetivos de negócio chave sejam alcançados e que os riscos sejam reduzidos para um nível aceitável. A incapacidade de reter os principais recursos humanos pode levar a altos custos de "substituição".

Ações de mitigação: Implementação de diversas iniciativas e ações para desenvolver, reter e recrutar pessoas nos diferentes níveis da organização. Ações contínuas de formação e educação e desenvolvimento de iniciativas para melhorar a comunicação entre todos os colaboradores. O compromisso da Sonae Indústria em ultrapassar a conformidade legal para as melhores práticas internacionais em saúde e segurança é também uma ação de atração e retenção de pessoas.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Para mais informações sobre a mitigação e gestão dos riscos consultar também o ponto 53.

A gestão dos riscos é um pilar importante da cultura da Sonae Indústria e é apoiada, principalmente, pelas funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco.

A **Auditoria Interna** é desenvolvida como uma atividade independente e objetiva, que visa auxiliar a Sonae Indústria a atingir os seus objetivos, participando no processo de criação de valor. Utiliza uma abordagem sistemática e estruturada para avaliar e melhorar a eficácia da gestão de risco, dos processos de controlo interno e do governo da sociedade.

A Auditoria Interna atua em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (*International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*), estabelecidas pelo Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors*), incluindo o respetivo Código de Ética.

A Auditoria Interna reporta à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal. Estas comissões são responsáveis por supervisionar a eficácia da função de Auditoria Interna.

O planeamento da atividade da Auditoria Interna é essencialmente desenvolvido com base numa avaliação prévia dos riscos sistemáticos dos negócios da Sonae Indústria. Um plano anual da atividade de Auditoria Interna é apresentado e discutido com a Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e o Conselho Fiscal.

Relatórios descritivos da atividade de Auditoria Interna são preparados e enviados à Comissão de Auditoria e Finanças (BAFC) e ao Conselho Fiscal da Sonae Indústria, os quais incluem o resumo das principais deficiências de controlo interno e de incumprimentos dos procedimentos e políticas definidas pela sociedade.

O sistema de reporte implementado garante um feedback regular, uma revisão adequada das atividades desenvolvidas e a possibilidade de ajustar o plano de atividades às necessidades emergentes.

A **Gestão de Risco** é uma das componentes da cultura da Sonae Indústria, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores, aos diferentes níveis da organização.

Os serviços de Auditoria Interna e a Gestão de Risco, incluindo a Gestão de Risco Operacional, para todas as entidades da Sonae Indústria, exceto para a Tafisa Canada que internalizou estas funções, são prestados por equipas da Sonae Arauco.

A Gestão de Risco compreende os processos de identificação dos riscos potenciais, analisando o seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização e prevendo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A gestão do risco encontra-se compreendida na função de **Auditoria Interna e de Gestão de Riscos**.

Este departamento está focado na promoção de uma cultura de consciência de risco ao longo da organização e em coordenação com as atividades de gestão de risco e os respetivos relatórios de resultados. É ainda responsável pela implementação da metodologia *Enterprise Wide Risk Management (EWRM)*, identificando, avaliando e priorizando os riscos e o seu potencial impacto nas atividades da organização.

O Modelo de Risco da empresa agrega os riscos em duas categorias principais (Riscos dos Processos de Negócio e Risco do Ambiente de Negócio), e contém a quantificação da Relevância (impacto no EBITDA e na eficiência operacional), assim como da Probabilidade (a frequência da ocorrência do acontecimento ou do cenário) de riscos críticos.

A gestão dos riscos financeiros, enquadrada nos riscos do processo do negócio, é efetuada e monitorizada no âmbito da atividade da função financeira.

A gestão do risco também coopera com a gestão de seguros, a qual tem como objetivo assegurar uma gestão mais eficiente e efetiva das várias políticas de seguros, de forma a mitigar os riscos de seguros.

Realiza-se uma abordagem geral que procura assegurar uma cobertura adequada e equilibrada do risco operacional, através da transferência deste para os nossos parceiros de seguros. A Sonae Indústria desenvolveu vários programas de seguro para colocação do risco no mercado, visando a cobertura de:

- Danos patrimoniais (incluindo avaria de máquinas) e Perdas de Exploração;
- Danos nos transportes;
- Danos causados a terceiros (Responsabilidade de produto, civil e ambiental);
- Risco de Crédito;
- Acidentes de trabalho.

A Sonae Indústria adota apólices de seguro como suporte aos processos de gestão de risco, que melhor abordem riscos e tópicos específicos e está empenhada em melhorar, quer a proteção dos seus ativos, quer os níveis de prevenção, para reforçar a parceria com o mercado segurador.

O fabrico de painéis derivados de madeira é uma atividade industrial com um risco operacional muito significativo, quer de incêndio, quer de explosão. Tendo em conta estes riscos, a proteção dos ativos principais, bem como os programas de prevenção de perdas, são preocupações constantes da Sonae Indústria.

A Sonae Indústria manteve o foco na **Melhoria Contínua**, um programa apoiado por uma equipa da Sonae Arauco especializada em Melhoria Contínua, que promove a implementação das melhores práticas de melhoria contínua que potenciam a eficiência e a produtividade em todo o grupo, mudando gradualmente a cultura de todos os colaboradores da empresa. O seu objetivo é promover, através dos seus colaboradores, que todas as funções sejam desempenhadas de forma mais rápida e eficiente, não só nas áreas industriais, mas também nas áreas de suporte e comerciais.

A GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL:

Dados os riscos operacionais já mencionados associados a uma atividade industrial como aquela em que a Sonae Indústria opera, a proteção dos ativos é essencial para assegurar a continuidade dos negócios e prevenir impactos negativos, incluindo impactos financeiros. A avaliação constante das exposições e de como os riscos operacionais podem ser reduzidos para um nível aceitável são atividades obrigatórias.

Em 2019, as atividades de Gestão de Risco Operacional na Sonae Arauco continuaram com o objetivo de melhoria nos sistemas de óleo térmico e na proteção contra explosões de pó. Dada a importância e relevância destas áreas no que diz respeito à proteção de ativos e continuidade de negócios, é expectável que o foco nos próximos anos se mantenha nestes tópicos. Durante 2019, foi também dada uma atenção adicional às Auditorias Externas de Seguros e seu acompanhamento.

Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS)

As Normas Corporativas de Risco Operacional são uma ferramenta importante para uma orientação clara e para a homogeneização do programa de Gestão de Riscos. Estes programas foram desenvolvidos com referência às normas internacionais, como NFPA¹ e/ ou fichas da FM², tendo sido consideradas as melhores práticas de engenharia de proteção para a indústria de madeira. Estas foram validadas em conjunto com técnicos externos de vários níveis e especialistas da gestão de risco e do mercado de seguros.

As Normas Corporativas de Risco Operacional (CORS) estão divididas em três áreas:

1. Programas de Gestão e Procedimentos:

- Melhores práticas da indústria no que se refere a medidas de Prevenção de Perdas que envolvem o elemento humano;
- Preparação para emergências;
- Programas de Gestão (manutenção, equipamento para inspeções, formação, subcontratados, limpeza).

2. Sistemas de Proteção contra Incêndios:

- Referência a normas reconhecidas internacionalmente, nomeadamente NFPA;
- Requisitos gerais na deteção e proteção contra incêndio em instalações industriais, especificações do abastecimento de água para incêndios e características dos materiais de construção;
- Integração de um componente para práticas de vigilância (hardware).

3. Riscos Especiais:

¹ National Fire Protection Association.

² Factory Mutual.

- Conhecimento desenvolvido mundialmente na deteção de incêndios e proteção inerente à indústria de painéis de madeira: manuseamento e transporte de partículas molhadas e secas, secadores, prensas quentes, etc.;
- Questões específicas como as referentes às instalações de óleo térmico e hidráulico, armários e quadros elétricos ou transformadores.

Em 2019 a Sonae Arauco iniciou uma revisão formal das suas CORS, para atualizar os requisitos das práticas atuais, que é expectável que se conclua até ao final de 2020.

Inspeções

Inspeções Externas

Em 2019, foi efetuado um acompanhamento das inspeções externas nas unidades industriais.

Inspeções Internas

Durante 2019, foram realizadas visitas internas regulares que se focaram em problemas específicos e em acompanhar questões previamente identificadas.

Plano de Risco

Para além das recomendações emitidas pelos engenheiros de risco externos, cada unidade industrial identifica medidas a serem implementadas para alcançar o cumprimento das diretrizes corporativas, das recomendações resultantes de inspeções internas e externas e (no caso da Sonae Arauco) com as Normas Corporativas de Risco Operacional.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245º - A, nº1 al. m))

Para a Sonae Indústria, o ambiente de controlo interno implementado e que abrange também o processo de elaboração, de tratamento e de divulgação de informação financeira, é um conjunto transversal de procedimentos implementados pelos órgãos executivos do Grupo, que suportados em princípios de coerência, consistência, transparência, responsabilização, honestidade, integridade, fiabilidade e relevância, visa assegurar a fiabilidade, a exatidão e a fidedignidade da informação financeira, o cumprimento das normas e regulamentos contabilísticos, sem deixar de promover a eficácia operacional. O sistema de controlo interno procura garantir as boas práticas de gestão e procedimentos, o cumprimento das políticas estabelecidas pela gestão e assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados e os enquadramentos regulatórios aplicáveis assegurando a qualidade do reporte financeiro.

Neste sistema global de controlo interno, o primeiro ponto de controlo do Grupo tem a ver com a organização, com os procedimentos e com as tarefas relacionadas com os processos de decisão e execução e que acabam por se traduzir, numa lógica sistemática, controlada e validada à autorização das operações pela gestão.

A Sonae Indústria pretende assegurar que essas operações de gestão se traduzem em procedimentos e movimentos relacionados com registos contabilísticos e financeiros que, em resultado, são elaborados no sentido de proporcionar um nível de certeza razoável de que as operações são executadas de acordo com uma autorização geral ou específica da gestão, que as operações são registadas de forma a permitir a adequada preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos

geralmente aceites e de forma a manterem o registo contabilístico adequado da situação financeira da sociedade. A evidência contabilística da situação financeira da sociedade é comparada, em intervalos de tempos frequentes, com os ativos e passivos existentes e medidas apropriadas são tomadas sempre que quaisquer diferenças materialmente relevantes sejam verificadas.

A fiabilidade, independência, integridade e a oportunidade da informação financeira são garantidas quer através da clara separação entre quem executa as operações, prepara a informação e os seus utilizadores internos (e naturalmente externos), quer pela realização de diversas atividades de controlo ao longo do processo de preparação, validação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado. Os riscos, tarefas e controlos associados estão identificados, individualizados e segregados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- A utilização de princípios contabilísticos consistentes e conformes com as normas em vigor, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras e que constam de documento formal da sociedade - "Políticas Contabilísticas do Grupo"- atualizado e validado pela Comissão de Auditoria e Finanças e aprovado pelo Conselho de Administração;
- Os planos, procedimentos e registos das sociedades do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização adequada da gestão, que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites e que são sujeitas a procedimentos de auditoria interna. Assegura também que as sociedades mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira, contabilística e de gestão, é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de elaboração e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas no documento de políticas contabilísticas do Grupo e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das sociedades individuais, com a exceção da Tafisa Canada que realiza o seu próprio registo contabilístico, os registos contabilísticos são assegurados pelo Centro de Serviços Partilhados da Sonae Arauco que garante o controlo e consistência do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. A preparação das demonstrações financeiras é assegurada pelas diferentes funções dos serviços administrativos das diferentes geografias. O cumprimento das normas e do cronograma acima apresentado garante a transversalidade consistente dos critérios e a deteção atempada de eventuais desvios ou imprecisões em registos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das sociedades e revistas pelas funções de Controlo de Gestão, da Consolidação, pelo Revisor Oficial de Contas e ainda pelos órgãos de fiscalização;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade mensal. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as sociedades do Grupo;

- No processo de avaliação de risco da sociedade, o *Management Committee* identifica permanentemente os riscos relevantes à preparação de demonstrações financeiras de forma a assegurar que estas apresentam, em tudo o que for entendido como relevante, uma imagem verdadeira e apropriada da situação em cada momento da sociedade. A análise pormenorizada mensal das demonstrações financeiras visa assegurar que, no que é materialmente relevante, estas refletem os riscos, eventos e circunstâncias externos e internos que impactam no período de reporte;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relações com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é também preparado pelo mesmo departamento mas em estreita colaboração com o departamento legal;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da *Management Committee*. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Indústria, já depois de terem sido preliminarmente verificados com o Revisor Oficial de Contas e revistos pela Comissão de Auditoria e Finanças. Depois da aprovação, os documentos são formalmente enviados ao Revisor Oficial de Contas, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa e que são objeto de análise aprofundada e deliberação do Conselho Fiscal;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Estes órgãos reúnem, pelo menos trimestralmente, e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira. Pontualmente, e sempre que ocorrem situações cujo impacto material na apresentação das contas seja relevante, o Revisor Oficial de Contas reúne com o Conselho Fiscal para apreciação, discussão e validação das implicações dessas situações na apresentação de contas;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre os fatores de risco que podem afetar materialmente a elaboração e a divulgação do reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estes estão associados sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado e suportados em boas práticas de preços de transferência.;
- Cumprimento e atualização de normas e políticas contabilísticas – As políticas contabilísticas emanadas pelos diferentes reguladores estão permanentemente em atualização. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as últimas versões existentes das normas e políticas contabilísticas, sempre que tal impacte nos relatórios de informações financeiras a divulgar, de forma a prevenir que as demonstrações financeiras sejam de alguma forma incompletas, imprecisas ou inoportunas, como referido nas notas às demonstrações financeiras da sociedade;
- Sistemas de informação novos ou revistos ou a sua descontinuidade – A adoção de novos sistemas de informação ou as constantes atualizações dos sistemas de informação existentes poderão impactar na

apresentação atempada da informação financeira e na sua fiabilidade e consistência. A atualização permanente dos sistemas de informação de suporte à tomada de decisão é acompanhada por equipas multidisciplinares internas e externas que propiciam um ambiente adequado de controlo. Por outro lado, o risco de a sociedade não estar dotada de uma infraestrutura de tecnologias de informação eficaz e redundante no âmbito dos processos utilizados para definir, desenvolver, manter e operar um ambiente de tratamento de informação adequado e atempado, pode conduzir a situações de perda de informação e/ou de disponibilidade de sistemas e de informação para ser reportada de forma completa em tempo útil. Para minimizar este eventual risco, a sociedade tem vindo a desenvolver e a implementar soluções técnicas de tecnologias de informação que lhe permitem encarar este risco de forma controlada;

- **Fraude e Erros Humanos** – A situação de fraude em que um indivíduo, ou um grupo de pessoas em conluio, nomeadamente aquelas com cargos de maior responsabilidade na gestão, se envolve na prática de atos fraudulentos relacionados com a preparação da informação financeira podem ser difíceis de detetar, principalmente quanto maior for o nível hierárquico dos intervenientes. A existência de diferentes destinatários internos da informação, nomeadamente ao nível da gestão de topo, do Controlo de Gestão, do departamento de Relações com Investidores e das equipas locais possibilita controlos redundantes e sucessivos que permitem a identificação de eventuais situações de fraude e de erros humanos. A fraude é também entendida como uma questão-chave de auditoria pelo Revisor Oficial de Contas, sendo desenvolvidos procedimentos específicos para garantir a inexistência de qualquer distorção material nas demonstrações financeiras, fornecendo um controlo adicional na preparação dessas demonstrações;
- **Relação custo/benefício da existência de um processo de controlo interno** - A implementação de um sistema de controlo interno sobre a elaboração e divulgação de informação financeira pode representar um custo que é necessário avaliar face ao benefício. É necessário existir uma relação direta entre os benefícios (segurança) que a sociedade pretende atingir com a implementação de um sistema de controlo interno e a segurança razoável que este poderá proporcionar. A otimização dos processos de negócio, nos quais se insere o processo de elaboração e divulgação de informação de negócio, tem vindo a ser objeto de análise e atualização permanentes, em termos de otimização de processos e ambiente de controlo interno;
- **Transações pouco comuns à sociedade** – Por vezes ocorrem transações pouco comuns à sociedade, que por serem excecionais, podem não ser detetadas e sinalizadas atempadamente pelo sistema de controlo interno uma vez que este pode não estar desenhado para lidar com as mesmas. Sempre que essa situação excecional ocorrer, ela é imediatamente identificada a nível local ou consolidado, analisada por diversos departamentos internos e, se for caso disso, com confirmação externa normalmente junto do Revisor Oficial de Contas e/ou peritos.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao Investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

A Sonae Indústria tem um Departamento de Relações com os Investidores, responsável por gerir a relação entre a Sociedade e os acionistas, investidores, analistas e autoridades de mercado, incluindo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Trimestralmente, este departamento é responsável por coordenar a preparação da apresentação de resultados a ser divulgada ao mercado, assim como esclarecer, sempre que necessário, quaisquer factos relevantes ou eventos, que possam influenciar o preço da ação. Este departamento está permanentemente

disponível para responder a qualquer questão formulada pelo mercado. A sociedade está disponível para reunir com investidores, quer em roadshows, em reuniões individuais, que lhe sejam solicitadas, quer em conferências em que participe.

O Departamento de Relações com Investidores é composto por 1 colaborador, sendo o seu diretor João Mangericão. Este Departamento pode ser contactado por e-mail, investor.relations@sonaeindustria.com ou por telefone: +351 220 106 359.

A existência deste Departamento juntamente com o cumprimento de todas as obrigações legais em matéria de divulgação de informação ao mercado, garante uma atempada divulgação de informação aos acionistas, investidores e ao mercado em geral.

57. Representante para as relações com o mercado

O representante legal da Sonae Indústria para as Relações com o Mercado de Capitais é o seu administrador delegado George Christopher Lawrie, que pode ser contactado via Departamento de Relações com Investidores, ou, se pretendido, através do e-mail: chris.lawrie@sonaeindustria.com.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

A sociedade mantém um registo dos pedidos apresentados ao Departamento de Apoio ao Investidor e do tratamento que lhe foi dado. Durante o ano de 2019, o Departamento de Relações com Investidores recebeu contactos e 23 pedidos de esclarecimento por parte de investidores, dos quais 1 não residente. Em termos globais, o prazo médio de resposta aos pedidos de informação dos investidores foi inferior a 48 horas. Não existiam quaisquer pedidos de informação pendentes de anos anteriores.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço

O sítio da sociedade na Internet é www.sonaeindustria.com.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais

A firma, qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais podem ser consultados nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/identificacao-da-sociedade> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/corporate-details> (versão em inglês)

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Os estatutos da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/estatutos-da-sociedade> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/company-statutes> (versão em inglês)

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, *Management Committee* e Conselho Fiscal, bem como os termos de referência do BAFC e do BNRC, podem ser consultados nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/orgaos-sociais-e-comissoes> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/governing-bodies-and-committees> (versão em inglês)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/orgaos-sociais-e-comissoes> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/governing-bodies-and-committees> (versão em inglês)

A informação relativa ao representante para as relações com o mercado pode ser consultada nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/representante-relacoes-mercado> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/market-relations-representative> (versão em inglês)

A informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/investidores/departamento-relacoes-investidores> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/investor/investor-relations-department> (versão em inglês)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

Os documentos de prestação de contas da sociedade podem ser consultados nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/investidores/relatorios-e-contas> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/investor/management-reports> (versão em inglês)

O calendário semestral de eventos societários encontra-se disponível nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/investidores/calendario-financieiro> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/investor/financial-calendar> (versão em inglês)

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias das assembleias gerais e toda a informação preparatória e subsequente à mesma são disponibilizadas nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/assembleias-gerais> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/general-meetings> (versão em inglês)

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico das deliberações tomadas em assembleia geral, o capital representado e os resultados das votações, podem ser consultados nas páginas:

<https://www.sonaeindustria.com/pt/governo-societario/assembleias-gerais> (versão em português)

<https://www.sonaeindustria.com/en/corporate-governance/general-meetings> (versão em inglês)

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos dirigentes da sociedade

Conforme estabelecido nos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral de Acionistas é responsável por fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais ou de eleger uma comissão para esse efeito. No que respeita aos membros do Conselho de Administração, a Comissão de Vencimentos dialoga com a Comissão de Nomeações e Remunerações do Conselho de Administração, por só assim poder ser garantido que a Comissão de Vencimentos possui, relativamente a cada administrador, mas principalmente no que respeita aos administradores executivos, o necessário conhecimento sobre o desempenho dos mesmos ao longo do exercício.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Vencimentos da sociedade é eleita em Assembleia Geral para mandatos de três anos, tendo sido eleita na Assembleia Geral de 9 de maio de 2018 para o mandato 2018-2020. Atualmente a Comissão de Vencimentos é composta pela Efanor Investimentos - SGPS, SA, representada por Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, pela Imparfin, Investimentos e Participações Financeiras, SA, representada por José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real e pelo Professor José Manuel Neves Adelino.

O Professor José Manuel Neves Adelino é um membro independente da Comissão de Vencimentos.

A participação de Paulo de Azevedo, que é também Presidente do Conselho de Administração, na Comissão de Vencimentos, corresponde à representação do interesse acionista na Comissão de Vencimentos, nela intervindo nessa qualidade. Paulo de Azevedo não participa na discussão nem está presente no ponto da reunião em que é deliberada a sua própria remuneração, garantindo-se assim a necessária imparcialidade e transparência do processo.

A Comissão de Vencimentos pode recorrer a consultores externos especializados, sempre que convenientes necessitar e dentro dos limites orçamentais. A Comissão de Vencimentos deve assegurar que os serviços são

prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de outros serviços à Sonae Indústria ou a outras sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, sem a sua autorização prévia.

No ano de 2019, não foi contratada qualquer empresa para apoiar a Comissão de Vencimentos ou a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Para efeitos de *benchmark* no nível salarial dos membros do Conselho de Administração, aquelas comissões utilizam estudos multi-empresa elaborados por consultores internacionais presentes em Portugal e disponibilizados no mercado.

Paulo Azevedo esteve presente na Assembleia Geral Anual de 2019.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

O representante da Imparfin, José Corte Real trabalha para o Grupo Efanor na área de Recursos Humanos; os seus amplos conhecimentos e vasta experiência na área de Recursos Humanos, nomeadamente em matéria de política de remuneração contribuem muito positivamente para o trabalho da Comissão de Vencimentos.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 2019 a Comissão de Vencimentos apresentou uma declaração relativa à política de remuneração e compensações dos órgãos sociais e dos dirigentes

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da Sonae Indústria e dos seus dirigentes, adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e ao Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) divulgado em 2018 e é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, com vista à sua sustentabilidade.

No desenho da política de remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais da sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da sociedade. A política é definida por comparação com o mercado e práticas de sociedades comparáveis, informações fornecidas pelos diversos estudos realizados para Portugal e mercados europeus, servindo atualmente de referência os estudos do consultor especializado *Hay Group*.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a média dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos

a negociação na Euronext Lisbon, sendo os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais os seguintes, por referência ao mercado:

Conselho de Administração	Componentes		Posicionamento no mercado	Circunstâncias em que montantes são devidos
Administradores Executivos	Fixa	<i>Vencimento base</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
	Variável	<i>Elemento variável de curto prazo</i>	<i>Terceiro quartil</i>	<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos</i>
		<i>Elemento variável de médio prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
		<i>Elemento variável de longo prazo</i>		<i>Mediante cumprimento dos KPIs objetivos</i>
Administradores não executivos	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Conselho Fiscal	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>
Revisor Oficial de Contas	Fixa	<i>Vencimento</i>	<i>Mediana</i>	<i>N/A</i>

A remuneração fixa dos administradores é fixada em função do nível de responsabilidade do administrador, é objeto de revisão anual e posiciona-se na mediana em circunstâncias comparáveis.

Além da remuneração fixa, os administradores executivos participam de um plano de incentivos, com uma componente variável que se divide em três elementos, um de curto prazo, outro de médio prazo e outro de longo prazo. A remuneração total posiciona-se no que diz respeito à remuneração fixa, na mediana, e no terceiro quartil no que diz respeito à componente variável, sendo que a remuneração total se posiciona entre a mediana e o terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

As remunerações fixas e o plano de incentivos são deliberados pela Comissão de Vencimentos em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração.

O plano de incentivos, aplicável aos membros executivos, está sujeito a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos membros executivos em cada exercício social.

Este plano de incentivos é estabelecido com base num conjunto de indicadores de desempenho, a nível do negócio, de cariz essencialmente económico e financeiro, também designados por “*Key Performance Indicators of Business Activity*” (ou *Business KPIs*), como também a nível individual, designados por “*Personal Key Performance Indicators*” (ou *Personal KPIs*).

O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos para a organização e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Para o apuramento do plano de incentivos é efetuada uma avaliação individual de desempenho pela Comissão de Vencimentos, em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da sociedade.

Assim, e relativamente a cada exercício social, são avaliadas a atividade da empresa e o desempenho e os contributos individuais para o sucesso coletivo que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada administrador executivo.

Na aplicação da Política de Remuneração e Compensação, é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

A Política de Remuneração e Compensação da sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação, os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

No que respeita ao órgão de administração da Sonae Indústria, a política aprovada estabelece o seguinte:

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS (AE)

A política de remuneração e compensação dos administradores executivos incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* se encontrar limitado a um valor máximo.

A remuneração dos administradores executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, que é paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 12 meses) e um subsídio de responsabilidade anual, (ii) uma componente variável, que engloba três elementos: (ii.1) um primeiro elemento de Curto Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito, subordinado à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, pago imediatamente após a sua atribuição, (ii.2) um segundo elemento de Médio Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano a que respeita, condicionado à concretização de objetivos em cada um dos anos até ao seu pagamento e pago após um diferimento pelo período de 3 anos, e (ii.3) um terceiro elemento de Longo Prazo, atribuído no primeiro semestre do ano seguinte àquele a que diz respeito, condicionado à concretização de objetivos fixados em cada um dos cinco anos seguintes e pago 5 anos após a atribuição.

(i) A componente fixa da remuneração (RF) dos AE é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada AE e é objeto de revisão anual. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os AE estão classificados nos grupos funcionais “*Group Leader*”, “*Group Senior Executive*” e “*Senior Executive*”. As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional *Hay* de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

(ii) A componente variável da remuneração (RV), visa orientar e recompensar os AE pelo cumprimento de objetivos pré-determinados e reforçar o alinhamento dos AE com os interesses dos acionistas e aumentar a consciencialização quanto à importância do respetivo desempenho se orientar de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. Estes objetivos devem basear-se em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a responsabilidade do AE e do seu próprio desempenho

individual. Esta componente variável será atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho.

a) Prémio Variável de Curto Prazo

O valor objetivo do prémio variável de curto prazo (PVCP) equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total.

O valor do prémio variável dos AE sem responsabilidade geográfica específica assenta nos resultados dos KPI's consolidados da sociedade, sendo que 60% resultam do *Operational Cash Flow*, 20% dos Custos Fixos e 20% de indicadores de performance de melhoria contínua a aprovar pela Comissão de Vencimentos. Estes resultados serão depois sujeitos a um fator multiplicador decorrente da avaliação individual de desempenho, podendo variar de 0 a 150%, consoante a classificação do desempenho individual atribuída ao AE.

No que diz respeito aos AE com responsabilidades geográficas, o cálculo é semelhante ao anteriormente descrito, mas o *Operational Cash-Flow* consolidado da sociedade tem um peso de 10%, o peso da geografia representa 70%, atribuídos da seguinte forma: (i) 40% ao EBITDA; (ii) 10% ao *Working Capital*; e (iii) 20% aos Custos Fixos; e os remanescentes 20% dependem de outros indicadores de performance de melhoria contínua, nomeadamente relativos à performance das equipas funcionais sobre orientação do AE, aprovados pela Comissão de Vencimentos. O fator multiplicador decorrente da avaliação de desempenho individual aplica-se da mesma forma.

b) Prémio Variável de Médio Prazo (Diferido por 3 anos)

O prémio variável de médio prazo (PVMP) dos AE equivale no máximo a 1/3 do valor objetivo da componente variável total, destina-se a reforçar o alinhamento dos AE com os objetivos estratégicos da sociedade e com os interesses dos acionistas. O pagamento do valor atribuído será diferido por 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita, e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de Ebitda Recorrente).

c) Prémio Variável de Longo Prazo (Diferido por 5 anos)

O prémio variável de longo prazo (PVLP) dos AE destina-se a aumentar a consciencialização da importância do desempenho de uma forma sustentada para o sucesso global da organização. É de valor máximo igual em euros ao do Prémio Variável de Curto Prazo atribuído, será diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

Considerando todos os elementos de curto, médio e longo prazo, da componente variável, o valor do objetivo pré-definido varia entre 50% e 70% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da componente variável).

No que se refere ao apuramento de resultados e no que respeita ao Prémio Variável de Curto Prazo e ao Prémio Variável de Médio Prazo, o valor total a receber tem como limite mínimo 0% e máximo 250% do objetivo previamente definido para aquelas componentes variáveis.

Os pagamentos podem ser efetuados por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na lei e nos estatutos, a critério da Comissão de Vencimentos, podendo nomeadamente a Comissão de

Vencimentos, a seu livre critério, determinar o recebimento de qualquer uma das partes da componente variável, através da alienação de ações da Sonae Indústria, SGPS, SA a desconto. Esse desconto corresponde a uma participação na aquisição das ações a suportar pelas pessoas a quem foi atribuída a componente variável da remuneração, a qual será correspondente a uma percentagem do valor da cotação das ações, à data da transmissão dos títulos, com o limite máximo de 5% daquele valor.

O direito de recebimento das partes diferidas da componente variável da remuneração, caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a sociedade antes da data do seu vencimento.

O direito manter-se-á, contudo em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do membro, sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao próprio ou aos seus herdeiros na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS (ANE)

A remuneração dos administradores não executivos (ANE) é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração ou de alguma das suas Comissões); (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa pode ser incrementada até 5% para os ANE que presidam a uma Comissão do Conselho de Administração. Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

No que respeita aos demais órgãos sociais e aos Dirigentes, a política estabelece o seguinte:

CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado e que inclui um subsídio de responsabilidade anual.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob supervisão do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade consiste numa quantia fixa, determinada tendo em conta a situação da sociedade e as práticas de mercado.

DIRIGENTES

São considerados dirigentes nos termos do parágrafo 25 do nº1 do artigo 3º do Regulamento (EU) nº 596/2014 de 16 de abril, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis de alto nível que possuem um acesso regular a informação privilegiada direta ou indiretamente relacionada com o emitente e têm o poder de tomar decisões de gestão que afetam a evolução futura e as perspetivas empresariais do emitente.

A política de remuneração aplicável às pessoas que sejam, nos termos da lei, consideradas dirigentes, será equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

São também elegíveis para efeitos de atribuição da componente variável, os administradores executivos das sociedades dominadas pela Sonae Indústria, bem como e de acordo com a política de remuneração aprovada

pelo Conselho de Administração são igualmente elegíveis para a atribuição daquele componente os colaboradores, a quem por via dessa política seja aplicável o plano de incentivos.

Da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral Anual de 2019 constam, igualmente, as retribuições fixadas àquela data para o mandato 2018-2020 dos membros não executivos do Conselho de Administração, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos as poder alterar, bem como as remunerações auferidas pelos administradores executivos em 2018.

Consta igualmente da política aprovada a declaração da Comissão de Vencimentos de que, na atribuição da remuneração total, a Comissão de Vencimentos da Sociedade aplicou, de forma regular e ordinária, os princípios e as regras constantes da Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais e Dirigentes aprovada em Assembleia Geral de Acionistas do dia 9 de maio de 2018, como se detalha:

- a) A remuneração fixa atribuída aos administradores considera a mediana dos valores do mercado e tem em consideração o nível de responsabilidade do administrador;
- b) Os administradores não executivos não auferiram qualquer remuneração variável;
- c) O PVCP corresponde ao desempenho dos administradores executivos nos termos descritos na política, tendo sido ponderado o grau de cumprimento dos KPIs individuais e coletivos previamente definidos, depois de apuradas as contas do exercício e de efetuada a avaliação de desempenho;
- d) O PVMP foi atribuído em conformidade com o estabelecido na política, o seu pagamento é diferido por três anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, assim se garantindo o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os objetivos estratégicos da sociedade e os interesses dos acionistas;
- e) O PVLP foi atribuído em conformidade com o estabelecido na política, o seu pagamento é diferido por cinco anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado;
- f) Não foram celebrados quaisquer acordos que determinem a atribuição de compensações aos administradores associadas à cessação de mandato, ou que estabeleçam a possibilidade de ser solicitada a restituição de uma remuneração variável, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

No que respeita aos administradores não executivos, a atribuição de apenas uma remuneração fixa, conforme explicitado no ponto anterior, permite o alinhamento dos interesses desses administradores com os interesses de longo prazo da sociedade.

Já no que respeita aos administradores executivos a atribuição de uma remuneração composta por uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última componente aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho e o peso específico destes na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da sociedade e desincentiva a assunção de riscos. O resultado da avaliação de desempenho de cada um dos administradores executivos serve como fator multiplicador dos demais KPI's definidos (para uma melhor compreensão do funcionamento dos diversos KPI's ver o ponto anterior).

A sociedade possui um regulamento interno que define o âmbito e as regras aplicáveis ao Prémio Variável de Médio Prazo.

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Conforme já referido nos dois pontos anteriores a remuneração dos administradores executivos é composta por uma componente variável, tendo a avaliação de desempenho impacto na mesma (para uma melhor compreensão do impacto da avaliação de desempenho na componente variável da remuneração ver o ponto 69).

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

O Prémio Variável de Médio Prazo é diferido pelo período de 3 anos e o Prémio Variável de Longo Prazo é diferido pelo período de 5 anos.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual

A política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2019 não contempla a atribuição de remuneração variável em ações. Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da política de remuneração e compensação os administradores executivos não celebraram nem devem celebrar, contratos com a sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento

A sociedade não atribui opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais constam da política de remunerações constante do ponto 69.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A sociedade não tem implementado qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

Os estatutos da sociedade não têm qualquer disposição relativa a pensões de administradores, não integrando a política de remuneração e compensação aprovada qualquer sistema de pensões, sem prejuízo da Comissão de Vencimentos ter a faculdade de proceder ao pagamento de parte das quantias devidas através da atribuição de planos de poupança reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

2019	Total da Remuneração Anual Fixa		Total do Prémio Variável de Curto Prazo		Total do Prémio Variável de Médio Prazo		Total do Prémio Variável de Longo Prazo		Total	
	2018	2019	2018 (a)	2019 (b)	2018 (c)	2019 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2018	2019
Paulo Azevedo	51.800,00	51.800,00							51.800,00	51.800,00
Javier Vega	29.140,00	54.890,00							29.140,00	54.890,00
Albrecht Ehlers (g)	40.600,00	40.600,00							40.600,00	40.600,00
Carlos Moreira da Silva	31.700,00	31.700,00							31.700,00	31.700,00
José Romão de Sousa	28.700,00	28.700,00							28.700,00	28.700,00
Berta Cunha (h)	19.733,33	28.700,00							19.733,33	28.700,00
Isabel Barros (h)	17.600,00	24.700,00							17.600,00	24.700,00
Christopher Lawrie	251.600,00	261.600,00	113.212,92 ⁽¹⁾	107.950,00 ⁽³⁾	120.000,00	125.000,00	113.212,92	107.950,00	598.025,84	602.500,00
Louis Brassard (i)	189.420,86	199.561,55	82.338,62 ⁽²⁾	118.619,20 ⁽⁴⁾	91.537,60	96.340,05	82.338,62	118.619,20	445.635,70	533.140,00
Total Conselho de Administração	660.294,19	722.251,55	195.551,54	226.569,20	211.537,60	221.340,05	195.551,54	226.569,20	1.262.934,87	1.396.730,00

(a) relativo a 2018, valor aprovado e pago em 2019.

(b) relativo a 2019, valor estimado face aos KPIs alcançados e pendente de aprovação pela Comissão de Vencimentos.

(c) valor inicial relativo a 2018, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(d) valor inicial relativo a 2019, diferido por um período de 3 anos e ajustado proporcionalmente no ano a que respeita e nos dois anos subsequentes, na proporção de um terço em cada ano. O indicador a utilizar é o aumento do valor teórico dos capitais próprios (calculado utilizando um múltiplo de EBITDA Recorrente).

(e) relativo a 2018, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(f) relativo a 2019, valor igual ao Prémio Variável de Curto Prazo atribuído é diferido por um período de 5 anos e apenas será devido se a sociedade registar lucros consolidados em todos os anos do período de diferimento e se estes forem, em cada ano, de montante igual ou superior a 20% do Capital Próprio consolidado registado no início do ano a que respeitam.

(g) Do montante auferido em 2018, 28.300 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Sonae Arauco Deutschland GmbH.

Do montante auferido em 2019, 28.300 euros foram pagos pela Sonae Indústria e 12.300 euros pela Sonae Arauco Deutschland GmbH.

(h) Relativo a 8 meses de 2018.

(i) Valores em euros correspondentes aos valores em dólares canadianos pagos pela Tafisa Canada

(1) Fixado a partir do montante objetivo de 120.000 euros.

(2) Fixado a partir do montante objetivo de 91.537,60 euros.

(3) Fixado a partir do montante objetivo de 125.000 euros.

(4) Fixado a partir do montante objetivo de 127.932,70 euros.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Os montantes pagos por outras sociedades do grupo encontram-se explicitados no quadro anterior.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

Os prémios pagos aos administradores executivos encontram-se explicitados no quadro constante do ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

Os membros do Conselho Fiscal no ano de 2019 auferiram, as remunerações a seguir indicadas:

REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (EUROS)

Membro Conselho Fiscal

António Trábulo (Presidente)	9.900
Óscar Quinta	7.900
Ana Fonte	7.900
TOTAL	25.700

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas auferiu em 2019, a remuneração total de 5.000 euros.

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

A Política de Remuneração e Compensação aprovada na Assembleia Geral de Acionistas mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, associadas à cessação de mandato, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria. Este princípio constitui, assim, o instrumento jurídico adequado para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes na aceção do nº3 do artigo 248º - B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade (Art. 245º - A, nº1, al.1))

Em cumprimento da Política de Remuneração e Compensação aprovada, não foram celebrados quaisquer acordos entre a sociedade e os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES (STOCK OPTIONS)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A atual política de remunerações aprovada em Assembleia Geral não contempla qualquer remuneração variável em ações.

86. Caracterização do plano

Não existe qualquer plano de atribuição de ações em vigor.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (“*Stock options*”) de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa

A sociedade não possui planos de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245º - A, nº1, al.e))

Não se encontram previstos quaisquer mecanismos de controlo num sistema de participação dos trabalhadores no capital da sociedade.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

Os mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas pautam-se por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de verificação e controlo.

Todos os meses, todas as transações e saldos operacionais com partes relacionadas são identificadas e verificadas por uma equipa própria do Centro de Serviços Partilhados que presta serviços à sociedade e validadas, quando se tratam de operações externas, com as equipas administrativas das sociedades relacionadas.

As transações de carácter menos regular são objeto de um escrutínio mais detalhado e ad-hoc sendo envolvidos os departamentos da sociedade ou prestadores de serviços mais adequados (sempre com o envolvimento da área Fiscal para assegurar o cumprimento das políticas de preços de transferência em vigor na sociedade) para suportar os eventuais valores das transações. No caso, por exemplo, de transferências/alienações de ativos, estes são objeto de uma avaliação externa independente que suporta a operação em causa.

O Conselho de Administração alterou a delegação de poderes nos administradores delegados, excluindo da delegação de poderes as operações que a Sonae Indústria estabeleça com “Partes Relacionadas” (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário, mas com exceção das Partes Relacionadas incluídas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria), que envolvam valor, individual ou agregado, com base anual superior a 10 milhões de euros.

O valor mínimo individual e agregado dos negócios com partes relacionadas que requerem aprovação do Conselho de Administração foi o estabelecido pelo Conselho Fiscal no seu regulamento relativamente às operações com partes relacionadas que têm de ser objeto de parecer prévio por parte do Conselho Fiscal.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

A sociedade não efetuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração, bem como com os membros do Conselho Fiscal.

As operações com partes relacionadas fazem parte da atividade normal da sociedade e foram realizadas em condições normais de mercado e a preços que respeitam as normas sobre preços de transferência.

O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente a duas operações com partes relacionadas, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração:

- Operação financeira realizada com a Efanor Investimentos, SGPS, SA, acionista maioritária da Sonae Indústria, pela qual a Efanor emprestou à Sonae Indústria a quantia de € 50.000.000, operação esta que teve como objetivo permitir o refinanciamento do principal empréstimo garantido da Sonae Indústria e apenas enquanto não foi emitido o empréstimo obrigacionista subordinado, identificado no ponto seguinte;
- Empréstimo obrigacionista subordinado, cuja primeira série, no montante de € 50.000.000, foi integralmente subscrito pela Efanor Investimentos, SGPS, SA, pelo prazo de 10 anos e a uma taxa de juro fixa de 7%.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

Com exceção de operações realizadas com Partes Relacionadas incluídas no perímetro de consolidação da sociedade no âmbito das respetivas atividades, a realização de qualquer operação com Partes Relacionadas (conforme definido nas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos de regulamento comunitário), que envolva valor, individual ou agregado, com base anual superior a 10 milhões de euros deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal. O pedido de parecer deve ser acompanhado de todos os elementos necessários que permitam uma análise comparada com o mercado e a forma como serão geridos potenciais conflitos de interesse.

Qualquer transação que for contratada com Partes Relacionadas deve ser resultado de um processo comparativo de propostas.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação relativa aos negócios com partes relacionadas consta de Nota nº 33 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

F. POLÍTICA DE DIVERSIDADE APLICADA RELATIVAMENTE AOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A Sonae Indústria reconhece que a diversidade na composição dos seus órgãos de administração e de fiscalização, principalmente no que respeita ao Conselho de Administração, impulsiona a criatividade e apoia a tomada de decisões informadas com base em diferentes perspetivas.

A Sonae Indústria tem como objetivo conseguir reunir nos seus órgãos de administração e de fiscalização, um conjunto diversificado de competências, conhecimentos, experiências e perspetivas relevantes, aliado a um conhecimento do seu negócio e a uma elevada integridade para, desta forma, os membros daqueles órgãos sociais cumprirem efetivamente as suas responsabilidades.

Assim, os membros daqueles órgãos sociais devem possuir as habilitações académicas necessárias para o exercício das respetivas funções. Em particular, procura-se ter membros no conselho de administração, que em conjunto possuam competências em diferentes profissões e áreas industriais, de forma a garantir a tomada de decisões informadas.

Ao tratar-se de um Grupo internacional procura-se que o conselho de administração integre pessoas de diferentes nacionalidades e conseqüentemente de diferentes culturas, em regra pessoas naturais de algum dos países onde a Sonae Indústria tem presença. Desta forma, consegue-se trazer para o conselho de administração a perspetiva cultural e social daqueles países.

No que respeita aos membros do conselho fiscal procura-se sempre que os mesmos tenham as qualificações exigidas pela lei, i.e., conhecimentos de auditoria e/ou contabilidade por se entender serem os mais relevantes para o exercício das respetivas funções.

Não se considera a idade um fator determinante para a escolha dos membros daqueles órgãos sociais.

A Sonae Indústria reconhece e apoia o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização nas sociedades cotadas em bolsa, publicado em 1 de agosto de 2017. Na Assembleia Geral eleitoral que se realizou em maio de 2018, a proposta apresentada cumpria com o estabelecido naquele diploma legal, no que à proporção de pessoas de cada sexo nos órgãos de administração e fiscalização, respeita, passando o Conselho de Administração a ser composto por 7 membros do sexo masculino e 2 membros do sexo feminino e o Conselho Fiscal, por 2 membros do sexo masculino e 2 do sexo feminino, sendo um deles membro suplente.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do código de governo das sociedades adotado

A Sonae Indústria, SGPS, SA adotou o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance de 2018, o qual se encontra publicado no endereço <https://cam.cgov.pt/>.

2. Análise de cumprimento do código de governo das sociedades adotado

A Sonae Indústria não cumpriu duas recomendações constantes do Código de Governo acima identificado, durante o exercício de 2019, encontrando-se a explicação para o não cumprimento no final deste ponto.

Além do cumprimento das obrigações legais e das recomendações do referido Código a Sonae Indústria, consciente da importância de um bom governo corporativo, quer para os seus negócios, quer para os seus acionistas, procura constantemente adotar as melhores práticas em todas as áreas em que atua, tendo elaborado o seu próprio código de conduta, o qual pode ser consultado no sítio da sociedade www.sonaeindustria.com.

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
<p>I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) a produção, (b) o tratamento e (c) a atempada divulgação <p>de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.</p>	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>50 e 55</p> <p>55</p> <p>29 e 56 a 58</p>
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
<p>I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), (b) esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição. 	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>16 e Ponto F)</p> <p>16 e Ponto F)</p>
<p>I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos - nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros - , devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) dispor de regulamentos internos: <ul style="list-style-type: none"> (a.1) Conselho de Administração (a.2) Conselho Fiscal (a.3) Comissões (b) Elaborar atas detalhadas: <ul style="list-style-type: none"> (b.1) Conselho de Administração (b.2) Conselho Fiscal (b.3) Comissões 	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>22</p> <p>34</p> <p>27</p> <p>29</p> <p>29</p> <p>29</p>

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>1.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) administração (ii) fiscalização (iii) comissões 	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>22 e 61</p> <p>27 e 61</p> <p>34 e 61</p>
<p>1.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) da composição dos órgãos e comissões internas; (b) do número de reuniões anuais 	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>62</p> <p>35</p>
<p>1.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Previsão, nos regulamentos internos, de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades; (b) Adoção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) 	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>50 a 52 e 54</p> <p>49</p>
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
<p>1.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.</p>	<p>Cumpre</p>	<p>21, 29 e 38</p>
<p>1.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.</p>	<p>Cumpre</p>	<p>29 e 38</p>
I.4. Conflitos de interesses		
<p>1.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.</p>	<p>Cumpre</p>	<p>29 e 38</p>

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.	Cumpre	29 e 38
I.5. Transações com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Cumpre Cumpre	89 e 90 90 e 91
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.. (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração; (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Cumpre Não aplicável (na medida em que o valor dos negócios é o mesmo)	89 a 91
II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1. A sociedade (a) não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto; (b) devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Cumpre Não aplicável	13
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Cumpre	14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.	Cumpre	12
II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não cumpre	Ver explicação infra

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>	Não aplicável	
<p>II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.</p> <p>(a) em caso de transição de controlo; ou (b) mudança da composição do órgão de administração.</p>	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>4</p> <p>4</p>
III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
<p>III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1..</p>	Cumpre	17
<p>III.2. (a) O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como (b) o número de membros do órgão de fiscalização e (c) o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.</p>	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>18</p> <p>31</p> <p>29</p>
<p>III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.</p>	Cumpre	17, 18, 21 e 28

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstancia suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Cumpre	17 e 18
<p>III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).</p>	Não aplicável	
<p>III.6. (a) Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, (b) bem como na avaliação do cumprimento destas.</p>	Cumpre Cumpre	21 24, 29 e 69
<p>III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.</p>	Não aplicável	
<p>III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre (a) as linhas estratégicas e (b) a política de risco definidas pelo órgão de administração.</p>	Cumpre Cumpre	51 38 e 51

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de (a) governo societário, (b) remunerações e avaliação do desempenho, (c) e de nomeações.	Cumpre Cumpre Cumpre	29 29 29
III.10. Os sistemas de (a) gestão de riscos, (b) controlo interno e (c) auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Cumpre Cumpre Cumpre	50 a 52 50 a 52 50 a 52
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas (a) de gestão de riscos, (b) de controlo interno e (c) de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Cumpre Cumpre Cumpre	29, 38 e 51 29, 38 e 51 29, 38 e 51
III.12. O órgão de fiscalização deve: (a) pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna; (b) ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Cumpre Cumpre	38, 51, 54 e 55 54
IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente: (a) o regime de atuação dos executivos; (b) o regime do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Cumpre Cumpre	29 29
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: (a) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; (b) organização e coordenação da estrutura empresarial; (c) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Cumpre Cumpre Cumpre	21 21 21

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
IV.3. O órgão de administração deve (a) fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e (b) zelar pela sua prossecução.	Cumpre Cumpre	51 e 52 51 e 52
IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Cumpre	38 e 51
V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1. Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente (a) o seu desempenho, (b) o desempenho das suas comissões e (c) dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Cumpre Cumpre Cumpre	24 24 24
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Cumpre	38 e 51
V.2. Remunerações		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Cumpre	66 e 67
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar: (a) no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, (b) quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.	Cumpre Cumpre	69 69

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
<p>V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:</p> <p>i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</p> <p>ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</p> <p>vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Não aplicável</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>69</p> <p>69</p> <p></p> <p>69</p> <p>69</p> <p>69</p>
<p>V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.</p>	<p>Não aplicável</p>	
<p>V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.</p>	<p>Cumpre</p>	<p>67</p>
<p>V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve:</p> <p>(a) poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.</p> <p>(b) assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.</p>	<p>Cumpre</p> <p>Cumpre</p>	<p>67</p> <p>67</p>
<p>V.3. Remuneração dos Administradores</p>		

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Cumpre	69 e 70
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável		
(a) deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos,	Cumpre	69 a 72
(b) associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Cumpre	69 a 72
V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Cumpre	69
V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Cumpre	83 e 84
V.4. Nomeações		
V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Não cumpre	Ver explicação infra
V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Cumpre	29
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Cumpre	29
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Cumpre	29
VI. GESTÃO DE RISCO		

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
VI.1 O órgão de Administração deve debater e aprovar (a) o plano estratégico e (b) a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Cumpre Cumpre	21 50 a 52
VI.2 Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Cumpre Cumpre Cumpre Cumpre Cumpre	50 a 55 50 a 55 50 a 55 50 a 55 50 a 55
VI.3 A sociedade deve avaliar anualmente (a) o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como (b) a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Cumpre Cumpre	54 54
VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1. Informação Financeira		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Cumpre	38
VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas; (ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas; (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas; (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.	Cumpre Cumpre Cumpre Cumpre	37 e 38 37 e 38 37 e 38 37 e 38

RECOMENDAÇÃO*	Grau de Cumprimento	Relatório do Governo
VII.2.2. (a) O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios,	Cumpre	38
(b) ao órgão de fiscalização compete propor a remuneração do revisor oficial de contas.	Cumpre	38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Cumpre	45
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências:		
(a) verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais,	Não aplicável	
(b) verificar a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e	Cumpre	51
(c) reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Cumpre	38 e 51
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Cumpre	38

* De acordo com a tabela de recomendações múltiplas preparada pela Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do Código, quando as recomendações são aplicáveis.

EXPLICAÇÃO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES NÃO CUMPRIDAS

RECOMENDAÇÃO II.4. - Os estatutos da Sonae Indústria permitem que as assembleias gerais se realizem por meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respectivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. Contudo a Sonae Indústria não tem implementado estes meios, dada a pouca adesão ao voto por correspondência, incluindo por via eletrónica, a desproporcionalidade dos custos de implementação dos meios telemáticos e por último atendendo ao facto de não terem até à data, existido solicitações dos acionistas relativamente à participação na assembleia por meios telemáticos. Com a disponibilização de meios alternativos, voto por correspondência e voto eletrónico, entende a sociedade estarem assegurados todos os meios necessários e adequados à participação nas assembleias gerais. A Sonae Indústria ficará, contudo, atenta às solicitações dos seus acionistas e ao mercado e implementará aquela via assim que achar que a mesma se justifica.

RECOMENDAÇÃO V.4.1. – Atendendo que o Código de Governo das Sociedades na sua versão final, apenas foi publicitado já no final do primeiro trimestre de 2018, a Sonae Indústria, não conseguiu implementar esta recomendação relativamente à proposta de eleição de órgãos sociais para novo mandato apresentada na sua Assembleia Geral Anual realizada a 9 de maio. A Sonae Indústria manifesta desde já a sua intenção de, no futuro, procurar cumprir esta recomendação.

**TOGETHER
CREATING
THE FUTURE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstração Separada de Posição Financeira

Demonstrações Separadas de Resultados por Naturezas

Demonstrações Separadas do Rendimento Integral

Demonstrações Separadas de Alterações dos Capitais Próprios

Demonstrações Separadas dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Separadas

Sonae Indústria,SGPS,SA
DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA
(Montantes expressos em EUR)

ATIVO	Notas	31.12.19	31.12.18
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativo fixo tangível	4	37.195,00	5,02
Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	5/6	449.388.487,81	450.723.285,65
Outros investimentos financeiros	5/6	1.360,00	122.625,30
Outros ativos não correntes	5/8	11.550.996,09	20.025.496,09
Total de Ativos não correntes		<u>460.978.038,90</u>	<u>470.871.412,06</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Cientes	5/9	50.854,01	84.055,96
Outras dívidas de terceiros	5/9	2.606.212,28	1.505.975,35
Ativo por imposto corrente	9	515.129,79	565.705,29
Outros ativos correntes	5/10	388.908,14	482.430,55
Caixa e equivalentes de caixa	5/11	781.753,81	31.319,24
Total de Ativos correntes		<u>4.342.858,03</u>	<u>2.669.486,39</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>465.320.896,93</u></u>	<u><u>473.540.898,45</u></u>
<hr/> CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO <hr/>			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		253.319.797,26	253.319.797,26
Reservas legais		1.807.489,48	1.807.489,48
Outras reservas e resultados acumulados		30.572.699,22	33.898.338,25
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	12	<u>285.699.985,96</u>	<u>289.025.624,99</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimo obrigacionista subordinado	5/13	49.938.115,70	
Empréstimo obrigacionista não subordinado	5/13	7.951.240,33	
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	5/13	94.578.685,91	151.370.782,54
Provisões	18	8.688.727,00	4.000.000,00
Credores por locações - líquidos da parcela curto prazo	5/17	20.452,24	
Total de passivos não correntes		<u>161.177.221,18</u>	<u>155.370.782,54</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	5/13		14.000.000,00
Empréstimos bancários correntes	5/13	4.550.000,00	2.135.021,73
Fornecedores	5/14	175.228,52	148.839,27
Credores por locações - parcela curto prazo	5/17	17.321,83	
Outras dívidas a terceiros	5/15	3.909.149,70	4.638.157,11
Passivos por imposto corrente	15	68.931,62	23.848,50
Outros impostos e contribuições	15	30.549,06	16.732,42
Outros passivos correntes	5/16	510.048,13	615.047,05
Provisões	18	9.182.460,93	7.566.844,84
Total de passivos correntes		<u>18.443.689,79</u>	<u>29.144.490,92</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>179.620.910,97</u></u>	<u><u>184.515.273,46</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>465.320.896,93</u></u>	<u><u>473.540.898,45</u></u>

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

Sonae Indústria,SGPS,SA
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA

(Montantes expressos em EUR)

	Notas	31.12.19	31.12.18
Rendimentos operacionais:			
Prestações de serviços	22	302.854,08	281.423,88
Outros rendimentos e ganhos	23	6.718.936,86	87.978,45
Total de rendimentos operacionais		7.021.790,94	369.402,33
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e Serviços externos		-790.012,78	-548.598,88
Gastos com o pessoal	20/21	-783.604,72	-613.374,97
Amortizações e depreciações	4	-15.557,73	-60,00
Provisões e perdas por imparidade	18	-13.018.768,03	-8.291.125,92
Outros gastos e perdas	23	-6.843.664,18	-109.658,35
Total de gastos operacionais		-21.451.607,44	-9.562.818,12
Resultados operacionais		-14.429.816,50	-9.193.415,79
Resultados financeiros	24	-7.132.170,99	-7.478.782,38
Gastos financeiros		-7.825.455,03	-8.520.690,47
Rendimentos financeiros		693.284,04	1.041.908,09
Ganhos ou perdas relativos a investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos	25	18.241.848,10	16.635.399,61
Resultado antes de impostos		-3.320.139,39	-36.798,56
Imposto sobre o rendimento - imposto corrente	26	-5.499,64	-125.352,22
Imposto sobre o rendimento - imposto diferido	26		-281.811,03
Resultado depois de impostos		-3.325.639,03	-443.961,81
Resultado Líquido do exercício	27	-3.325.639,03	-443.961,81
RESULTADOS POR AÇÃO			
Básico	27	- 0,07325	- 0,00978
Diluido	27	- 0,07325	- 0,00978

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RESULTADO LIQUIDO E RENDIMENTO INTEGRAL

(Montantes expressos em EUR)

		31.12.19	31.12.18
Resultado Líquido do exercício	12/27	-3.325.639,03	-443.961,81
		0,00	0,00
RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO PERIODO		-3.325.639,03	-443.961,81

As Notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

Sonae Indústria,SGPS,SA
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Montantes expressos em euros

	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas e Resultados acumulados	Total dos Capitais Próprios
Notas				
Saldo em 01.01.19	253.319.797,26	1.807.489,48	33.898.338,25	289.025.624,99
Rendimento integral total				
Resultado líquido do exercício			-3.325.639,03	-3.325.639,03
Total			-3.325.639,03	-3.325.639,03
Saldo em 31.12.19	12 253.319.797,26	1.807.489,48	30.572.699,22	285.699.985,96
Saldo em 01.01.18	253.319.797,26	0,00	36.149.789,54	289.469.586,80
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		1.807.489,48	-1.807.489,48	0,00
Rendimento integral total				0,00
Resultado líquido do exercício			-443.961,81	-443.961,81
Total			-443.961,81	-443.961,81
Saldo em 31.12.18	12 253.319.797,26	1.807.489,48	33.898.338,25	289.025.624,99

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

Sonae Indústria, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
(Montantes expressos em EUR)

ATIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	2019	2018
Recebimento de Clientes		335.893	371.057
Pagamentos a fornecedores		686.448	602.362
Pagamentos ao Pessoal		970.883	1.104.250
Fluxo Gerado Pelas Operações		-1.321.439	-1.335.555
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		4.018	13.681
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		-72.310	-5.887
Fluxo das atividades operacionais [1]		-1.397.766	-1.355.123
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos/suprimentos concedidos	8	9.898.500	2.970.617
Empréstimos/operações financeiras concedidas	9.2.1		3.502.864
Dividendos	25	23.636.729	17.725.747
		33.535.229	24.199.228
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	6	3.938.818	3.049.729
Empréstimos/suprimentos concedidos	8	1.424.000	
Empréstimos/operações financeiras concedidas	9.2.1	1.498.600	4.710.000
Outros pagamentos	23	6.714.262	7.759.729
		13.575.680	7.759.729
Fluxo das atividades investimento [2]		19.959.549	16.439.499
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e custos similares		1.045.160	908.644
Empréstimos obrigacionista subordinado	13.2	50.000.000	
Empréstimos obrigacionista não subordinado	13.2	8.000.000	
Empréstimos obtidos	13.2	1.473.050.000	1.645.685.022
Empréstimos/operações financeiras obtidas	13.2	16.886.600	22.434.954
		1.548.981.760	1.669.028.620
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		7.976.413	8.872.013
Leasing Financeiro		14.974	
Empréstimos obtidos	13.2	1.541.235.022	1.651.751.145
Empréstimos/operações financeiras obtidas	13.2	17.566.700	23.493.854
Outros			45.003
		1.566.793.109	1.684.162.015
Fluxo das atividades de financiamento [3]		-17.811.349	-15.133.395
Variação de caixa e seus equivalentes		750.435	-49.019
Caixa e seus equivalentes início exercício	11	31.319	80.338
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	11	781.754	31.319
Variação de caixa e seus equivalentes		750.435	-49.019

As notas anexas fazem parte destas Demonstrações Financeiras Separadas

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. (“Empresa”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU). São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 6).

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019 adotadas pela União Europeia.

No período findo em 31 de dezembro de 2019 entraram em vigor, as seguintes normas e interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (alteração), alteração do plano, redução e liquidação (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019). Se ocorrer uma alteração no plano, redução ou liquidação, é obrigatório que o custo do serviço atual e os juros líquidos do período após a nova mensuração sejam determinados usando as premissas utilizadas para a nova mensuração. Além disso, foram incluídos aditamentos para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano nos requisitos relativos ao teto do ativo;

IAS 28 (alteração), Investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes dos investimentos de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos) que não estão sendo mensurados pelo método da equivalência patrimonial, devem ser mensurados de acordo com o IFRS 9, estando sujeitos a imparidade segundo modelo de perda de crédito esperado antes de qualquer teste de redução ao valor recuperável do investimento como um todo;

IFRS 9 (alteração), Elementos de Pré-pagamento com compensação negativa (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019). A alteração introduz a possibilidade de classificar certos ativos financeiros com característica de compensação negativa ao custo amortizado, desde que condições específicas sejam cumpridas, em vez de serem classificadas pelo justo valor por via do resultado;

IFRS 16 (novo), locações (efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui a IAS 17 com impacto significativo na contabilidade dos locatários que agora são obrigados a reconhecer um passivo refletindo pagamentos futuros de locação e um “ativo de direito de uso” para todos os contratos de locação, com exceção dos de curto prazo e para ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também mudou, baseando-se no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.

Melhorias às normas de 2015 - 2017 (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019): IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.

IFRIC 23 (novo), incerteza sobre tratamento de imposto sobre rendimento (efetivo para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2019). Esta é uma interpretação da IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referente aos requisitos de mensuração e reconhecimento a serem aplicados quando houver incerteza quanto à aceitação de um tratamento de imposto sobre rendimento pelas autoridades fiscais. Em caso de incerteza quanto à posição da autoridade tributária em uma transação específica, a entidade deve fazer sua melhor estimativa e registrar os ativos ou passivos de imposto sobre rendimento segundo a IAS 12, em vez da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação do IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou modificada retrospectivamente.

Os efeitos da aplicação da IFRS 16 estão detalhados na nota 3. As demais alterações às normas de 1 de janeiro de 2019 não tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras separadas.

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes normas e interpretações foram emitidas pelo IASB e adotadas pela União Europeia, mas não foram aplicadas, pois só se tornaram eficazes em períodos posteriores:

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração contém alterações em vários padrões, cujas referências à estrutura conceptual foram atualizadas.

IAS 1 e IAS 8 (alteração), definição de material (efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Nos termos desta alteração, as informações são relevantes se for omitido, distorcido ou incompreensível e se espere que influencie as decisões que os utilizadores das demonstrações financeiras tomam com base nas mesmas.

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes normas, com vigência em exercícios futuros, haviam sido emitidas pelo IASB, mas ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IFRS 3 (alteração), combinações de negócios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita à adoção por parte da União Europeia. Esta alteração esclarece que, para ser considerado uma combinação de negócios, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a criação de resultados;

IFRS 17 (novo), contratos de seguro (em vigor para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita à adoção por parte da União Europeia. Esta norma revogará a IFRS 4 - Contratos de seguro e aplica-se a todas as entidades que emitem contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionárias. A IFRS 17 é baseada na mensuração atual de passivos técnicos em cada data de relato. A medição atual pode ser baseada em uma "abordagem de bloco de construção" completa ou "abordagem de alocação premium". O reconhecimento da margem técnica é diferente dependendo se é positivo ou negativo. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alterações), reforma do índice de referência das taxas de juros (em vigor a 1 de janeiro de 2020).

A sociedade estima que a futura adoção destas normas não provocará alterações significativas nas suas demonstrações financeiras separadas.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor.

2.2. Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

As partes de capital em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos são registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. É feita uma avaliação dos investimentos em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Sonae Indústria, tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

A Sonae Indústria detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Os empreendimentos conjuntos são entidades das quais a Sonae Indústria detém o controlo conjunto com outro parceiro, sob uma determinada atividade económica (representada por um acordo contratual).

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento na subsidiária/empreendimento conjunto, a Sonae Indústria reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária/empreendimento conjunto.

As entidades que qualificam como subsidiárias e empreendimento conjunto encontram-se listadas na Nota 6.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os Ativos adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	5<x<20
Equipamento administrativo	4

Os gastos com reparação e manutenção de ativos são considerados como custo no exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

2.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de “Software” são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando o ativo se encontra disponível para uso e são calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimada o qual varia entre 3 a 6 anos.

2.5. Locações

Até 31 de dezembro de 2018, os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, eram classificados como (i) locações financeiras, se através deles fossem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (II) locações operacionais, se através deles não fossem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais era feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, eram contabilizadas pelo método financeiro, reconhecendo o ativo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo tangível eram registados como gastos na demonstração de resultados do exercício a que respeitavam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas eram reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

A partir de 1 de janeiro de 2019, data em que começou a ser aplicada a IFRS 16, a empresa reconhece na Demonstração da Posição Financeira os ativos fixos tangíveis utilizados sob contratos de locação (ativos sob direito de uso), exceto os classificados de baixo valor ou de curto prazo, cujos pagamentos são efetuados e reconhecidos como gasto na Demonstração de Resultados de forma linear pelo prazo da locação.

O ativo de direito de uso é registado pelo seu custo no ativo fixo tangível, na Demonstração da Posição Financeira, quando o ativo fica disponível para uso pela sociedade. Ao mesmo tempo, o passivo de locação é registado na rubrica de credores por locações, na Demonstração da Posição Financeira, pelo valor atual dos pagamentos da locação.

A sociedade utiliza uma taxa de financiamento incremental para calcular o valor atual dos passivos da locação. Essa taxa de financiamento incremental é calculada com recurso às “yield curve” de cada moeda funcional, a que é acrescentada a margem média (incluindo comissões) implícita na dívida da empresa.

A depreciação e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas conforme estabelecido na nota 2.3 para ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a natureza do ativo subjacente. Sempre que não houver certeza razoável quanto à aquisição de ativos locados no final do contrato, o ativo de direito de uso é depreciado desde a data de início até ao final da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo de locação, dos dois o menor.

O prazo da locação é o período durante o qual a locação não é cancelável. Para determinar o período durante o qual o contrato é aplicável, a empresa leva em consideração não apenas as penalidades definidas contratualmente, mas também as consequências económicas que resultarem para o locatário e o locador de uma rescisão do contrato.

Os juros incluídos nos pagamentos da locação, depreciações e as perdas por imparidade são registadas na Demonstração de Resultados como gasto do período a que se referem. O gasto de juro é apresentado em atividades de financiamento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os pagamentos de locações classificadas como sendo de baixo valor ou de curto prazo são registados como gasto, na demonstração de resultados, numa base linear, e apresentados em atividades operacionais, na demonstração de fluxos de caixa. As locações de baixo valor são aquelas cujo ativo subjacente tem um preço de aquisição em estado novo igual ou inferior a 1.000 euros e as de curto prazo são aquelas cujo prazo é igual ou inferior a 1 ano.

A 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, a empresa não detem nenhuma posição contratual em que aja como locador.

Os efeitos decorrentes da aplicação da IFRS 16 - Locações a partir de 1 de janeiro de 2019 estão detalhados na nota 3.

2.6. Imparidade dos Ativos não financeiros

É efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final do exercício sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica de provisão e perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.7. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

O aumento e a utilização ou reversão de provisões são reconhecidas na rubrica provisões e perdas de imparidade, da demonstração de resultados.

2.9. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, exceto as Dívidas de terceiros que não contenham uma componente significativa de financiamento, que são registadas pelo seu preço de transação. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros ou passivos financeiros são acrescentados ao justo valor de um instrumento que não seja mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros podem subsequentemente ser classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

A classificação dos ativos financeiros numa destas categorias é feita com base no modelo de negócio que a empresa adote para a gestão de ativos financeiros e nas características contratuais destes ativos.

Os passivos financeiros podem ser subsequentemente classificados numa das seguintes categorias principais:

- i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Os ativos e passivos financeiros são registados na Demonstração de Posição Financeira em diferentes rubricas de ativos e passivos, em função da natureza de cada instrumento.

A sociedade detém os seguintes instrumentos financeiros, que podem ser ativos financeiros ou passivos financeiros:

- a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, por forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Para tal, a sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são mensuradas por um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida do ativo, incluindo as situações em que o risco de crédito não aumentou durante o exercício contabilístico. As perdas de crédito esperadas são calculadas coletivamente para as contas a receber registadas na rubrica clientes, da demonstração de posição financeira.

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade em saldos a receber são apresentados na rubrica provisões e perdas de imparidade, da demonstração de resultados.

As dívidas de terceiros são apresentadas na demonstração de posição financeira como ativos correntes, exceto quando a respetiva vencimento é superior a doze meses da data de encerramento das demonstrações financeiras, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

c) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu justo valor, que geralmente corresponde ao seu valor nominal, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. São posteriormente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetiva, que utiliza a taxa de juro efetiva para calcular o gasto de juro a registar na demonstração de resultados, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.13

d) Fornecedores

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

e) Instrumentos derivados

A sociedade utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela sociedade, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro ("swaps") de empréstimos obtidos e do risco de taxa de câmbio ("forwards"). Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica de resultados financeiros da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela sociedade para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados que possam ser utilizados para cobertura da exposição a alterações nas taxas de juro e de câmbio são inicialmente registadas ao custo, se este existir, que corresponde ao justo valor, e subsequentemente ajustados pelo justo valor correspondente. As alterações de justo valor destes instrumentos são contabilizados em outro rendimento integral, na demonstração do rendimento integral, e na rubrica outro rendimento integral acumulado, da demonstração de posição financeira, sendo transferidas para a demonstração de resultados, no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura, incluída em reservas e resultados transitados, são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados nas rubricas outros ativos não correntes, outros ativos correntes, outros passivos não correntes e outros passivos correntes da demonstração da posição financeira.

Para os períodos apresentados, a empresa não tem instrumentos financeiros derivados negociados.

f) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

g) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas incluída em outras reservas e resultados acumulados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos, na demonstração de posição financeira.

2.10. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio e longo prazo

A Sociedade atribuí, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, uma compensação definida em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, a ser paga após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuído, se manter em funções no final deste período.

A responsabilidade é registada nas rubricas outros passivos não correntes e correntes, da demonstração de posição financeira, e gastos com o pessoal, da demonstração de resultados por natureza, linearmente ao longo do período de diferimento do pagamento.

2.11. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida. A partir de 2006 a empresa optou pela Aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo o Grupo de Tributação a 2019 constituído pelas seguintes sociedades participadas Sonae Indústria de Revestimentos, S.A., Maiequipa – Gestão Florestal, S.A., Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A., Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., Sonae

Indústria – Management Services, S.A. e a Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A., sendo registado em cada uma das subsidiárias o respetivo impacto e o ganho resultante do RETGS na sociedade mãe.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. No que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em outro rendimento integral, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais posições venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais no âmbito das suas competências por a sua interpretação ser distinta da Empresa, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50% a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o custo associado.

2.13. Rédito e especialização dos exercícios

O rédito é registado em relação a contratos com clientes: (i) que tenham sido aprovados (verbalmente ou por escrito) por todas as partes; (ii) para os quais a sociedade possa identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) para os quais a sociedade possa identificar as condições de pagamento de bens e serviços a serem transferidos; (iv) que tenham substância comercial; e (v) para os quais é provável que a sociedade receba a contraprestação a que tem direito pelos bens e serviços transferidos para o cliente.

O rédito relacionado com cada obrigação de execução incluída num contrato com clientes que possua as características definidas anteriormente, é registado no momento em que o cliente é faturado. Não existem diferenças significativas entre o momento em que a fatura é emitida e o momento em que o cliente obtém o controlo dos bens e serviços transferidos, que normalmente ocorre aquando do envio ou da entrega. As obrigações de execução são geralmente satisfeitas num momento específico.

O rédito de serviços prestados pela sociedade, serviços de gestão, é registado na rubrica Prestações de serviços.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Outros ativos correntes e outros passivos correntes incluem rendimentos e gastos do exercício que serão apenas faturados e recebidos ou pagos em exercícios posteriores. Essas rubricas também incluem recebimentos e pagamentos que já ocorreram, mas que correspondem a rendimentos e gastos de exercícios futuros, altura em que serão registados na demonstração de resultados.

Os dividendos obtidos de investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos aos sócios ou acionistas.

Os juros obtidos de concessão de empréstimos são registados no período a que dizem respeito, tendo em conta o período decorrido até ao final de cada exercício.

2.14. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na demonstração de resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas.

2.15. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do relato dessas mesmas transações, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

	31.12.2019	31.12.2018
GBP	0,8508	0,8945

2.16. Eventos subsequentes

Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras (eventos ajustáveis). Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração de posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais (eventos não ajustáveis).

2.17. Gestão de risco

- a) Risco de crédito
 - i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a Sonae Indústria:

- Criou uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;
- Implementou processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criou mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Na Sonae Indústria, SGPS, o risco de crédito é diminuto, uma vez que os clientes são apenas entidades relacionadas.

ii) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, a empresa pode deter outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

Na Sonae Indústria, SGPS, os créditos sobre entidades relacionadas sob a forma de empréstimos apresentam uma maior relevância, sendo certo que o risco de crédito é também diminuto.

b) Risco de mercado

i) Risco de Taxa de Juro

Devido à proporção relevante de dívida e de contas a receber, nomeadamente do Grupo a taxa variável, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a Sonae Indústria encontra-se exposta a risco de taxa de juro, regra geral, não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceções a esta política, a Sonae Indústria pode contratar derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa.

ii) Outros riscos de preço

A 31 de dezembro de 2019 a sociedade não detinha ativos significativos classificados como outros investimentos financeiros, pelo que este risco não é significativo.

c) Risco de liquidez

Na Sonae Indústria, a gestão de risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis. O risco de liquidez é analisado na nota 19.1.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

d) Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae Indústria, entendida como a proporção de capital próprio e dívida líquida da empresa, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais tendo também em consideração critérios de eficiência no custo de financiamento.

A Sonae Indústria monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as medidas necessárias com vista à concretização dos objetivos referidos.

No final de 2019, o gearing líquido (contabilístico) (Dívida Líquida/ Capitais Próprios – baseado nas contas consolidadas) da Sonae Indústria foi de 1.6x ou 1.2x, conforme as Obrigações Subordinadas emitidas durante o 4T19 sejam, respetivamente, incluídas ou excluídas no valor da Dívida Líquida (vs. 1.4x em 2018).

2.18 Julgamento e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Análise de imparidade de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, bem como sobre os empréstimos realizados;
- b) Análise de imparidade das contas a receber;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Cálculo do imposto sobre o rendimento.

As estimativas e pressupostos associados foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas, através da Demonstração de Resultados, de forma prospetiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.19 Justo Valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. O justo valor resultante corresponde ao nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Nas situações em que as referidas técnicas recorrem, maioritariamente ou exclusivamente, a informação não observável nos mercados, o justo valor resultante corresponde ao nível 3 da hierarquia estabelecida pela norma anteriormente mencionada,

2.20 Eventos Relevantes

Nada de especial a assinalar.

3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

A comparabilidade das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi afetada pela aplicação da IFRS 16 - Locações a partir de 1 de janeiro de 2019 (nota 2.1). Esse novo padrão alterou a política contabilística do Grupo para as locações, conforme estabelecido na nota 2.5.

3.1 Procedimentos de transição para a IFRS 16

De acordo com o IFRS 16, as locações anteriormente classificadas como operacionais são demonstradas em Ativos fixos tangíveis e credores por locações, na Demonstração da Posição Financeira, exceto as locações de baixo valor e de curto prazo, para os quais não houve alteração contabilística. Essa alteração ocorreu em 1 de janeiro de 2019 (data de transição) e foi tratada de acordo com as disposições de transição da IFRS 16, que consistiam em:

- Reconhecendo, em 1 de janeiro de 2019, um passivo de locação financeira para cada contrato de locação anteriormente classificado como locação operacional que não seja de baixo valor ou de curto prazo de acordo com as disposições da IFRS 16. Esse passivo de locação é reconhecido na rubrica Credores por Locações, na Demonstração da Posição Financeira e corresponde ao valor presente nessa data dos pagamentos remanescentes de cada locação. Esse valor foi posteriormente alterado pela amortização do capital referente a essas locações e reconhecimento do juro financeiro;

- Na mesma data, um ativo de direito de uso foi reconhecido no ativo fixo tangível, na Demonstração da Posição Financeira, pelo mesmo valor reconhecido em credores por locações. O valor contabilístico do ativo de direito de uso foi posteriormente alterado pela depreciação, que começa em 1 de janeiro de 2019 e termina no final da vida útil do ativo ou no final do prazo da locação, a menos que exista razoável certeza da aquisição de ativos locados no final do contrato, caso em que o ativo de direito de uso é depreciado conforme estabelecido na nota 2.3;

- O valor presente do passivo da locação financeira foi calculado utilizando-se uma taxa de empréstimo incremental, que levou em consideração o prazo da locação financeira de cada contrato. Essa taxa de captação incremental foi calculada usando curvas de rendimento de mercado para cada moeda funcional, acrescidas de um spread que corresponde ao custo médio da dívida da empresa que tem com os empréstimos externos. Todos os contratos com o mesmo prazo de locação usaram a mesma taxa de empréstimo incremental de 4,4199%.

- O prazo da locação definido para cada contrato incluído nesta transição é o período durante o qual o contrato é aplicável. Para determinar esse período, a sociedade levou em consideração não apenas as penalidades definidas contratualmente, mas também as consequências económicas da rescisão do contrato, tanto para o locatário como para o locador;
- As locações anteriormente classificados como operacionais, classificados como locações de baixo valor ou de curto prazo, de acordo com o IFRS 16 e locações previamente classificadas como locações financeiras, não passaram por nenhum procedimento de transição;
- Para equipamentos de transporte locado, a empresa utilizou o expediente prático permitido pelo IFRS 16, que consiste em não separar a componente da locação da componente não relacionada com alocação nos pagamentos;
- A empresa não reexpressou as demonstrações financeiras comparativas, dado que aplicou a opção da transição simplificada;
- Essa transição incluiu apenas contratos nos quais a empresa atua como locatário.

3.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras em 1 de janeiro de 2019

Na data de transição (1 de janeiro de 2019), a empresa reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de locação no valor de 29.000 EUR.

O valor dos pagamentos mínimos da locação operacional, divulgados nas notas às demonstrações financeiras da sociedade para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, pode ser reconciliado com o passivo de locação reconhecido na data de transição da seguinte forma:

Valor das locações operacionais a 31.12.2018	2.204
Valor atual dos pagamentos mínimos por locações operacionais a 31.12.2018	2.204
Edifícios arrendados incluídos em credores por locações a partir de 01.01.2019 e não incluídos em 31.12.2018	25.706
Prolongamento prazo de locações existentes a 31.12.2018	1.090
Passivo por locações a 31.12.2018 - 01.01.2019	29.000

Contratos de locação com prazo de locação de um ano, renovável em caso de não oposição de nenhuma das partes do contrato, até 2018, não eram considerados para fins de divulgação. De acordo com a IFRS 16, o prazo da locação foi definida levando em consideração as consequências económicas previsíveis da não renovação dos contratos e, portanto, esses contratos não foram mais classificados como de curto prazo;

A linha de reconciliação, inclui uma grande quantidade de situações irrelevantes, das quais a mais significativa foram os pagamentos mínimos das locações divulgadas até 2018 não incluírem o expediente prático permitido pelo IFRS 16, que consiste em não separar a componente da locação da componente não relacionada com a locação no pagamento.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido no valor dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.19				Total
	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Ativo bruto:					
Saldo inicial	0	38.099		133.355	171.454
Reconhecimento inicial	25.706		3.294		29.000
Aquisição			23.748		23.748
Alienações/abates		-38.099	-3.294	-133.355	-174.748
Saldo final	25.706	0	23.748	0	49.454
Depreciações e perdas de imp.acu.					
Saldo inicial	0	38.094		133.355	171.449
Depreciação do Exercício	5.609	5	9.944	0	15.558
Alienações/abates		-38.099	-3.294	-133.355	-174.748
Saldo final	5.609	0	6.650	0	12.259
Valor líquido	20.097	0	17.098	0	37.195

	31.12.18				Total
	Terrenos e Edifícios	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	
Ativo bruto:					
Saldo inicial	0	38.099	0	133.355	171.454
Saldo final	0	38.099	0	133.355	171.454
Depreciações e perdas de imp.acu.					
Saldo inicial	0	38.069	0	133.320	171.389
Depreciação do Exercício	0	25		35	60
Saldo final	0	38.094	0	133.355	171.449
Valor líquido	0	5	0	0	5

Estes Ativos Fixos Tangíveis dada a sua antiguidade e pelo facto de já não existirem fisicamente, foram abatidos contabilisticamente.

Em 31 de dezembro de 2019, os Ativos Fixos Tangíveis diziam respeito integralmente a ativos sob direito de uso. O movimento ocorrido no valor bruto dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.19		Total
	Terrenos e Edifícios	Equipamento de transporte	
Ativo bruto:			
Saldo inicial	0	0	0
Reconhecimento Inicial	25.706	3.294	29.000
Aquisições		23.748	23.748
Alienações/abates		-3.294	-3.294
Saldo final	25.706	23.748	49.454
Depreciações e perdas de imp.acum.			
Saldo inicial	0	0	0
Depreciação do Exercício	5.609	9.944	15.553
Alienações/abates		-3.294	-3.294
Saldo final	5.609	6.650	12.259
Valor líquido	20.097	17.098	37.195

5. Instrumentos financeiros

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos e passivos financeiros reconhecidos na demonstração de posição financeira, correspondem aos seguintes instrumentos financeiros:

31.12.19	NOTAS	ativos ao custo amortizado	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos financeiros	6	1.360	1.360		1.360
Outros Ativos não correntes	8	11.550.996	11.550.996		11.550.996
Ativos correntes					
Clientes	9	50.854	50.854		50.854
Outras dívidas de terceiros	9	2.606.212	2.606.212		2.606.212
Outros Ativos correntes	10	68.570	68.570	320.338	388.908
Caixa e equivalentes de caixa	11	781.754	781.754		781.754
Total		15.059.747	15.059.747	320.338	15.380.084

31.12.18	NOTAS	ativos ao custo amortizado	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos financeiros	6	122.625	122.625		122.625
Outros Ativos não correntes	8	20.025.496	20.025.496		20.025.496
Ativos correntes					
Clientes	9	84.056	84.056		84.056
Outras dívidas de terceiros	9	1.505.975	1.505.975		1.505.975
Outros Ativos correntes	10	22.765	22.765	459.665	482.431
Caixa e equivalentes de caixa	11	31.319	31.319		31.319
Total		21.792.237	21.792.237	459.665	22.251.902

31.12.19	NOTAS	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Passivos não correntes					
Empréstimo obrigacionista subordinado	13	49.938.116	49.938.116		49.938.116
Empréstimo obrigacionista não subordinado	13	7.951.240	7.951.240		7.951.240
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	13	94.578.686	94.578.686		94.578.686
Credores por locações - líquidos da parcela corrente	17	20.452	20.452		20.452
Passivos correntes					
Empréstimos bancários correntes	13	4.550.000	4.550.000		4.550.000
Fornecedores	14	175.229	175.229		175.229
Credores por locações - parcela curto prazo	17	17.322	17.322		17.322
Outras dívidas a terceiros	15	3.909.032	3.909.032	118	3.909.150
Outros passivos correntes	16	510.048	510.048		510.048
Total		161.650.125	161.650.125	118	161.650.243

31.12.18	NOTAS	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	13	151.370.783	151.370.783		151.370.783
Passivos correntes					
Empréstimos bancários - parcela corrente de empréstimos não correntes	13	14.000.000	14.000.000		14.000.000
Empréstimos bancários correntes	13	2.135.022	2.135.022		2.135.022
Fornecedores	14	148.839	148.839		148.839
Outras dívidas a terceiros	15	4.638.157	4.638.157		4.638.157
Outros passivos correntes	16	615.047	615.047		615.047
Total		172.907.847	172.907.847		172.907.847

6. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos pode ser decomposta como segue:

	31.12.19		31.12.18	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Investimentos em Subsidiárias				
Saldo em 1 de Janeiro	248.501.537	-	245.451.809	-
Outros aumentos	3.938.658	-	3.049.729	-
Saldo final do período	252.440.195	-	248.501.537	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-30.425.276	-	-25.151.820	-
	222.014.919	-	223.349.717	-
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos				
Saldo em 1 de Janeiro	1.087.764.828	-	1.087.764.828	-
Saldo final do período	1.087.764.828	-	1.087.764.828	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-860.391.259	-	-860.391.259	-
	227.373.569	-	227.373.569	-
	449.388.488	-	450.723.286	-

6.1 Investimentos em subsidiárias

6.1.1 Movimento do período

Durante o ano de 2019, registaram-se os seguintes movimentos, para cobertura dos prejuízos registados nas subsidiárias no exercício de 2018:

Subsidiárias	Valor
Aumentos	3.938.658
- Cobertura de prejuízos	3.938.658
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	939.653
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	1.440.468
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	1.370.250
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.	188.287

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Subsidiárias	31 Dezembro de 2019		31 Dezembro de 2018	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.		1.440.468		
- Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		1.370.250		600.005
- Sonae Indústria - Management Services, S.A.		188.287		89.582
- Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		939.653		1.338.241
- Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.				1.021.901
	0	3.938.658	0	3.049.729

6.1.2 Valorização das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade detinha as seguintes participações em subsidiárias incluídas na rubrica de Investimentos em Subsidiárias:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quanta Escoturada	2019		2018	
					Capitais Proprios	Resultados Líquidos	Capitais Proprios	Resultados Líquidos
Matequipa - Gestão Florestal, S.A.	100,00%	3.438.885	903.123	2.535.761	2.514.892	-166.211	2.738.825	-90.347 a)
Movelpartes - Componentes para Indústria do Mobiliário, S.A.	100,00%	11.575.827	8.810.509	2.765.318	328.585	-1.051.734	418.486	-939.653 a)-b)
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	100,00%	19.993.296	12.476.620	7.516.676	7.024.174	-889.392	6.601.393	-1.440.468 a)-b)
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.	100,00%	6.609.944	5.734.683	875.261	494.643	-505.357	-370.250	-1.370.250 a)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	100,00%	3.092.796	2.070.895	1.021.901	1.381.352	-731.903	2.113.255	1.363.255 a)
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	100,00%	429.446	429.446	0	-182.461	-203.553	-159.896	-188.286 a)
Glunz UK	100,00%	1	0	1	-47.713	-18.338	-27.407	-50.038 c)
Meganitic BV	100,00%	207.300.000	0	207.300.000	69.187.614	7.519.515	73.396.624	9.482.139 c)
		252.440.195	30.425.276	222.014.919				

a) Estima-se que o custo de aquisição das participações financeiras seja superior à sua quantia recuperável, tendo sido reconhecidas perdas de imparidade no exercício de 2019, no montante de 203.064 euros relativamente à participada Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, 2.281.090 euros relativamente à participada Sonae Industria Revestimentos S.A., 2.016.444 euros relativamente à participada Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A., 494.989 euros relativamente à participada Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e 277.869 euros relativamente à participada Sonae Indústria – Management Services, S.A (Nota 18).

b) Foram realizados testes de imparidade à data de 31 de dezembro e 30 de novembro de 2019, relativos às empresas Sonae Indústria Revestimentos S.A. e Movelpartes - Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A. respetivamente, que consistiram em determinar o valor de uso através do método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatável, após impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos da Alemanha adicionadas de um prémio de risco em Portugal. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

c) Foram realizados testes de imparidade à data de 30 de novembro de 2019, relativos à empresa Tafisa Canada Inc. que consistiram em determinar o valor de uso através do método dos fluxos de caixa descontados. Para tal, foram efetuadas projeções dos fluxos de caixa operacionais por um período de 5 anos, posteriormente extrapolados através de uma perpetuidade e atualizados à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas médias ponderadas do custo do capital (WACC), recalculadas através da metodologia CAPM (Capital Asset Pricing Model) para cada segmento relatável, após impostos. Estas taxas consideram especificidades do mercado, incorporando diferentes fatores de risco, bem como a taxa de juro sem risco das Obrigações do Tesouro a 10 anos do Canadá. A utilização de um período de 5 anos para projeção dos fluxos de caixa teve em consideração a extensão e intensidade dos ciclos económicos a que a atividade do grupo está sujeita. Os fluxos de caixa considerados têm por base o Plano de Negócios do Grupo, que inclui projeções atualizadas anualmente de forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos nos mercados em que o Grupo atua.

Os valores dos capitais próprios e do resultado líquido referentes à participada Megantic, BV, dizem respeito à Tafisa Canadá, Inc, única participada e único ativo relevante da Megantic, BV.

Pressupostos:

2019

	SIR	Movelpartes	Tafisa Canadá
Taxa de desconto (após imposto)	6,69%	6,69%	6,34%
Vendas (CAGR)	6,74%	16,44%	4,43%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,40%	1,40%	1,00%
Período de projeção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Com imparidade	Com imparidade	Sem imparidade

2018

	SIR	Movelpartes	Tafisa Canadá
Taxa de desconto (após imposto)	7,61%	7,61%	7,03%
Vendas (CAGR)	6,86%	17,07%	4,58%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,00%	1,00%	1,00%
Período de projeção dos fluxos de caixa	5 anos	5 anos	5 anos
Conclusões do Teste	Sem imparidade	Sem imparidade	Sem imparidade

Análise de sensibilidade			
SONAE INDÚSTRIA DE REVESTIMENTOS	DCF SIR	Crescimento vendas CAGR de 4,50%	EBIT % redução de vendas /ano do plano até 0,50 p.p.
Vendas CAGR (2019 - Perpetuidade)	6,74%	4,50%	6,74%
EBIT % Vendas médias (2019 - Perpetuidade)	1,03%	1,03%	0,60%
Ajustamento DCF	7.516.476	7.228.366	5.948.927
	Imparidade	Imparidade	Imparidade
MOVELPARTES	DCF MOV	Crescimento vendas CAGR de 12,00%	EBIT % redução de vendas /ano do plano até 0,50 p.p.
Vendas CAGR (LTM'19 - Perpetuidade)	16,44%	12,00%	16,44%
EBIT % Vendas médias (LTM'19 - Perpetuidade)	-2,93%	-2,93%	-3,36%
Ajustamento DCF	2.765.318	2.085.342	2.242.064
	Imparidade	Imparidade	Imparidade

Na sequência dos testes realizados, foi necessário proceder ao registos de perdas por imparidade, conforme nota 6.1.2 a).

6.2 Investimentos em empreendimentos conjuntos

Decorrente da operação de entrada no capital da Sonae Arauco, S.A., e conseqüente perda de controlo do referido Empreendimento Conjunto em 2016, a Sonae Indústria, SGPS, S.A., assumiu as contingências legais e fiscais, nas subsidiárias daquela agora participada, anteriores à data da operação, existindo direito de regresso da parte da Sonae Arauco, S.A., da totalidade dos pagamentos realizados por parte desta Entidade no âmbito das referidas contingências, bem como de alguns negócios especificamente referenciados no acordo de venda realizado àquela data. Os processos em curso entendidos como relevantes para efeitos de divulgação encontram-se referenciados na Nota 28 do presente Anexo, e encontra-se na Nota 18, a estimativa do Conselho de Administração da Sonae Indústria SGPS, S.A., para as referidas contingências e pagamentos a realizar à anterior subsidiária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade detinha a seguinte participação em empreendimento conjunto, incluída na rubrica de Investimentos em Subsidiárias e Empreendimento Conjuntos:

Sociedade	% Participação	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	2019		2018	
					Capitais Próprios	Resultados Líquidos	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Sonae Arauco, S.A.	50,00%	1.087.764.828,16	860.391.259,16	227.373.569	248.595.125	1.329.099	254.913.274	23.953.497

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros, podem ser detalhados da seguinte forma:

Empreendimento Conjunto	31 Dezembro de 2019		31 Dezembro de 2018	
	Recebimentos	Pagamentos	Recebimentos	Pagamentos
- Sonae Arauco,S.A. (Nota 28)		6.714.262		
	0	6.714.262	0	0

O montante do pagamento realizado em 2019, já estava provisionado em 2018 e refere-se aos montantes pagos ao abrigo do acordo referenciado no ponto acima.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor recuperável do investimento na Sonae Arauco, S.A., foi estimado com base nos seguintes pressupostos:

2019	Unidade geradora de caixa			
	Portugal	Espanha	Alemanha	África do Sul
Taxa de desconto (após impostos) (a)	6,03%	5,98%	4,96%	12,59%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	1,42%	1,46%	1,88%	5,28%
Taxa de crescimento (c)				
Total de rendimentos líquidos	4,28%	3,33%	2,57%	8,30%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3,64%	2,82%	3,47%	7,24%
Número de anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores após impostos)
 (b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade
 (c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

2018	Unidade geradora de caixa			
	Portugal	Espanha	Alemanha	África do Sul
Taxa de desconto (após impostos) (a)	6,74%	6,38%	5,37%	13,35%
Taxa de crescimento da perpetuidade (b)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento (c)				
Total de rendimentos líquidos	2,03%	2,93%	0,92%	3,90%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,01%	2,92%	1,14%	3,32%
Número de anos de projeção	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos

(a) taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC) calculadas através da metodologia CAPM (valores após impostos)
 (b) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os Fluxos de Caixa na perpetuidade
 (c) Taxa média de crescimento composta, incluindo perpetuidade

Na sequência dos testes realizados, não foi necessário registar perdas de imparidade.

6.3 Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros investimentos financeiros são decompostos da seguinte forma e referem-se a participações financeiras que não cumprem os critérios para serem classificadas como subsidiárias e associadas:

	31.12.19		31.12.18	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros				
Saldo em 1 de Janeiro	122.625	-	122.625	-
Aquisições durante o período	160	-	0	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 18)	-121.425	-	0	-
Saldo final do período	1.360	-	122.625	-

O pagamento efetuado em 2019 de 160 euros, diz respeito a uma prestação suplementar concedida à Sonae Re Société Anonyme.

Durante o exercício registaram-se perdas de imparidade relativamente às unidades de participação que a sociedade detêm (Nota 18):

Entidade	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Perdas de Imparidade	Quantia Escriturada
Unidades de Participação INEGI	109.976	109.976	0	109.976	0	109.976
Unidades de Participação CTIM	5.986	5.986	0	5.986	0	5.986
Unidades de Participação PIEP	5.000	5.000	0	5.000	0	5.000
Unidades de Participação BIOM	297	297	0	297	0	297
Sonae RE, Société Anonyme	1.360	0	1.360	1.200	0	1.200
Depósito garantia	167	167	0	167	0	167
	122.785	121.425	1.360	122.625	0	122.625

7. Ativos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 de acordo, com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

<u>IMPOSTOS DIFERIDOS-SALDOS</u>				
	31.12.19		31.12.18	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Outros		0	0	0
	0	-	0	-

<u>IMPOSTOS DIFERIDOS - MOVIMENTOS</u>				
	31.12.19		31.12.18	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Saldo inicial	0	0	281.811	0
Efeito em resultados:				
Outros		0	-281.811	0
Sub Total (Nota 26)	0	0	-281.811	0
Saldo final	0	0	0	0

Em 2019, existem os seguintes benefícios fiscais obtidos e disponíveis para utilização:

Benefício Fiscal	Ano de obtenção	Valor (euros)	Ano de caducidade
Sifide	2013	79.939	2019
Sifide	2014	48.332	2022
Sifide	2015	21.349	2023
Sifide	2016	60.567	2024
Sifide	2017	105.260	2025
Sifide	2018	176.498	2026
Rfai	2017	692.968	2027
Rfai	2018	193.790	2028

Em 2019, não foi registado ativo para imposto diferido sobre os prejuízos fiscais gerados no Grupo de Tributação Especial de Sociedades (cerca de 2.607.629 euros) por não ser provável a sua utilização futura.

Para 2019, existem os seguintes prejuízos fiscais dedutíveis disponíveis:

Ano da concorrência	Valor (euros)	Data limite de dedução
2016	4.659.090	2028
2017	4.434.206	2022
2018	3.520.592	2023

8. Outros Ativos não correntes

O detalhe dos outros Ativos não correntes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	31.12.19	31.12.18
Empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 2.2 e 20)	11.550.996	20.025.496
Perdas de Imparidade Acumuladas	11.550.996	20.025.496
Instrumentos financeiros	11.550.996	20.025.496

Decomposição dos suprimentos concedidos e sua variação no período:

2019		Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Empresas		2019	2019	2019	2019
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.		599.880	82.000		681.880
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		3.925.000		2.196.000	1.729.000
Glunz UK		359.000		150.500	208.500
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		5.860.567	360.000	2.176.300	4.044.267
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		9.281.049	982.000	5.375.700	4.887.349
Total (Nota 20)		20.025.496	1.424.000	9.898.500	11.550.996

2018		Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Empresas		2018	2018	2018	2018
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.		532.880	67.000		599.880
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		906.000	3.925.000	906.000	3.925.000
Glunz UK		0	718.000	359.000	359.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		6.498.567		638.000	5.860.567
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		10.348.666		1.067.617	9.281.049
Total (Nota 20)		18.286.113	4.710.000	2.970.617	20.025.496

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de suprimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 com as empresas Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. e Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo têm vencimento de médio e longo prazo e no final do ano venciam juros à taxa de 4,85%.

Os empréstimos têm previstas condições de taxa de juro mas não determinam condições de reembolso, isto é, o reembolso é efetuado mediante as disponibilidades de cada uma das empresas, não sendo, neste momento, possível prever a sua data, nem sendo expectável que o seu reembolso ocorra no próximo ano.

9. Clientes, Outras dívidas de terceiros e Ativos por imposto corrente

9.1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	31.12.19	31.12.18
Clientes, conta corrente	50.854	84.056
Clientes de cobrança duvidosa	163	0
	<u>51.017</u>	<u>84.056</u>
Perdas de imparidade acumuladas em clie	163	0
	<u>50.854</u>	<u>84.056</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as contas correntes de Clientes tinham as seguintes maturidades:

	31.12.19	31.12.18
Não vencido	28.140	62.786
Vencido mas sem registo de imparidade		
< 30 dias	22.714	21.107
>90 dias		163
	<u>22.714</u>	<u>21.270</u>
Vencido mas com registo de imparidade		
180-360 dias	163	
Total	<u>51.017</u>	<u>84.056</u>

9.2) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as Outras dívidas de terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.19	31.12.18
Outras dívidas de terceiros		
Empresas Grupo - Juros (nota 20)	591.182	988.862
Empresas Grupo - IRC Grupo (nota 20)	28.658	29.569
Empresas Grupo - Em empréstimos (Nota 9.2.1)	1.985.900	487.300
	<u>2.605.740</u>	<u>1.505.732</u>
Outros devedores - (Nota 9.2.2)	472	244
Total	<u>2.606.212</u>	<u>1.505.975</u>

9.2.1) Decomposição das operações financeiras concedidas e sua variação no período:

2019		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Empresas		2019	2019	2019	2019
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.		14.500	100.700	- 109.200	6.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		0	3.941.800	- 2.759.600	1.182.200
Glunz UK		0	40.000		40.000
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.		402.500	1.742.800	- 1.387.600	757.700
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.		70.300	1.387.200	- 1.457.500	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.		0	162.200	- 162.200	0
Total (Nota 20)		487.300	7.374.700	- 5.876.100	1.985.900

2018		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Empresas		2018	2018	2018	2018
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.		9.000	98.000	- 92.500	14.500
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.		3.677.500	985.000	- 4.662.500	0
Glunz UK		303.664	479.000	- 782.664	0
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A.			985.500	- 583.000	402.500
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.			551.800	- 481.500	70.300
Total (Nota 20)		3.990.164	3.099.300	- 6.602.164	487.300

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 com as empresas Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A., Glunz UK, Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A., Parcelas e Narrativas – Imobiliária, S.A. e Sonae Indústria – Management Services, S.A..

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo sob a forma de operações financeiras têm vencimento a curto prazo e no final do ano venciam juros à taxa de juro de 4,85%.

9.2.2) A maturidade dos outros devedores é a seguinte:

	DEVEDORES DIVERSOS		FORNECEDORES (SALDOS ATIVOS)		TOTAL OUTROS DEVEDORES	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Vencido mas sem registo de imparidade						-
< 30 dias		91	204		204	91
'30 - 90 dias				153	0	153
>90 dias			268		268	0
	-	91	472	153	472	244
Total	-	91	472	153	472	244

9.3) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Ativos por impostos correntes tinham a seguinte decomposição:

	31.12.19	31.12.18
Ativo por imposto corrente		
Imposto sobre o rendimento	515.130	565.705
	515.130	565.705

10. Outros Ativos correntes

O detalhe dos outros Ativos correntes em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	31.12.19	31.12.18
Acréscimos de Rendimentos	68.570	22.765
Custos Diferidos	320.338	459.665
Ativos não abrangidos pela IFRS 9	320.338	459.665
	388.908	482.431

A rubrica de Acréscimos de rendimentos diz respeito a juros a receber de empréstimos concedidos às suas participadas.

A rubrica de Custos diferidos diz respeito ao diferimento de custos com garantias e comissões bancárias.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.19	31.12.18
Numerário	500	500
Depósitos bancários	781.254	30.819
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	781.754	31.319
Descobertos bancários (1)		135.022
	781.754	166.341

(1) registado no balanço na rubrica Empréstimos Bancários correntes (Nota 13)

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

12. Capital Próprio

Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2019, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascende a 253.319.797,26 euros e é representado por 45.403.029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2019 e 2018, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a sociedade e suas filiais não detinham quaisquer ações próprias.

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2019:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42,66
Pareuro BV	25,84

O Capital Próprio a 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Capital Realizado	253.319.797	253.319.797
Reserva Legal	1.807.489	1.807.489
Outras Reservas e Resultados Acu.	30.572.699	33.898.338
Reservas Livres	33.898.338	34.342.300
Resultado Líquido do Exercício	-3.325.639	-443.962
	<u>285.699.986</u>	<u>289.025.625</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas Livres: Relativas a lucros obtidos em exercícios anteriores e encontram-se disponíveis para distribuição, desde que não sejam necessárias para cobrir prejuízos.

13. Empréstimos Obtidos

13.1 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

NOTAS	31.12.19				31.12.18				
	Custo amortizado		Valor Nominal		Custo amortizado		Valor Nominal		
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	
Outros empréstimos-Papel Comercial	13	4.550.000	94.578.686	4.550.000	95.500.000	16.000.000	151.370.783	16.000.000	152.100.000
Empréstimo obrigacionista Subordinado	13		49.938.116		50.000.000				
Empréstimo obrigacionista não Subordinado	13		7.951.240		8.000.000				
Descobertos bancários	11					135.022		135.022	
Total		4.550.000	152.468.042	4.550.000	153.500.000	16.135.022	151.370.783	16.135.022	152.100.000
Caixa e equiv. caixa no balanço	11	781.754		781.754		31319	0	31319	0
Endividamento líquido		3.768.246	152.468.042	3.768.246	153.500.000	16.103.702	151.370.783	16.103.702	152.100.000
Endividamento líquido total		156.236.288		157.268.246		167.474.485		168.203.702	

Os empréstimos (valor nominal) são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.19	31.12.18
2019		16.135.022
2020	4.550.000	46.100.000
2021	8.000.000	103.000.000
2022	30.500.000	3.000.000
2023	30.000.000	
2024	35.000.000	
2029	50.000.000	
	158.050.000	168.235.022

As taxas de juro médias verificadas para cada classe de endividamento indicado no mapa anterior, foram as seguintes:

	2019	2018
Outros empréstimos-Papel Comercial	4,504%	4,568%
Empréstimo Obrigacionista	2,365%	
Empréstimo Obrigações subordinadas	7,012%	

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos.

Empréstimos à data de 31 de dezembro de 2019:

1. Empréstimo Obrigacionista Subordinado						
Empresa(s)	Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2019	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2019 (Eur)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2018 (Eur)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista 1)	dezembro de 2019	dezembro de 2029	EUR	€ 50.000.000	N/A
Nota Adicional						
1) O contrato tem subjacente taxa de juro fixa.						

À data de 31 de dezembro de 2019, a Efanor Investimentos, SGPS, S. A. (entidade controladora final da Sonae Indústria, SGPS, S. A.) detinha a totalidade das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade, com um valor nominal de 50 000 000 euros.

2. Empréstimo Obrigacionista não Subordinado						
Empresa(s)	Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2019	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2019 (Eur)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2018 (Eur)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista 1)	outubro de 2019	outubro de 2022	EUR	€ 8.000.000	N/A
Notas Adicionais						
<p>1) O contrato tem subjacente taxa de juro variável.</p> <p>Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Para este efeito, o valor total de Capitais Próprios inclui empréstimos de acionistas e empréstimos análogos. Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2019 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.</p> <p>Existe um hipoteca voluntária sobre o imóvel de Vilela apresentada pela subsidiária Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A. associada a este empréstimo obrigacionista.</p>						

A Sonae Indústria estima não existirem, à data de 31 de dezembro de 2019, diferenças significativas entre o valor contabilístico das rubricas de endividamento, nomeadamente do empréstimo obrigacionista subordinado, e o respeito justo valor.

3. Empréstimos Bancários ^{1), 2)}						
Empresa(s)	Financiamento	Data de inicial de contratação	Vencimento à data de 31.12.2019	Divisa	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2019 (Eur)	Montante em dívida (valor nominal) à data de 31.12.2018 (Eur)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2023 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR	€ 0	€ 2.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre maio de 2020 e maio de 2022 ³⁾	EUR	€ 6.800.000	€ 8.100.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ⁴⁾	maio de 2016	amortizável entre dezembro de 2020 e dezembro de 2024 ⁵⁾	EUR	€ 79.500.000	€ 136.500.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	abril de 2021 ⁸⁾	EUR	€ 2.000.000	€ 4.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	dezembro de 2016	amortizado em outubro de 2019, por acordo entre as partes ⁶⁾	EUR	N/A	€ 7.500.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ⁷⁾	junho de 2018	amortizável entre dezembro de 2019 e junho de 2021	EUR	€ 6.750.000	€ 10.000.000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	fevereiro de 2019	fevereiro de 2022	EUR	€ 5.000.000	N/A
Notas Adicionais						
<p>1) Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.</p> <p>4) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das suas subsidiárias Megantic B.V. e Tafisa Canada Inc.. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade e excluindo-se os empréstimos subordinados detidos ou subscritos por acionistas, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio "Dívida Líquida/ EBITDA" para a Tafisa Canada Inc., calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc.. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.</p> <p>5) Em dezembro de 2019, foi formalizada a extensão do prazo do financiamento com a maturidade a transitar para dezembro de 2024 (com reduções do montante nominal máximo entre dezembro de 2020 e dezembro de 2024) e com um montante no montante nominal inicial máximo de 90 milhões de euros.</p> <p>6) Por acordo entre as partes, em outubro de 2019 este financiamento foi revogado, tendo sido reembolsada a totalidade dos valores em dívida.</p> <p>7) Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2018 (inclusive) até ao término do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.</p> <p>8) Existe um hipoteca voluntária sobre os imóveis de Alcanede e Rebordosa apresentada pela subsidiária Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, S.A. associada a este empréstimo.</p>						
Eventos subsequentes						
<p>2) Foram formalizados, com efeitos a partir de Janeiro de 2020, dois programas de papel comercial com montantes nominais máximos de 10 e 5 milhões de euros (total 15 milhões de euros), com maturidade em janeiro de 2024.</p> <p>3) Em janeiro de 2020, por acordo entre as partes, foram formalizadas alterações ao contrato de financiamento incluindo na sua maturidade que transitou para janeiro de 2025 (com reduções do montante máximo entre julho de 2020 e janeiro de 2025).</p>						
<p>N/A – Empréstimos que não existiam à data de 31 de dezembro de 2019 ou de 31 de dezembro de 2018. Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos.</p>						

A 31 de dezembro de 2019, os rácios associados aos empréstimos mencionados anteriormente cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

13.2 Fluxos de Caixa

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento divulgadas na nota 13.1 e nota 20, apresentam a seguinte decomposição:

	31.12.2019				
	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Outros	Saldo final
Demonstração Separada de Posição Financeira					
Passivos não correntes:					
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	152.100.000			-56.600.000	95.500.000
Empréstimos Obrigacionista subordinado		50.000.000			50.000.000
Empréstimos Obrigacionista não subordinado		8.000.000			8.000.000
Passivos correntes:					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	14.000.000			-9.450.000	4.550.000
Empréstimos bancários correntes	2.135.022	1.473.050.000	1.541.235.022	66.050.000	0
Empréstimos correntes de subsidiárias	4.086.100	16.886.600	17.566.700		3.406.000
Total	172.321.122	1.547.936.600	1.558.801.722	0	161.456.000

Demonstração Separada dos Fluxos de Caixa

	Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a
Atividades de financiamento:		
Empréstimos obtidos	1.539.936.600	1.558.801.722
Total	1.539.936.600	1.558.801.722

	31.12.2018				
	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Outros	Saldo final
Demonstração Separada de Posição Financeira					
Passivos não correntes:					
Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	160.651.145	1.612.800.000	1.612.751.145	-8.600.000	152.100.000
Passivos correntes:					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11.900.000	21.000.000	27.500.000	8.600.000	14.000.000
Empréstimos bancários correntes	1.750.000	11.885.022	11.500.000		2.135.022
Empréstimos correntes de subsidiárias	5.145.000	22.434.954	23.493.854		4.086.100
Total	179.446.145	1.668.119.976	1.675.244.999	0	172.321.122

Demonstração Separada dos Fluxos de Caixa

	Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a
Atividades de financiamento:		
Empréstimos obtidos	1.668.119.976	1.675.244.999
Total	1.668.119.976	1.675.244.999

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da sociedade.

As contas de fornecedores têm as seguintes maturidades:

	31.12.19	31.12.18
A Pagar a		
< 90 dias	151.335	146.709
90 - 180 dias	23.894	1.347
> 180 dias		782
	175.229	148.839

15. Outras dívidas a terceiros, Passivos por imposto corrente e Outros impostos e contribuições

15.1) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as Outras Dívidas a Terceiros tinham a seguinte composição:

	31.12.19	31.12.18
Outras dívidas a terceiros		
Empresas Grupo - IRC Grupo (Nota 20)	131.102	181.107
Empréstimos obtidos de empresas do Grupo (Nota 20)	3.406.000	4.086.100
Outros	371.930	370.951
Instrumentos financeiros	3.909.032	4.638.157
Outros credores	118	0
	3.909.150	4.638.157

O empréstimo obtido de empresas do grupo diz respeito à operação financeira concedida pela Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. com vencimento de curto prazo e no final do ano vencia juros à taxa de 2,7%.

Decomposição das operações financeiras obtidas e sua variação no período:

2019				
Empresas	Saldo inicial 2019	Aumento 2019	Diminuição 2019	Saldo final 2019
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	3.978.000	15.177.200	-15.749.200	3.406.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	0	767.000	-767.000	0
Glunz UK	0	355.000	-355.000	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	108.100	587.400	-695.500	0
Total (Nota 20)	4.086.100	16.886.600	-17.566.700	3.406.000

2018				
Empresas	Saldo inicial 2018	Aumento 2018	Diminuição 2018	Saldo final 2018
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	5.054.500	16.270.054	-17.346.554	3.978.000
Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	0	3.702.000	-3.702.000	0
Glunz UK	0	350.000	-350.000	0
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, S.A.	0	1.272.500	-1.272.500	0
Sonae Indústria - Management Services, S.A.	90.500	840.400	-822.800	108.100
Total (Nota 20)	5.145.000	22.434.954	-23.493.854	4.086.100

Em cumprimento do disposto no artº5 nº 4 do Decreto – Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, aditado pelo artº 1º do Decreto-Lei nº 318/94 de 24 de dezembro informa-se que foram celebrados contratos de operações financeiras durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 com a Sonae Indústria de Revestimentos, S.A..

A maturidade das outras dívidas a terceiros é a seguinte:

31.12.19	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	131.102		3.406.000	3.537.102
Maturidade de outros credores	120		371.810	371.930
	131.222	0	3.777.810	3.909.032
31.12.18	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Empresas do Grupo	4.159.107		108.100	4.267.207
Maturidade de outros credores			370.951	370.951
	4.159.107	0	479.051	4.638.157

15.2) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Passivos por imposto corrente e Outros impostos e contribuições tinham a seguinte decomposição:

	31.12.19	31.12.18
Passivos por imposto corrente	68 932	23 849
Retenções Imposto	68.932	23.849
Outros Impostos e contribuições	30.549	16.732
Imposto s/ Valor acrescentado	18.232	4.908
Contribuições para a segurança social	12.301	11.825
Outros	16	
Total	99.481	40.581

16. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.19	31.12.18
Outros Passivos Correntes		
Remunerações a Liquidar	134.625	367.671
Juros a liquidar	215.966	203.359
Fornecimentos e Out serviços	159.457	44.016
	<u>510.048</u>	<u>615.047</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 9	0	0
	<u>510.048</u>	<u>615.047</u>

17. Locações

Em 31 de dezembro de 2019 a maturidade dos credores por locações, pela aplicação IFRS16, têm a seguinte decomposição:

	Credores por Locações 31.12.19
Vencíveis em 2020	17.322
Vencíveis em 2021	10.978
Vencíveis em 2022	5.906
Vencíveis em 2023	3.568
	<u>37.774</u>
Credores por locações - liq.parcela curto prazo	17.322
Credores por locações - parcela curto prazo	20.452
	<u>37.774</u>

18. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi o seguinte:

31.12.2019

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Utilizações	Reclassificações	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6)	885.543.079	5.273.456			890.816.535
Perdas de imparidade acumuladas em outros investimentos (Nota 6)		121.425			121.425
Imparidades de contas a receber		163			163
Provisões Não Correntes	4.000.000	9.182.461		-4.000.000	9.182.461
Provisões Correntes	7.566.845	3.836.144	6.714.262	4.000.000	8.688.727
	<u>897.109.924</u>	<u>18.413.649</u>	<u>6.714.262</u>	<u>0</u>	<u>908.809.311</u>

31.12.2018

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Reversões	Saldo final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6)	884.452.732	1.090.347			885.543.079
Provisões Não Correntes	0	4.000.000			4.000.000
Provisões Correntes	3.275.719	4.291.126			7.566.845
	<u>887.728.451</u>	<u>9.381.473</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>897.109.924</u>

Foram reconhecidas perdas de imparidade no exercício de 2019, no montante de 203.064 euros relativamente à participada Maiequipa – Gestão Florestal, S.A, 2.281.090 euros relativamente à participada Sonae Indústria Revestimentos S.A., 2.016.444 euros relativamente à participada Movelpartes – Componentes para a Indústria de Mobiliário, S.A., 494.989 euros relativamente à participada Frases e Frações – Imobiliária e Serviços, S.A. e 277.869 euros relativamente à participada Sonae Indústria – Management Services, S.A (Nota 6.1.2).

Foi criada uma provisão para outros riscos e encargos com a participada Sonae Indústria – Management Services, S.A., no montante de 182.460,93 euros.

Foram criadas provisões para outros riscos e encargos no exercício de 13.018.605 euros, tendo 9.182.461 euros sido registadas em Passivos Não correntes e 3.836.144 euros em Passivos correntes. O valor de provisões a 31 de dezembro de 2019, está associado essencialmente com contingências assumidas no processo de perda de controlo do Grupo agora designado por Sonae Arauco (Nota 6.2).

Tal como também é descrito na nota 28 a Sonae Indústria, SGPS assumiu a obrigação de compensar a Sonae Arauco por determinadas perdas incorridas por diversas sociedades do Grupo Sonae Arauco.

19. Riscos financeiros

19.1 Riscos de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.17 c) no que diz respeito ao endividamento bruto referido na nota 13 pode ser analisado como segue:

2019			2018				
Riscos Financeiros			Riscos Financeiros				
	Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total		Maturidade do endividamento Bruto	Juros	Total
2019			0	2019	16.135.022	6.022.335	22.157.357
2020	4.550.000	6.436.669	10.986.669	2020	46.100.000	4.782.642	50.882.642
2021	8.000.000	6.189.534	14.189.534	2021	103.000.000	1.707.184	104.707.184
2022	30.500.000	5.983.763	36.483.763	2022	3.000.000	34.058	3.034.058
2023	30.000.000	5.345.278	35.345.278	2023			0
2024	35.000.000	4.512.812	39.512.812	2024			0
2025		3.548.611	3.548.611	2025			0
2026		3.548.611	3.548.611	2026			0
2027		3.548.611	3.548.611	2027			0
2028		3.558.333	3.558.333	2028			0
2029	50.000.000	3.548.611	53.548.611	2029			0
	<u>158.050.000</u>	<u>46.220.833</u>	<u>204.270.833</u>		<u>168.235.022</u>	<u>12.546.218</u>	<u>180.781.240</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2019 e 2018 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2020 (2019) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2019 (2018) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

19.2 Risco de Mercado

19.2.1 Risco de taxa de juro

Na análise do risco da taxa de juro na nota 2.17 b) foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados do exercício de 2019 e 2018, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75% em relação às taxas de juro e de -0,75% em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios.

Riscos Financeiros						
2019			2018			
	"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)		"Notional"	Efeitos em resultados (Valores em Eur)	
		0,75%	-0,75%		0,75%	-0,75%
Endividamento Bruto						
Intragrupo	-3.406.000	-30.966	30.966	-4.086.100	-43.278	43.278
Externo	-108.050.000	-981.508	981.508	-168.235.022	-1.195.448	1.195.448
	-111.456.000	-1.012.474	1.012.474	-172.321.122	-1.238.727	1.238.727
Empréstimos concedidos a empresas do grupo						
	13.536.896	105.581	-105.581	20.512.796	160.792	-160.792
	<u>13.536.896</u>	<u>105.581</u>	<u>-105.581</u>	<u>20.512.796</u>	<u>160.792</u>	<u>-160.792</u>
		-906.893	906.893		-1.077.934	1.077.934

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75% corresponde a 11,2 vezes o desvio padrão daquela variável em 2019 (84,4 vezes em 2018).

20. Partes relacionadas

20.1 Saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2019 e 2018 podem ser detalhados como se segue:

Saldos	Clientes		Fornecedores		Outras dívidas a Terceiros		Outros Activos não correntes		Outras dívidas de terceiros	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
- ZYEvolution	50.854	83.892	118.918	117.334	3.512.237	4.240.818	11.550.996	20.025.496	58.1180	1479.343
- Sonae Arauco France		36.463	14.403	17.110						
- Sonae Arauco Portugal	1.439	1.439	12.639	13.913						
- Maiequipa			5.558	5.558	7.608	8.644	68.1880	599.880	19.884	40.888
- Moveipartes	1.814	1.757			28.974	39.871	1.729.000	3.925.000	99.078	189.711
- Sonae Industria Revestimento	2.173	2.019	10.877	10.109	3.472.796	4.081.438				
- Sonaecenter II			25.743	19.518						
- Sonae ,sgps			49.000	49.000						
- Sind - Management services						108.100				3.181
- Sonae Arauco Deutschland				1.347						
- Solinca investimentos Turisticos			494	602						
- Nos			149	122						
- Imosedo			55	55						
- Tafisa Canadá	45.428	42.214								
- Glunz UK							208.500	359.000		
- Frases e Frações					1.718	1.718	4.044.267	5.860.567	232.974	699.015
- Parcelas e Narrativas					1.141	1.047	4.887.349	9.281.049	229.244	546.548

Transações	Prestações de Serviços		Fornecimentos e Serviços externos		Juros obtidos		Juros Suportados	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
- ZYEvolution	302.855	281.424	293.855	139.386	684.044	1.031.740	279.344	122.063
- Sonae Arauco France			35.402	13.910				
- Sonae Arauco Portugal			122.703	142.609				
- Maieqúipa					32.149	28.038		
- Movelpartes	9.086	8.443			140.520	203.999		4.810
- Efanor_SGPS							173.333	
- Sonae RP			1.120					
- Sonae Industria Revestimentos	21.200	19.700	8.648	2.576			105.834	115.265
- Sonaecenter II			63.236	73.034				
- Sonae_sgps			50.000	50.000				
- Sind - Management services					274	60	177	537
- Sonae Arauco				-12.1976				
- Sonae Arauco Deutschland			504	1.347				
- Solinca investimentos Turisticos			2.636	4.097				
- Nos			8.644	9.702				
- Imosede			540	550				
- Tafisa Canadá	272.569	253.281						
- Glunz UK					15.781	16.064		
- Frases e Frações			422		252.139	304.450		
- Parcelas e Narrativas					243.181	479.129		

Os rendimentos e gastos registados que resultam de transações com partes relacionadas referem-se a atividade operacionais e foram realizadas em condições equiparáveis às transações realizadas no mercado entre partes independentes.

20.2 As remunerações dos órgãos sociais são detalhadas da seguinte forma:

Gastos incorridos com remunerações do Conselho de Administração:

	2019	2018
Curto prazo	617.020	555.750
	<u>617.020</u>	<u>555.750</u>

21. Remuneração órgãos de fiscalização

Remuneração do Conselho Fiscal, Assembleia Geral e Comissão de Vencimentos:

	2019	2018
Conselho Fiscal	25.700	26.200
Assembleia Geral	7.000	7.000
Comissão Vencimentos	5.000	5.000
Total remuneração	<u>37.700</u>	<u>38.200</u>

Honorários da sociedade de Revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC,S.A.

Honorários Totais referentes revisão legal de contas 25.309

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o montante anual auferido pelos respetivos membros de forma individual são apresentados no relatório de governo da sociedade.

22. Prestações de serviços

As prestações de serviços têm o seguinte detalhe:

	2019	2018
Serviço de Gestão	302.854	281.424
TOTAL	302.854	281.424

23. Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas operacionais

Os outros rendimentos e ganhos são detalhados como segue:

	31.12.19	31.12.18
Reversão provisão sobre outros encargos	6.714.262	0
Outros rendimentos operacionais	4.675	87.978
	6.718.937	87.978

Os outros gastos e perdas são detalhados como segue:

	31.12.19	31.12.18
Impostos	129.245	108.628
Indemnizações pagas	6.714.262	
Outros gastos operacionais	157	1.030
	6.843.664	109.658

Em 2019, reverteu-se uma provisão criada em anos anteriores para outros riscos e encargos, no mesmo montante do pagamento realizado à Sonae Arauco (rubrica – “indemnizações pagas”), para cobertura de contingências conforme descritas na nota 28.

24. Resultados financeiros

	31.12.19	31.12.18
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 19 e 20)	6.414.253	6.719.053
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	45.269
Outros	1.411.202	1.756.368
Gastos Financeiros	7.825.455	8.520.690
Resultados financeiros	-7.132.171	-7.478.782
	693.284	1.041.908
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 20)	684.044	1.032.393
Diferenças de câmbio favoráveis	0	266
Outros	9.240	9.249
	693.284	1.041.908

25. Ganhos ou perdas relativos a Investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

No exercício de 2019 e 2018 a sociedade teve os seguintes resultados relativos a investimentos:

	2019	2018
Dividendos	23.636.729	17.725.747
Sonae Arauco, S.A.	5.986.729	6.406.347
Megantic, B.V	17.650.000	11.319.400
Ganhos relativos a investimentos	23.636.729	17.725.747
Registo Perda de Imparidade	- 5.394.881	- 1.090.347
Registo perda imparidade participação da Movelpartes, S.A. (Nota 6)	-2.016.444	
Registo perda imparidade participação da Maiequipa, S.A. (Nota 6)	-203.064	-90.347
Registo perda imparidade participação da Sir, S.A. (Nota 6)	-2.281.090	
Registo perda imparidade participação da Sims, S.A. (Nota 6)	-277.869	
Registo perda imparidade participação da Frases e Frações, S.A. (Nota 6)	-494.989	-1.000.000
Registo perda imparidade em outros investimentos financeiros. (Nota 6)	-121.425	
Perdas relativas a investimentos	- 5.394.881	- 1.090.347
Resultado relativo a investimentos	18.241.848	16.635.400

26. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como segue:

	31.12.19	31.12.18
Imposto corrente	(5.434)	(3.952)
Imposto diferido (Nota 7)		(281.811)
	<u>(5.434)</u>	<u>(285.763)</u>
Imposto corrente Ajust. ano anterior	(66)	(121.400)
	<u>(5.500)</u>	<u>(407.163)</u>
Imposto corrente	(5.500)	(125.352)
Imposto diferido	-	(281.811)

A reconciliação da taxa nominal com a taxa efetiva é como se segue:

	2019	2018
Resultado Antes de Impostos	-3.320.139	-36.799
Taxa de Imposto	21%	21%
Imposto sobre Rendimento	<u>-697.229</u>	<u>-7.728</u>
Ajustamentos ao imposto sobre rendimento		
Perda imparidade ativos financeiros	1.132.925	228.973
Reversão de provisões não tributadas	-1.409.995	
Provisões para outros riscos e encargos	2.733.941	174.136
Dividendos	-4.963.713	-3.722.407
Tributação Autônoma e Derrama S Ind SGPS	5.434	3.952
Encargos financeiros não dedutíveis	1.275.622	1.318.486
Anulação ativo por imposto diferido registado		281.811
Ativo por imposto diferido não registado sobre pre	1.929.590	469.527
Outros (diferenças permanentes)	-1.141	-27.987
	<u>5.434</u>	<u>285.763</u>

27. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios apresentados, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.19	31.12.18
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	- 3 325 639	- 443 962
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	- 3 325 639	- 443 962
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	45 403 029	45 403 029
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	45 403 029	45 403 029
Resultado por ação	-0,07325	0,79620

28. Contingências

Em outubro de 2010, a Sonae Industria, SGPS, S.A. recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, S.A., no valor de 74 milhões de euros, apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S.A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. apresentou garantias bancárias no montante de 9.286.997 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2015, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade das referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes da estimativa de imposto corrente registado nas presentes demonstrações financeiras.

A Sonae Industria, SGPS, S.A. tem uma fiança prestada a favor do Instituto de Segurança Social no montante de 321.858 euros para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S.A. tem com esta.

A ex-subsidiária Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já

conheceram o desfecho entre os anos de 2015 e 2018, tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S. A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas) dos respetivos períodos. No final de 2019, havia dois processos pendentes de conclusão. Num deles, a indemnização foi reclamada especificamente às ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH e GHP GmbH, e representa uma contingência máxima (baseada nos valores pedidos) de 31,5 milhões de euros. No outro, estas subsidiárias estão envolvidas em conjunto com outros produtores alemães e a contingência máxima (baseada nos valores pedidos) ascende a 26 milhões de euros, à data de 31 de dezembro de 2019. De acordo com o parecer dos advogados destas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos. Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S. A., celebrado em 2015 por esta sociedade, pela Sonae Indústria SGPS S.A. e pelo Grupo Arauco, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco, S. A. por quaisquer perdas resultantes destes processos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S. A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, cento e dez ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França, contra, entre outras entidades, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13 653 917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e o pagamento de indemnizações por alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13 653 917,28 euros).

Em julho de 2019, o Tribunal de Trabalho de Dax decidiu, relativamente a cento e cinco ex-trabalhadores da Darbo, que a Sonae Indústria SGPS e duas sociedades da Gramax Capital têm a obrigação conjunta e solidária de pagar indemnizações a esses trabalhadores num montante total de aproximadamente 3,6 milhões de euros, tendo por base a existência de co-emprego. O tribunal também decidiu que a Sonae Indústria SGPS e as duas sociedades da Gramax Capital reembolsem o "Pôle Emploi" de França (organização de seguro ao emprego) por quaisquer montantes eventualmente pagos a estes empregados. A Sonae Indústria recorreu desta decisão, uma vez que considera não haver argumentos para defender a tese de co-emprego. Já em Janeiro de 2020, o tribunal, relativamente ao processo de cinco ex-trabalhadores da Darbo, proferiu uma sentença no mesmo sentido e com os mesmos fundamentos, sendo o montante da condenação de cerca de 950 mil euros. A Sonae Indústria recorreu desta decisão.

29. Eventos subsequentes

A propagação do vírus Covid-19 à escala mundial, nos primeiros meses de 2020, está a ter significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

As medidas extraordinárias impostas pelas autoridades nas várias regiões onde a Sonae Indústria opera os seus negócios (nomeadamente Europa, América do Norte e África do Sul), têm tido também um impacto significativo não só no quotidiano das pessoas, mas também nos negócios incluindo nas operações da Sonae Indústria.

Deste modo, durante os últimos dias e como resultado da pandemia COVID-19:

- a Sonae Arauco encerrou temporariamente as suas unidades industriais em Espanha e África do Sul, países onde as imposições legais das autoridades locais para combater a pandemia atualmente impedem a continuação da atividade da maioria dos negócios;

- o nosso negócio da América do Norte procedeu ao encerramento parcial e temporário da sua unidade industrial de Lac Mégantic, no Canada (por imposição legal das autoridades locais para combater a pandemia).

Encontra-se neste momento a ser equacionada a possibilidade de encerramento temporário de mais unidades industriais considerando nomeadamente a diminuição do nível de encomendas, provocada pela redução ou encerramento temporário da atividade dos clientes e a possível indisponibilidade de algumas matérias primas. As próprias medidas determinadas pelas autoridades locais com vista à mitigação da pandemia Covid-19, poderão também condicionar o funcionamento das nossas outras operações.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Sonae Indústria não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Sonae Indústria irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada de Posição Financeira

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos fixos tangíveis	3, 9	153 648 978	135 704 644
Goodwill	13	347 082	347 082
Ativos intangíveis	10	68 755	86 449
Propriedades de investimento	11	5 499 237	5 750 140
Ativos biológicos	12	238 894	
Investimentos em empreendimentos conjuntos	5, 8	209 128 627	212 459 264
Outros investimentos	6, 7, 8	19 829	133 952
Outros ativos não correntes	6, 15	1 095 969	
Total de ativos não correntes		<u>370 047 371</u>	<u>354 481 531</u>
ATIVOS CORRENTES			
Inventários	16	21 961 930	18 224 036
Clientes	6, 7, 17	14 079 419	12 302 439
Outras dívidas de terceiros	6, 7, 18	1 054 515	124 360
Ativos por imposto corrente		2 345 193	2 506 968
Outros impostos e contribuições	20	1 783 339	1 552 714
Outros ativos correntes	6, 7, 19	2 281 415	2 033 291
Caixa e equivalentes de caixa	6, 7, 21	7 059 662	10 624 192
Total de ativos correntes		<u>50 565 473</u>	<u>47 368 000</u>
Ativos não correntes detidos para venda	12	131 070	
TOTAL DO ATIVO		<u><u>420 743 914</u></u>	<u><u>401 849 531</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	22	253 319 797	253 319 797
Reserva legal	22	1 807 489	1 807 489
Outras reservas e resultados acumulados	22	(186 140 089)	(172 733 307)
Outro rendimento integral acumulado	22	58 331 221	53 139 528
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		<u>127 318 418</u>	<u>135 533 507</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>127 318 418</u></u>	<u><u>135 533 507</u></u>
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Empréstimos obrigacionistas subordinados	6, 7, 23	49 938 116	
Empréstimos obrigacionistas não subordinados	6, 7, 23	7 951 240	
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	6, 7, 23	146 393 538	188 102 256
Credores por locações - líquidos da parcela corrente	3, 23	3 335 541	491 753
Benefícios pós-emprego	27	904 548	785 667
Outros passivos não correntes	6, 7, 26	6 654 222	1 128 038
Passivos por imposto diferido	14	20 957 005	18 883 485
Provisões	31	7 137 752	1 778 290
Total de passivos não correntes		<u>243 271 962</u>	<u>211 169 489</u>
PASSIVOS CORRENTES			
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	6, 7, 23	5 755 509	15 192 246
Empréstimos bancários correntes	6, 7, 23	830 938	2 136 274
Parcela corrente dos credores por locações não correntes	3, 6, 7, 23	1 790 941	529 015
Fornecedores	6, 7, 28	26 026 430	21 567 484
Passivos por imposto corrente		29 812	29 283
Outros impostos e contribuições	29	580 396	490 083
Outros passivos correntes	6, 7, 30	11 823 152	11 926 431
Provisões	31	3 316 356	3 275 719
Total de passivos correntes		<u>50 153 534</u>	<u>55 146 535</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>420 743 914</u></u>	<u><u>401 849 531</u></u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Vendas	37	228 500 563	218 781 711
Prestações de serviços	37	1 486 041	1 392 246
Variação de valor dos ativos biológicos	12, 37	(145 199)	
Outros rendimentos e ganhos	34, 37	4 240 249	8 225 377
Custo das vendas	16, 37	(127 189 314)	(122 579 602)
Variação da produção	37	1 997 447	2 127 584
Fornecimentos e serviços externos	3, 37	(52 211 400)	(49 825 897)
Gastos com o pessoal	37	(27 148 274)	(25 213 411)
Amortizações e depreciações	3, 9, 10, 11	(15 930 215)	(13 090 365)
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	31, 37	(5 719 226)	91 055
Outros gastos e perdas	35, 37	(3 451 748)	(3 647 577)
Resultado operacional	37	4 428 924	16 261 121
Rendimentos financeiros	38	695 759	660 983
Gastos financeiros	3, 38	(12 175 674)	(12 222 705)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	5	(2 864 147)	12 500 537
Resultados relativos a investimentos	31	(121 425)	
Resultado antes de impostos		(10 036 563)	17 199 936
Imposto sobre o rendimento	14, 39	(3 332 786)	(6 171 466)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>(13 369 349)</u>	<u>11 028 470</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		<u>(13 369 349)</u>	<u>11 028 470</u>
Resultados consolidado por ação:			
Básico	40	<u>(0.2945)</u>	<u>0.2429</u>
Diluído	40	<u>(0.2945)</u>	<u>0.2429</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido consolidado do exercício (a)		(13 369 349)	11 028 470
Outro rendimento integral consolidado			
Rubricas que ulteriormente poderão ser transferidas para resultado			
Variação da reserva de conversão monetária	22	4 310 299	(2 646 090)
Montantes reclassificados para resultado no exercício			81 145
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5, 22	828 064	(2 731 548)
Rubricas que ulteriormente não poderão ser transferidas para resultado			
Revalorização de ativos fixos tangíveis	9, 22	3 019 692	
Remensurações de planos de benefícios definidos	22, 27	(53 999)	79 438
Quota-parte do outro rendimento integral de empreendimentos conjuntos	5, 22	(2 112 145)	3 475 808
Imposto sobre o rendimento referente a rubricas que não serão reclassificadas	14, 22	(800 218)	
Outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto (b)		5 191 693	(1 741 247)
Rendimento integral total consolidado do exercício (a) + (b)		(8 177 656)	9 287 223
Rendimento integral total consolidado atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		(8 177 656)	9 287 223

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Outro rendimento integral acumulado	Total do Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total do capital próprio
Notas				22		
Saldo em 1 de janeiro de 2019	253 319 797	1 807 489	(172 733 307)	53 139 528	135 533 507	135 533 507
Rendimento integral total consolidado do exercício						
Resultado líquido consolidado do exercício			(13 369 349)		(13 369 349)	(13 369 349)
Outro rendimento integral consolidado do exercício				5 191 693	5 191 693	5 191 693
Total			(13 369 349)	5 191 693	(8 177 656)	(8 177 656)
Outros			(37 433)		(37 433)	(37 433)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>253 319 797</u>	<u>1 807 489</u>	<u>(186 140 089)</u>	<u>58 331 221</u>	<u>127 318 418</u>	<u>127 318 418</u>
Notas				22		
Saldo em 1 de janeiro de 2018	253 319 797		(182 494 467)	55 287 278	126 112 608	126 112 608
Rendimento integral total consolidado do exercício						
Resultado líquido consolidado do exercício			11 028 470		11 028 470	11 028 470
Outro rendimento integral consolidado do exercício				(1 741 247)	(1 741 247)	(1 741 247)
Total			11 028 470	(1 741 247)	9 287 223	9 287 223
Transferência para Outras reservas e resultados acumulados			206 632	(206 632)		
Transferência para Reserva legal		1 807 489	(1 807 489)			
Outros			333 547	(199 871)	133 676	133 676
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>253 319 797</u>	<u>1 807 489</u>	<u>(172 733 307)</u>	<u>53 139 528</u>	<u>135 533 507</u>	<u>135 533 507</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimento de clientes		226 921 492	219 639 912
Pagamentos a fornecedores		(176 824 819)	(169 153 283)
Pagamentos ao pessoal		(27 390 662)	(26 139 045)
Fluxos gerados pelas operações		22 706 011	24 347 584
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento		(2 759 581)	(6 706 508)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(569 270)	1 315 820
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>19 377 160</u>	<u>18 956 896</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		1 408 941	7 106 164
Subsídios ao investimento		915 280	366 141
Dividendos		5 986 729	6 406 347
		<u>8 310 950</u>	<u>13 878 652</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(7 302)	(3 466)
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(14 803 818)	(10 265 475)
Outros	5	(6 714 262)	
		<u>(21 525 382)</u>	<u>(10 268 941)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(13 214 432)</u>	<u>3 609 711</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		28 247	18 638
Empréstimos obrigacionistas subordinados	23	50 000 000	
Empréstimos obrigacionistas não subordinados	23	8 000 000	
Empréstimos bancários	23	1 489 546 585	1 642 449 920
		<u>1 547 574 832</u>	<u>1 642 468 558</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(9 988 748)	(10 365 362)
Empréstimos obtidos	23	(1 545 129 985)	(1 647 588 599)
Amortização de contratos de locação	23	(2 632 912)	(515 642)
		<u>(1 557 751 645)</u>	<u>(1 658 469 603)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(10 176 813)</u>	<u>(16 001 045)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes resultante de fluxos de caixa (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(4 014 085)</u>	<u>6 565 562</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício (a)	21	10 487 918	4 084 771
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (b)	21	<u>6 228 724</u>	<u>10 487 918</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (b) - (a)		(4 259 194)	6 403 147
Efeito das diferenças de câmbio em caixa e seus equivalentes (c)		(245 109)	(162 415)
Variação de caixa e seus equivalentes resultante de fluxos de caixa (b) - (a) - (c)		<u>(4 014 085)</u>	<u>6 565 562</u>

As notas anexas fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO ANUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-177 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado na nota 4 (“Grupo”).

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. é incluída no perímetro de consolidação da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e a entidade controladora final.

As ações da sociedade encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisbon.

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul (nota 41).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, de forma consistente para todos os exercícios apresentados, são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “IFRS Interpretations Committee” (“IFRS IC”), aplicáveis ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019 e adotadas pela União Europeia.

2.1.1. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, entraram em vigor as seguintes normas e interpretações que foram adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (alteração), Alteração de planos, cortes e liquidação. Se ocorrer uma alteração de um plano, um corte ou uma liquidação, passa a ser obrigatório que o custo do serviço corrente e o juro líquido do período, após a remensuração, sejam determinados com base nos pressupostos utilizados na remensuração. Adicionalmente, foram incluídas alterações que clarificam os efeitos de uma alteração de um plano, de cortes ou liquidações nos requisitos do limite de ativos;

IAS 28 (alteração), Investimentos de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos. Esta alteração esclarece que os investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estejam a ser mensurados através do método da equivalência patrimonial, são contabilizadas segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas antes de ser efetuado qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo;

IFRS 9 (alteração), Elementos de Pré-pagamento com Compensação Negativa. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados;

IFRS 16 (nova), Locações. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora

obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".

Melhorias às normas 2015 – 2017. Este ciclo de melhorias afeta as seguintes normas: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11;

IFRIC 23 (nova), Incerteza no Tratamento de Imposto sobre o Rendimento. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento que se refere aos requisitos de mensuração e registo a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o Rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no valor esperado ou no valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Os efeitos decorrentes da aplicação da IFRS 16 estão detalhados na nota 3. As restantes alterações às normas ocorridas desde 1 de janeiro de 2019 não produziram efeitos significativos nestas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. A 31 de dezembro de 2019 estavam emitidas e adotadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações que não foram aplicadas, dado apenas serem de aplicação obrigatória em exercícios posteriores:

Alterações às referências à Estrutura Conceptual das normas IFRS (aplicável para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração contém mudanças em várias normas, cujas referências à Estrutura Conceptual foi atualizada.

IAS 1 e IAS 8 (alteração), Definição de material (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. De acordo com esta alteração, a informação é considerada material quando da sua omissão, apresentação desadequada ou dissimulação se puder esperar uma influência nas decisões que o leitor das demonstrações financeiras pudesse tomar com base nessas demonstrações financeiras;

O Grupo não espera efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da futura aplicação destas alterações.

2.1.3. À data de 31 de dezembro de 2019, estavam emitidas as seguintes normas, de aplicação em exercícios posteriores, que ainda não tinham sido adotadas pela União Europeia:

IFRS 3 (alteração), Combinações de negócios (aplicável a períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração esclarece que para ser considerada uma combinação de negócio, um conjunto de atividades e ativos adquiridos deve incluir, no mínimo, um influxo e um processo substantivo que em conjunto contribuam significativamente para a capacidade de criar exfluxos;

IFRS 17 (nova), Contratos de Seguros (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma irá revogar a norma IFRS 4 – Contratos de seguros e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva;

IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alterações), Reforma na utilização de taxas de juro de referência (a aplicar em exercícios que se iniciem em ou após 1 de

janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de adoção pela União Europeia.

O Grupo não espera efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da futura aplicação destas alterações.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 4) e dos empreendimentos conjuntos detidos pelo Grupo (nota 5), ajustados no processo de consolidação sempre que necessário, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os ativos biológicos e instrumentos financeiros, que se encontram registados de acordo com os critérios descritos nas notas 2.7 e 2.14, respetivamente, e para os terrenos e edifícios, que se encontram registados pelo seu valor revalorizado, tal como descrito na nota 2.3.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas em que o Grupo detenha, direta ou indiretamente, controlo, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação por integração global.

O Grupo detém o controlo de entidades nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: (i) tem poder sobre a entidade; (ii) está exposto a, ou tem direitos sobre, resultados variáveis por via do seu envolvimento com a entidade e; (iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a entidade para afetar o montante dos seus resultados.

O capital próprio e o rendimento integral destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada de Posição Financeira e na Demonstração Consolidada de Resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam.

O rendimento integral e as restantes rubricas de capital próprio são atribuídas aos detentores de interesses que não controlam, de acordo com a sua participação, mesmo que esta rubrica apresente valores negativos.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, em relação ao justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, é reconhecido como *goodwill* (notas 2.2.c e 13). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos identificados. Os interesses de acionistas que não controlam são registados inicialmente pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados, ou alternativamente, pelo justo valor da respetiva participação na subsidiária adquirida.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da tomada de controlo ou até à data da cessação do controlo, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As empresas incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na nota 4.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em associadas

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (empresas que o Grupo controla em conjunto com entidades terceiras, sendo o controlo conjunto estabelecido contratualmente ou por acordo parassocial, com reflexo nas estruturas governativas destas entidades) e em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas - geralmente investimentos que representam entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são valorizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição nas rubricas Investimentos em empreendimentos conjuntos ou Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) da entidade, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício ou de outro rendimento integral, e pelos dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade, na data de aquisição, é registado em Investimentos em empreendimentos conjuntos ou em Investimentos em associadas, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras da entidade para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

O Grupo realiza anualmente uma avaliação do investimento no empreendimento conjunto Sonae Arauco, com recurso a especialistas externos, nas situações em que tal se justifique, e são registadas as perdas por imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade registadas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão (nota 8).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da entidade excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é apresentado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a entidade.

Os ganhos não realizados com empreendimentos conjuntos ou com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nestas entidades, por contrapartida do respetivo investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados na nota 5. À data de 31 de dezembro de 2019, não existiam investimentos em associadas.

c) Goodwill

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como *goodwill* (nota 13).

O *goodwill* dos investimentos em subsidiárias sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo

convertido para a moeda de relato do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado.

O valor de *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade de *goodwill* verificadas no exercício são registadas na Demonstração Consolidada de Resultados do exercício, na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas.

As diferenças negativas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses que não controlam no justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses que não controlam na subsidiária adquirida, e o justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de subsidiárias cuja moeda funcional não é o euro, são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do relato, e os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão monetária incluída na rubrica Outro rendimento integral acumulado. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Outras reservas e resultados acumulados.

O valor de *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma subsidiária com moeda funcional diferente do euro seja alienada ou liquidada, a respetiva Reserva de conversão monetária acumulada é reclassificada na Demonstração Consolidada de Resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Libra esterlina	0.8508	0.8768	0.8945	0.8847
Rand sul-africano	15.7778	16.1551	16.4582	15.5715
Dólar canadiano	1.4598	1.4852	1.5605	1.5294
Dólar americano	1.1234	1.1193	1.1450	1.1799

Fonte: Bloomberg

2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção de terrenos e edifícios, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os terrenos e edifícios encontram-se registados pelo seu valor revalorizado, deduzido das depreciações, no caso dos edifícios, e das perdas de imparidade acumuladas.

O incremento resultante da revalorização é registado em Outro rendimento integral do exercício em que a mesma ocorra, na Demonstração consolidada do Rendimento Integral.

O valor revalorizado será revisto e determinado por entidade independente sempre que se conclua que o mesmo difere significativamente do justo valor dos

ativos revalorizados, não excedendo, contudo, um período de cinco anos entre revalorizações sucessivas.

O Grupo regista como ativo fixo tangível os componentes de elementos de equipamento básico que têm vidas úteis significativamente diferentes das dos respetivos ativos principais, ou que só podem ser utilizados num ativo principal específico. A depreciação destes componentes é efetuada separadamente tendo em consideração as respetivas vidas úteis estimadas identificadas.

As despesas de reparação e manutenção são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

As depreciações começam a ser registadas quando os bens se encontram disponíveis para uso e no local e condições necessárias para serem utilizados de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 40
Equipamento básico	2 - 25
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento administrativo	4 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	5

Os ativos fixos em curso incluem os ativos fixos tangíveis em fase de construção e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são transferidos para as diversas rubricas de ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a sua natureza, e depreciados, a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são revistos anualmente.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis identificáveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem controláveis pelo Grupo e se o seu valor puder ser razoavelmente mensurado.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são escrituradas na Demonstração Consolidada de Resultados quando incorridas (nota 36).

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de programas informáticos são registados como gastos na Demonstração Consolidada de Resultados, quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações começam a ser registadas quando os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre três e seis anos.

2.5. Locações

Até 31 de dezembro de 2018, os contratos de locação classificavam-se como (i) locações financeiras, se os riscos e benefícios associados à propriedade dos bens locados eram transferidos para o locatário, e (ii) locações operacionais, se os riscos e benefícios associados à propriedade dos bens locados não eram transferidos para o locatário.

A classificação de uma locação como financeira ou operacional dependia da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis utilizados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, bem como os correspondentes passivos, eram registados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira pelo menor valor entre o justo valor dos ativos locados e o valor dos pagamentos mínimos de locação financeira. Adicionalmente, os juros incluídos nos pagamentos de locação, as depreciações e as perdas por imparidade eram registados na Demonstração Consolidada de Resultados do exercício a que respeitavam. As depreciações e as perdas por imparidade eram calculadas e registadas nos termos previstos na nota 2.3 para os ativos fixos tangíveis. Nos casos em que não existia certeza razoável quanto à aquisição dos bens locados no termo do contrato, o período de depreciação era o menor entre a vida útil esperada e o prazo considerado no contrato de locação.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas vencidas eram registadas como gasto na Demonstração Consolidada de Resultados, numa base linear durante o prazo do contrato de locação.

Desde 1 de janeiro de 2019, data em que começou a ser aplicada a norma IFRS 16, o Grupo regista na Demonstração Consolidada de Posição Financeira os ativos fixos tangíveis que utiliza no âmbito de contratos de locação (ativos sob direito de uso), com exceção das locações classificadas como sendo de baixo valor ou de curto prazo, cujos pagamentos de locação são registados como gasto, na Demonstração Consolidada de Resultados, numa base linear ao longo do prazo de locação.

Os ativos sob direito de uso são registados pelo seu custo na rubrica Ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, no momento em que os ativos ficam disponíveis para ser utilizados pelo Grupo. Simultaneamente, os passivos por locação são registados na rubrica Credores por locação, da Demonstração Consolidada de Posição financeira, pelo valor atual dos pagamentos de locação.

O Grupo utiliza taxas de financiamento incremental para calcular o valor atual dos passivos por locação. Estas taxas de financiamento incremental foram calculadas com recurso às "yield curve" de cada moeda funcional das subsidiárias incluídas

na consolidação, a que foi acrescentada a margem média (incluindo comissões) implícita na dívida das empresas do Grupo.

As depreciações e as perdas por imparidade dos ativos sob direito de uso são calculadas e registadas nos termos previstos na nota 2.3 para os ativos fixos tangíveis, tendo em consideração a natureza do ativo subjacente. Sempre que não há certeza razoável sobre a aquisição dos bens locados no termo do contrato, os ativos sob direito de uso são depreciados durante o período que decorre desde a data de início da locação até ao fim da vida útil do ativo ou até ao fim do prazo da locação, dos dois o menor.

O prazo de locação é o período durante o qual a locação não é cancelável. Para determinar este período, o Grupo tem em consideração não apenas as penalidades contratualmente definidas, mas também as consequências económicas que resultarem para o locador e para o locatário de uma rescisão do contrato.

Os juros incluídos nos pagamentos de locação, as depreciações e as perdas por imparidade são registados na Demonstração Consolidada de Resultados como gasto do período a que dizem respeito. O gasto de juros é apresentado em atividades de financiamento, na Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa.

Os pagamentos de locações classificadas como sendo de baixo valor ou de curto prazo são registadas como gasto, na Demonstração Consolidada de Resultados, numa base linear, e apresentados em atividades operacionais, na Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa. O Grupo classifica como locações de baixo valor aquelas cujo ativo subjacente tem um preço de aquisição em estado de novo igual ou inferior a 1000 euros. O Grupo classifica como de curto prazo as locações cujo prazo é igual ou inferior a um ano.

A 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018, o Grupo não detinha nenhuma posição contratual em que agisse como locador, exceto para locações intragrupo, que foram eliminadas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Os efeitos decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações a partir de 1 de janeiro de 2019 encontram-se detalhados na nota 3.

2.6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. São constituídas, essencialmente, por terrenos e edifícios de operações que foram descontinuadas, em relação aos quais o Grupo celebrou contratos de arrendamento com entidades terceiras.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota 2.3. para os ativos fixos tangíveis.

2.7. Ativos biológicos

O Grupo regista como ativos biológicos as plantações de árvores durante o seu processo de transformação biológica que decorre desde a sua plantação ou aquisição até à data de abate ou alienação. Estes ativos são registados ao justo valor menos custos estimados de venda. Há, no entanto, situações em que o Grupo pode utilizar o custo dos ativos como uma aproximação do justo valor, nomeadamente quando:

- Ocorreu uma transformação biológica irrelevante desde o momento do seu registo inicial;
- O efeito da transformação biológica no justo valor é considerado irrelevante.

As variações do justo valor são registadas na rubrica Variação de valor dos ativos biológicos, da Demonstração Consolidada de Resultados.

Quando os ativos biológicos se destinam a utilização pelo Grupo, na data do abate são transferidos para a rubrica Inventários, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

Na situações em que os ativos biológicos se destinem a ser vendidos e se prevê que uma transação ocorra num prazo inferior a doze meses, a contar da data de relato, estes ativos são apresentados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, da Demonstração Consolidada de Posição financeira.

2.8. Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados na rubrica Ativos Não Correntes Detidos para Venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas situações em que o seu valor contabilístico seja recuperado principalmente através de uma operação de venda, em vez de através do seu uso continuado.

Considera-se que o valor contabilístico será recuperado através de uma operação de venda nas situações em que o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes, e se estima que a ocorrência de uma transação de venda no prazo de um ano é altamente provável.

Na classificação de ativos não correntes como detidos para venda podem ser considerados ativos não correntes individuais ou grupos de ativos não correntes, que constituem grupos para alienação, nas situações em que os ativos compreendidos num determinado grupo são incluídos na mesma transação de venda. Os grupos para alienação podem, ainda, incluir ativos correntes e passivos, desde que incluídos na mesma transação de venda. Os ativos correntes e não correntes e os passivos são apresentados, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Passivos Diretamente Associados a Ativos Não Correntes Detidos para Venda, respetivamente.

Os ativos não correntes detidos para venda e os grupos para alienação são mensurados ao menor do custo e do justo valor menos custos estimados de venda.

As depreciações dos ativos depreciables cessam após a respetiva classificação como Ativo Não Corrente Detido para Venda.

2.9. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e são creditados na Demonstração Consolidada de Resultados em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.10. Imparidade dos ativos não correntes, exceto Impostos diferidos

É efetuada uma avaliação de imparidade, à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

A avaliação de imparidade é efetuada individualmente para cada ativo. No caso dos ativos fixos tangíveis que não possuam a capacidade de produzir fluxos de caixa autonomamente, a avaliação de imparidade é efetuada para a unidade geradora de caixa nos quais os mesmos se incluam. Nas situações em que a unidade geradora de caixa inclua ativos intangíveis sem vida útil definida, a avaliação de imparidade é concretizada, independentemente da existência de eventos que indiquem que o montante pelo qual a unidade geradora de caixa se encontra registada possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é contabilizada uma perda por imparidade na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados. No caso de ativos fixos tangíveis que tenham sido revalorizados, as perdas por imparidade que se verificarem são registadas em outro rendimento integral, na rubrica Revalorização de ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, até esgotarem o montante do ativo acrescentado pela revalorização, sendo qualquer excesso sobre esse montante registado na rubrica Provisões e perdas por imparidade da Demonstração Consolidada de Resultados.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes, conhecedoras e interessadas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A reversão de perdas por imparidade contabilizadas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente registada tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria contabilizada (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. As perdas por imparidade do *goodwill* não são reversíveis.

2.11. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são contabilizados como gasto do exercício.

2.12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização da capacidade produtiva).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos operacionais nas rubricas de Custo das vendas ou Variação de produção, consoante respeitem a inventários de mercadorias e matérias-primas ou a inventários de produtos acabados e semiacabados, subprodutos e trabalhos em curso, respetivamente.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Nas situações em que se estima existir um período de tempo significativo entre o momento em que ocorre a obrigação e o momento em que ocorrerá o respetivo pagamento, a provisão é registada pelo seu valor atual.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

O aumento e a utilização ou reversão de provisões são reconhecidos na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados.

2.14. Ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, exceto as Dívidas de terceiros que não contenham uma componente significativa de financiamento, que são registadas pelo seu preço de transação. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros ou passivos financeiros são acrescentados ao justo valor de um instrumento que não seja mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros podem subsequentemente ser classificados numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

ii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida.

iii) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de resultados se não for mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro

rendimento integral. Contudo, no reconhecimento inicial de certos instrumentos de capital próprio que seriam mensurados ao justo valor através de resultados, a empresa tem, no entanto, a capacidade de optar, irrevogavelmente, por apresentar as respetivas alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros podem ser subsequentemente classificados numa das seguintes categorias principais:

- i) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ii) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

Os ativos e passivos financeiros são registados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira em diferentes rubricas de ativos e passivos, em função da natureza de cada instrumento.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

O Grupo detém os seguintes instrumentos financeiros, que podem ser ativos financeiros, passivos financeiros ou instrumentos de capital:

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao preço de transação, a não ser que contenham uma componente de financiamento significativa, situação em que serão inicialmente registadas pelo seu justo valor. As dívidas de terceiros são subsequentemente registadas ao custo amortizado e apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade são mensuradas por um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida do ativo, incluindo as situações em que o risco de crédito não tenha aumentado durante o exercício contabilístico. As perdas de crédito esperadas são calculadas coletivamente para as contas a receber registadas na rubrica Clientes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

O risco de crédito dos saldos de Clientes é considerado baixo enquanto um saldo a receber não atingir 90 dias de mora. Quando um crédito em mora ultrapassa este limite, as perdas de crédito esperadas durante a vida do ativo passam a ser calculadas individualmente, e uma perda por imparidade adicional é registada na situação de a perda de crédito esperada durante a vida do ativo ter aumentado.

Considera-se que um saldo de Clientes está em incumprimento quando a antiguidade do saldo atinge 180 dias.

Os saldos a receber registados na rubrica Clientes são abatidos quando o Grupo deixa de ter expectativas de receber o respetivo montante. Isto pode acontecer em função de uma avaliação interna ou quando as entidades devedores são judicialmente declaradas insolventes e não há quaisquer expectativas de recuperação.

As perdas de crédito esperadas durante a vida do ativo são calculadas para a sociedade-mãe e para cada uma das suas subsidiárias e correspondem ao quociente entre as perdas por imparidade registadas no final de cada um dos quatro últimos anos ou, se maior, entre o montante agregado fixo das franquias de seguro de crédito, e o montante líquido agregado das faturas, notas de débito e notas de crédito emitidas ao longo dos quatro últimos anos. À data de 31 de dezembro de 2019, este quociente correspondia a uma taxa média ponderada de perdas de crédito de 0,089%.

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade em saldos a receber são apresentados na rubrica Provisões e perdas por imparidade, da Demonstração Consolidada de Resultados.

As dívidas de terceiros são apresentadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira como ativos correntes, exceto quando o respetivo vencimento é superior a doze meses da data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, situações em que são apresentadas como ativos não correntes.

b) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente registados no passivo pelo seu justo valor, que geralmente corresponde ao seu valor nominal, líquido de despesas com

a emissão desses empréstimos. São posteriormente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, que utiliza a taxa de juro efetiva para calcular o gasto de juro a registar na Demonstração Consolidada de Resultados tendo por base o princípio do acréscimo, em conformidade com a política contabilística enunciada na nota 2.11.

c) Instrumentos derivados

O Grupo pode utilizar instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos. Não são utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados classificados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa podem ser utilizados pelo Grupo para cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos obtidos (“swaps”) e do risco de taxa de câmbio (“forwards”). Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são materialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas na rubrica Resultados financeiros da Demonstração Consolidada de Resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz a conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta, no momento inicial da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos derivados que possam ser utilizados pelo Grupo para cobertura da exposição a alterações nas taxas de juro e de câmbio são

inicialmente registados ao custo, se este existir, que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente ajustados pelo justo valor correspondente. As alterações de justo valor destes instrumentos são contabilizadas em Outro rendimento integral, na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, e na rubrica Outro rendimento integral acumulado, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, sendo transferidas para a Demonstração Consolidada de Resultados, no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor registadas em Outro rendimento integral acumulado são transferidas para resultados do exercício ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem; as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados.

O Grupo pode utilizar, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Estes instrumentos derivados não são elegíveis para serem objeto de uma contabilidade de cobertura devido a incerteza na data efetiva das operações subjacentes. Não obstante, permitem mitigar, de forma significativa, o efeito de variações cambiais nos empréstimos e saldos a receber, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Em algumas transações de derivados, o Grupo não aplica contabilidade de cobertura embora haja intenção de cobrir riscos de fluxos de caixa. São inicialmente registados ao custo e subsequentemente ajustados ao correspondente justo valor, determinado por “software” especializado (nos termos descritos na nota 24). As alterações no justo valor destes instrumentos são registadas na Demonstração Consolidada de Resultados.

Os instrumentos derivados são apresentados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, nas rubricas Outros ativos correntes e Outros passivos correntes (nota 24).

d) Fornecedores

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas inicialmente ao justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto financeiro é considerado imaterial.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos bancários correntes, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

f) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em Outras reservas incluída em Outras reservas e resultados acumulados.

2.15. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado na nota 27, o Grupo assumiu, através de algumas subsidiárias, compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram planos de benefícios definidos, tendo sido constituídos para o efeito fundos de pensões autónomos.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais das responsabilidades, determinados de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As remensurações incluem (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes dos ajustamentos de experiência e das alterações de pressupostos atuariais demográficos e financeiros; (ii) o rendimento dos ativos do plano, excluindo os montantes que são incluídos no juro líquido do passivo líquido por benefícios definidos; e (iii) qualquer mudança no efeito do limite dos ativos, excluindo os montantes que são incluídos no juro líquido do passivo líquido por benefícios definidos; e são registadas em Outro rendimento integral, na Demonstração Consolidada de Rendimento Integral.

O juro líquido, incluído no passivo líquido por benefícios definidos, corresponde à variação deste passivo durante o exercício em resultado da passagem do tempo.

Os custos por responsabilidades passadas são registados imediatamente como gasto do exercício.

O passivo por benefícios definidos registado à data de relato representa o valor atual das obrigações por planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões.

2.16. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de ocorrer uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja considerada remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado e a taxa anual efetiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são registados sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o registo inicial do goodwill; ou ii) o registo inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser registadas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em outro rendimento

integral, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos registado nas demonstrações financeiras consolidadas corresponde ao entendimento do Grupo sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo registados passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais posições venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, por terem interpretações distintas das do Grupo, tais situações são objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, se se concluir que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, o Grupo trata a situação como um passivo contingente - não é registado qualquer valor de imposto atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações em que se conclua que a probabilidade de perda é superior a 50%, é registada uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é registado o custo associado.

2.18. Rédito e especialização dos exercícios

O rédito é registado em relação a contratos com clientes: (i) que tenham sido aprovados (verbalmente ou por escrito) por todas as partes; (ii) para os quais o Grupo possa identificar os direitos de cada parte em relação aos bens e serviços a serem transferidos; (iii) para os quais o Grupo possa identificar as condições de pagamento de bens e serviços a serem transferidos; (iv) que tenham substância comercial; e (v) para os quais é provável que o Grupo receba a contraprestação a que tem direito pelos bens e serviços transferidos para o cliente.

O rédito relacionado com cada obrigação de execução incluída num contrato com clientes que possua as características definidas anteriormente, é registado no momento em que o cliente é faturado. Não existem diferenças significativas entre o momento em que a fatura é emitida e o momento em que o cliente obtém o controlo dos bens e serviços transferidos, que normalmente ocorre aquando do envio ou da entrega. As obrigações de execução são geralmente satisfeitas num momento específico.

O rédito proveniente da venda de mercadorias e produtos resultantes da atividade principal do Grupo é registado na rubrica Vendas, da Demonstração Consolidada de Resultados. As vendas de todos os produtos restantes são registadas em Outros rendimentos e ganhos (rendimentos suplementares). O rédito de serviços prestados pelo Grupo é registado na rubrica Prestações de serviços.

Outros ativos correntes e Outros passivos correntes incluem rendimentos e gastos do exercício que serão apenas faturados e recebidos ou pagos em exercícios posteriores. Essas rubricas também incluem recebimentos e pagamentos que já ocorreram, mas que correspondem a rendimentos e gastos de exercícios futuros, altura em que serão registados na Demonstração Consolidada de Resultados.

As mercadorias e os produtos vendidos pelo Grupo resultam principalmente da sua atividade principal, que é a produção de painéis derivados de madeira e produtos derivados. Os produtos do Grupo têm especificações técnicas que são definidas de acordo com a lei vigente e com normas internas e externas. Essas especificações técnicas podem ser consultadas pelos clientes no sítio do Grupo na internet ou mediante solicitação. Se os produtos vendidos não corresponderem às especificações técnicas assumidas pelo Grupo ou se apresentarem algum dano, o cliente poderá solicitar um reembolso ou uma substituição do produto. O Grupo não assume nenhuma garantia limitada no tempo para os seus produtos (garantias contra defeitos de produção que são aplicáveis por um período específico de tempo).

O Grupo não registou como ativo nenhum custo incorrido no cumprimento de contratos com clientes.

Os contratos com clientes realizados pelo Grupo não contêm componentes significativas de financiamento.

2.19. Mais-valias e menos-valias

As mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, são apresentadas na Demonstração Consolidada de Resultados pelo valor correspondente à diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas.

2.20. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transações de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transações de natureza financeira, na Demonstração Consolidada de Resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 2.14.c)).

2.21. Responsabilidades pelo Plano de incentivos de médio prazo

A Sociedade e as suas subsidiárias atribuem, anualmente, aos quadros integrados num grupo funcional com classificação *Executive* ou superior, uma remuneração definida em função do valor criado para os acionistas no exercício anterior, a ser paga após um período de três anos, na circunstância de o quadro, ao qual foi atribuída, se manter em funções no final deste período.

Esta remuneração, que consiste numa obrigação pecuniária, é registada nas rubricas Outros passivos não correntes e Outros passivos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira.

2.22. Eventos subsequentes

Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (eventos registáveis). Os eventos que ocorreram após o termo do exercício e que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data da Demonstração Consolidada de Posição Financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais (eventos não registáveis).

2.23. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo, tendo em consideração o sistema interno de relato de informação financeira (nota 41).

2.24. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento (notas 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 9, 10 e 11);
- b) Análise de imparidade das contas a receber (notas 17 e 18);
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, ajustamento de justo valor e, no caso dos inventários, ao valor realizável líquido (nota 7, 12, 16 e 31);
- d) Cálculo das responsabilidades por benefícios pós-emprego (nota 27);
- e) Cálculo de provisões e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 31);
- f) Cálculo do imposto sobre o rendimento (nota 39);

- g) Quantificação de contingências (nota 42);
- h) Avaliação de indícios de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. Não obstante, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas, através da Demonstração Consolidada de Resultados, de forma prospectiva, conforme disposto pela norma IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.25. Classificação de rubricas de natureza operacional quanto à sua recorrência

O Grupo divulga informação sobre a recorrência dos eventos contabilizados em rubricas de natureza operacional, com exceção dos registados em amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade, mas incluindo as perdas por imparidade em clientes, tendo em vista proporcionar aos leitores das suas demonstrações financeiras consolidadas informação adicional que permita melhor avaliar a tendência de resultados futuros.

Desta forma, são classificados como não recorrentes os eventos que pela sua natureza são infrequentes, incomuns, excepcionais, únicos ou residuais, em relação aos quais não há expectativas de ocorrerem regularmente no contexto da atividade normal do Grupo. Em particular, o Grupo classifica como tal, os rendimentos provenientes de indemnização de seguros, os gastos resultantes de multas e coimas e os rendimentos e ganhos relacionados com a descontinuação de ativos, ou desta decorrentes, designadamente:

- Mais-valias e menos-valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis;
- Gastos de reestruturação;

- Gastos com a terminação da relação laboral com trabalhadores;
- Rendimentos e ganhos de uma entidade, ou parte de uma entidade, incluída na consolidação, após a mesma ter sido classificada internamente como inativa.

Todos os eventos que não sejam classificados como não recorrentes, são classificados como recorrentes.

2.26. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Mensuração do justo valor.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização de utilização corrente no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. O justo valor resultante corresponde ao nível 2 da hierarquia do justo valor, conforme definido na IFRS 13. Nas situações em que as referidas técnicas recorrem, maioritariamente ou exclusivamente, a informação não observável nos mercados, o justo valor resultante corresponde ao nível 3 da hierarquia estabelecida pela norma anteriormente mencionada.

2.27. Gestão do risco

a) Risco de crédito

i) Créditos sobre clientes

O risco de crédito na Sonae Indústria resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da política de gestão de riscos de crédito na Sonae Indústria é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de clientes em conformidade com condições de pagamento o mais reduzidas possível, mantendo ao mesmo tempo o nível mais baixo possível de imparidade de devedores.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, as empresas do Grupo:

- Criaram uma Comissão de análise e acompanhamento trimestral do risco de crédito;

- Implementaram processos e procedimentos comuns de gestão de crédito pró-ativos e preventivos, apoiados por sistemas de informação;
- Criaram mecanismos adequados de cobertura de riscos (tais como, seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias).

Para fomentar a partilha de experiências, o alinhamento de procedimentos e práticas e para assegurar o cumprimento de regras de controlo adequadas, a Sonae Arauco (empreendimento conjunto – nota 5) promove um “fórum de Gestão de Risco de Crédito de Clientes”.

ii) Ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais e dos saldos de créditos sobre clientes correlacionados, as empresas do Grupo detêm outros ativos financeiros, relacionados sobretudo com as suas atividades de gestão de tesouraria e com depósitos em instituições financeiras. Em consequência destes movimentos e saldos bancários, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das instituições financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. No entanto, o risco é considerado reduzido devido aos valores limitados normalmente envolvidos em depósitos bancários e à credibilidade das instituições financeiras usadas pelas empresas do grupo.

b) Riscos de mercado

i) Risco de taxa de juro

Devido à proporção relevante de dívida a taxa variável e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros, a empresa está exposta ao risco de taxa de juro.

Regra geral, a Sonae Indústria não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação positiva entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow* operacional antes de juros líquidos", que cria uma cobertura natural ao nível do "*cash flow* operacional após juros líquidos" para a Sonae Indústria.

Como exceção a esta política geral, a Sonae Indústria pode contratar certos derivados de taxa de juro, visando exclusivamente cobrir exposições a riscos existentes e apenas na medida em que os riscos e valorização desses

derivados possam ser avaliados com rigor pela empresa. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados de taxa de juro com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Em dezembro de 2019, a Sonae Indústria emitiu obrigações subordinadas com prazo de 10 anos, a taxa fixa, no montante de 50 milhões de euros (notas 23.1. e 33.1).

ii) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, presente em três continentes diferentes, a Sonae Indústria encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio. As Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira e a Demonstração de Resultados encontram-se expostas a risco de câmbio de translação e as subsidiárias da Sonae Indústria encontram-se expostas a risco de taxa de câmbio tanto de translação como de transação.

Como regra do Grupo, sempre que é possível e economicamente viável, as empresas do Grupo procuram compensar os *cash flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira, mitigando dessa forma os riscos cambiais.

Também como regra geral, em situações em que exista risco cambial relevante em resultado da atividade operacional envolvendo divisas que não a divisa local de cada subsidiária, o risco cambial deve ser mitigado através da utilização de derivados cambiais de curto prazo contratados pela subsidiária exposta ao referido risco. As subsidiárias da Sonae Indústria não contratam derivados cambiais com objetivos de *trading*, geração de proveitos ou fins especulativos.

Como política, o risco de translação em resultado da conversão de investimentos de Capitais Próprios em subsidiárias não Euro não é coberto, uma vez que estes investimentos são considerados de longo prazo. Pressupõe-se também que a cobertura de transações não acrescentaria valor a longo prazo. Os ganhos e as perdas relacionados com a conversão a diferentes taxas de câmbio de *cash flows* positivos e negativos em subsidiárias não Euro são contabilizados como Capitais Próprios na rubrica de "Outro Rendimento Integral Acumulado".

iii) Risco de liquidez

No Grupo Sonae Indústria, a gestão do risco de liquidez tem por objetivo assegurar que a sociedade obtenha, atempadamente, o financiamento necessário para dar continuidade aos negócios, implementar a estratégia definida e cumprir com as suas obrigações, nos termos e condições mais favoráveis.

Para este efeito, a gestão de liquidez do Grupo compreende:

- Planeamento financeiro e previsões de fluxos de caixa por país e a nível consolidado, com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e para o *business plan*);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação dos prazos de vencimento da dívida por forma a evitar uma excessiva concentração de reembolsos em curtos períodos de tempo;
- Negociação com bancos de relacionamento de linhas de crédito de curto prazo (*committed* e *uncommitted*), programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, com o objetivo de assegurar um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;
- Acesso e gestão ativa das posições de liquidez e dos fluxos de caixa das subsidiárias, tendo em consideração os objetivos do Grupo no que toca a liquidez.

A análise do risco de liquidez está incluída na nota 25.

c) Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae Indústria, entendida como a proporção de capital próprio e dívida líquida da empresa, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais tendo também em consideração critérios de eficiência no custo de financiamento.

A Sonae Indústria monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as medidas necessárias com vista à concretização dos objetivos referidos.

No final de 2019, o *gearing* líquido (contabilístico) (Dívida Líquida/Capitais Próprios) da Sonae Indústria foi de 1.6 ou 1.2, conforme as Obrigações

Subordinadas emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sejam, respetivamente, incluídas ou excluídas no valor da Dívida Líquida (1.4 em 2018).

3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas às datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foi afetada pela aplicação da IFRS 16 - Locações a partir de 1 de janeiro de 2019 (nota 2.1.1.). Esta nova norma alterou a política contabilística do Grupo para as locações, conforme descrito na nota 2.5.

3.1 Procedimentos de transição para a IFRS 16

De acordo com a norma IFRS 16, as locações anteriormente classificadas como operacionais foram registadas em Ativos fixos tangíveis e em Credores por locações, na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, exceto as locações de baixo valor e de curto prazo, para as quais não houve alteração de contabilização. Esta alteração ocorreu em 1 de janeiro de 2019 (data de transição) e foi tratada de acordo com as disposições de transição da IFRS 16, que consistiram em:

- Registrar, em 1 de janeiro de 2019, um passivo por locação para cada contrato de locação anteriormente classificado como locação operacional que não seja uma locação de baixo valor ou de curto prazo, de acordo com as disposições da IFRS 16. Este passivo por locação é incluído na rubrica Credores por locações, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e corresponde ao valor atual, na referida data, dos pagamentos de locação remanescentes de cada locação. Esse valor foi posteriormente alterado pela amortização do capital referente a essas locações;

- Na mesma data, um ativo sob direito de uso foi registado em Ativos fixos tangíveis, na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, pelo mesmo valor registado em credores por locação. O valor contabilístico do ativo sob direito de uso foi posteriormente alterado pela respetiva depreciação, que começou em 1 de janeiro de 2019 e terminará no final da vida útil do ativo ou no final do prazo de locação (a que ocorrer primeiro), a menos que exista razoável certeza quanto à aquisição dos ativos locados no final do contrato,

situação em que o ativo sob direito de uso será depreciado conforme descrito na nota 2.3;

- O valor atual do passivo por locação foi calculado utilizando uma taxa de financiamento incremental que teve em consideração o prazo de locação de cada contrato. Esta taxa de financiamento incremental foi calculada conforme descrito na nota 2.5. Todos os contratos de uma empresa do Grupo com o mesmo prazo de locação utilizaram a mesma taxa de financiamento incremental. A taxa de financiamento incremental média ponderada consolidada utilizada na data de transição foi de 3,4%;

- O prazo de locação definido para cada contrato incluído nesta transição é o período durante o qual o contrato tem força executória. Para determinar esse período, o Grupo teve em consideração não apenas as penalidades definidas contratualmente, mas também as consequências económicas da rescisão do contrato, tanto para o locatário como para o locador. Nas situações em que se considera que estas consequências são significativas tanto para o locador como para o locatário e o locador é uma entidade externa, o Grupo define um prazo de locação em consonância com a sua expectativa de utilização do ativo. Se o locador for uma parte relacionada não incluída na consolidação, o Grupo considera um prazo de locação correspondente à vida útil remanescente do ativo, que poderá ser reduzido se se verificarem situações de imparidade;

- As locações anteriormente classificadas como operacionais que foram classificadas como locações de baixo valor ou de curto prazo, de acordo com a IFRS 16, e as locações previamente classificados como locações financeiras não passaram por nenhum procedimento de transição;

- As locações que não foram classificadas como de curto prazo, mas que atingiram seu termo em 2019, foram incluídas nos procedimentos de transição;

- No que toca a locações de equipamentos de transporte, o Grupo utilizou o expediente prático permitido pela IFRS 16 que, em relação aos pagamentos de locação, consiste em não separar as componentes de locação das componente que não são de locação;

- O Grupo não reexpressou as demonstrações financeiras consolidadas do período anterior, uma vez que aplicou a opção de transição simplificada;
- Esta transição incluiu apenas os contratos nos quais o Grupo age como locatário

3.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas em 1 de janeiro de 2019

Na data de transição (1 de janeiro de 2019), o Grupo registou um ativo consolidado sob direito de uso e um passivo consolidado por locação no montante de 6 296 280 euros.

O montante dos pagamentos mínimos da locação operacional divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Indústria para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 pode ser reconciliado com o passivo por locação registado na data de transição (1 de janeiro de 2019) da seguinte forma:

Montante dos pagamentos mínimos de locação operacional divulgado em 31.12.2018	7 030 353
Valor atual dos pagamentos mínimos de locação operacional divulgado em 31.12.2018	6 490 215
Outros	(193 935)
Credores por locações em 31.12.2018 - 01.01.2019	<u>6 296 280</u>

3.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019

Se esta norma não tivesse sido aplicada na data de transição, as demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2019 seriam apresentadas como segue:

ATIVO	31.12.2019	Efeito da IFRS 16	31.12.2019 sem efeito da IFRS 16	31.12.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES				
Ativos fixos tangíveis	153 648 978	4 801 512	148 847 466	135 704 644
Goodwill	347 082		347 082	347 082
Ativos intangíveis	68 755		68 755	86 449
Propriedades de investimento	5 499 237		5 499 237	5 750 140
Ativos biológicos	238 894		238 894	
Investimentos em empreendimentos conjuntos	209 128 627		209 128 627	212 459 264
Outros investimentos	19 829		19 829	133 952
Outros ativos não correntes	1 095 969		1 095 969	
Total de ativos não correntes	<u>370 047 371</u>	<u>4 801 512</u>	<u>365 245 859</u>	<u>354 481 531</u>
ATIVOS CORRENTES				
Inventários	21 961 930		21 961 930	18 224 036
Clientes	14 079 419		14 079 419	12 302 439
Outras dívidas de terceiros	1 054 515		1 054 515	124 360
Ativos por imposto corrente	2 345 193		2 345 193	2 506 968
Outros impostos e contribuições	1 783 339		1 783 339	1 552 714
Outros ativos correntes	2 281 415		2 281 415	2 033 291
Caixa e equivalentes de caixa	7 059 662		7 059 662	10 624 192
Total de ativos correntes	<u>50 565 473</u>	<u></u>	<u>50 565 473</u>	<u>47 368 000</u>
Ativos não correntes detidos para venda	131 070		131 070	
TOTAL DO ATIVO	<u>420 743 914</u>	<u>4 801 512</u>	<u>415 942 402</u>	<u>401 849 531</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	253 319 797		253 319 797	253 319 797
Reserva legal	1 807 489		1 807 489	1 807 489
Outras reservas e resultados acumulados	(186 140 089)	(94 795)	(186 045 294)	(172 733 307)
Outro rendimento integral acumulado	58 331 221	(758)	58 331 979	53 139 528
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	<u>127 318 418</u>	<u>(95 553)</u>	<u>127 413 971</u>	<u>135 533 507</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	<u>127 318 418</u>	<u>(95 553)</u>	<u>127 413 971</u>	<u>135 533 507</u>
PASSIVO				
PASSIVOS NÃO CORRENTES				
Empréstimos obrigacionistas subordinados	49 938 116		49 938 116	
Empréstimos obrigacionistas não subordinados	7 951 240		7 951 240	
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	146 393 538		146 393 538	188 102 256
Credores por locações - líquidos da parcela corrente	3 335 541	3 227 342	108 199	491 753
Benefícios pós-emprego	904 548		904 548	785 667
Outros passivos não correntes	3 404 222		3 404 222	1 128 038
Passivos por imposto diferido	20 957 005		20 957 005	18 883 485
Provisões	10 387 752		10 387 752	1 778 290
Total de passivos não correntes	<u>243 271 962</u>	<u>3 227 342</u>	<u>240 044 620</u>	<u>211 169 489</u>
PASSIVOS CORRENTES				
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	5 755 509		5 755 509	15 192 246
Empréstimos bancários correntes	830 938		830 938	2 136 274
Parcela corrente dos credores por locações não correntes	1 790 941	1 669 723	121 218	529 015
Fornecedores	26 026 430		26 026 430	21 567 484
Passivos por imposto corrente	29 812		29 812	29 283
Outros impostos e contribuições	580 396		580 396	490 083
Outros passivos correntes	15 073 152		15 073 152	11 926 431
Provisões	66 356		66 356	3 275 719
Total de passivos correntes	<u>50 153 534</u>	<u>1 669 723</u>	<u>48 483 811</u>	<u>55 146 535</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	<u>420 743 914</u>	<u>4 801 512</u>	<u>415 942 402</u>	<u>401 849 531</u>

	31.12.2019	Efeito da IFRS 16	31.12.2019 sem efeito da IFRS 16	31.12.2018
Vendas	228 500 563		228 500 563	218 781 711
Prestações de serviços	1 486 041		1 486 041	1 392 246
Varição de valor dos ativos biológicos	(145 199)		(145 199)	
Outros rendimentos e ganhos	4 240 249		4 240 249	8 225 377
Custo das vendas	(127 189 314)		(127 189 314)	(122 579 602)
Varição da produção	1 997 447		1 997 447	2 127 584
Fornecimentos e serviços externos	(52 211 400)	2 053 809	(54 265 209)	(49 825 897)
Gastos com o pessoal	(27 148 274)		(27 148 274)	(25 213 411)
Amortizações e depreciações	(15 930 215)	(1 918 694)	(14 011 521)	(13 090 365)
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	(5 719 226)		(5 719 226)	91 055
Outros gastos e perdas	<u>(3 451 748)</u>	<u></u>	<u>(3 451 748)</u>	<u>(3 647 577)</u>
Resultado operacional	4 428 924	135 115	4 293 809	16 261 121
Rendimentos financeiros	695 759		695 759	660 983
Gastos financeiros	(12 175 674)	(229 910)	(11 945 764)	(12 222 705)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	(2 864 147)		(2 864 147)	12 500 537
Resultados relativos a investimentos	<u>(121 425)</u>	<u></u>	<u>(121 425)</u>	<u></u>
Resultado antes de impostos	(10 036 563)	(94 795)	(9 941 768)	17 199 936
Imposto sobre o rendimento	<u>(3 332 786)</u>	<u></u>	<u>(3 332 786)</u>	<u>(6 171 466)</u>
Resultado líquido consolidado do período	<u>(13 369 349)</u>	<u>(94 795)</u>	<u>(13 274 554)</u>	<u>11 028 470</u>

4. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2019		31.12.2018		
		Direto	Total	Direto	Total	
Frases e Frações - Imobiliária e Serviços, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz UK Holdings, Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Glunz Uka GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Isoroy, SAS	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Maiequipa - Gestão Florestal, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Movelpartes - Comp. para a Indústria do Mobiliário, SA	Paredes (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Novodecor (Pty) Ltd	Woodmead (África do Sul)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Parcelas e Narrativas - Imobiliária, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Poliface North America	Lac-Mégantic (Canadá)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Management Services, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Sonae Indústria - Soc. Gestora de Participações Sociais, SA	Maia (Portugal)	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Sonae Indústria de Revestimentos, SA	Maia (Portugal)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Tafisa Canada Inc	Lac-Mégantic (Canadá)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)
Tafisa France S.A.S.	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	a)

a) Controlo detido por maioria de votos;

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo na subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à participação direta e indireta detida pela empresa-mãe na subsidiária em questão.

5. EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS

Os empreendimentos conjuntos, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO				CONDIÇÕES DE INCLUSÃO
		31.12.2019		31.12.2018		
		Direto	Total	Direto	Total	
Sonae Arauco, S.A.	Madrid (Espanha)	50.00%	50.00%	50.00%	50.00%	
Agepan Eiweiler Management, GmbH	Eiweiler (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Aglom Investimentos, SGPS, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Ecociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
GHP Glunz Holzwerkstoffproduktions GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S. A.	Maia (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Impaper Europe GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Laminate Park GmbH & Co. KG	Eiweiler (Alemanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00%	b)
Somit – Imobiliária, S.A.	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Beeskow GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Deutschland GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Espana - Soluciones de Madera, S. L.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco France SAS	La Garenne-Colombes (França)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Maroc SARL	Casablanca (Marrocos)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Netherlands B. V.	Woerden (Países Baixos)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Portugal, S.A.	Mangualde (Portugal)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco South Africa (Pty) Ltd.	Woodmead (África do Sul)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco Suisse, S.A.	Tavannes (Suíça)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Sonae Arauco (UK), Ltd.	Liverpool (Reino Unido)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Madrid (Espanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)
Tecmasa. Reciclados de Andalucía, S. L.	Madrid (Espanha)	50.00%	25.00%	50.00%	25.00%	b)
Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100.00%	50.00%	100.00%	50.00%	a)

a) Sociedade incluída no perímetro de consolidação da Sonae Arauco, S.A.;

b) Sociedade cujo investimento está registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S.A. por aplicação do método da equivalência patrimonial, dado estar classificada como empreendimento conjunto desta sociedade.

A percentagem direta de capital detido refere-se à participação direta de uma sociedade do grupo na subsidiária em questão.

A percentagem total de capital detido refere-se à participação direta e indireta detida pela empresa-mãe na subsidiária em questão.

As ações destas sociedades não estão cotadas, razão pela qual não é possível identificar o justo valor de nível um das respectivas participações financeiras.

5.1. Informação sobre o controlo conjunto dos empreendimentos conjuntos

O controlo conjunto da Sonae Arauco, S. A. foi estabelecido por contrato celebrado em 2015 entre a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Arauco Internacional Limitada, sociedade do Grupo Arauco, e consubstancia-se numa tomada conjunta de todas as decisões ao nível dos órgãos de decisão da Sonae Arauco.

As disposições contratuais preveem, nomeadamente, que a Sonae Indústria, SGPS S.A., assuma determinadas contingências legais e fiscais da Sonae Arauco e suas subsidiárias, anteriores à data de constituição do empreendimento conjunto. Em consequência, a Sonae Arauco, S.A. (Chile) tem o direito de regresso da totalidade dos pagamentos realizados por si ou pelas suas subsidiárias no âmbito das referidas contingências, bem como no decurso de alguns negócios especificamente referenciados no referido acordo. A rubrica Provisões, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, inclui, à data de 31 de dezembro de 2019, uma estimativa das obrigações já transferidas para a Sonae Indústria, SGPS, S. A. (nota 31). As contingências em curso entendidas como relevantes para efeitos de divulgação encontram-se referenciadas na nota 42 do presente anexo.

5.2. Informação sobre as demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos

Os ativos líquidos consolidados e os resultados líquidos consolidados destas sociedades que constituem empreendimentos conjuntos, cuja quota-parte foi registada nas presentes demonstrações financeiras consolidadas por aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme indicado na nota 2.2.b), detalham-se como segue:

ATIVO	Sonae Arauco - Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:		
Ativos fixos tangíveis	525 840 178	478 585 861
Goodwill	7 232 769	7 018 942
Ativos intangíveis	4 271 105	3 450 984
Investimentos em associadas		1 853 097
Investimentos em empreendimentos conjuntos	245 601	221 210
Outros investimentos	1 148 923	1 094 615
Ativos por imposto diferido	28 340 938	25 562 366
Outros ativos não correntes	<u>1 378 571</u>	<u>50 618</u>
Total de ativos não correntes	<u>568 458 085</u>	<u>517 837 693</u>
ATIVOS CORRENTES:		
Inventários	92 089 685	92 074 961
Clientes	68 345 339	70 252 657
Outras dívidas de terceiros	2 920 848	32 489 623
Ativos por Imposto corrente	4 096 737	2 597 399
Outros Impostos e contribuições	7 697 942	12 276 732
Outros ativos correntes	4 696 823	7 881 968
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12 232 705</u>	<u>20 234 918</u>
Total de ativos correntes	<u>192 080 079</u>	<u>237 808 258</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>760 538 164</u>	<u>755 645 951</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Capital social	20 118 630	20 118 630
Prêmio de emissão	127 440 685	127 440 685
Reserva legal	4 023 726	4 023 726
Outras reservas e resultados acumulados	112 733 854	116 483 837
Outro rendimento integral acumulado	<u>(15 721 770)</u>	<u>(13 153 604)</u>
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	<u>248 595 125</u>	<u>254 913 274</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	<u>248 595 125</u>	<u>254 913 274</u>
PASSIVO:		
PASSIVOS NÃO CORRENTES:		
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	228 740 236	228 936 468
Credores por locações - líquidos da parcela corrente	12 431 358	2 394 234
Outros empréstimos	6 154 607	2 704 611
Benefícios pós-emprego	28 966 339	24 214 492
Outros passivos não correntes	8 840 222	6 830 830
Passivos por imposto diferido	31 953 713	32 264 977
Provisões	<u>8 884 565</u>	<u>9 845 714</u>
Total de passivos não correntes	<u>325 971 040</u>	<u>307 191 326</u>
PASSIVOS CORRENTES:		
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	5 889 539	2 430 400
Empréstimos bancários correntes	2 533 833	7 084 821
Parcela corrente dos credores por locações não correntes	3 932 220	6 811 429
Outros empréstimos	635 291	820 192
Fornecedores	100 255 316	99 206 078
Passivos por imposto corrente	6 961 825	10 209 319
Estado e outros entes públicos	4 981 670	4 220 102
Outros passivos correntes	55 282 305	62 759 010
Provisões	<u>5 500 000</u>	
Total de passivos correntes	<u>185 971 999</u>	<u>193 541 351</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	<u>760 538 164</u>	<u>755 645 951</u>

Sonae Arauco - Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018
Vendas	758 730 482	793 331 966
Prestações de serviços	8 693 769	5 944 370
Outros rendimentos e ganhos	28 034 790	75 859 115
Custo das vendas	(361 980 731)	(406 990 772)
Variação da produção	(1 568 628)	8 354 965
Fornecimentos e serviços externos	(218 881 700)	(219 085 284)
Gastos com o pessoal	(133 097 053)	(129 410 231)
Amortizações e depreciações	(49 084 805)	(44 103 785)
Provisões e perdas por imparidade (aumentos / reduções)	(3 535 087)	(9 009 707)
Outros gastos e perdas	<u>(8 648 068)</u>	<u>(8 148 133)</u>
Resultado operacional	18 662 969	66 742 504
Gastos financeiros	(18 397 181)	(22 068 080)
Rendimentos financeiros	2 068 350	3 143 615
Ganhos ou perdas relativos a empresas associadas	246 903	129 365
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos	24 391	(17 494 018)
Resultados relativos a outros investimentos	<u>13 655</u>	<u>(93 340)</u>
Resultado antes de impostos das operações que continuam	2 619 087	30 360 047
Imposto sobre o rendimento	<u>(1 289 988)</u>	<u>(6 406 550)</u>
Resultado depois de impostos das operações que continuam (a)	1 329 099	23 953 497
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas (b)	<u>(343 130)</u>	<u>1 047 576</u>
Resultado das operações que continuam ajustado (a) + (b)	985 969	25 001 073
Quota-parte do Grupo no resultado líquido [(a) + (b)] x 0.5	492 984	12 500 537
Rubricas que ulteriormente poderão ser transferidas para resultado		
Variação da reserva de conversão monetária	2 099 829	(5 463 097)
Variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(443 696)	
Rubricas que ulteriormente não poderão ser transferidas para resultado		
Remensurações de planos de benefícios definidos	(5 441 418)	(144 944)
Imposto sobre o rendimento referente a rubricas que não serão reclassificadas	<u>1 217 123</u>	<u>90 137</u>
Outro Rendimento integral (c)	(2 568 162)	(5 517 904)
Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas (d)		7 006 424
Outro rendimento integral ajustado (c) + (d)	(2 568 162)	1 488 520
Quota-parte do grupo no outro rendimento integral (c) x 0.5	(1 284 081)	744 260

5.2.1. Eventos relevantes ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 nas sociedades classificadas como empreendimentos conjuntos da Sonae Indústria, SGPS, SA:

Em outubro de 2017, as unidades industriais de Mangualde e Oliveira do Hospital, controladas pela Sonae Arauco, S. A., sociedade na qual a Sonae Indústria detém uma participação de 50% do seu capital, foram atingidas pelos graves incêndios florestais que afetaram a região central de Portugal. Em consequência, os respetivos parques de madeiras, os equipamentos instalados nesses parques e os sistemas elétricos e de cablagens sofreram danos significativos, que deixaram estas unidades industriais inoperacionais. A atividade destas unidades industriais foi retomada na sua totalidade durante o primeiro semestre de 2018, após conclusão dos trabalhos de reconstrução.

Ambas as unidades industriais dispõem de apólice de seguro no âmbito da qual a Sonae Arauco recebeu indemnizações pelos custos de reconstrução dos edifícios e do equipamento básico, assim como pelas perdas de exploração incorridas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sonae Arauco recebeu a última parcela da indemnização de seguro acordada com as seguradoras, no montante de 32 005 488 euros. O montante total da indemnização recebida ascende a 76 446 222 euros. O ganho correspondente foi registado nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco de 2017 (16 940 254 euros), 2018 (56 098 220 euros) e 2019 (3 407 748 euros).

No exercício concluído em 31 de dezembro de 2019, a Sonae Arauco divulgou a sua intenção de cessar, até final de 2020, a atividade da unidade industrial de Horn (Alemanha), que é detida pela GHP GmbH, uma subsidiária da Sonae Arauco, S. A.. Em consequência, foi registada uma provisão de 7 700 000 euros nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco do exercício terminado em 31 de dezembro de 2019.

A rubrica Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados da Sonae Indústria, inclui 50% do resultado líquido consolidado do Grupo Sonae Arauco, por aplicação do método da equivalência patrimonial. Consequentemente, os efeitos referidos anteriormente foram repercutidos na referida rubrica em 50% do seu valor.

5.2.2. Ajustamentos de uniformização de políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sonae Indústria efetuou ajustamentos ao outro rendimento integral consolidado da Sonae Arauco, S. A. no sentido de o homogeneizar com as políticas contabilísticas do Grupo, que incluem 4 027 000 euros referentes à revalorização de terrenos e edifícios efetuada à data de 31 de dezembro de 2018. Este montante corresponde a 50% do aumento do valor contabilístico líquido dos terrenos e edifícios do Grupo Sonae Arauco deduzido dos correspondentes impostos diferidos (o valor de avaliação corresponde ao nível 3 da hierarquia de justo valor). Esta revalorização não foi efetuada nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Arauco, S. A. do referido exercício, que seguem o modelo do custo para mensuração subsequente

de todas as classes do ativo fixo tangível. Esta revalorização originou, ainda, um ajustamento ao resultado líquido consolidado da Sonae Arauco do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente à depreciação dos ativos fixos tangíveis revalorizados, pelo montante de -343 130 euros.

5.3. Ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos

A rubrica Ganhos e perdas relativos a empreendimentos conjuntos, da Demonstração Consolidada de Resultados da Sonae Indústria, SGPS, S.A., apresenta a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Quota-parte do Grupo no resultado líquido	492 984	12 500 537
Outros efeitos em empreendimentos conjuntos	<u>(3 357 131)</u>	<u>12 500 537</u>
	<u>(2 864 147)</u>	<u>12 500 537</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Outros efeitos em empreendimentos conjuntos inclui 50% de determinados gastos incorridos pelo empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A. que, no âmbito do acordo de parceria celebrado com o Grupo Arauco, são contratualmente transferidos para a Sonae Indústria, SGPS, S. A.. O efeito no resultado líquido dos restantes 50% dos referidos gastos são apropriados no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial.

5.4. Reconciliação do valor contabilístico líquido do investimento na Sonae Arauco, S. A.

Às datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor contabilístico líquido do investimento da Sonae Indústria, SGPS, S. A. na Sonae Arauco, S. A. reconciliava-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Capitais próprios consolidados da Sonae Arauco	248 595 125	254 913 274
Percentagem de interesse	50%	50%
Quota-parte do Grupo nos capitais próprios	124 297 563	127 456 637
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	80 975 627	80 975 627
Efeito da revalorização de ativos fixos tangíveis (líquido de impostos diferidos)	3 855 437	4 027 000
	<u>209 128 627</u>	<u>212 459 264</u>

6. CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nas Demonstrações Consolidadas de Posição Financeira, às datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:

31.12.2019	Ativos registados ao custo amortizado	Ativos registados a justo valor por resultados	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos	19 829		19 829		19 829
Outros ativos não correntes	1 095 969		1 095 969		1 095 969
Ativos correntes					
Clientes	14 079 419		14 079 419		14 079 419
Outras dívidas de terceiros	1 054 515		1 054 515		1 054 515
Outros ativos correntes	384 181		384 181	1 897 234	2 281 415
Caixa e equivalentes de caixa	7 059 662		7 059 662		7 059 662
Total	23 693 575		23 693 575	1 897 234	25 590 809

31.12.2018-Reexpresso	Ativos registados ao custo amortizado	Ativos registados a justo valor por resultados	Sub-total	Ativos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Ativos não correntes					
Outros investimentos	133 952		133 952		133 952
Ativos correntes					
Clientes	12 302 439		12 302 439		12 302 439
Outras dívidas de terceiros	124 360		124 360		124 360
Outros ativos correntes	321 549	27 676	349 225	1 684 066	2 033 291
Caixa e equivalentes de caixa	10 624 192		10 624 192		10 624 192
Total	23 506 492	27 676	23 534 168	1 684 066	25 218 234

31.12.2019	Passivos registados ao custo amortizado	Passivos registados a justo valor por resultados	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas subordinados	49 938 116		49 938 116		49 938 116
Empréstimos obrigacionistas não subordinados	7 951 240		7 951 240		7 951 240
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	146 393 538		146 393 538		146 393 538
Outros passivos não correntes				3 404 222	3 404 222
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não cor	5 755 509		5 755 509		5 755 509
Empréstimos bancários correntes	830 938		830 938		830 938
Fornecedores	26 026 430		26 026 430		26 026 430
Outros passivos correntes	14 321 399	143 493	14 464 892	608 260	15 073 152
Total	251 217 170	143 493	251 360 663	4 012 482	255 373 145

31.12.2018-Reexpresso	Passivos registados ao custo amortizado	Passivos registados a justo valor por resultados	Sub-total	Passivos não abrangidos pela IFRS 9	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela corrente	188 102 256		188 102 256		188 102 256
Outros passivos não correntes	103 005		103 005	1 025 033	1 128 038
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários não cor	15 192 246		15 192 246		15 192 246
Empréstimos bancários correntes	2 136 274		2 136 274		2 136 274
Fornecedores	21 567 484		21 567 484		21 567 484
Outros passivos correntes	11 610 860	5 621	11 616 481	309 950	11 926 431
Total	238 712 125	5 621	238 717 746	1 334 983	240 052 729

Os ativos e passivos não abrangidos pela IFRS 9 são constituídos, essencialmente, por saldos a receber e a pagar ao Estado e rubricas de diferimentos. Nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, este grupo de ativos e passivos incluía, também, saldos a receber e a pagar aos empregados do Grupo

e rubricas de acréscimos. A alteração de classificação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi acompanhada da reexpressão da informação referente ao exercício transato.

Não existem saldos compensados de ativos e passivos financeiros.

7. JUSTO VALOR

A utilização do justo valor na elaboração das presentes demonstrações financeiras pode ser resumida da seguinte forma:

7.1. Ativos e passivos financeiros

	Ativos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor		
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *	
31.12.2019					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	-		19 829	19 829	-
Outros ativos não correntes	-		1 095 969	1 095 969	-
Ativos correntes					
Clientes	-		14 079 419	14 079 419	-
Outras dívidas de terceiros	-		1 054 515	1 054 515	-
Outros ativos correntes	-		384 181	384 181	nota 19, 24
Caixa e equivalentes de caixa	-		7 059 662	7 059 662	-
Total			23 693 575	23 693 575	
31.12.2018 - Reexpresso					
Ativos não correntes					
Outros investimentos	-		133 952	133 952	-
Ativos correntes					
Clientes	-		12 302 439	12 302 439	-
Outras dívidas de terceiros	-		124 360	124 360	-
Outros ativos correntes	2	27 676	321 549	349 225	nota 19, 24
Caixa e equivalentes de caixa	-		10 624 192	10 624 192	-
Total		27 676	23 506 492	23 534 168	
	Passivos financeiros				Descrição das técnicas de valorização utilizadas
	Mensurado ao justo valor		Não mensurado ao justo valor		
	Nível de justo valor	Montante	Justo valor quantificado	Justo valor não quantificado *	
31.12.2019					
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas subordinados	-		49 938 116	49 938 116	-
Empréstimos obrigacionistas não subordinados	-		7 951 240	7 951 240	-
Empréstimos bancários - líquidos da parcela	-		146 393 538	146 393 538	-
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários	-		5 755 509	5 755 509	-
Empréstimos bancários correntes	-		830 938	830 938	-
Fornecedores	-		26 026 430	26 026 430	-
Outros passivos correntes	2	143 493	14 321 399	14 464 892	nota 24, 30
Total		143 493	251 217 170	251 360 663	
31.12.2018 - Reexpresso					
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários - líquidos da parcela	-		188 102 256	188 102 256	-
Outros passivos não correntes	-		103 005	103 005	-
Passivos correntes					
Parcela corrente dos empréstimos bancários	-		15 192 246	15 192 246	-
Empréstimos bancários correntes	-		2 136 274	2 136 274	-
Fornecedores	-		21 567 484	21 567 484	-
Outros passivos correntes	2	5 621	11 610 860	11 616 481	nota 24, 30
Total		5 621	238 712 125	238 717 746	

* Dado estimar-se que não difere materialmente do valor contabilístico.

7.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são registadas ao custo, conforme referido na nota 2.6. O respetivo justo valor encontra-se divulgado na nota 11 e enquadra-se no terceiro nível da hierarquia do justo valor.

7.3. Ativos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios estão registados pelo seu valor revalorizado, determinado à data de 31.12.2019. A política de avaliação destes ativos, no que à sua periodicidade diz respeito, está indicada na nota 2.3.

O valor revalorizado dos terrenos e edifícios é apresentado na nota 9 e enquadra-se no segundo nível da hierarquia do justo valor.

7.4. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, incluindo a componente apresentado na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, são registados ao justo valor estimado, que se encontra divulgado na nota 12. Este justo valor enquadra-se no segundo nível da hierarquia do justo valor.

A hierarquia de justo valor está descrita na nota 2.26.

8. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Investimentos em empreendimentos conjuntos		
Saldo inicial	212 459 264	205 616 464
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial	2 656 092	13 249 147
Dividendos	<u>(5 986 729)</u>	<u>(6 406 347)</u>
Saldo final	<u>209 128 627</u>	<u>212 459 264</u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Outros investimentos		
Saldo inicial	137 941	134 476
Aquisição	<u>7 303</u>	<u>3 465</u>
Saldo final	145 244	137 941
Perdas por imparidade acumuladas	<u>125 415</u>	<u>3 989</u>
Valor líquido de outros investimentos	<u>19 829</u>	<u>133 952</u>

O Grupo efetuou, com referência à data de 31 de dezembro de 2019, uma análise de imparidade ao investimento no empreendimento conjunto Sonae Arauco, que recorreu a avaliações independentes de ativos localizados em Portugal, Espanha e África do Sul. No decurso desta análise, não se identificaram perdas por imparidade a registar nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os outros investimentos são constituídos por instrumentos de capital próprio de entidades externas e por contribuições para o fundo de compensação aos trabalhadores. São registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, que se estima não ser materialmente diferente do seu justo valor.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2019							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:								
Saldo inicial	89 748 157	261 542 564	2 679 485	96 237	3 452 656	344 407	5 583 497	363 447 003
Investimento	3 154 026		3 553 373		4 921		17 178 962	23 891 282
Desinvestimento	(2 729 000)	(2 778 907)	(143 994)	(30 090)	(323 927)	(7 759)		(6 013 677)
Revalorização	5 398 224							5 398 224
Transferências e reclassificações	1 273 785	7 025 424	94 126		126 040	9 655	(8 529 030)	
Variações cambiais	4 921 492	16 481 410	220 803		127 414	70	528 664	22 279 853
Saldo final	101 766 684	282 270 491	6 403 793	66 147	3 387 104	346 373	14 762 093	409 002 685
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	37 580 404	185 363 671	1 483 939	95 255	2 998 318	220 772		227 742 359
Depreciações do exercício	2 855 770	10 999 347	1 597 969	654	144 931	30 760		15 629 431
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados		5 389						5 389
Desinvestimento	(1 482 063)	(2 425 929)	(102 133)	(30 090)	(322 994)	(7 759)		(4 370 968)
Revalorização	2 378 532							2 378 532
Variações cambiais	2 102 482	11 661 116	105 032		100 281	53		13 968 964
Saldo final	43 435 125	205 603 594	3 084 807	65 819	2 920 536	243 826		255 353 707
Saldo final líquido	58 331 559	76 666 897	3 318 986	328	466 568	102 547	14 762 093	153 648 978
	31.12.2018							
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:								
Saldo inicial	97 133 999	262 567 210	2 581 162	96 237	3 478 555	214 703	7 907 292	373 979 158
Investimento					155 701		10 446 939	10 602 640
Desinvestimento	(4 760 609)	(3 592 193)	(637 247)		(310 791)			(9 300 840)
Transferências e reclassificações	(4 591)	11 418 563	820 513		198 676	129 886	(12 574 108)	(11 061)
Variações cambiais	(2 620 642)	(8 851 016)	(84 943)		(69 485)	(182)	(196 626)	(11 822 894)
Saldo final	89 748 157	261 542 564	2 679 485	96 237	3 452 656	344 407	5 583 497	363 447 003
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:								
Saldo inicial	38 343 362	183 688 922	1 893 568	94 601	3 282 682	206 119		227 509 254
Depreciações do exercício	2 409 078	9 980 104	277 057	654	80 597	14 751		12 762 241
Perdas por imparidade do exercício - em Resultados		55 225						55 225
Desinvestimento	(2 102 648)	(2 210 298)	(637 247)		(306 908)			(5 257 101)
Variações cambiais	(1 069 388)	(6 150 282)	(49 439)		(58 053)	(98)		(7 327 260)
Saldo final	37 580 404	185 363 671	1 483 939	95 255	2 998 318	220 772		227 742 359
Saldo final líquido	52 167 753	76 178 893	1 195 546	982	454 338	123 635	5 583 497	135 704 644

Em conformidade com a política contabilística divulgada na nota 2.3, o Grupo efetuou, à data de 31 de dezembro de 2019, uma revalorização de terrenos e edifícios, com base em avaliação efetuada por entidade independente. Como consequência desta revalorização, o valor líquido dos terrenos e edifícios foi aumentado em 3 019 692 euros, através de outro rendimento integral. O montante de depreciações do exercício não foi afetado pela revalorização.

Os métodos de avaliação utilizados incluem o método comparativo de mercado e o método de custo, que foram aplicados no pressuposto de continuidade da utilização atual dos ativos avaliados. O método comparativo de mercado consiste em comparar o ativo objeto de avaliação com outros ativos de características semelhantes, recentemente transacionados ou que se encontrem à venda no mercado, tendo em consideração as diferenças que possam afetar o valor. O método do custo consiste em utilizar o custo de substituição de um dado ativo como indicador do respetivo valor de mercado. O valor resultante desta avaliação enquadra-se no nível dois da hierarquia de justo valor.

As variações cambiais resultam, principalmente, da conversão para euros dos ativos fixos tangíveis das subsidiárias cuja moeda funcional é o dólar canadiano (CAD).

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, no âmbito das condições definidas na nota 2.11.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo tinha hipotecado ativos fixos tangíveis no montante de 138 121 229 euros (120 743 778 euros em 31 de dezembro de 2018), como garantia de empréstimos obtidos no montante de 60 291 056 euros (37 259 448 euros em 31 de dezembro de 2018).

À mesma data, não existiam compromissos assumidos para aquisição de elementos do ativo fixo tangível.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor bruto dos ativos fixos tangíveis cujo valor contabilístico é nulo devido a estarem totalmente depreciados ou em imparidade ascendia a 95 065 665 euros (82 691 975 euros em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, o valor contabilístico líquido dos ativos fixos tangíveis que, à data

de 31 de dezembro de 2019, se encontravam inativos, era de 2 510 402 euros (2 573 411 euros em 31 de dezembro de 2018). Estes ativos não foram apresentados como Ativos não correntes detidos para venda dado não estarem reunidas as condições exigidas para essa classificação.

Os ativos sob direito de uso referentes aos bens utilizados com recurso a locações, registados na rubrica Ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2019, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2019				
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:					
Saldo inicial	5 121 453	194 104	575 053	183 245	6 073 855
Investimento	3 154 026		3 553 373	4 921	6 712 320
Desinvestimento			(31 580)		(31 580)
Transferências e reclassificações	(5 121 453)	(203 951)	(320 318)	(35 868)	(5 681 590)
Variações cambiais	3 628	9 847	93 232	12 081	118 788
Saldo final	3 157 654		3 869 760	164 379	7 191 793
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:					
Saldo inicial	768 601	65 850	363 395	37 242	1 235 088
Depreciações do exercício	806 090		1 272 597	42 038	2 120 725
Desinvestimento			(19 603)		(19 603)
Transferências e reclassificações	(875 550)	(69 191)	(320 318)	(35 868)	(1 300 927)
Variações cambiais	1 946	3 341	40 426	2 653	48 366
Saldo final	701 087		1 336 497	46 065	2 083 649
Saldo final líquido	2 456 567		2 533 263	118 314	5 108 144

Os montantes apresentados em Transferências e reclassificações referem-se a ativos locados que foram adquiridos pelo Grupo, tendo deixado de ser classificados como locações.

O investimento líquido de depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 inclui, principalmente, os efeitos de transição para a IFRS 16 (nota 3.1). Este montante é diferente do montante divulgado na nota 3.2. porque o primeiro inclui as depreciações dos ativos locados que já estavam registados como ativos fixos tangíveis no exercício transato.

Os bens utilizados com recurso a locações financeiras, registadas na rubrica Ativos fixos tangíveis, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2018, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2018				
	Terrenos e edifícios	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total dos ativos fixos tangíveis
Ativo Bruto:					
Saldo inicial	5 121 453	201 410	1 203 070	283 139	6 809 072
Investimento				152 139	152 139
Desinvestimento			(596 250)	(243 584)	(839 834)
Variações cambiais		(7 306)	(31 767)	(8 449)	(47 522)
Saldo final	5 121 453	194 104	575 053	183 245	6 073 855
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:					
Saldo inicial	661 651	54 887	927 371	282 725	1 926 634
Depreciações do exercício	106 950	13 217	55 138	3 577	178 882
Desinvestimento			(596 250)	(243 584)	(839 834)
Variações cambiais		(2 254)	(22 864)	(5 476)	(30 594)
Saldo final	768 601	65 850	363 395	37 242	1 235 088
Saldo final líquido	4 352 852	128 254	211 658	146 003	4 838 767

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2019									
	Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis	Total
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente		
Ativo Bruto:										
Saldo inicial	40 493	89 514	1 808 679	119 823	12 477	27 494	1 808 679	262 307	2 070 986	
Investimento								27 494	27 494	
Desinvestimento				(550)				(550)	(550)	
Transferências e reclassificações			40 603		(40 603)		40 603	(40 603)		
Variações cambiais			96 610		632		96 610	632	97 242	
Saldo final	40 493	89 514	1 945 892	119 273			1 945 892	249 280	2 195 172	
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:										
Saldo inicial	40 493	75 187	1 749 034	119 823			1 749 034	235 503	1 984 537	
Amortizações do exercício		6 074	43 807				43 807	6 074	49 881	
Desinvestimento				(550)				(550)	(550)	
Variações cambiais			92 549				92 549		92 549	
Saldo final	40 493	81 261	1 885 390	119 273			1 885 390	241 027	2 126 417	
Saldo final líquido		8 253	60 502				60 502	8 253	68 755	

	31.12.2018									
	Custos de desenvolvimento		Patentes, Royalties e outros direitos		Programas informáticos		Ativos intangíveis em curso		Total ativos intangíveis	Total
	Não gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente	Gerados internamente	Não gerados internamente		
Ativo Bruto:										
Saldo inicial	40 493	89 514	1 849 333	119 823			1 849 333	249 830	2 099 163	
Investimento					11 474	12 730	11 474	12 730	24 204	
Transferências e reclassificações			11 474		(11 474)					
Variações cambiais			(52 128)			(253)	(52 128)	(253)	(52 381)	
Saldo final	40 493	89 514	1 808 679	119 823		12 477	1 808 679	262 307	2 070 986	
Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas:										
Saldo inicial	40 493	69 112	1 726 755	119 823			1 726 755	229 428	1 956 183	
Amortizações do exercício		6 075	71 146				71 146	6 075	77 221	
Variações cambiais			(48 867)				(48 867)		(48 867)	
Saldo final	40 493	75 187	1 749 034	119 823			1 749 034	235 503	1 984 537	
Saldo final líquido		14 327	59 645			12 477	59 645	26 804	86 449	

Em 31 de dezembro de 2019, o valor bruto dos ativos intangíveis totalmente amortizados ou em imparidade ascendia a 1 997 986 euros (1 869 845 euros em 31 de dezembro de 2018).

11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Custo	Total	Custo	Total
Ativo Bruto:				
Saldo inicial	37 254 929	37 254 929	37 254 929	37 254 929
Saldo final	37 254 929	37 254 929	37 254 929	37 254 929
Depreciações de Perdas de Imparidade Acumuladas:				
Saldo inicial	31 504 789	31 504 789	31 253 886	31 253 886
Depreciações do exercício	250 903	250 903	250 903	250 903
Saldo final	31 755 692	31 755 692	31 504 789	31 504 789
Saldo final líquido	5 499 237	5 499 237	5 750 140	5 750 140

	31.12.2019	31.12.2018
Rendas de propriedades de investimentos	388 550	400 460
Custos operacionais diretos	291 755	268 478

À data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica Propriedades de investimento compreendia o terreno e os edifícios da unidade industrial de Betanzos, em Espanha, que se encontram arrendados a terceiros. Estes ativos estão registados ao custo histórico. O seu justo valor foi calculado por entidade independente, com referência à data de 31 de dezembro de 2018, e ascendia a 6,9 milhões de euros. Os métodos de avaliação utilizados incluem o método de mercado e o método de custo. Este justo valor situa-se no nível três da hierarquia de justo valor. À data de 31 de dezembro de 2019, o Grupo estimava que o justo valor destes ativos não se tinha alterado significativamente em relação à avaliação efetuada com referência à data anteriormente mencionada.

O rédito associado às propriedades de investimento encontra-se registado na rubrica Prestações de serviços, da Demonstração Consolidada de Resultados.

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresentou na rubrica Ativos biológicos, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, as plantações de árvores que detém, conforme política contabilística apresentada na nota 2.7. Até 31 de dezembro de 2018, estes ativos eram apresentados na rubrica Inventários, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira. O Grupo considera que esta alteração de política contabilística permite apresentar os ativos de uma forma mais apropriada, tendo em consideração a sua natureza. A informação do período findo em 31 de dezembro de 2018 não foi reexpressa, uma vez que o Grupo considera os montantes envolvidos materialmente irrelevantes.

Os ativos biológicos que o Grupo prevê vender durante um período de doze meses após a data de 31 de dezembro de 2019 são apresentados na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, da Demonstração Consolidada de Posição financeira.

À data de 31 de dezembro de 2019, os ativos biológicos apresentavam o seguinte detalhe:

	31.12.2019	
	Ativos biológicos	Ativos não correntes detidos para venda
Saldo inicial	515 163	
Variação de valor	(145 199)	
Reclassificações	(131 070)	131 070
Saldo final	<u>238 894</u>	<u>131 070</u>

Os ativos biológicos são registados ao justo valor, que é calculado com recurso a preços de mercado e tem em consideração o estado de desenvolvimento das árvores. Corresponde ao segundo nível da hierarquia do justo valor.

13. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos no valor do *Goodwill* foram os seguintes:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Ativo Bruto:		
Saldo Inicial	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>
Saldo Final	<u>347 082</u>	<u>347 082</u>
Valor líquido	<u><u>347 082</u></u>	<u><u>347 082</u></u>

Os montantes apresentados na rubrica *Goodwill*, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, referem-se às subsidiárias identificadas na nota 5. Devido ao reduzido valor de *goodwill*, a Sociedade entendeu não efetuar uma análise de imparidade ao respetivo valor, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, de acordo com as diferenças temporárias subjacentes, é o seguinte:

	Passivos por Impostos Diferidos		
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	
Homogeneização de Amortizações e Depreciações	17 874 830	16 590 835	
Revalorização de Ativos Fixos tangíveis	2 998 499	2 292 370	
Outras diferenças temporárias	<u>83 676</u>	<u>280</u>	
	<u><u>20 957 005</u></u>	<u><u>18 883 485</u></u>	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldo inicial	1 462 160	18 883 485	20 568 786
Efeito em resultado das operações continuadas			
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em resultado			
Homogeneização de amortizações e depreciações		137 042	(895 615)
Provisões não aceites fiscalmente	(51 556)		
Imparidade de ativos	(1 059 442)		
Revalorização de ativos fixos tangíveis		(218 506)	(86 376)
Prejuízos fiscais reportáveis	(63 407)		
Outras diferenças temporárias	<u>(281 811)</u>	<u>83 381</u>	<u>(1 005)</u>
Subtotal (nota 39)	(1 456 216)	1 917	(982 996)
Efeito em outro rendimento integral			
Alterações nas diferenças temporárias com efeito em outro rendimento integral			
Revalorização de ativos fixos tangíveis		<u>800 218</u>	
Subtotal		800 218	
Efeito de conversão monetária	(5 944)	1 271 385	(702 305)
Saldo final		<u><u>20 957 005</u></u>	<u><u>18 883 485</u></u>

A homogeneização de amortizações e depreciações refere-se à diferença entre as amortizações e depreciações relevantes para efeitos contabilísticos e as relevantes para efeitos fiscais.

Em conformidade com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, o Grupo efetua anualmente uma avaliação dos ativos por impostos diferidos, tendo por base projeções de resultados efetuadas para os cinco anos seguintes. Tendo em consideração estas projeções, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo decidiu reverter a totalidade dos ativos por imposto diferido, dado não estar assegurada a sua recuperabilidade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos, podem ser detalhados como segue:

Caducidade	31.12.2019		31.12.2018	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
2019			119 987	23 997
2020	125 939	25 188	125 939	25 188
2021	123 549	24 710	123 549	24 710
2022	5 721 436	1 188 629	5 721 436	1 188 629
2023	3 977 128	830 631	456 536	91 307
2024	12 488 658	2 621 905	71 379	14 276
2026	122 117	24 423	122 117	24 423
2027	77 211	15 775	77 209	15 775
2028	5 590 570	1 173 401	5 528 711	1 161 029
	28 226 608	5 904 662	12 346 863	2 569 334
Sem caducidade	767 290 349	202 404 808	761 541 680	201 403 290
Total	795 516 957	208 309 470	773 888 543	203 972 624

Os montantes apresentados como crédito de imposto referem-se ao ativo por imposto diferido que não foi registado nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, dado as condições requeridas pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro para tal não estarem preenchidas. Futuramente, esse ativo por imposto diferido poderá ser registado, parcialmente ou pela totalidade do valor em cima quantificado, na situação de as condições exigidas para tal pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro serem preenchidas.

Do montante apresentado como prejuízos fiscais reportáveis sem caducidade, à data de 31 de dezembro de 2019, 653 600 825 euros referem-se a subsidiárias localizadas em França (653 393 692 euros em 31 de dezembro de 2018). Estas

subsidiárias apresentam uma atividade pouco significativa, pelo que o Grupo considera remota a probabilidade de utilização destes prejuízos fiscais.

15. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Outros ativos não correntes da Demonstração Consolidada de Posição Financeira detalhava-se como segue:

	31.12.2019	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Outros Devedores	1 095 969	1 095 969
Instrumentos Financeiros	1 095 969	1 095 969
Total	1 095 969	1 095 969

O montante apresentado em Outros devedores refere-se a um subsídio ao investimento, atribuído mas ainda não recebido.

16. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Inventários da Demonstração Consolidada de Posição Financeira detalhava-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Mercadorias	7 054	321 312
Produtos acabados e intermédios	11 787 290	9 259 282
Produtos e trabalhos em curso	104 671	640 028
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	10 858 204	8 937 726
	22 757 219	19 158 348
Ajuste acumulado ao valor realizável líquido dos inventários (Nota 31)	795 289	934 312
	21 961 930	18 224 036

	31.12.2019		31.12.2018	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	321 312	8 937 726	1 467 476	8 496 688
Variações cambiais	16 239	494 291	(72 346)	(247 521)
Compras	11 031 798	117 352 084	12 150 099	110 133 889
Outras variações	(3 402)			
Saldo final	7 054	10 858 204	321 312	8 937 726
Variação de inventários	11 358 893	115 925 897	13 223 917	109 445 330
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários		(95 476)		(89 645)
Total	11 358 893	115 830 421	13 223 917	109 355 685
Custo das vendas - Demonstração Consolidada de Resultados	127 189 314		122 579 602	

Os inventários do grupo são constituídos, principalmente, por madeira, placas cruas e revestidas e produtos químicos.

17. CLIENTES

À data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Clientes da Demonstração Consolidada de Posição Financeira podia decompor-se como segue:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Cientes	14 194 785	115 366	14 079 419	12 423 906	121 467	12 302 439

	31.12.2019	31.12.2018
Não vencido	<u>11 643 854</u>	<u>9 690 753</u>
Vencido		
0 - 30 dias	1 945 284	2 152 908
30 - 90 dias	180 976	149 803
90 - 180 dias	37 033	308 743
180 - 360 dias	253	1 709
+ 360 dias	<u>387 385</u>	<u>119 990</u>
	<u>2 550 931</u>	<u>2 733 153</u>
Total	<u>14 194 785</u>	<u>12 423 906</u>

18. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outras dívidas de terceiros, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2019		31.12.2018 - Reexpresso	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Outros devedores	924 199	924 199	24 270	24 270
Partes relacionadas			<u>16 413</u>	<u>16 413</u>
Subtotal	<u>924 199</u>	<u>924 199</u>	<u>40 683</u>	<u>40 683</u>
Outros devedores	<u>130 316</u>	<u>130 316</u>	<u>83 677</u>	<u>83 677</u>
Subtotal	<u>130 316</u>	<u>130 316</u>	<u>83 677</u>	<u>83 677</u>
Instrumentos financeiros	<u>1 054 515</u>	<u>1 054 515</u>	<u>124 360</u>	<u>124 360</u>
Total	<u>1 054 515</u>	<u>1 054 515</u>	<u>124 360</u>	<u>124 360</u>

ANTIGUIDADE DE OUTROS DEVEDORES E DE PARTES RELACIONADAS		
	31.12.2019	31.12.2018
Não vencido	895 740	7 972
Vencido		
0 - 30 dias	11 206	23 845
30 - 90 dias	16 101	996
+ 90 dias	1 152	7 870
	28 459	32 711
Total	924 199	40 683

19. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe da rubrica Outros ativos correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é o seguinte:

	31.12.2019		31.12.2018 - Reexpresso	
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Instrumentos derivados			27 676	27 676
Subtotal			27 676	27 676
Devedores por acréscimo de rendimentos	384 181	384 181	321 549	321 549
Subtotal	384 181	384 181	321 549	321 549
Instrumentos financeiros	384 181	384 181	349 225	349 225
Gastos diferidos	1 897 234	1 897 234	1 684 066	1 684 066
Activos não abrangidos pela IFRS 9	1 897 234	1 897 234	1 684 066	1 684 066
Total	2 281 415	2 281 415	2 033 291	2 033 291

O montante incluído no quadro anterior refere-se a instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de resultados (nota 24).

A rubrica Gastos diferidos inclui um montante de 957 474 euros referente à periodização de gastos com seguros (879 309 euros a 31 de dezembro de 2018) e 418 349 euros referente à periodização de gastos relacionados com instrumentos financeiros (499 921 a 31 de dezembro de 2018).

20. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (ATIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros impostos e contribuições podia decompor-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Outros impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	508 595	568 018
Outros	1 274 744	984 696
	<u>1 783 339</u>	<u>1 552 714</u>

21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira e da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, era o seguinte:

	31.12.2019	31.12.2018
Numerário	6 439	5 840
Depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria	<u>7 053 223</u>	<u>10 618 352</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de posição financeira	7 059 662	10 624 192
Descobertos bancários	<u>830 938</u>	<u>136 274</u>
Caixa e equivalentes de caixa na Demonstração consolidada de fluxos de caixa	<u>6 228 724</u>	<u>10 487 918</u>

A 31 de dezembro de 2019, o montante de caixa e equivalentes de caixa expressos em moeda diferente da moeda funcional do Grupo ascendia a 5 721 029 euros (4 492 541 euros, em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria ascendia a 7 053 223 euros (10 618 352 euros, em 31 de dezembro de 2018). A esta data, existia um depósito de curto prazo de montante superior a 1 000 000 euros, efetuado numa instituição financeira com nível de *rating* P-1 (Moody's).

22. CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio consolidado é composto pelas seguintes rubricas:

22.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, ascendia a 253 319 797,26 euros e era representado por 45 403 029 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito, em 31 de dezembro de 2019:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.	42.66
Pareuro BV	25.84

As ações representativas do capital social, nas datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não conferem direito a qualquer remuneração fixa.

22.2. RESERVA LEGAL

A rubrica Reserva legal inclui a reserva da Sociedade-mãe constituída e utilizada nos termos dos artº. 295 e 296 do Código das Sociedades Comerciais. De acordo com esta disposição legal, pelo menos 5% do resultado líquido anual (da empresa-mãe) tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (da empresa-mãe). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação em capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi efetuado qualquer reforço da reserva legal.

22.3. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui:

- As reservas da Sociedade-mãe e a quota-parte atribuível ao Grupo das reservas das entidades incluídas na consolidação, constituídas nos termos dos respetivos estatutos ou por proposta dos respetivos Conselhos de Administração, aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas;

- Os resultados acumulados de exercícios anteriores da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação, cuja aplicação ainda não foi efetuada;
- O resultado líquido do exercício corrente da Sociedade-mãe e a quota-parte dos mesmos das entidades incluídas na consolidação;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer das componentes anteriores.

22.4. OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ACUMULADO

A rubrica Outro rendimento integral acumulado tem a seguinte composição:

- A reserva de conversão monetária, resultante da transposição para Euros das demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda funcional diferente;
- O saldo de instrumentos financeiros derivados de cobertura (nota 24);
- O efeito da remensuração das obrigações de benefícios definidos (nota 27);
- Revalorização de ativos fixos tangíveis (notas 2.3, 2.10 e 9);
- Quota-parte do Grupo no outro rendimento integral acumulado dos empreendimentos conjuntos;
- Os ajustamentos de consolidação a qualquer dos componentes anteriores.

	Outro rendimento integral acumulado						Total
	Atribuível aos acionistas da empresa-mãe						
	Conversão monetária	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado				Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2019	4 159 959	11 957 399	(6 633)	1 067 932	38 530 418	(2 569 547)	53 139 528
Outro rendimento integral consolidado do período	4 310 299	3 019 692	(53 999)	828 064	(2 112 145)	(800 218)	5 191 693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8 470 258	14 977 091	(60 632)	1 895 996	36 418 273	(3 369 765)	58 331 221

	Outro rendimento integral acumulado						Total
	Atribuível aos accionistas da empresa-mãe						
	Conversão monetária	Reserva de revalorização	Remensurações em planos de benefícios definidos	Quota-parte do Outro Rendimento Integral dos Empreendimentos Conjuntos		Imposto relativo às componentes de outro rendimento integral	
Que ulteriormente poderá ser transferido para resultado				Que ulteriormente não poderá ser transferido para resultado			
Saldo em 1 de janeiro de 2018	6 873 920	12 164 031	(86 071)	3 850 335	35 054 610	(2 569 547)	55 287 278
Outro rendimento integral consolidado do período	(2 564 945)		79 438	(2 731 548)	3 475 808		(1 741 247)
Transferido para Outras reservas e resultados acumulados		(206 632)					(206 632)
Outros	(149 016)			(50 855)			(199 871)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4 159 959	11 957 399	(6 633)	1 067 932	38 530 418	(2 569 547)	53 139 528

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Reserva de conversão monetária refere-se, essencialmente, à subsidiária Tafisa Canada Inc..

O imposto relativo a componentes de outro rendimento integral diz respeito a rubricas que não serão posteriormente transferidas para resultado.

23. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os empréstimos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2019			
	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas subordinados		49 938 116		50 000 000
Empréstimos obrigacionistas não subordinados		7 951 240		8 000 000
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	5 755 509		5 755 509	
Empréstimos bancários	830 938	146 393 538	830 938	147 559 519
Credores por locações	1 790 941	3 335 541	1 790 941	3 335 541
Endividamento bruto	8 377 388	207 618 435	8 377 388	208 895 060

	31.12.2018			
	Custo Amortizado		Valor nominal	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	15 192 246		15 192 246	
Empréstimos bancários	2 136 274	188 102 256	2 136 274	189 112 411
Credores por locações	529 015	491 753	529 015	491 753
Endividamento bruto	17 857 535	188 594 009	17 857 535	189 604 164

O perfil de vencimento destes financiamentos encontra-se detalhado na nota 25.

As taxas de juro médias verificadas para os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários, indicados no mapa anterior, foram as seguintes:

	2019	2018
Obrigações subordinadas	7.01%	
Obrigações não subordinadas	2.37%	
Empréstimos bancários	4.32%	4.35%

No cômputo destas taxas de juro médias não foram considerados os descobertos bancários, por imaterialidade dos montantes envolvidos. As obrigações subordinadas estão sujeitas a taxa de juro fixa.

O montante total em dívida, a 31 de Dezembro de 2019, em financiamentos relativamente aos quais os respetivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida, no caso de mudança acionista, era de cerca de 146 milhões de euros (70% do valor contabilístico do endividamento líquido consolidado).

A Sonae Indústria estima não existirem, à data de 31 de dezembro de 2019, diferenças significativas entre o valor contabilístico das rubricas de endividamento, nomeadamente do empréstimo obrigacionista subordinado, e o respetivo justo valor

23.1. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos obrigacionistas apresentavam o seguinte detalhe:

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2019)	Dívida	Montante em dívida à data de 31.12.2019 (EUR)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista Subordinado ¹⁾	dezembro de 2019	dezembro de 2029	EUR	50 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Empréstimo Obrigacionista Não Subordinado ²⁾	outubro de 2019	outubro de 2022	EUR	8 000 000
Total				EUR	58 000 000

- 1) Este empréstimo obrigacionista subordinado tem subjacente uma taxa de juro fixa;
- 2) Este empréstimo obrigacionista não subordinado tem subjacente uma taxa de juro variável. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira ("Total do Capital Próprio/ Total do Ativo"). Para este efeito, o valor total de Capitais Próprios inclui empréstimos de acionistas e empréstimos análogos. Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2019 (inclusive) até ao termo do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

23.2. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A rubrica Empréstimos bancários do quadro da nota 23 inclui as rubricas Empréstimos bancários não correntes - líquidos da parcela corrente, Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes e Empréstimos bancários correntes, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, e detalhava-se, às datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, como segue:

31.12.2019				
Sociedade	Não corrente	Corrente		Total
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	95 500 000	4 550 000		100 050 000
Tafisa Canada Inc.	50 059 519	205 509	830 938	51 095 966
Sonae Industria de Revestimentos,SA	2 000 000	1 000 000		3 000 000
	147 559 519	5 755 509	830 938	154 145 966

31.12.2018				
Sociedade	Não corrente	Corrente		Total
		Parcela de curto prazo	Curto prazo	
Sonae Indústria-SGPS,SA	152 100 000	14 000 000	2 135 022	168 235 022
Tafisa Canada Inc.	34 012 411	192 246		34 204 657
Sonae Industria de Revestimentos,SA	3 000 000	1 000 000		4 000 000
Isoroy SAS			1 252	1 252
	189 112 411	15 192 246	2 136 274	206 440 931

Os montantes detalhados nos quadros anteriores correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgado na nota 23.

Os empréstimos bancários não correntes, a respetiva parcela corrente e os empréstimos bancários correntes, detalham-se como segue:

Empresa(s)	Financiamento	Data de início	Data de vencimento (com referência à data de 31.12.2019)	Divisa	Montante em dívida à data de 31.12.2019 (EUR)	Montante em dívida à data de 31.12.2018 (EUR)
Tafisa Canada Inc.	Empréstimo Bancário (Revolving) ¹⁾	julho de 2011	outubro de 2023	CAD	50 291 056	33 259 448
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	junho de 2013	junho de 2023 Nota: programa sem garantia de subscrição	EUR		2 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2014	amortizável entre maio de 2020 e maio de 2022 ²⁾	EUR	6 800 000	8 100 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial ³⁾	maio de 2016	amortizável entre dezembro de 2020 e dezembro de 2024 ⁴⁾	EUR	79 500 000	136 500 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	julho de 2016	abril de 2021	EUR	2 000 000	4 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Programa de Papel Comercial	dezembro de 2016	amortizado em outubro de 2019, por acordo entre as partes ⁵⁾	EUR		7 500 000
Sonae - Indústria de Revestimentos, S. A.	Empréstimo bancário	setembro de 2017	amortizável entre março de 2019 e setembro de 2022	EUR	3 000 000	4 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S. A.	Programa de Papel Comercial ⁶⁾	junho de 2018	amortizável entre dezembro de 2019 e junho de 2021	EUR	6 750 000	10 000 000
Sonae Indústria, SGPS, S. A.	Programa de Papel Comercial	fevereiro de 2019	fevereiro de 2022	EUR	5 000 000	
Outros				EUR	804 910	1 081 483
Total				EUR	154 145 966	206 440 931

- 1) Este contrato obriga ao cumprimento de dois rácios financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc: um rácio de Passivo Financeiro / (Capital Próprio + Passivo Financeiro) e outro de EBITDA / Fluxos de caixa de juros e gastos similares líquidos.

Estes rácios são testados trimestralmente até ao termo do financiamento e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;

- 2) Em janeiro de 2020, por acordo entre as partes, foram formalizadas alterações ao contrato de financiamento, incluindo na sua maturidade, que transitou para janeiro de 2025 (com reduções do montante máximo entre julho de 2020 e janeiro de 2025);
- 3) As garantias associadas a este empréstimo incluem os penhores das ações das suas subsidiárias Megantic B.V. e Tafisa Canada Inc.. Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S.A. está obrigada a manter um determinado nível máximo de Dívida Financeira calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade e excluindo-se os empréstimos subordinados detidos ou subscritos por acionistas, comprometendo-se também com um nível máximo do rácio "Dívida Líquida/ EBITDA" para a Tafisa Canada Inc., calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da Tafisa Canada Inc.. O incumprimento de qualquer um destes rácios pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo;
- 4) Em dezembro de 2019, foi formalizada uma extensão do prazo do financiamento, com a maturidade a transitar para dezembro de 2024, e uma alteração do montante nominal inicial máximo para 90 milhões de euros (este montante terá reduções entre dezembro de 2020 e dezembro de 2024);
- 5) Por acordo entre as partes, em outubro de 2019 este financiamento foi revogado, tendo sido reembolsada a totalidade dos valores em dívida;
- 6) Neste contrato, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. está obrigada a assegurar um nível mínimo de Autonomia Financeira (Total do Capital Próprio / Total do Ativo). Este rácio é testado anualmente, desde 31 de dezembro de 2018, inclusive, até ao termo do financiamento, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, e o seu incumprimento pode conduzir ao vencimento antecipado do empréstimo.

Os montantes detalhados no quadro anterior correspondem ao valor nominal dos empréstimos bancários divulgados na nota 23.

Os contratos descritos anteriormente têm subjacentes taxas de juro variáveis.

À data de 31 de dezembro de 2019, os rácios associados aos empréstimos, mencionados anteriormente, cumpriam os limites contratualmente estabelecidos.

Foram formalizados, com efeitos a partir de Janeiro de 2020, dois programas de papel comercial com montantes nominais máximos de 10 milhões e 5 milhões de euros (total 15 milhões de euros), com maturidade em janeiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2019, além das hipotecas referidas na nota 9, existiam outros ativos no montante de 36 645 370 euros (27 549 025 euros a 31 de dezembro de 2018) que se encontravam onerados como garantia de passivos do Grupo. Estes ativos eram principalmente constituídos por inventários e contas de terceiros.

23.3. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes apresentados nas rubricas Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos, das atividades de financiamento da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, incluem as renovações das emissões de papel comercial referidas na nota 23.2.

Os passivos financeiros (valor nominal) derivados das atividades de financiamento, divulgados na nota 23, apresentam a seguinte decomposição:

		31.12.2019					
Demonstração Consolidada de Posição Financeira		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Variação cambial	Outros	Saldo final
Passivos não correntes:							
	Empréstimos obrigacionistas subordinados		50 000 000				50 000 000
	Empréstimos obrigacionistas não subordinados		8 000 000				8 000 000
	Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	189 112 412	14 476 595	3 029 985	2 580 507	(55 580 010)	147 559 519
	Credores por locações - líquido de parcela corrente	491 753	6 712 320	2 632 912	35 639	(1 271 259)	3 335 541
Passivos correntes:							
	Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	15 192 246		1 000 000	13 263	(8 450 000)	5 755 509
	Empréstimos bancários correntes	2 136 274	1 475 750 463	1 541 100 000	14 192	64 030 009	830 938
	Parcela corrente dos credores por locações não correntes	529 015			25 955	1 235 971	1 790 941
	Total	207 461 700	1 554 939 378	1 547 762 897	2 669 556	(35 289)	217 272 448
Movimentos que não afetam os fluxos de caixa:							
	Credores por locações - líquido de parcela corrente	(-)	6 712 320				
	Descobertos bancários (classificados em Caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa)	(-)	680 473				
	Total		1 547 546 585	1 547 762 897			
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa			Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a			
Atividades de financiamento:							
	Empréstimos obrigacionistas subordinados		50 000 000				
	Empréstimos obrigacionistas não subordinados		8 000 000				
	Empréstimos bancários		1 489 546 585	1 545 129 985			
	Credores por locações			2 632 912			
	Total		1 547 546 585	1 547 762 897			

		31.12.2018					
Demonstração Consolidada de Posição Financeira		Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Variação cambial	Outros	Saldo final
Passivos não correntes:							
	Empréstimos bancários - líquido de parcela corrente	199 012 843	8 499 920	7 955 882	(1 264 663)	(9 179 806)	189 112 412
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	898 793	152 139	477 304	(7 576)	(74 299)	491 753
Passivos correntes:							
	Parcela corrente dos empréstimos bancários não correntes	11 949 858		32 680	(4 738)	3 279 806	15 192 246
	Empréstimos bancários correntes	1 750 000	1 634 086 274	1 639 600 000		5 900 000	2 136 274
	Parcela corrente dos credores por locação financeira não correntes	500 227		41 368	(4 143)	74 299	529 015
	Total	214 111 721	1 642 738 333	1 648 107 234	(1 281 120)		207 461 700
Movimentos que não afetam os fluxos de caixa:							
	Credores por locação financeira - líquido de parcela corrente	(-)	152 139				
	Descobertos bancários (classificados em Caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa)	(-)	136 274				
	Outros	(-)		2 993			
	Total		1 642 449 920	1 648 104 241			
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa			Recebimentos provenientes de	Pagamentos respeitantes a			
Atividades de financiamento:							
	Empréstimos obtidos		1 642 449 920	1 647 588 599			
	Credores por locações financeiras			515 642			
	Total		1 642 449 920	1 648 104 241			

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Outros ativos correntes	Outros passivos correntes	
	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
"Forwards" de taxa de câmbio (notas 19 e 30)	27 676	143 493	5 621
	27 676	143 493	5 621

24.1. "Forwards" de taxa de câmbio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo contratou "forwards" de taxa de câmbio para cobrir o risco de transações previstas de natureza operacional e financeira, nas quais o Grupo assume posições de devedor e de credor. O Grupo não aplica contabilidade de cobertura a estes instrumentos derivados dado estimar que daí resultaria um efeito não significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Estes instrumentos derivados são registados ao justo valor através de resultados. Quando os itens cobertos estão relacionados com a atividade operacional do Grupo, as variações no justo valor deste derivados são registados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos (nota 34) ou Outros gastos e perdas (nota 35), da Demonstração Consolidada de Resultados. Quando os itens cobertos estão relacionados com a atividade financeira do Grupo, as variações de justo valor destes derivados são registadas nas rubricas Rendimentos financeiros ou Gastos financeiros (nota 38), da Demonstração Consolidada de Resultados.

A determinação do justo valor dos "forwards" de taxa de câmbio é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas, quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos, e teve por base a atualização, para a data de relato, do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato (segundo nível da hierarquia de justo valor). O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação (taxa de câmbio "forward" determinada entre a data da

avaliação e data de maturidade do contrato, obtida com recurso a informação de mercado).

	31.12.2019	31.12.2018
Outros rendimentos e ganhos (nota 34)	122 378	348 089
Outros gastos e perdas (nota 35)	294 350	269 504
Efeito líquido	(171 972)	78 585

Os instrumentos derivados registados ao justo valor através de resultados, detidos pelo grupo à data de 31 de dezembro de 2019, vencem integralmente durante os doze meses seguintes.

24.2. Derivados ao justo valor através de reservas

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram contratados instrumentos financeiros derivados registados ao justo valor através de reservas.

25. RISCOS FINANCEIROS

25.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez descrito na nota 2.27., b), no que diz respeito ao valor nominal do endividamento bruto referido na nota 23, pode ser analisado como segue:

	31.12.2019			31.12.2019		
	Maturidade de empréstimos bancários e obrigacionistas (nota 23)	Juro	Total	Maturidade de Credores por locações (nota 23)	Juro	Total
2020	6 586 447	8 240 588	14 827 035	1 790 941	166 424	1 957 365
2021	9 205 509	7 951 182	17 156 691	1 479 030	102 967	1 581 997
2022	31 705 509	7 722 567	39 428 076	960 299	55 601	1 015 900
2023	79 648 501	6 778 512	86 427 013	896 212	16 565	912 777
2024	35 000 000	4 512 812	39 512 812			
2025		3 548 611	3 548 611			
2026		3 548 611	3 548 611			
2027		3 548 611	3 548 611			
2028		3 558 333	3 558 333			
2029	50 000 000	3 548 611	53 548 611			
	<u>212 145 966</u>	<u>52 958 438</u>	<u>265 104 404</u>	<u>5 126 482</u>	<u>341 557</u>	<u>5 468 039</u>

	31.12.2018		
	Maturidade do endividamento bruto (nota 23)	Juro	Total
2019	17 857 535	7 282 428	25 139 963
2020	47 695 293	6 004 065	53 699 358
2021	104 280 952	2 880 533	107 161 485
2022	4 192 246	1 183 534	5 375 780
2023	33 435 673	942 666	34 378 339
	<u>207 461 699</u>	<u>18 293 226</u>	<u>225 754 925</u>

Os valores de juros indicados nos quadros anteriores foram calculados com base nas taxas de juro em vigor a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para cada um dos valores em dívida. O valor indicado para 2020 (2019) no perfil de vencimento do endividamento bruto inclui, para além das amortizações de dívida programadas, a amortização dos valores considerados no endividamento de final de 2019 (2018) para os quais o compromisso da dívida é inferior a um ano.

O perfil de vencimento dos restantes instrumentos financeiros está incluído nas respetivas notas explicativas.

25.2. Risco de mercado

25.2.1. Risco de taxa de juro

Na análise do risco de taxa de juro, descrito na nota 2.27., b), foi calculado o efeito que se teria produzido nos resultados antes de impostos dos exercícios de 2019 e 2018, no caso de ter ocorrido uma variação de +0,75 pontos percentuais e de -0,75 pontos percentuais em relação às taxas de juro que foram refixadas durante esses exercícios:

Análise de sensibilidade						
2019			2018			
	"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)		"Notional" (Euros)	Efeito em resultados (Euros)	
		0.75 pp	-0.75 pp		0.75 pp	-0.75 pp
Endividamento bruto						
EUR	161 659 004	(1 000 862)	1 000 862	172 933 910	(1 222 132)	1 222 132
CAD	50 486 962	(308 106)	308 106	34 527 789	(241 615)	241 615
	<u>212 145 966</u>	<u>(1 308 968)</u>	<u>1 308 968</u>	<u>207 461 699</u>	<u>(1 463 747)</u>	<u>1 463 747</u>

Na análise de sensibilidade evidenciada no quadro anterior, o efeito em resultados exclui os descobertos bancários e os empréstimos que não estão sujeitos a

variação da taxa de juro. No entanto, o valor do endividamento bruto apresentado inclui os descobertos bancários e os empréstimos que não estão sujeitos a variação da taxa de juro.

Considerando a Euribor a 6M como indicador de referência para o nível de taxas de juro do Euro, uma variação de 0,75 pontos percentuais corresponde a 11,2 vezes o desvio padrão daquela variável de 2019 (84,4 vezes, em 2018).

25.2.2. Risco de taxa de câmbio

Em relação ao risco de taxa de câmbio, descrito na nota 2.27, b), foram efetuadas:

- a) Análises de sensibilidade aos saldos denominados em moeda diferente da moeda funcional de cada sociedade incluída na consolidação, considerando uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2019 e 2018 de cada moeda, em relação ao Euro.

- i) Empréstimos (-) líquidos de aplicações de tesouraria (+)

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo não detinha quaisquer saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados numa moeda diferente das moedas funcionais das suas subsidiárias.

- ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	2019		2018	
					-1%	1%	-1%	1%
USD	3 451 574	1 823 848	3 072 419	1 592 876	(30 724)	30 724	(15 929)	15 929
ZAR	21 095 032	14 043 629	1 337 003	853 291	(13 370)	13 370	(8 533)	8 533
GBP	5 286	(8 213)	6 213	(9 181)	(62)	62	92	(92)

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2019 e 2018 teriam no valor líquido das diferenças de câmbio incluídas nas notas 34, 35 e 38.

- b) Análise de sensibilidade aos instrumentos derivados contratados para cobertura do risco de câmbio identificado no ponto anterior, considerando

uma variação de +1% e -1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2019 e 2018 de cada moeda, em relação ao Euro.

i) Empréstimos líquidos de aplicações de tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Grupo não detinha quaisquer derivados para cobertura de saldos de empréstimos ou aplicações de tesouraria denominados em moedas diferentes das moedas funcionais das suas subsidiárias.

ii) Outros saldos: ativos líquidos (+) e passivos líquidos (-)

	Montante denominado em moeda estrangeira		Contra-valor em Euros		Análise de sensibilidade (EUR)			
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	2019		2018	
					-1%	1%	-1%	1%
ZAR	19 648 389	14 357 909	1 245 315	872 387	12 453	(12 453)	8 724	(8 724)

A sensibilidade refere-se ao efeito que a variação de -1% e 1% nas taxas de câmbio verificadas no final dos exercícios de 2019 e 2018 teriam na cobertura dos montantes identificados na alínea a).

25.2.3. Risco de crédito

No que diz respeito ao risco de crédito, descrito na nota 2.27, a), este encontra-se refletido, essencialmente, nos montantes escriturados nas rubricas Clientes (nota 17) e Outras dívidas de terceiros (nota 18).

O Grupo divulga a antiguidade dos ativos financeiros nas respetivas notas.

O Grupo estima que a máxima exposição ao risco de crédito não difere significativamente do valor contabilístico divulgado nas respetivas notas. Contudo, são contratados seguros de crédito para a maior parte das contas a receber, o que reduz significativamente a exposição ao risco de crédito.

O Grupo estima que não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos das rubricas de Clientes e Outras dívidas de terceiros e o respetivo justo valor.

26. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u> Reexpresso
Gastos a pagar		
Gastos com o pessoal		103 005
Instrumentos financeiros		103 005
Outras dívidas a terceiros	<u>3 404 222</u>	<u>1 025 033</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 9	<u>3 404 222</u>	<u>1 025 033</u>
Total	<u><u>3 404 222</u></u>	<u><u>1 128 038</u></u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes inclui o montante de 3 404 221 euros (888 506 euros à data de 31 de dezembro de 2018) referente ao diferimento de rendimentos com subsídios ao investimento.

27. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Diversas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente em função do número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente.

O valor atual das responsabilidades por benefícios definidos é avaliado anualmente através de estudos atuariais realizados com base no método "Projected Unit Credit". Os pressupostos atuariais utilizados nas avaliações efetuadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	<u>Portugal</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>TV 88/90</u>	<u>TV 88/90</u>
<u>Taxa de crescimento salarial</u>	<u>3.00%</u>	<u>3.00%</u>
<u>Taxa de rendimento do fundo</u>	<u>2.75%</u>	<u>3.80%</u>
<u>Taxa técnica atuarial</u>	<u>2.50%</u>	<u>2.75%</u>
<u>Taxa de crescimento das pensões</u>	<u>0.00%</u>	<u>0.00%</u>

Os planos de benefícios, constituídos em exercícios anteriores por diversas sociedades do Grupo, são os seguintes:

Portugal:

Diversas sociedades do Grupo dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído, gerido por entidade terceira e calculado de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos atuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de três sociedades contratados até 31 de dezembro de 1994 que, durante o tempo de vida após o momento da reforma, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. Os trabalhadores abrangidos têm a possibilidade de optar pelo recebimento de uma quantia no momento de reforma, em alternativa à renda mensal.

A taxa técnica atuarial de 2,5%, utilizada no cálculo da responsabilidade por benefícios definidos das subsidiárias portuguesas, foi obtida a partir das curvas de rendimento das obrigações corporativas de cupão zero de elevada qualidade, da zona euro, acrescida de um *spread*, determinado com base no índice iTraxx Europe Main.

A duração média estimada da obrigação por benefícios definidos registada pelas subsidiárias portuguesas é de 20 anos.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2019, o passivo por benefícios definidos ascendia a 904 548 euros (785 667 euros a 31 de dezembro de 2018).

O principal risco a que estes planos de benefícios definidos expõem o Grupo é o risco de liquidez. À data de 31 de dezembro de 2019, os ativos afetos aos planos representavam 36,65% (40,31% em 31 de dezembro de 2018) da obrigação de benefícios definidos. Este risco é, contudo, mitigado pelo facto de as obrigações de benefícios definidos do Grupo terem um prazo médio de vencimento bastante longo, e pelo facto de os trabalhadores abrangidos não reterem direito aos benefícios no caso de cessarem a relação de trabalho com o Grupo.

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 no valor presente das obrigações de benefícios definidos pode ser decomposto como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Plano com fundo constituído	Total	Plano com fundo constituído	Total
(+) Saldo inicial do valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 316 268	1 316 268	1 560 588	1 560 588
(+) Custo de juros	36 197	36 197	42 916	42 916
(+) Custo do serviço corrente	43 277	43 277	49 450	49 450
(+) Remensurações:				
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	63 175	63 175		
Resultantes de ajustamentos de experiência	(31 151)	(31 151)	(170 004)	(170 004)
(+) Custos reconhecidos por serviços passados			(166 682)	(166 682)
(=) Saldo final do valor presente das obrigações de benefícios definidos	<u>1 427 766</u>	<u>1 427 766</u>	<u>1 316 268</u>	<u>1 316 268</u>

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o justo valor dos ativos dos planos registou os seguintes movimentos:

	31.12.2019	31.12.2018
(+) Saldo inicial do justo valor dos ativos do plano	530 601	598 336
(+) Rendimento de juros	14 592	22 831
(+) Remensurações	(21 975)	(90 566)
(=) Saldo final do justo valor dos ativos do plano	<u>523 218</u>	<u>530 601</u>

Os ativos afetos aos planos de benefícios definidos não incluem ativos ocupados ou utilizados pelo Grupo nem incluem ativos mobiliários emitidos pela Sociedade e suas subsidiárias.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor das responsabilidades por benefícios definidos reconhecidos na Demonstração Consolidada de Posição Financeira é detalhado como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
(+) Valor presente das obrigações de benefícios definidos	1 427 766	1 316 268
(-) Justo valor dos ativos do plano	<u>523 218</u>	<u>530 601</u>
(=) Passivo de benefícios definidos	<u>904 548</u>	<u>785 667</u>

A sensibilidade da obrigação por benefícios definidos é a seguinte:

	2019			2018		
	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p	-0,5 pp	Base de valorização	+0,5 p
Obrigação por benefícios definidos	1 565 457	1 427 766	1 304 876	1 449 250	1 316 268	1 197 889

A base de valorização refere-se à taxa técnica atuarial incluída nos pressupostos atuariais divulgados anteriormente.

28. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Fornecedores, da Demonstração Consolidada de Posição Financeira, apresentava as seguintes maturidades:

	MATURIDADE DE FORNECEDORES	
	31.12.2019	31.12.2018
A Pagar a		
< 90 dias	25 847 386	21 419 613
90 - 180 dias	107 088	62 039
> 180 dias	71 956	85 832
	<u>26 026 430</u>	<u>21 567 484</u>

29. OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (PASSIVO CORRENTE)

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros impostos e contribuições, incluída no passivo corrente, apresentava a seguinte decomposição:

	31.12.2019	31.12.2018
Outros Impostos e contribuições		
Imposto sobre o valor acrescentado	31 338	5 498
Contribuições para a segurança social	222 728	211 450
Outros	326 330	273 135
	<u>580 396</u>	<u>490 083</u>

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018 Reexpresso
Instrumentos financeiros derivados	143 493	5 621
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	4 622 908	1 955 451
Outros credores	<u>428 932</u>	<u>531 520</u>
Subtotal	<u>5 195 333</u>	<u>2 492 592</u>
Outros credores	497 142	473 106
Adiantamentos de clientes	31 017	9 760
Gastos a pagar		
Seguros	16 369	19 068
Gastos com o pessoal	3 991 959	3 912 764
Encargos financeiros	242 484	229 540
Descontos de quantidade	3 680 082	3 050 847
Fornecimentos e serviços externos	375 632	391 968
Outros	<u>434 874</u>	<u>1 036 836</u>
Subtotal	<u>9 269 559</u>	<u>9 123 889</u>
Instrumentos financeiros	<u>14 464 892</u>	<u>11 616 481</u>
Rendimentos diferidos		
Subsídios ao investimento	471 735	161 013
Outros	<u>136 525</u>	<u>148 937</u>
Passivos não abrangidos pela IFRS 9	<u>608 260</u>	<u>309 950</u>
Total	<u>15 073 152</u>	<u>11 926 431</u>

31.12.2019	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Derivados	4 826	124 905	13 762	143 493
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	3 925 819	679 089	18 000	4 622 908
Maturidade dos Outros Credores correntes	<u>428 932</u>			<u>428 932</u>
	<u>4 359 577</u>	<u>803 994</u>	<u>31 762</u>	<u>5 195 333</u>

31.12.2018	< 90 dias	90 - 180 dias	> 180 dias	Total
Derivados		5 621		5 621
Maturidade dos Fornecedores de ativos fixos tangíveis correntes	1 903 225	52 226		1 955 451
Maturidade dos Outros Credores correntes	<u>500 458</u>		31 062	<u>531 520</u>
	<u>2 403 683</u>	<u>57 847</u>	<u>31 062</u>	<u>2 492 592</u>

31. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foi o seguinte:

Descrição	31.12.2019						
	Saldo inicial	Variação cambial	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	Saldo final
Perdas por imparidade:							
Propriedades de investimento	2 259 929						2 259 929
Ativos fixos tangíveis	4 501 382		5 389			(926 887)	3 579 884
Ativos intangíveis	19 242						19 242
Clientes	121 467	902	313 738			(320 741)	115 366
Subtotal perdas por imparidade	6 902 020	902	319 127			(1 247 628)	5 974 421
Provisões:							
Processos judiciais em curso	583 290			(16 257)			567 033
Outras	4 470 719		5 416 356				9 887 075
Subtotal provisões	5 054 009		5 416 356	(16 257)			10 454 108
Subtotal perdas por imparidade e provisões	11 956 029	902	5 735 483	(16 257)		(1 247 628)	16 428 529
Outras perdas:							
Outros investimentos	3 989		121 427				125 416
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	934 312	18 096	146 072		(303 191)		795 289
Total	12 894 330	18 998	6 002 982	(16 257)	(303 191)	(1 247 628)	17 349 234

Descrição	31.12.2018						
	Saldo inicial	Variação cambial	Aumento	Utilização	Reversão	Outras Variações	Saldo final
Perdas por imparidade							
Propriedades de investimento	2 259 929						2 259 929
Ativos fixos tangíveis	6 306 154		55 224			(1 859 996)	4 501 382
Ativos intangíveis	19 242						19 242
Clientes	417 227	(2 605)	102 930		(83 155)	(312 930)	121 467
Subtotal perdas por imparidade	9 002 552	(2 605)	158 154		(83 155)	(2 172 926)	6 902 020
Provisões							
Processos judiciais em curso	749 344			(166 054)			583 290
Outras	4 510 315				(39 596)		4 470 719
Subtotal provisões	5 259 659			(166 054)	(39 596)		5 054 009
Subtotal perdas por imparidade e provisões	14 262 211	(2 605)	158 154	(166 054)	(122 751)	(2 172 926)	11 956 029
Outras perdas							
Investimentos	36 973 903					(36 969 914)	3 989
Ajuste ao valor realizável líquido dos inventários	950 946	(19 493)	226 375		(223 516)		934 312
Total	52 187 060	(22 098)	384 529	(166 054)	(346 267)	(39 142 840)	12 894 330

Na Demonstração Consolidada de Posição Financeira, as perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

Os aumentos e utilizações/reversões de provisões e perdas por imparidade encontram-se incluídos nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Custo das vendas	(38 786)	134 262	95 476	(50 624)	140 269	89 645
Varição da produção	(107 286)	168 929	61 643	(175 751)	83 247	(92 504)
Provisões e perdas por imparidade	(5 735 483)	16 257	(5 719 226)	(158 154)	249 209	91 055
Gastos com pessoal					39 596	39 596
Resultados relativos a investimentos	(121 427)		(121 427)			
Total (Demonstração Consolidada de Resultados)	(6 002 982)	319 448	(5 683 534)	(384 529)	512 321	127 792

31.1. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os movimentos registados em perdas por imparidade podem ser resumidos como segue:

- As perdas por imparidade registadas em resultado dos exercícios de 2019 e de 2018 estão incluídas na coluna “Aumentos” dos quadros em cima;
- As perdas por imparidade revertidas nos exercícios de 2019 e de 2018 estão incluídas na coluna “Reversão” dos quadros em cima;
- A coluna “Outras variações”, inclui as reduções referentes a alienações e abates.

31.2. Provisões

À data de 31 de dezembro de 2019, os saldos de provisões podiam decompor-se como segue:

- Provisões para processos judiciais em curso: o montante registado de 567 033 euros refere-se, principalmente, a litígios com ex-trabalhadores de unidades industriais desativadas. Esta provisão encontra-se registada no passivo não corrente.
- Outras Provisões, incluem, designadamente:

Provisão de 1 195 000 euros para responsabilidades de natureza ambiental. Esta provisão encontra-se registada no passivo não corrente;

Provisão de 7 125 719 euros para responsabilidades que, nos termos do contrato de constituição do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A., são transferidas para a Sonae Indústria, SGPS, S. A. (nota 5). Esta provisão foi reforçada em 2019 por um montante de 3 850 000 euros, referente a obrigações relacionadas com a cessação das atividades na unidade industrial de Horn, referida na nota 5.2.1. Esta provisão encontra-se registada no passivo corrente, por um montante de 3 250 000 euros, e no passivo não corrente, por um montante de 3 875 719 euros;

Provisão de 1 500 000 euros, constituída em 2019 para fazer face a contingências legais que o Conselho de Administração entendeu provisionar. Esta provisão encontra-se registada no passivo não corrente.

32. LOCAÇÕES

No exercício concluído em 31 de dezembro de 2019, o Grupo registou na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da Demonstração Consolidada de Resultados, rendas referentes a locações classificadas como de baixo valor ou de curto prazo no montante de 228 139 euros (nota 2.5).

Os ativos sob direito de uso registados na Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2019 encontra-se detalhado na nota 9.

Os prazos de vencimento das rubricas Credores por locações registadas na Demonstração Consolidada de Posição Financeira à data de 31 de dezembro de 2019 encontram-se divulgado na nota 25.1.

Os efeitos decorrentes da aplicação da IFRS 16 e respetivos procedimentos de transição encontram-se descritos na nota 3

33. PARTES RELACIONADAS

33.1. Os saldos e transações registados durante o exercício com entidades relacionadas, podem ser resumidos como segue:

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Subsidiárias da entidade controladora final	158 894	102 311	320 225	351 433
Empreendimentos conjuntos da Sonae Indústria, SGPS, S.A.	617 500	483 982	1 637 931	1 188 820

Transações	Rendimentos		Gastos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Subsidiárias da entidade controladora final	12 344	69 701	1 419 911	1 112 604
Empreendimentos conjuntos da Sonae Indústria, SGPS, S.A.	4 491 352	3 217 779	11 737 659	12 420 076

Os rendimentos e gastos resultantes de transações com partes relacionadas, que se encontram apresentados nos quadros anteriores, referem-se a atividades operacionais e foram realizadas em condições equiparáveis às transações realizadas no mercado entre partes independentes.

Adicionalmente, à data de 31 de dezembro de 2019, a Efanor Investimentos, SGPS, S. A. (entidade controladora final da Sonae Indústria, SGPS, S. A.) detinha a totalidade das obrigações subordinadas emitidas pela Sociedade, com um valor nominal de 50 000 000 euros.

33.2. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sociedade pode ser decomposto como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Benefícios de curto prazo	931 721	823 172
	<u>931 721</u>	<u>823 172</u>

Os montantes divulgados no quadro anterior referem-se às remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. que foram registadas na rubrica Gastos com pessoal, das Demonstrações Consolidadas de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Às datas de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não havia benefícios pós-emprego atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

33.3. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade registou nas suas demonstrações financeiras consolidadas os seguintes gastos com honorários da sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC, S. A. e respetiva rede internacional:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Honorários totais referentes à revisão legal das contas anuais	132 591	127 248
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	500	
Honorários totais referentes a outros serviços		3 204
	<u>133 091</u>	<u>130 452</u>

34. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, detalha-se como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Ganhos na alienação e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	326 603	3 748 097
Rendimentos suplementares	2 187 497	1 762 547
Subsídios ao investimento	468 421	503 641
Restituição de impostos		23 911
Diferenças de câmbio favoráveis	859 900	1 168 441
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	122 378	348 089
Outros	<u>275 450</u>	<u>670 651</u>
	<u>4 240 249</u>	<u>8 225 377</u>

Os ganhos registados no período findo em 31 de dezembro de 2018 em ativos fixos tangíveis referem-se, principalmente, à alienação do terreno e edifício da antiga unidade industrial de Solsona, Espanha, que se encontrava desativada.

35. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica Outros gastos e perdas, da Demonstração Consolidada de Resultados dos exercícios de 2019 e 2018, tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Impostos	1 343 837	1 359 829
Perdas na alienação de investimentos não correntes		83 667
Perdas na alien. e abate de prop. invest., ativos tang. e intang.	547 312	551 734
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 025 950	1 181 059
Ajust. p/ justo valor de instr. financ. registados ao justo valor através de resultados	294 350	269 504
Outros	<u>240 299</u>	<u>201 784</u>
	<u>3 451 748</u>	<u>3 647 577</u>

36. GASTOS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Durante o exercício terminado em 31 de dezembro de 2019, o Grupo registou em diversas rubricas da Demonstração Consolidada de Resultados, gastos em investigação e desenvolvimento no montante de 261 250 euros (185 557 euros no exercício de 2018).

37. RUBRICAS OPERACIONAIS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

As rubricas de natureza operacional da Demonstração Consolidada de Resultados apresentam a seguinte decomposição quanto à sua recorrência:

	31.12.2019 Recorrente	31.12.2018 Recorrente
Vendas	228 500 563	218 781 711
Prestação de serviços	1 486 041	1 392 246
Variação de valor dos ativos biológicos	(145 199)	
Outros rendimentos e ganhos	3 923 646	4 467 678
Custo das vendas	(127 189 314)	(122 579 602)
Variação da produção	1 997 447	2 127 586
Fornecimentos e serviços externos	(51 797 596)	(49 347 378)
Gastos com o pessoal	(27 107 102)	(25 213 163)
Perdas por imparidade em clientes - (aumentos)/reduções	(313 738)	(19 775)
Outros gastos e perdas	<u>(2 876 734)</u>	<u>(2 938 366)</u>
Resultado operacional recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>26 478 014</u>	<u>26 670 937</u>
Resultado operacional não recorrente antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>(713 387)</u>	<u>2 569 718</u>
Resultado operacional total antes de amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade (exceto clientes)	<u>25 764 627</u>	<u>29 240 655</u>

A classificação de itens quanto à sua recorrência é efetuada de acordo com os critérios divulgados na nota 2.25.

38. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios concluídos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 têm a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	22 465	12 175
outros		<u>653</u>
	<u>22 465</u>	<u>12 828</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
relativas a empréstimos	12 410	12 397
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>571 736</u>	<u>540 471</u>
	584 146	552 868
Descontos de pronto pagamento obtidos	83 378	89 502
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>5 770</u>	<u>5 785</u>
	<u>695 759</u>	<u>660 983</u>
Gastos financeiros:		
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(7 818 896)	(8 082 154)
relativos a empréstimos obrigacionistas	(130 517)	
relativos a locações	(262 817)	(60 975)
relativos a empréstimos de empresas relacionadas	(173 333)	
outros	<u>(4 621)</u>	<u>(2 206)</u>
	(8 390 184)	(8 145 335)
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
relativas a empréstimos	(10 640)	(20 079)
relativas a caixa e equivalentes de caixa	<u>(601 291)</u>	<u>(529 144)</u>
	(611 931)	(549 223)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(1 727 428)	(1 747 756)
Outros gastos e perdas financeiros	<u>(1 446 131)</u>	<u>(1 780 391)</u>
	<u>(12 175 674)</u>	<u>(12 222 705)</u>
Resultados financeiros	<u>(11 479 915)</u>	<u>(11 561 722)</u>

39. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2019 e 2018 são detalhados como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto corrente	3 330 869	5 698 246
Imposto diferido	<u>1 917</u>	<u>473 220</u>
	<u>3 332 786</u>	<u>6 171 466</u>

A reconciliação do resultado consolidado antes de impostos das operações que continuam com o imposto sobre o rendimento do exercício consolidado pode ser apresentada da seguinte forma:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Resultado consolidado antes de imposto das operações que continuam	(10 036 563)	17 199 937
Taxa imposto	<u>21.00%</u>	<u>21.00%</u>
Imposto expectável	(2 107 678)	3 611 987
Difª. em taxas de imposto estrangeiras	544 273	511 376
Efeito de impostos provinciais/municipais		42 300
Ajustamentos de consolidação	(968 586)	(2 490 098)
Diferenças permanentes		
... Custos não dedutíveis	1 256 888	1 352 178
... Proveitos não tributados	(182 257)	(163 868)
Prejuízos fiscais reportáveis		
... Ativo por imposto diferido não registado (não conformidade IAS 12)	2 725 878	854 757
... Utilização de prejuízos fiscais reportáveis cujo imposto diferido não foi registado em exercícios anteriores	(1 270)	
Ativo por imposto diferido revertido (não conformidade IAS 12) - nota 14		1 456 216
Retenções na fonte em jurisdições fiscais estrangeiras	934 368	1 534 046
Efeito de alteração das taxas de imposto	(245)	7 957
Outros	1 131 414	(545 385)
Imposto sobre o rendimento consolidado	<u>3 332 786</u>	<u>6 171 466</u>

O montante apresentado em Ajustamentos de consolidação diz respeito, principalmente, à quota-parte do resultado líquido consolidado do empreendimento conjunto Sonae Arauco, S. A., registada nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 por meio do método da equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante apresentado em Outros refere-se, principalmente, a ativos por impostos diferidos sobre provisões não relevantes para efeitos fiscais, que não foram registados, dado não estarem reunidas as condições exigidas pelo normativo contabilístico para tal.

As empresas do Grupo estão sujeitas às seguintes taxas de imposto sobre os lucros:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>	<u>Nacional</u>	<u>Provincial</u>
Portugal	21.0%		21.0%	
Canadá	15.0%	11.6%	15.0%	11.7%
África do Sul	28.0%		28.0%	

40. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Resultado líquido		Resultado líquido	
	das operações que continuam	total	das operações que continuam	total
Resultados				
<i>Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe)</i>	(13 369 349)	(13 369 349)	11 028 470	11 028 470
<i>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</i>	<u>(13 369 349)</u>	<u>(13 369 349)</u>	<u>11 028 470</u>	<u>11 028 470</u>
Número de ações				
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, básico</i>	45 403 029	45 403 029	45 403 029	45 403 029
<i>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação, diluído</i>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>	<u>45 403 029</u>
Resultado básico por ação	<u>(0,2945)</u>	<u>(0,2945)</u>	<u>0,2429</u>	<u>0,2429</u>
Resultado diluído por ação	<u>(0,2945)</u>	<u>(0,2945)</u>	<u>0,2429</u>	<u>0,2429</u>

41. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A atividade principal do Grupo consiste na produção e comercialização de painéis aglomerados de madeira e produtos derivados destes, através de instalações fabris e comerciais localizadas em Portugal, Canadá e África do Sul.

O sistema interno de relato ao órgão decisor da Sonae Indústria enfoca nas atividades desenvolvidas. As atividades conexas à atividade principal apresentam-se materialmente irrelevantes para efeitos de relato segmental, razão pela qual o Grupo entende apresentar um único segmento.

O rédito consolidado deriva, principalmente, da produção e venda de painéis aglomerados de madeira e seus derivados.

42. CONTINGÊNCIAS

Em outubro de 2010, a Sonae Indústria, SGPS, SA recebeu uma nota de liquidação da autoridade fiscal, de acordo com a qual a menos-valia resultante da liquidação, em 2006, da sua participada Socelpac, SGPS, SA, no valor de 74 milhões de euros,

apenas deveria ser considerada em 50% para efeitos de cálculo da matéria coletável em sede de IRC. Por discordar deste entendimento, a sociedade apresentou impugnação judicial.

A subsidiária Sonae Indústria de Revestimentos, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 2 271 000 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A subsidiária Maiequipa – Gestão Florestal, S. A. prestou fianças a favor da Direção Geral das Contribuições e Impostos, no montante de 1 242 746 euros, para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações.

A Sonae Indústria, SGPS, SA apresentou garantias bancárias no montante de 9 286 997 euros para suspensão de processos de execução fiscal instaurados contra si, tendo sido apresentadas impugnações judiciais contra as respetivas liquidações, com exceção do processo IRC 2015, onde até à data apenas foi apresentada reclamação graciosa.

De acordo com a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração considera que a probabilidade de as referidas impugnações judiciais e reclamação graciosa serem julgadas improcedentes é reduzida, pelo que não foi efetuado qualquer ajustamento aos montantes de estimativa para imposto corrente, nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

A fiança da Sonae Indústria, SGPS, S. A. prestada a favor do Instituto de Segurança Social, no montante de 321 858 euros, é para caução da contingência que a Sonae Arauco Portugal, S. A. tem com esta entidade.

A ex-subsidiária Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e outros produtores alemães de painéis derivados de madeira encontram-se envolvidos em alguns processos de contencioso instituídos por alguns clientes por danos decorrentes de alegada violação das leis da concorrência, no seguimento da qual as ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH (ex-Glunz AG) e GHP GmbH

receberam, em março de 2010, uma nota de ilicitude da Autoridade Alemã da Concorrência. Alguns desses processos já conheceram o desfecho entre os anos de 2015 e 2018, tendo sido registados os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras individuais de cada empresa e nas demonstrações financeiras consolidadas da participada Sonae Arauco, S. A. (em cujo perímetro de consolidação estas ex-subsidiárias estão incluídas) dos respetivos períodos. No final de 2019, havia dois processos pendentes de conclusão. Num deles, a indemnização foi reclamada especificamente às ex-subsidiárias Sonae Arauco Deutschland GmbH e GHP GmbH, e representa uma contingência máxima (baseada nos valores pedidos) de 31,5 milhões de euros. No outro, estas subsidiárias estão envolvidas em conjunto com outros produtores alemães e a contingência máxima (baseada nos valores pedidos) ascende a 26 milhões de euros, à data de 31 de dezembro de 2019. De acordo com o parecer dos advogados destas ex-subsidiárias, à data de encerramento das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho dos processos em curso ou o montante de eventuais pagamentos que venham a ser estabelecidos. Nos termos do contrato de subscrição de ações da Sonae Arauco, S. A., celebrado em 2015 por esta sociedade, pela Sonae Indústria SGPS S.A. e pelo Grupo Arauco, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. assume a obrigação de compensar a Sonae Arauco, S. A. por quaisquer perdas resultantes destes processos.

A sociedade Darbo SAS, ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S. A. localizada em França, foi vendida em 3 de julho de 2015 a uma subsidiária da Gramax Capital, tendo sido excluída das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nessa data. Esta sociedade foi apresentada à insolvência no Tribunal de Comércio de Dax, em França, em setembro de 2016, tendo sido declarada, pelo referido tribunal, a sua liquidação, em outubro do mesmo ano.

Na sequência do referido processo, cento e dez ex-trabalhadores da sociedade Darbo apresentaram diversas ações judiciais no Tribunal de Trabalho de Dax, em França, contra, entre outras entidades, a Sonae Indústria, SGPS, S. A. e a Gramax Capital, por meio das quais reclamam indemnizações por alegado despedimento sem justa causa, num montante total de 13 653 917,28 euros. Os mesmos ex-trabalhadores apresentaram, ainda, no Tribunal Cível de Dax, uma ação judicial contra as sociedades vendedora e compradora, bem como contra a Sonae Indústria, SGPS, S. A., pela qual reclamam a anulação da venda da Darbo SAS e

o pagamento de indemnizações por alegados danos sofridos, no mesmo montante reclamado perante o Tribunal de Trabalho de Dax (13 653 917,28 euros).

Em julho de 2019, o Tribunal de Trabalho de Dax decidiu, relativamente a cento e cinco ex-trabalhadores da Darbo, que a Sonae Indústria SGPS e duas sociedades da Gramax Capital têm a obrigação conjunta e solidária de pagar indemnizações a esses trabalhadores num montante total de aproximadamente 3,6 milhões de euros, tendo por base a existência de co-emprego. O tribunal também decidiu que a Sonae Indústria SGPS e as duas sociedades da Gramax Capital reembolsem o “Pôle Emploi” de França (organização de seguro ao emprego) por quaisquer montantes eventualmente pagos a estes empregados. A Sonae Indústria recorreu desta decisão, uma vez que considera não haver argumentos para defender a tese de co-emprego. Já em Janeiro de 2020, o tribunal, relativamente ao processo de cinco ex-trabalhadores da Darbo, proferiu uma sentença no mesmo sentido e com os mesmos fundamentos, sendo o montante da condenação de cerca de 950 mil euros. A Sonae Indústria recorreu desta decisão.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

As condições necessárias à concretização da venda da central de co-geração localizada em Horn-Bad, Alemanha, anteriormente detida pela GHP GmbH (subsidiária da Sonae Arauco, S. A.) foram reunidas durante janeiro de 2020. Em consequência, foram concretizadas as disposições incluídas no contrato de compra e venda assinado em dezembro de 2019, que consistiam na transferência da propriedade deste ativo e da relação contratual com todos os empregados desta unidade industrial para um novo proprietário, com efeitos a partir 1 de janeiro de 2020. Ainda durante janeiro de 2020, o Grupo Sonae Arauco recebeu o correspondente preço de venda, no montante de 4,2 milhões de euros.

A propagação do vírus Covid-19 à escala mundial, nos primeiros meses de 2020, está a ter significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

As medidas extraordinárias impostas pelas autoridades nas várias regiões onde a Sonae Indústria opera os seus negócios (nomeadamente Europa, América do Norte e África do Sul), têm tido também um impacto significativo não só no

quotidiano das pessoas, mas também nos negócios incluindo nas operações da Sonae Indústria.

Deste modo, durante os últimos dias e como resultado da pandemia COVID-19:

- a Sonae Arauco encerrou temporariamente as suas unidades industriais em Espanha e África do Sul, países onde as imposições legais das autoridades locais para combater a pandemia atualmente impedem a continuação da atividade da maioria dos negócios;
- o nosso negócio da América do Norte procedeu ao encerramento parcial e temporário da sua unidade industrial de Lac Mégantic, no Canadá (por imposição legal das autoridades locais para combater a pandemia).

Encontra-se, neste momento, a ser equacionada a possibilidade de encerramento temporário de mais unidades industriais, considerando, nomeadamente, a diminuição do nível de encomendas, provocada pela redução ou encerramento temporário da atividade dos clientes e a possível indisponibilidade de algumas matérias primas. As próprias medidas determinadas pelas autoridades locais com vista à mitigação da pandemia Covid-19 poderão também condicionar o funcionamento das nossas outras operações.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Sonae Indústria não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A Sonae Indústria irá tomar todas as medidas possíveis, dentro das limitações que esta crise pandémica impõe, para mitigar os efeitos de quaisquer encerramentos temporários e para retomar as operações encerradas temporariamente, assim que as condições o permitirem.

À data de emissão destas demonstrações financeiras consolidadas, não tinham ocorrido outros eventos após a data de 31 de dezembro de 2019 que pudessem modificar as demonstrações financeiras à data de emissão das mesmas ou motivar a inclusão de divulgações adicionais, para além das que foram incluídas nas notas anexas às presentes demonstrações financeiras consolidadas.

44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2020, o Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S. A. deliberou que as presentes demonstrações financeiras consolidadas sejam submetidas a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, S.A. ("a Entidade"), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 465.320.896,93 euros e um total de capital próprio de 285.699.985,96 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.325.639,03 euros), a demonstração separada dos resultados por naturezas, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na Nota 29 do anexo às demonstrações financeiras separadas, no que diz respeito aos potenciais impactos dos acontecimentos recentes relacionados com a epidemia provocada pelo Covid-19 e sua evolução futura sobre a atividade da Entidade e à incerteza sobre os efeitos temporais sobre a rentabilidade da atividade da mesma, a sua situação financeira e o valor de recuperação dos seus ativos, não tendo os mesmos à data deste Relatório de Auditoria sido ainda quantificados, não obstante seja divulgado que tais impactos não colocam em causa, face à informação disponível nesta data, o pressuposto da continuidade das operações utilizado pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras separadas (Nota 2.1.).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias e empreendimentos conjuntos</p>	
<p>(Notas 2.2., 6., 8. e 25. do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Sonae Indústria detém investimentos financeiros significativos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos, cujo valor contabilístico ascende a 234 milhões de euros (incluindo suprimentos concedidos) e 227 milhões de euros respetivamente (Notas 6 e 8). As referidas participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade (Nota 2.2.).</p> <p>Conforme indicado na Nota 2.2, o Grupo reconhece perdas de imparidade quando verificados indícios de imparidade e se determina que o valor de recuperação de um dado ativo se demonstra inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>A análise de imparidade e os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens prospetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.</p> <p>Em determinadas situações, nomeadamente nas subsidiárias com ativos imobiliários, o Grupo procede à determinação do valor de venda (menos custos de alienação), recorrendo, nestes casos, a avaliações realizadas por especialistas externos. Tais processos de avaliação envolvem igualmente diversos pressupostos.</p> <p>Como resultado do seu processo de análise, o Grupo registou, nas suas demonstrações financeiras separadas, em 31 de dezembro de 2019, perdas de imparidade no montante de, aproximadamente, 5,4 milhões de euros em relação a investimentos financeiros em subsidiárias (Notas 6 e 25).</p> <p>Tendo em vista a relevância dos ativos em análise para as demonstrações financeiras separadas, a complexidade inerente à realização e análise dos modelos de avaliação usados, sustentados em</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos ativos não correntes da Entidade, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas de imparidade nas situações em que a Entidade identifica indícios de imparidade em ativos não correntes.</p> <p>No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pela Entidade no processo de avaliação de imparidade, a nossa análise incluiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> • obtenção dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada investimento financeiro e teste à correção aritmética desses modelos; • avaliação da metodologia usada pela Entidade no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável; • avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, envolvendo, quando considerado necessário, especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos utilizados, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento de curto e longo prazo utilizadas, para além dos próprios fluxos de caixa previsionais; • realização de discussões com os órgãos de gestão e seus representantes. <p>Relativamente aos investimentos financeiros, associados a Empresas cujos ativos foram alvo de avaliações imobiliárias, avaliamos os pressupostos utilizados pela Entidade e pelos seus avaliadores na sua determinação, avaliando a adequidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com os registos contabilísticos.</p>

<p>estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado e bem assim o nível de estimativas envolvidas ao nível da determinação de imparidade, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.</p>
<p>Litígios e contingências legais (Notas 6.2., 18. e 28. do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Conforme descrito nas Notas 6.2. e 28., a Entidade mantém um conjunto de processos / contingências de natureza legal, dos quais se destacam as ações judiciais sobre entidades detidas pela Sonae Arauco, S.A. da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em resultado do acordo estabelecido com o parceiro do Empreendimento Conjunto. Entre as referidas contingências destacam-se as instauradas por trabalhadores de uma ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S.A., Darbo SAS, alienada em 2015 e os processos instituídos por Clientes (Alemanha) por danos decorrentes da alegada violação de leis da concorrência de subsidiárias do Empreendimento Conjunto Sonae Arauco, S.A., na Alemanha (Notas 6.2. e 18).</p> <p>De acordo com o referido na Nota 28, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho de algumas das referidas contingências, nomeadamente referentes à ex-subsidiária da Entidade em França, Darbo SAS (montante máximo de, aproximadamente, 4,6 milhões de euros), apesar das recentes decisões judiciais (Nota 28), e referente à alegada violação de legislação da concorrência, em ex-subsidiárias da Entidade na Alemanha, de montante máximo de 31,5 milhões de euros (da total responsabilidade da Sonae Indústria) e 26 milhões de euros (responsabilidade partilhada com outros produtores alemães).</p> <p>A classificação dos referidos litígios como passivos contingentes ou como provisão, bem como a sua mensuração, são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação das referidas contingências e litígios, incluem os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dado que parte das referidas contingências se referem a geografias que são auditadas por outros auditores, procedemos ao envio de instruções de auditoria para os referidos auditores dessas entidades conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente): <ul style="list-style-type: none"> ◦ Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão; ◦ Estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e dos procedimentos na presente área; ◦ Procedemos à revisão e análise conjunta das referidas contingências; • Obtivemos dos departamentos legais dos Grupos Sonae Indústria e Sonae Arauco, uma relação de processos em curso e respetiva avaliação de contingência; • Obtivemos resposta, às nossas solicitações e dos auditores das componentes, dos consultores jurídicos que acompanham os processos e contingências em causa, bem como realizamos discussões com os advogados que acompanham as contingências que sofreram alterações no exercício; • Debatem os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão. <p>Avaliamos ainda a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras separadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída na secção "Informação não financeira" do Relatório de Gestão incluída no relatório e contas de 2019.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 31 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 31 de março de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Indústria, SGPS, S.A. ("a Entidade") e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 420.743.914 euros e um total de capital próprio de 127.318.418 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.369.349 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, no que diz respeito aos potenciais impactos dos acontecimentos recentes relacionados com a epidemia provocada pelo Covid-19 e sua evolução futura sobre a atividade da Entidade, das suas subsidiárias e empreendimento conjunto e à incerteza sobre os efeitos temporais sobre a rentabilidade da atividade da mesma, a sua situação financeira e o valor de recuperação dos seus ativos, não tendo os mesmos à data deste Relatório de Auditoria sido ainda quantificados, não obstante seja divulgado que tais impactos não colocam em causa, face à informação disponível nesta data, o pressuposto da continuidade das operações utilizado pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas (Nota 2.1.).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
--	--

Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos

(Notas 2.2.b), 5., 8. e 42. do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Sonae Indústria detém um investimento num empreendimento conjunto, Sonae Arauco, S.A., cujo valor contabilístico ascende a 209 milhões de euros (que inclui um valor de Goodwill de, aproximadamente, 81 milhões de Euros – Nota 5.4.), tendo sido, no exercício, reconhecido em Perdas relativos a empreendimentos conjuntos o montante de 2,9 milhões de euros relativamente ao mesmo (Nota 5.3.).</p> <p>O Grupo reconhece o interesse no referido empreendimento conjunto através do método da equivalência patrimonial (Nota 2.2.b)), pelo que existe o risco de tais investimentos apresentarem erros de mensuração derivados de: (i) não reconhecimento de perdas de imparidade sobre o referido ativo que potencialmente possam existir; e de (ii) erros na elaboração de demonstrações financeiras naquele Grupo e suas subsidiárias.</p> <p>Ao nível da análise de indícios de imparidade sobre o referido investimento cumpre realçar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Grupo efetua, de acordo com as suas políticas (Nota 2.2.b)), avaliação de indicadores de imparidade dos seus ativos à data de relato; • Conforme indicado na Nota 2.2.b), o Grupo reconhece perdas de imparidade quando são identificados indicadores de imparidade e o valor de recuperação do ativo se demonstra ser inferior ao seu valor contabilístico; • Como resultado do seu processo de análise, o Grupo concluiu não existirem indícios de imparidade sobre o empreendimento conjunto (Nota 8). 	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção das demonstrações financeiras do empreendimento conjunto, e obtenção da última Certificação Legal de Contas e/ou Relatório de Auditoria disponível; - Validação da aplicação do método de equivalência patrimonial sobre o referido investimento financeiro; - Validação dos indicadores de imparidade associados ao Empreendimento Conjunto; - Verificação dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de ativos não correntes do referido empreendimento conjunto, através da (i) análise da correção aritmética do modelo de avaliação utilizado; (ii) avaliação dos pressupostos subjacentes ao modelo, incluindo as taxas de desconto utilizadas, as taxas de crescimento de longo prazo e fluxos de caixa previsionais; e (iii) consulta dos especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos, as taxas de desconto e taxas de crescimento de longo prazo utilizadas; - Inquérito aos órgãos de gestão e seus representantes. <p>Dado a Sonae Arauco, S.A., ser auditada por outros auditores, procedemos ao envio de instruções de auditoria para os mesmos conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente).</p> <p>Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão, estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e procedemos, quando considerado relevante, à</p>
---	--

Ao nível da análise da existência de erros na elaboração das demonstrações financeiras da Sonae Arauco, cumpre referir que os testes de imparidade realizados ao nível desta componente, nas várias geografias, incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura de clientes. Devido à complexidade em causa, a análise de imparidade, ao nível do empreendimento conjunto, foi validada por um perito externo independente.

Adicionalmente, conforme referido na Nota 5 das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados do empreendimento conjunto, os quais foram apropriados em 50% pela Sonae Indústria, incluem montantes relevantes associados ao registo de provisões, no montante de, aproximadamente, 7,7 milhões de Euros – valores não proporcionalizados (Notas 5.2.1. e 31.2), associados à comunicação de um processo de encerramento de atividade de uma subsidiária do Empreendimento Conjunto.

Tomando em consideração a i) relevância dos ativos e matérias acima referidas para as demonstrações financeiras consolidadas; ii) a complexidade inerente à realização e análise dos modelos de avaliação usados, sustentados em estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas e de mercado e bem assim o nível de estimativas envolvidas ao nível da determinação de imparidade; e iii) a relevância das demonstrações financeiras do Empreendimento Conjunto, das demonstrações financeiras das suas subsidiárias e transações para o Grupo Sonae Indústria, consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.

revisão dos papéis de trabalho dos auditores garantindo que os riscos significativos por nós identificados haviam sido adequadamente endereçados, tendo analisado as conclusões dos procedimentos levados a cabo para a mitigação de tais riscos, nomeadamente no que se refere aos testes aos sistemas de controlo interno sobre a área do reconhecimento de receita.

Analisámos o processo de conclusão da auditoria das demonstrações financeiras, tendo igualmente procedido à análise dos relatórios emitidos pelos auditores das empresas em questão debatendo com os mesmos as respetivas conclusões e seu suporte.

Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

Litígios e contingências legais

(Notas 5.1., 5.2., 31 e 42 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

Conforme descrito nas Notas 5.1., 5.2., 31. e 42., a Entidade mantém um conjunto de processos / contingências de natureza legal, dos quais se destacam as ações judiciais sobre entidades detidas pela Sonae Arauco, S.A. da inteira responsabilidade da Sonae Indústria, SGPS, S.A. em resultado do acordo estabelecido com o parceiro do Empreendimento Conjunto. Entre as referidas contingências destacam-se as instauradas por trabalhadores de uma ex-subsidiária da Sonae Indústria, SGPS, S.A., Darbo SAS, alienada em 2015 e os processos instituídos por Clientes (Alemanha) por danos decorrentes da alegada violação de leis da concorrência de subsidiárias do Empreendimento Conjunto Sonae Arauco, S.A., na Alemanha (Notas 5.1, 5.2 e 42).

De acordo com o referido na Nota 42, não é possível estimar com fiabilidade o desfecho de algumas das referidas contingências, nomeadamente referentes à ex-subsidiária da Entidade em França, Darbo SAS (montante máximo de, aproximadamente, 4,6 milhões de euros), apesar das recentes decisões judiciais (Nota 42), e referente à alegada violação de legislação da concorrência, em ex-subsidiárias da Entidade na Alemanha, de montante máximo de 31,5 milhões de euros (da total responsabilidade da Sonae Indústria) e 26 milhões de euros (responsabilidade partilhada com outros produtores alemães).

A classificação dos referidos litígios como passivos contingentes ou como provisão, bem como a sua mensuração, são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.

Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação das referidas contingências e litígios, incluem os seguintes aspetos:

- Dado que parte das referidas contingências se referem a geografias que são auditadas por outros auditores, procedemos ao envio de instruções de auditoria para os referidos auditores dessas entidades conforme previsto na ISA 600 – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componente):
 - Avaliamos a competência técnica dos auditores em questão;
 - Estivemos envolvidos no processo de planeamento das referidas auditorias e dos procedimentos na presente área;
 - Procedemos à revisão e análise conjunta das referidas contingências;
- Obtivemos dos departamentos legais dos Grupos Sonae Indústria e Sonae Arauco, uma relação de processos em curso e respetiva avaliação de contingência;
- Obtivemos resposta, às nossas solicitações e dos auditores das componentes, dos consultores jurídicos que acompanham os processos e contingências em causa, bem como realizamos discussões com os advogados que acompanham as contingências que sofreram alterações no exercício;
- Debatermos os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão.

Avaliamos ainda a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída na secção "Informação não financeira" do Relatório de Gestão incluída no relatório e contas de 2019.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Sonae Indústria, SGPS, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 31 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 31 de março de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que foram analisadas as matérias sujeitas às suas atribuições e competências. De acordo com a natureza dos assuntos a tratar, as reuniões contaram com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, Administrativo e Financeiro, Auditoria Interna e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores-externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae Indústria, SGPS, S.A.. No

âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e os correspondentes anexos, relativos ao exercício de 2019, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional de Auditoria previsto no art.º 24º da Lei 148/2015, de 09 de setembro.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, tendo identificado a concretização de duas transações de financiamento, relevantes à luz daqueles critérios, às quais deu o seu parecer prévio favorável, e não tendo identificado a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, 1,2,4, I.3.1,1.3.2, 1.5.1, 1.5.2, III.1.1, III.8 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência legal), III.11, III.12, IV.4, V.1.2 (com incidência na apreciação do cumprimento do orçamento e na gestão de risco, em conformidade e no âmbito da sua competência), VII.1.1, VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

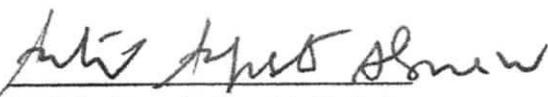
- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

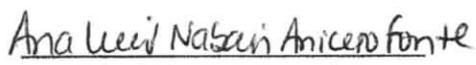
De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 31 de março de 2020

O Conselho Fiscal



António Augusto Almeida Trabulo



Ana Luísa Nabais Aniceto da Fonte



Óscar José Alçada da Quinta